



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**BRASÍLIA - DF
MARÇO/2016**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa – TCU nº63, de 1º de setembro de 2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, nas Decisões Normativas – TCU nº146/2015 e 147/2015, na Portaria – CGU nº522/2015, e na Portaria – TCU nº321/2015, e das orientações do órgão de controle interno.

**BRASÍLIA - DF
MARÇO/2016**

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação-Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU	Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção-Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
ISDN	Integrated Services Digital Network (Rede Digital de Serviços Integrados)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NUAD	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscalizadas

PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UJ	Unidade Jurisdicionada
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	12
Quadro II – Resumo Circunscrição Nacional	14
Quadro III – Organograma.....	19
Quadro IV – Quantidade de Acidentes X Milhão de veículos.....	29
Quadro V – Quantidade de Feridos X Milhão de veículos.....	29
Quadro VI – Quantidade de Óbitos X Milhão de veículos.....	30
Quadro VII – Principais causas dos acidentes fatais.....	30
Quadro VIII – Principais apreensões.....	32
Quadro IX – Objetivo 833.....	51
Quadro X – Objetivo 830.....	58
Quadro XI – Objetivo 825.....	63
Quadro XII – Objetivo 832.....	73
Quadro XIII – Ação 2723.....	74
Quadro XIV – Ação 86A1.....	76
Quadro XV – Ação 20IC.....	78
Quadro XVI – Estrutura de pessoal da Unidade.....	80
Quadro XVII – Distribuição da lotação efetiva.....	81
Quadro XVIII – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	81
Quadro XIX – Despesas totais por modalidade de contratação.....	82
Quadro XX – Despesas por grupo e elementos de despesa.....	101
Quadro XXI – Resultado da atividade correcional.....	156
Quadro XXII – Demonstrações contábeis.....	167
Quadro XXIII – Notas explicativas.....	177
Quadro XXIV – Despesas com pessoal.....	181
Quadro XXV – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	183
Quadro XXVI – Contratos de prestação de serviços - estagiários.....	184
Quadro XXVII – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	186
Quadro XXVIII – Dispêndio de recursos com obras de infraestrutura.....	242
Quadro XXIX – Principais sistemas de informação.....	246
Quadro XXX – Gastos com telefonia-móvel.....	250
Quadro XXXI – Cumprimento das deliberações do TCU.....	254
Quadro XXXII – Cumprimento das recomendações do OCI.....	258

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	09
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	10
2.1 Finalidade e Competências	12
2.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	14
2.3 Ambiente de Atuação	15
2.4 Organograma Funcional	16
2.5 Macroprocessos Finalísticos	23
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL	39
3.1 Planejamento Organizacional	39
3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do exercício	45
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	45
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	45
3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	46
3.2 Desempenho Orçamentário	49
3.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.	49
3.2.1.1 Programas do PPA	49
3.2.1.2 Objetivos dos Programas do PPA	49
3.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	72
3.2.2.1 Ações do OFSS	72
3.2.2.2 Ações/Subtítulos – OFSS	76
3.2.2.3 Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a pagar não processados -OFSS	78
3.2.2.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI	78
3.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	78
3.3 Execução descentralizada com transferência de recurso	78
3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	78
3.3.2 Informações sobre a execução das despesas	80
3.3.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação	80
3.3.2.2 Despesas por grupo e elemento de despesa	99
3.3.3 Desempenho Operacional	148
3.3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	148
4. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	151
4.1 Descrição das estruturas de governança	151
4.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	152
4.3 Gestão de riscos e controles internos	156

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	158
5.1 Canais de acesso do cidadão	158
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão	158
5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos usuários	159
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	160
5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	161
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	162
6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	162
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	164
6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	165
7 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	177
7.1 Gestão de Pessoas	177
7.1.1 Estrutura de pessoal da Unidade	177
7.1.2 Demonstrativo das despesas com Pessoal	179
7.1.3 Gestão de Riscos relacionado ao Pessoal	180
7.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de estagiários	181
7.1.4.1 Contratação de mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (REGULAR)	181
7.1.4.2 Contratação de Estagiários	182
7.2 Gestão de Patrimônio e infraestrutura	184
7.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	184
7.3 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	244
7.3.1 Principais Sistemas de Informações	
7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	244
7.5 Gestão de fundos e programas	252
7.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	252
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	252
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	252
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	256
8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	259
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/93	260
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	261
8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	261

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretário-Executivo

Marivaldo de Castro Pereira

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Rogério Guimarães

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Diretora-Geral

Maria Alice Nascimento Souza

Chefe de Gabinete

José Lopes Hott Junior

Adriano Marcos Furtado

Coordenador-Geral de Operações

Giovanni Bosco Farias Di Mambro

Silvinei Vasques

Coordenador-Geral de Recursos Humanos

Adriano Marcos Furtado

Antônio Paim de Abreu Junior

Coordenador-Geral de Administração

Marcelo Aparecido Moreno

Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização

Daniel Antônio Torno de Araújo Costa

Eduardo Augusto Muniz de Souza

Corregedora-Geral

Miriane Menegaz

Fernando César Pereira Ferreira

Missão Institucional

Fiscalizar diariamente mais de 61 mil quilômetros de rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção.

1 – APRESENTAÇÃO.

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa – TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, nas Decisões Normativas – TCU nº 146/2015 e 147/2015, na Portaria – CGU nº 522/2015, e na Portaria – TCU nº 321/2015.

O Relatório em comento, produzido no primeiro trimestre de cada ano, referente ao exercício financeiro anterior, pode ser considerado como um importante instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, assim como de avaliação dos resultados obtidos pela Polícia Rodoviária Federal na condução dos seus trabalhos institucionais.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a possibilitar uma justa visualização das ações desenvolvidas pela Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2015, bem como da sistemática da aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Estratégico da PRF, o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2015 e os relatórios de atividades das diversas áreas da Administração Central, das Superintendências e dos Distritos Regionais, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorializado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/ Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 0704
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação Abreviada: DPRF			
Código SIORG: 704	Código LOA: 30107	Código SIAFI: 200109 e 200230	
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo		CNPJ: 00.394.494/0104-41	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública.			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2025-6700	(061) 2025-6713	(061) 2025-6632
Endereço Eletrônico: ouvidoria@prf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: SPO S/N - Quadra 03, Lote 05 Setor Policial Sul Complexo Sede da PRF Brasília/DF – CEP: 70.610-909.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
1ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/GO	00.394.494/0116-85	200121	002820
2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/MT	00.394.494/0115-02	200120	002824
3ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/MS	00.394.494/0123-04	200128	002825
4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/MG	00.394.494/0110-90	200115	000282
5ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RJ	00.394.494/0111-70	200116	002829
6ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/SP	00.394.494/0112-51	200117	002831
7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PR	00.394.494/0113-32	200118	002832
8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/SC	00.394.494/0120-61	200125	002833
9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RS	00.394.494/0114-13	200119	002834

10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/BA	00.394.494/0109-56	200114	002835
11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PE	00.394.494/0108-75	200113	002836
12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/ES	00.394.494/0121-42	200126	002814
13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/AL	00.394.494/0124-95	200129	002815
14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PB	00.394.494/0117-66	30802	002819
15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RN	00.394.494/0118-47	200123	002821
16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/CE	00.394.494/0104-41	200112	002822
17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PI	00.394.494/0122-23	200127	002823
18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/MA	00.394.494/0119-28	200124	3681
19ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PA	00.394.494/0106-03	200111	2826
20ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/SE	00.394.494/0125-76	200130	26.316.704
21ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RO/AC	00.394.494/0127-38	200131	002830
1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/DF	00.394.494/0136-29	200141	013428
2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/TO	00.394.494/0135-48	200139	029303
3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/AM	00.394.494/0105-22	200110	14016
4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/AP	00.394.494/0140-04	200233	029304
5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/RR	00.394.494/0137-00	200232	29305
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			

Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995.

Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, Lei 9.654/1998, Lei 11.358/2006 e Lei 11.784/2008.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
200230	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – Dir. Geral.

2.1 Finalidade e Competências Institucionais.

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, Órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, referenciada no § 2º do artigo 144 da Carta Magna de 1988, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

A Polícia Rodoviária Federal está presente em todos os estados do território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital da República Federativa do Brasil, e 26 (vinte e seis) Unidades Administrativas Desconcentradas, representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 05 (cinco) Distritos.

As unidades Regionais da PRF são compostas por 147 (cento e quarenta e sete) Subunidades Administrativas – Delegacias PRF e aproximadamente 400 (quatrocentas) unidades operacionais.

Quadro II – Resumo Circunscrição Nacional.

RESUMO CIRCUNSCRIÇÃO NACIONAL (Outubro/2015)					
Regional	Nº Portaria	Publicação	Delegacias	Postos	Malha (km)
1SRPRF/GO	337	22/10/15	7	13	2.843,1
2SRPRF/MT	73	28/03/14	8	15	4.063,5
3SRPRF/MS	213	18/10/13	10	22	3.671,1
4SRPRF/MG	409	30/06/15	18	38	5.773,5
5SRPRF/RJ	193	12/06/15	8	25	1.542,5
6SRPRF/SP	40	24/06/09	10	23	1.067,6
7SRPRF/PR	108	27/07/12	7	41	3.979,2
8SRPRF/SC	191	12/06/15	8	28	2.569,7
9SRPRF/RS	192	12/06/15	14	40	6.012,6
10SRPRF/BA	105	13/08/15	10	24	9.498,5
11SRPRF/PE	256	17/12/13	6	16	2.175,50
12SRPRF/ES	113	08/05/14	4	7	818,1
13SRPRF/AL	3	03/01/15	3	6	789,4
14SRPRF/PB	95	25/06/12	3	11	1.300,0

15SRPRF/RN	90	06/10/09	4	8	1.549,0
16SRPRF/CE	387	23/11/15	5	14	2.527,8
17SRPRF/PI	159	11/05/15	5	11	2.761,4
18SRPRF/MA	49	15/07/09	5	12	3.426,6
19SRPRF/PA	268	29/08/14	5	10	4.708,3
20SRPRF/SE	106	27/07/12	2	5	448,9
21SRPRF/RO-AC	207	11/08/14	5	10	4.956,1
1DRPRF/DF	130	17/06/13	0	5	950,3
2DRPRF/TO	57	10/04/15	0	5	1.406,2
3DRPRF/AM	3	03/01/14	0	4	675,7
4DRPRF/AP	53	15/07/09	0	3	1.125,8
5DRPRF/RR	416	04/12/15	0	3	1.997,0
TOTAIS			147	399	72.637,4

A competência constitucional da Polícia Rodoviária Federal abrange duas grandes áreas, quais sejam: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que têm em comum a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida constitucionalmente através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança, decorre do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz como que o Policial Rodoviário, por vezes, seja o único braço presente do Estado em diversas regiões do País.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

Esta Instituição tem se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros, roubados ou furtados, bem como na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e na erradicação do trabalho em condições análogas à escravidão.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF insere-se em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro às vítimas e política de proximidade ao cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a diminuição do número de acidentes, assim como para a redução da

gravidade daqueles que não puderam ser evitados, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

Sem prejuízo às operações próprias desta instituição de segurança pública, a PRF promove ações integradas com outros Órgãos da Administração Pública como por exemplo a Operação Rodovida, que conta com a atuação conjunta da PRF, Polícia Militares Estaduais (Batalhão Rodoviário), Órgãos de Trânsito Estaduais e Municipais, sendo coordenada pelos Ministérios da Justiça, Transportes, Saúde, Cidades e pela Casa Civil da Presidência da Presidência da República.

Os acidentes de trânsito acarretam prejuízos significativos de cunho econômico e social, o que é confirmado pelo alto índice dos gastos suportados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital para cobrir despesas com as vítimas, pela interferência direta na vida das famílias, pelos danos irreparáveis causados às pessoas, entre outros.

2.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade.

A Polícia Rodoviária Federal foi criada pelo presidente Washington Luiz no dia 24 de julho de 1928 (dia da Polícia Rodoviária Federal), com a denominação inicial de "Polícia de Estradas". Em 1935 Antônio Felix Filho, o "Turquinho", considerado o 1º Patrulheiro Rodoviário Federal, foi chamado para organizar a vigilância das rodovias Rio-Petropolis, Rio-São Paulo e União Indústria.

Sua missão era percorrer e fiscalizar as três rodovias utilizando duas motocicletas Harley Davidson e nessa empreitada contava com a ajuda de cerca de 450 vigias da então Comissão de Estradas de Rodagem (CER).

Em 23 de julho de 1935 (dia do Policial Rodoviário Federal), foi criado o primeiro quadro de policiais da hoje Polícia Rodoviária Federal, denominados, a época, "Inspetores de Tráfego". No ano de 1945, já com a denominação de Polícia Rodoviária Federal, a corporação foi vinculada ao extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Finalmente, em 1988, com o advento da Constituinte, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, recebendo como missão exercer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Desde 1991, a Polícia Rodoviária Federal integra a estrutura organizacional do Ministério da Justiça, como Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

As atribuições da Polícia Rodoviária Federal são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (Polícia de Trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (combate ao crime).

No tocante às normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da PRF podemos destacar:

- ✓ Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (regime jurídico dos servidores públicos civis)
- ✓ Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998 (Carreira PRF);
- ✓ Portaria MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007 (aprova o Regimento Interno da PRF);
- ✓ Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 (Competências da PRF);
- ✓ Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994 (Código de Ética do Servidor);
- ✓ Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB); e
- ✓ Constituição Federal.

2.3 Ambiente de Atuação.

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal trata-se principalmente do patrulhamento ostensivo das rodovias federais. As atividades operacionais são distribuídas por todo território nacional entre suas unidades as quais executam as atividades em dois eixos principais: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária. No tocante a segurança pública, tal atribuição é conferida pelo artigo 144 da Constituição Federal de 1988:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

II - Polícia Rodoviária Federal;

O modelo de atuação em rodovias que caracteriza a PRF aproxima o Governo Federal da sociedade já que as rodovias federais estão difusas por todo território nacional. Atuando de forma ostensiva nas rodovias federais, a ação direta do agente público visa à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes em que se faz necessário. Além disso, a PRF se mantém como polícia de vanguarda no enfrentamento aos crimes que ocorrem tanto nas rodovias federais quanto em seu entorno. São expressivos os resultados alcançados no enfrentamento à pirataria e outros crimes conexos a essa prática como o contrabando, o descaminho, tráfico de armas, drogas, animais silvestres, entre outros. Além disso, ressaltamos o grande empenho de todo o efetivo policial desta instituição nas ações para recuperar veículos por ocasião de roubo ou furto, na luta contra o tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração sexual de crianças e adolescentes. Para o desenvolvimento de todas essas ações, contamos com a parceria por meio de operações conjuntas com outros órgãos como: IBAMA, ANTT, FNCP, ANVISA, MPT, Polícia Federal, Polícias Civis e outros.

No que tange a ao Sistema de Segurança Viária, as ações da PRF estão inseridas numa gama de atribuições onde podemos destacar: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro às vítimas de acidente de trânsito e outras ocorrências. Concorrem entre si para o mesmo fim, mas sem prejuízo as ações desenvolvidas por esta instituição, as Polícias Militares Estaduais (Batalhão Rodoviário), Órgãos de Trânsito Estaduais e Municipais que também trabalham com a PRF por meio de operações conjuntas.

A atuação da Polícia Rodoviária Federal em todo território nacional no policiamento e a fiscalização de trânsito tem sido crucial e decisivo para a redução na ocorrência de acidentes bem como na diminuição da gravidade dos que fatalmente aconteceram. Os acidentes de trânsito acarretam efeitos nefastos na vida do cidadão brasileiro. Danos irreparáveis são causados as vítimas de acidente de trânsito e seus familiares. Além disso, os prejuízos socioeconômicos são significativos para o governo tendo em vista que cada acidente onera os cofres públicos, aumenta os gastos no sistema único de saúde com o tratamento das vítimas, entre outros.

A PRF mantém o foco de fornecer gestão de excelência dos serviços prestados. Neste sentido, a instituição trabalha para um aumento da Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais como retorno a sociedade.

Em seu planejamento estratégico, a formulação de diretrizes e ações a serem adotadas para alcance desse objetivo, estão associadas ao desenvolvimento de projetos estratégicos. Atualmente, a Coordenadoria de Gestão Estratégica da PRF monitora 35 projetos estratégicos e desses, três são acompanhados pelo Ministério da Justiça dada a relevância do tema, a saber: 1) Alerta Brasil que configura como um meio eficaz no controle do tráfego de veículos, permitindo a rápida identificação de irregularidades a partir do confronto de dados em tempo real, o que implica uma reação mais rápida e efetiva da PRF na fiscalização de excesso de velocidade nas rodovias federais, combate a irregularidades, sejam elas de natureza administrativa ou criminal. Implantar Sistema de monitoramento eletrônico de veículos; 2) Landell que trata da implantação de um novo Sistema de radiocomunicação com o uso de tecnologia digital para a comunicação de voz e dados entre viaturas e unidades operacionais da PRF, garantindo o sigilo e a integridade da comunicação policial; 3) Plano Nacional de Enfrentamento a Violência no Trânsito que estabelece uma política pública nacional, estruturante e integrada, tornando o enfrentamento à violência no trânsito uma prioridade fundamental no processo de construção da cidadania e da cultura da paz.

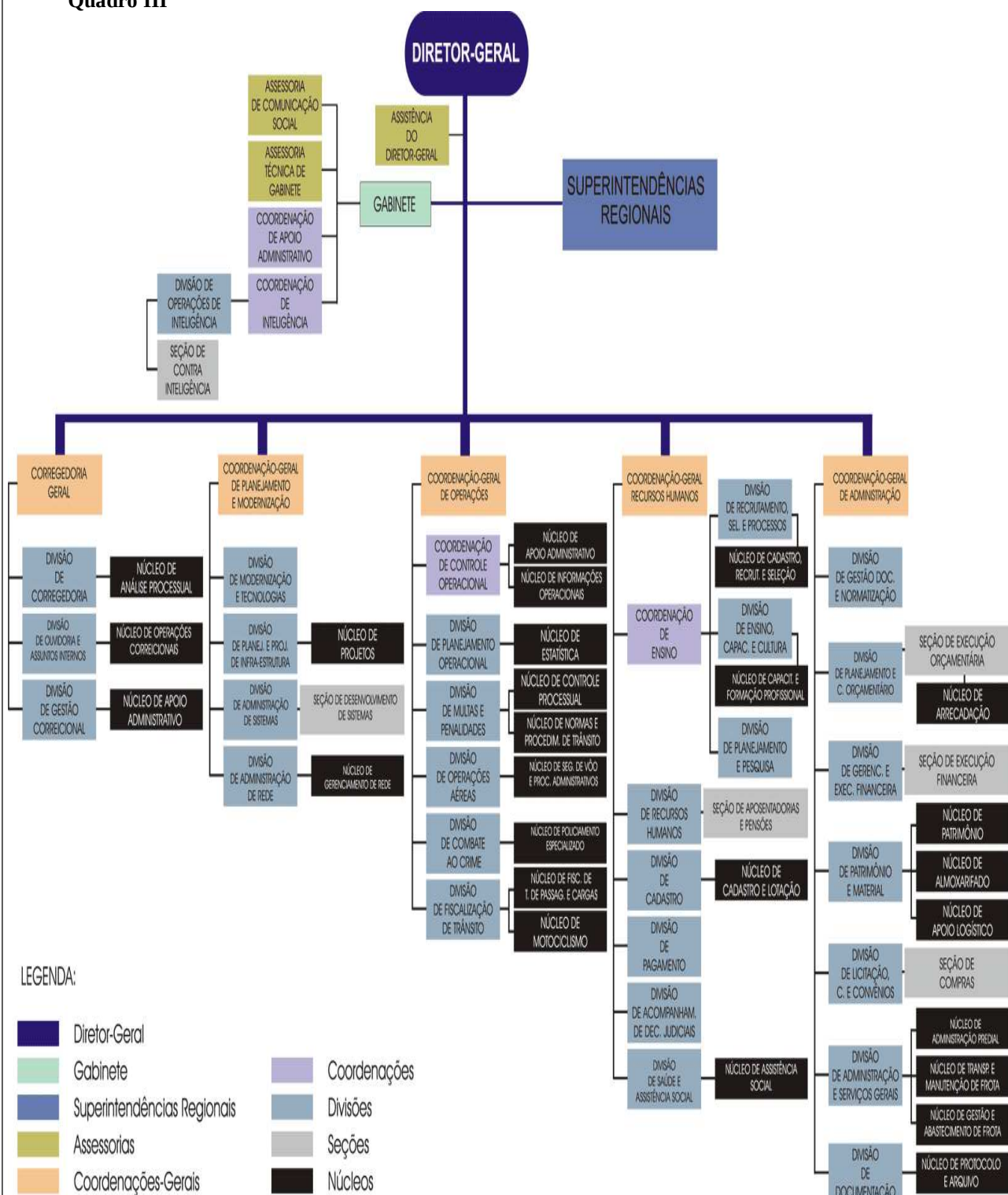
Há uma grande preocupação da PRF em atender as expectativas da população em relação a eficiência do trabalho da instituição. Atualmente, grandes obstáculos são enfrentados no alcance dessas metas que vão desde do contingenciamento orçamentário a falta de efetivo que tanto prejudica o desempenho das atividades fim e meio. Soma-se a isso a falta ou inadequação de estruturas de trabalho, falta de aparelhagem para o trabalho e a deficiências de recursos para capacitação adequada de servidores. Apesar do cenário muitas vezes desfavorável, o efetivo se mantém proativo em suas atividades.

Por fim, ressaltamos que se faz premente investimentos maiores na instituição para um incremento e aperfeiçoamento do efetivo policial, melhoramento da infraestrutura e aparelhamento, melhores condições de trabalho tanto para os policiais que compõe a atividade fim como os da atividade meio, entre outros. Tudo isso converge para um único ponto: eficiência dos serviços prestados e satisfação da sociedade.

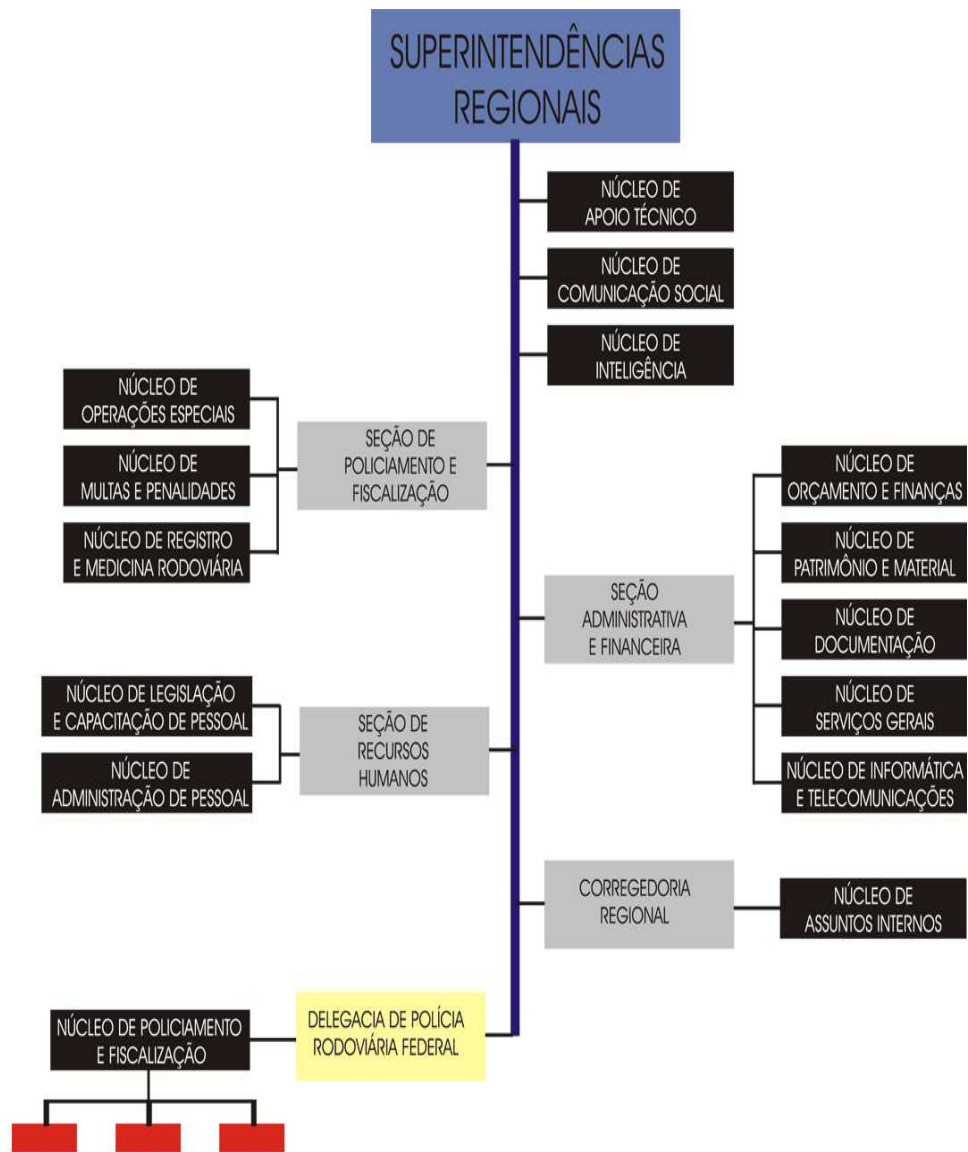
2.4 Organograma Funcional.

2.4.1 – Estrutura Organizacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Quadro III



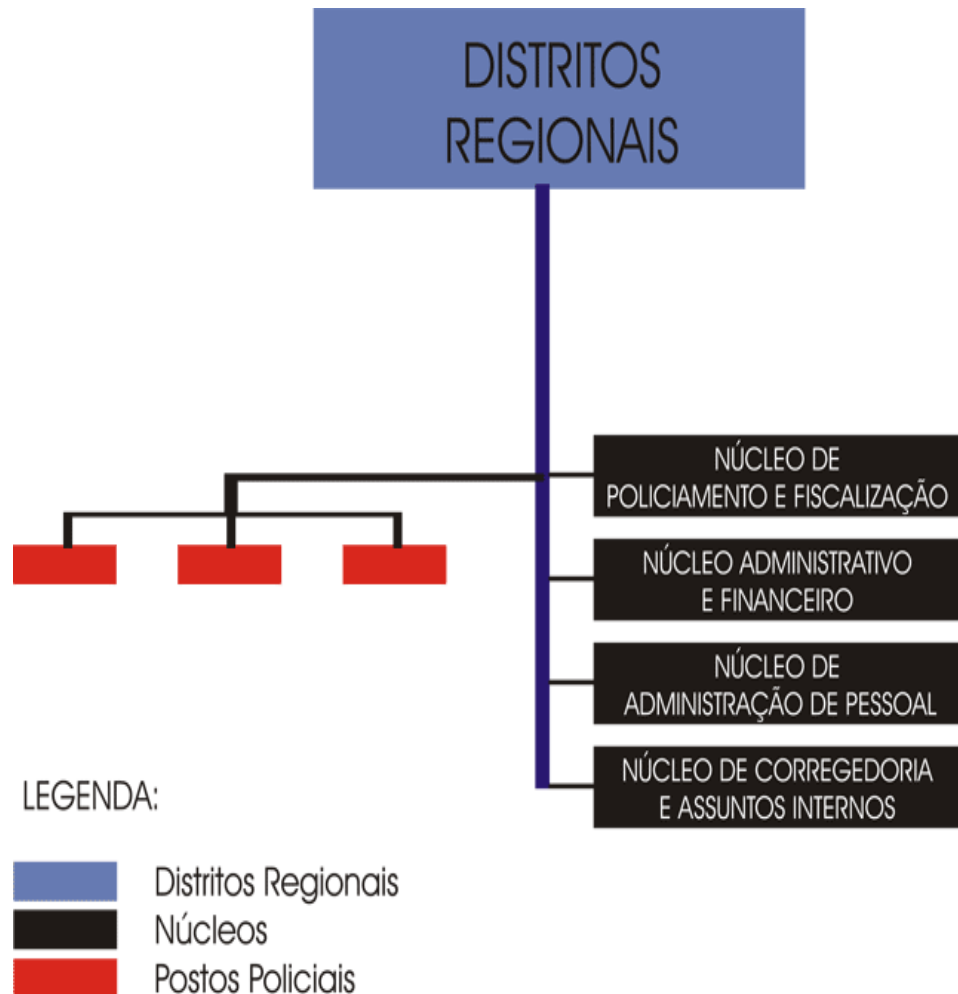
2.4.2 – Estrutura Organizacional das Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

2.4.3 – Estrutura Organizacional dos Distritos Regionais de Polícia Rodoviária Federal



2.4.4 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.

2.4.4.1– Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização.

Competências:

- I - implantar, coordenar e orientar as atividades relativas à política de modernização tecnológica do Departamento;
- II - promover pesquisas, estudos e projetos para o aperfeiçoamento institucional; e
- III - propor diretrizes, planos e programas de melhoria institucional.

2.4.4.2 – Coordenação-Geral de Operações.

Competências:

- I - elaborar e propor ao Diretor-Geral as diretrizes da Política Operacional do Departamento;

- II promover a política de integração com os demais órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito e de Segurança Pública;
- III - planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades de policiamento, inspeção, segurança e fiscalização do trânsito e do transporte de pessoas e bens;
- IV - estabelecer a política de prevenção de acidentes, levantamento de dados estatísticos e transitometria;
- V - padronizar os procedimentos relativos à autuação e notificação de infrações, bem como os procedimentos relativos à aplicação de penalidades de trânsito e controle de multas;
- VI - coordenar operações aéreas e terrestres, bem como avaliar, supervisionar e autorizar operações que envolvam efetivos de mais de uma unidade desconcentrada;
- VII - acompanhar, supervisionar e avaliar a atividade operacional no âmbito nacional;
- VIII - propor e avaliar estudos e planos para a aquisição de veículos, uniformes, armamento, munições, equipamento de segurança e de fiscalização e demais equipamentos empregados na área operacional;
- IX - autorizar viagens a serviço, na área de sua competência;
- X - emitir portarias, instruções normativas, instruções de serviço e ordens de serviço, no âmbito de suas atribuições; e
- XI - credenciar empresas de escoltas de cargas excedentes.

2.4.4.3 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

Competências:

- I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades da área de recursos humanos e legislação de pessoal;
- II - acompanhar, orientar e fiscalizar o cumprimento e a aplicação das normas emanadas da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- III - lotar servidores nas unidades do Departamento;
- IV conceder e rever benefício, licença, afastamento, pensão, aposentadoria, abono de permanência, vantagens, gratificações, adicionais, remoção, redistribuição, aproveitamento e reversão de servidores do Órgão;
- V - emitir certidões de tempo de serviço, títulos declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;
- VI - ordenar o empenho e o pagamento de despesas, bem como assinar ordens bancárias em conjunto com o co-responsável pela gestão dos recursos orçamentários e financeiros, no âmbito das atividades de ensino e dos direitos e vantagens de pessoal;
- VII - designar ordenador de despesa substituto, gestor financeiro e o gestor substituto, no âmbito de sua competência;
- VIII - atualizar o mapa de acompanhamento de desenvolvimento mensal de gastos com pessoal e informar a necessidade de se obter créditos adicionais, assim como proceder ao controle financeiro dos pagamentos efetuados e instruir os processos relativos às despesas de exercício anteriores;
- IX - constituir junta médica oficial e determinar a submissão de servidores à perícia médica, dispor sobre as diretrizes, procedimentos, atribuições e funcionamento da área médica;
- X - fiscalizar as ambulâncias da instituição no que diz respeito à utilização, destinação e descontaminação de seus equipamentos e materiais;
- XI - emitir instruções normativas relativas à área de ensino do Departamento; e

XII - promover o intercâmbio entre entidades nacionais e estrangeiras ou unidades congêneres de recursos humanos, objetivando o aperfeiçoamento contínuo dos processos de formação, capacitação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos do Departamento.

2.4.4.4 – Coordenação-Geral de Administração.

Competências:

I - planejar, coordenar, normatizar e fiscalizar as atividades inerentes às áreas administrativas; orçamentária; financeira; de material; patrimônio; documentação; transporte; manutenção de veículos; serviços; zeladoria e vigilância prediais; compras e licitações; engenharia e telecomunicações;

II - submeter ao Diretor-Geral a proposta orçamentária anual considerando as diretrizes, os objetivos e as metas constantes do Plano Plurianual, com alocação de recursos nas ações constantes do programa finalístico do Departamento;

III - submeter ao Diretor-Geral o planejamento anual das aquisições de materiais e serviços para o Departamento;

IV - ordenar o empenho e o pagamento de despesas, bem como assinar ordens bancárias em conjunto com o co-responsável pela gestão dos recursos orçamentários e financeiros, no âmbito das aquisições centralizadas pela sede do Departamento;

V - autorizar a descentralização de dotação e recursos para as Superintendências e Distritos Regionais;

VI - promover apoio logístico à área operacional do Departamento;

VII - realizar tomadas de contas especial dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos, e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário;

VIII - ratificar atos de dispensa e inexigibilidade e homologar os resultados das licitações oriundas da Divisão de Licitações, Contratos e Convênios; e

IX - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

2.4.4.5 – Corregedoria-Geral

Competências:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Departamento, assim como dos procedimentos relativos à correição e à disciplina, propondo a adoção de medidas corretivas;

II - cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente, bem como acompanhar e avaliar os trabalhos das Unidades Regionais na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;

III - analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares a serem remetidos à área competente do Ministério da Justiça;

IV - planejar, supervisionar, controlar, executar e avaliar investigações e diligências necessárias à instauração ou instrução de procedimentos disciplinares, bem como os planos e programas de inspeção e demais atividades correcionais;

V - manter articulação com a área correspondente das Unidades Desconcentradas, com a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, com o Ministério Público e demais órgãos e entidades;

VI - analisar questões disciplinares, requisitando servidores, informações, processos e documentação pertinente; e

VII - promover a proteção de servidores em atividades pertinentes à área correcional.

2.4.4.6 – Coordenação de Ensino.

Competências:

- I - planejar, organizar e supervisionar as atividades de ensino, bem como as atividades relacionadas com o acervo histórico-cultural do Departamento;
- II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, supervisionar e controlar as atividades de realização de concursos públicos, cursos de formação profissional, treinamentos, capacitações e registros funcionais;
- III - aprovar programas de concursos, cursos, estágios e outras atividades de ensino, observadas as normas em vigor;
- IV - expedir editais, portarias, instruções de serviço e ordens de serviço no âmbito de sua competência;
- V - decidir sobre os recursos interpostos em razão de concurso público;
- VI - analisar, elaborar, propor e promover a realização de estudos sobre as diretrizes e políticas do ensino;
- VII - propor e acompanhar contratos e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, das áreas de ensino e treinamento, promovendo o intercâmbio de pesquisas, acesso aos bancos de dados e acervos bibliográficos e bibliotecas;
- VIII - realizar planos, estudos e pesquisas que visem ao estabelecimento de doutrina orientadora das atividades policiais do Departamento;
- IX - promover a difusão de matéria doutrinária, informações e estudos sobre a evolução dos serviços e técnicas policiais do Departamento;
- X - estabelecer intercâmbio com as escolas de polícia do País e organizações congêneres estrangeiras;
- XI - preparar e submeter à aprovação superior instruções normativas no âmbito de suas atribuições;
- XII apresentar, para aprovação, o Plano Anual de Ensino - PAE;
- XIII - apresentar solicitação anual de crédito para atender as necessidades de capacitação do Departamento;
- XIV - propor ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos a anulação de processos seletivos, determinando, nesse caso, a realização de outro, no todo ou em parte, caso necessário;
- XV - propor e coordenar cursos e eventos sobre a temática de segurança pública;
- XVI - convidar, propor a contratação e designar professores, conferencistas, supervisores regionais, coordenadores, instrutores, monitores, técnicos nacionais e estrangeiros, para planejamento de programa, aplicação e avaliação de provas ou exames de concursos públicos, cursos, estágios e demais atividades de ensino;
- XVII - conferir e submeter à homologação diplomas, certificados e certidões nas diversas atividades de ensino;
- XVIII - selecionar, formar, capacitar e especializar os servidores do Departamento;
- XIX - orientar e supervisionar as avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão da Gratificação Desempenho de Atividade Técnica Administrativa -GDAT;
- XX - elaborar portaria de nomeação e lotação de servidores aprovados em concurso público; e
- XXI - realizar estudos com fins de aprimorar a atividade finalística do Departamento.

2.4.4.7 – Coordenação de Inteligência

Competências:

- I - planejar, coordenar e integrar as atividades de inteligência do Departamento, em consonância com os demais órgãos de inteligência, em âmbito nacional;
- II cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de documentos sigilosos;
- III - propor a alteração ou cancelamento do grau de classificação e destruição de documentos sigilosos;
- IV - manifestar-se sobre a indicação de servidores para a atividade de inteligência das Superintendências e Distritos Regionais;
- V - elaborar e propor o Plano Anual da Atividade de Inteligência;
- VI - manter intercâmbio com os órgãos de inteligência, órgãos públicos em geral e entidades privadas, para a obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;
- VII - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos à Coordenação-Geral de Recursos Humanos;
- VIII - coordenar as atividades inerentes à produção, análise e proteção do conhecimento na atividade de inteligência;
- IX - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas atribuições; e
- X - encaminhar proposta anual de ações de capacitação no âmbito de suas atribuições.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
CGPLAM	Item 2.4.4.1	Daniel Antônio Torno de Araújo Costa	Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização	01/01/2015 à 29/01/2015
CGPLAM	Item 2.4.4.1	Eduardo Augusto Muniz de Souza	Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização	24/02/2015 à 31/12/2015
CGO	Item 2.4.4.2	Giovanni Bosco Farias Di Mambro	Coordenador-Geral de Operações	01/01/2015 à 18/05/2015
CGO	Item 2.4.4.2	Silvinei Vasques	Coordenador-Geral de Operações	18/05/2016 à 17/06/2016
CGRH	Item 2.4.4.3	Adriano Marcos Furtado	Coordenador-Geral de Recursos Humanos	01/01/2016 à 31/05/2016
CGRH	Item 2.4.4.3	Antônio Paim de Abreu Junior	Coordenador-Geral de Recursos Humanos	01/01/2015 à 31/12/2015
CGA	Item 2.4.4.4	Marcelo Aparecido Moreno	Coordenador-Geral de Administração	01/01/2015 - 31/12/2015
CG	Item 2.4.4.5	Miriane Menegaz	Corregedora Geral	01/01/2015 à 29/06/2015
CG	Item 2.4.4.5	Fernando César Pereira Ferreira	Corregedor Geral	01/01/2015 à 24/02/2015
COEN/CGRH	Item 2.4.4.6	Bruno Schettini Gonçalves	Coordenador de Ensino	01/01/2015 à 23/04/2015
COEN/CGRH	Item 2.4.4.6	Miriane Menegaz	Coordenadora de Ensino	23/07/2015 à 31/12/2015
COINT	Item 2.4.4.7	Adriano Marcos Furtado	Coordenador de Inteligência	01/01/2015 à 28/05/2015
COINT	Item 2.4.4.7	Walder Nascimento Vieira	Coordenador de Inteligência	26/06/2015 à 31/12/2015

2.5 Macroprocessos Finalísticos.

A Polícia Rodoviária Federal, Órgão integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: "Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania".

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Honestidade, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste norte, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco nos resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

- Serviço de monitoramento da malha rodoviária;
- Serviço de enfrentamento à criminalidade;
- Serviço de escolta e batedor;
- Serviço de segurança, orientação e fluidez do trânsito;
- Serviço de informações operacionais;
- Serviço de salvamento de vidas, resgate e remoção;
- Serviço de recolhimento e guarda de veículos e animais;
- Serviço de educação para o trânsito e cidadania;
- Serviço de auxílio ao usuário;
- Serviço de atendimento ao público e fornecimento de documentos;

- Serviço de prevenção e atendimento de acidentes;
- Serviço de credenciamento e controle de atividades de escolta de cargas superdimensionadas; e
- Serviço de apoio a outros órgãos.

Visando o alcance da sua Missão a PRF tem como estratégia o alcance de Resultados Institucionais em benefício da sociedade, abaixo definidos.

a) Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais:

É incontroverso o fato de a Constituição Federal do Brasil assegura a todo cidadão, em tempo de paz, a livre locomoção no território nacional, devendo tal garantia constitucional ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente.

O Estado, por intermédio de seus Órgãos, tem o dever de assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e conforto adequados, provendo a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o rodoviário, no atual cenário, afigura-se como o de maior importância estratégica para o país. Neste modal, as rodovias federais possuem um papel de destaque, funcionando com um verdadeiro mecanismo de integração entre os Estados da Federação, onde circula a maior parte das riquezas nacionais.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado, por intermédio de seus Órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal, assegurar a plena fluidez e irrestrita segurança do trânsito de pessoas e cargas.

São vários os fatores e situações que podem comprometer a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo por completo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial; e
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica, para a Polícia Rodoviária Federal, atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo a antever as situações de risco à livre circulação impedindo sua materialização.

Por outro turno, identificado o fator de risco, configurador de obstáculo à regular fluidez do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao restabelecimento das condições normais de circulação. Para tanto, esta Instituição de Segurança Pública mantém em seu quadro de pessoal servidores capacitados tecnicamente.

Em sua atuação preventiva, a PRF mantém constante monitoramento da trafegabilidade e das condições de circulação da via, utilizando-se, dentre outros meios, de informações extraídas junto às áreas operacional-finalística e de inteligência.

Paralelamente ao monitoramento descrito no item anterior, a PRF realiza comandos de policiamento preventivo, distribuídos ao longo da malha viária, de forma padronizada, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida, assim como procede ao credenciamento e acompanhamento dos serviços de escolta de cargas superdimensionadas em rodovias federais.

Além disso, quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas às atribuições precípua de outros Órgãos públicos, a PRF realiza as diligências necessárias e suficientes com vistas ao alinhamento da matéria e adoção da solução mais vantajosa aos usuários da via pública.

O fato é que, ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

b) Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;

A PRF vem, especialmente nos últimos três anos, obtendo significativos resultados de redução dos índices de acidentes e mortes no trânsito em rodovias federais, sabe-se que os acidentes de trânsito, em geral, apresentam elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes de maior letalidade, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa, para a PRF, agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva nos trechos sob sua circunscrição, proceder a uma rigorosa fiscalização de trânsito, realizar atendimentos eficazes e eficientes dos acidentes ocorridos, diminuindo o risco de agravamento de lesões das pessoas vitimadas e a possibilidade de outras ocorrências decorrentes da anterior, promover a educação e disseminação da cultura do trânsito seguro.

Agir com ênfase na prevenção e intervenção imediata no foco do problema, implica direcionar os recursos possíveis, humanos e materiais, para os trechos rodoviários com maior ocorrência de acidentes graves e com histórico relevante de desrespeito aos normativos de trânsito.

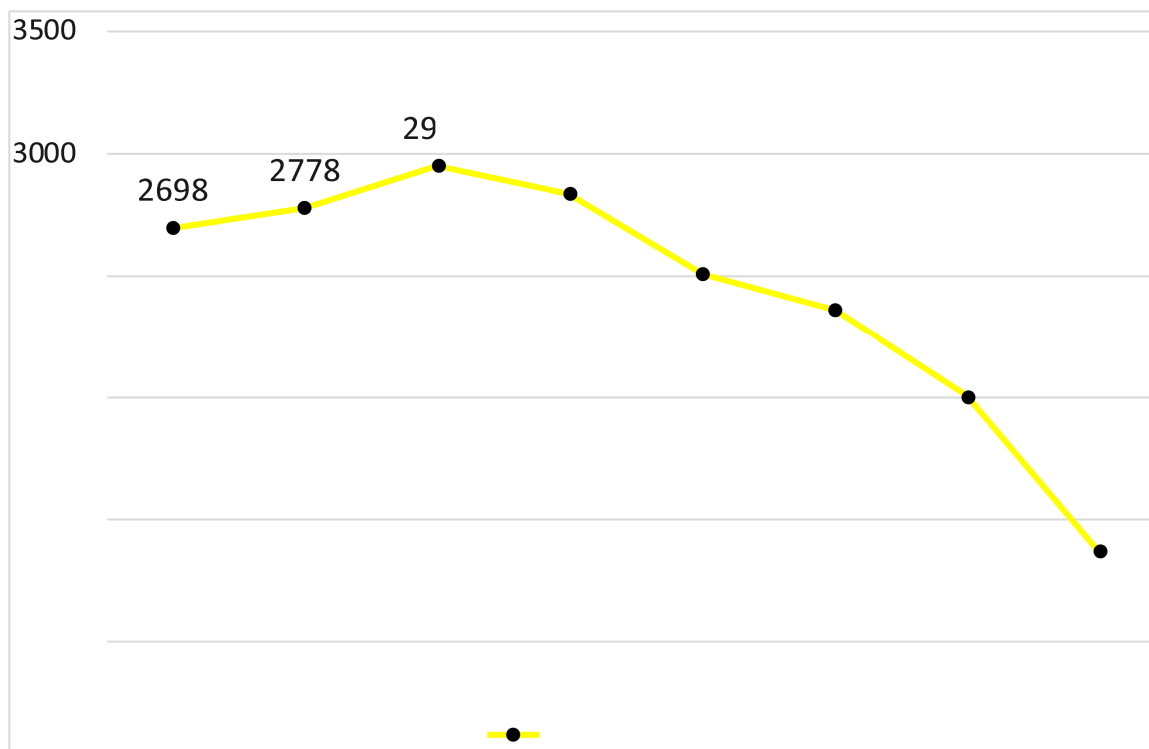
Sem prejuízo à consecução das ações operacionais acima mencionadas, afigura-se como de fundamental importância a realização de ações integradas com os demais Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o Ministério Público, com os Órgãos de imprensa e com outros Órgãos Públicos (Federais, Estaduais e Municipais), com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na redução da violência no trânsito das rodovias federais, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

As ações da PRF, de policiamento e fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, contribuem decisivamente para a redução do número de acidentes, mortos e feridos nas rodovias federais, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

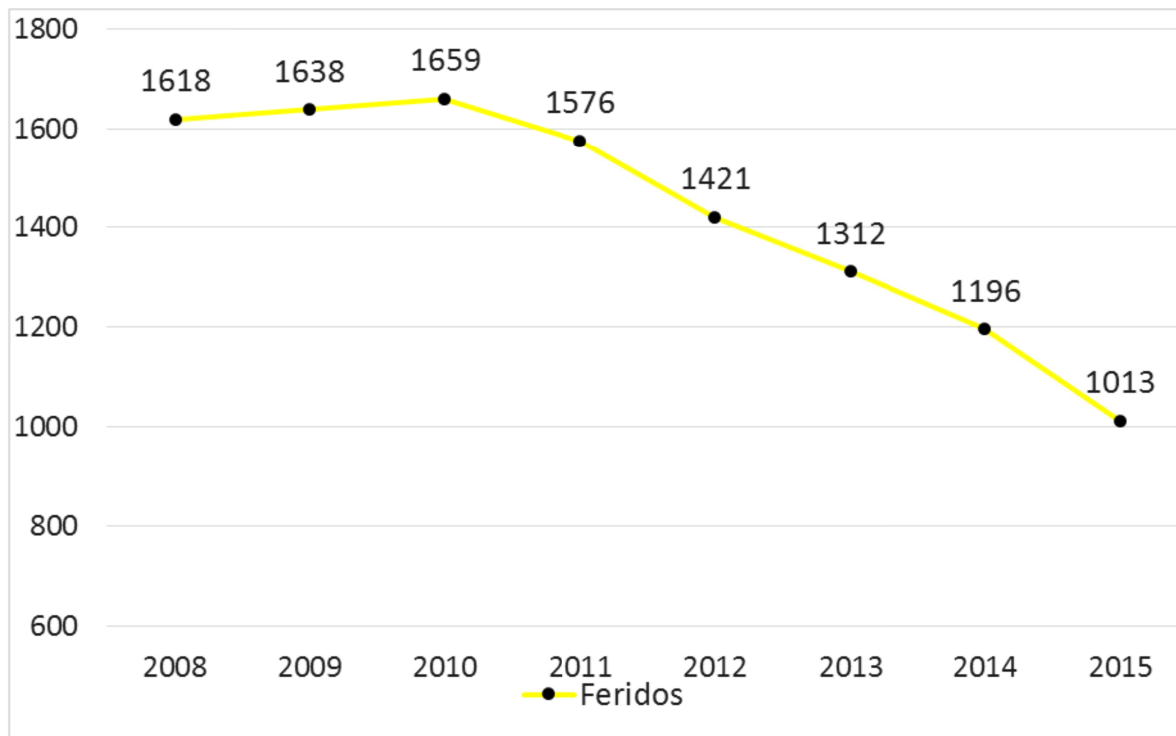
Pelo quinto ano consecutivo, a Polícia Rodoviária Federal registrou redução nos índices que medem a violência no trânsito em rodovias federais. A taxa de mortalidade caiu 45% em comparação a 2010.

Durante o Exercício 2015 foram registrados 121.828 acidentes, que deixaram 89.971 pessoas feridas e levaram a 6.854 óbitos. Em relação ao Exercício 2014, esses números representam uma queda de 28,0% na taxa de acidentes, 10,8% na de feridos e 16,8% na de mortalidade.

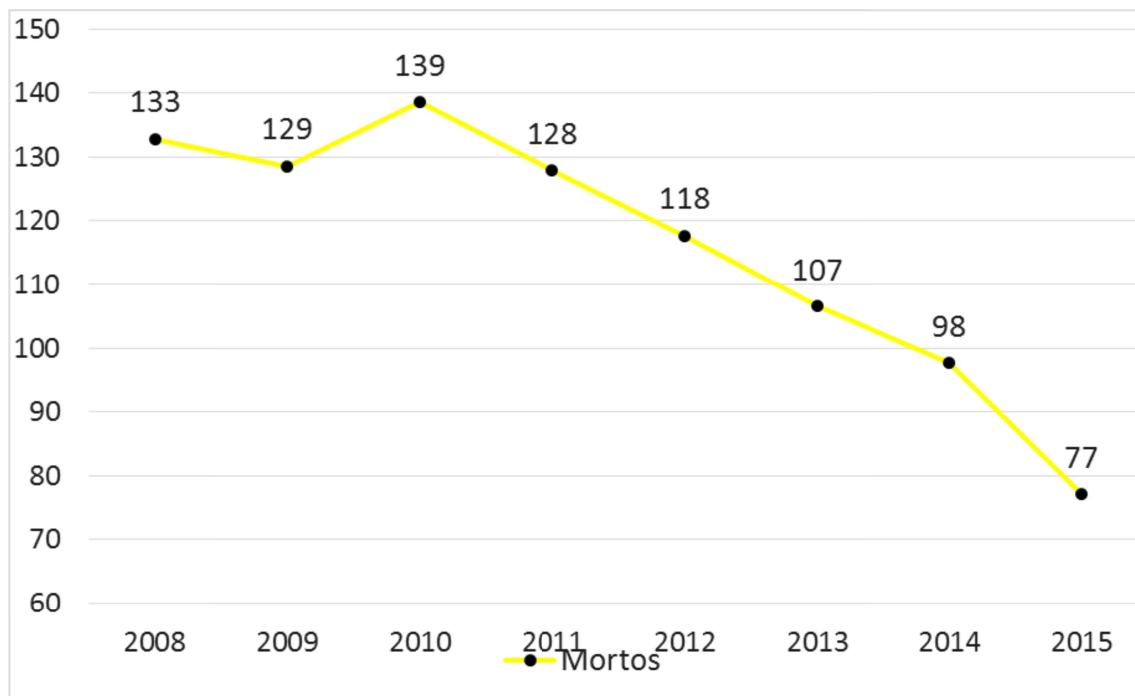
Quadro IV – Acidentes x Milhão de Veículos

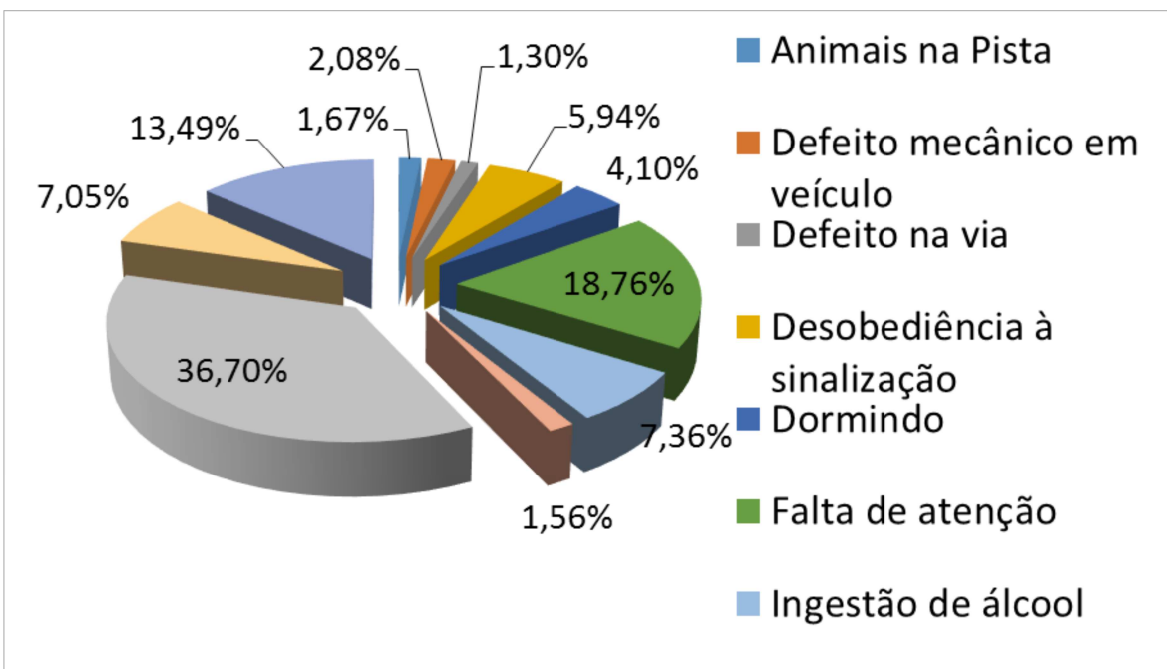


Quadro V – Feridos x Milhão de Veículos.



Quadro VI – Óbitos x Milhão de Veículos



Quadro VII – Principais Causas dos Acidentes Fatais

Como método para se definir índices relacionados ao trânsito, a PRF analisa os dados em relação à frota nacional, que tem aumentado a cada ano. Estatísticas apontam o crescimento de 147% da frota em treze anos, passando de 36,6 milhões em 2003 para 90,6 milhões de veículos em circulação no ano de 2015.

É incontroverso que o alcance do cenário ideal demanda estudos, planejamentos e ações constantes, contudo, conforme demonstrado acima, verifica-se que os trabalhos desenvolvidos pela PRF ao longo dos anos, isoladamente ou em conjunto, contribuem decisivamente para a construção de um trânsito mais seguro nas rodovias federais.

c) Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;

As causas da violência podem, em grande parte, ser atribuída à necessidade de intensificação de políticas públicas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, entretanto há uma forte vertente para a atuação da Segurança Pública, em especial quanto às instituições policiais que a compõe, recaiando a responsabilidade pelo planejamento e elaboração de uma solução definitiva para a problemática do aumento continuado da criminalidade.

Salientamos que, em virtude do modal rodoviário adotado pelo Brasil, elo de integração nacional por onde se transporta a maior parte das riquezas produzidas no país, as rodovias federais não estão imunes a esta realidade (aumento crescente da criminalidade e da violência), o que interfere diretamente nos planejamentos e projetos conduzidos pela PRF.

Neste sentido, cada vez mais as organizações criminosas tentam utilizar-se do transporte rodoviário para a realização de condutas delitivas, tais como: tráfico de entorpecentes; roubo e furto de veículos e cargas; contrabando e descaminho; crimes contra a propriedade intelectual (pirataria); tráfico de seres humanos; crimes ambientais; exploração sexual infanto-juvenil; entre outros.

Dentre os mais variados tipos penais praticados pelos infratores, verifica-se que uma parcela significativa destes crimes repercute interestadual e/ou internacionalmente, o que evidencia a importância estratégica das rodovias federais e dos trabalhos realizados pela PRF no tocante à temática segurança pública nacional.

Em cumprimento às atribuições institucionais que lhe são afetas, a PRF vem atuando de maneira significativa no enfrentamento à criminalidade, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes, objetivando a preservação da incolumidade pública, a garantia da segurança patrimonial e a manutenção da paz social.

A PRF, principalmente em função do modal rodoviário adotado pelo Brasil, possui características que a diferencia dos demais Órgão integrantes da Segurança Pública. Esta Instituição tem se mostrado firme no enfrentamento à criminalidade, tendo em seu favor alguns pontos próprios do exercício de seu mister, quais sejam:

- Vasta malha de rodovias federais, sua principal área de atuação;
- Efetivo Policial devidamente treinado e motivado;
- Ampla experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de disseminação de informações e conhecimento, em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino atuante;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de alocação imediata de recursos humanos e materiais em qualquer parte do território nacional.

O enfrentamento aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações, tem integrado a rotina de trabalho da PRF, com a produção de resultados significativos. Vejamos alguns exemplos:

Quadro VIII – Principais Apreensões.

PROCEDIMENTOS	2011	2012	2013	2014	2015
Cocaína (Kg)	5.935.889	6.830.693	5.978.928	7.814.861	7.683.340
Crack (Kg)	2.087.926	1.678.843	2.003.189	822.533	1.027.445
Merla (Lata)	10	123.940	10	0	460
Maconha (Kg)	60.270.614	88.104.978	117.697.053	168.752.575	164.527.258
Haxixe (g)	-	-	-	660	139.318
Haxixe (esferas)	130.526	124.685	93.547	111.622	5.937
Anfetamina / Barbitúricos (Un.)	274.250	118.107	249.165	22.084	98.262

Prisões por Tráfico (Un.)	2.015	1.922	2.603	1.960	1.654
Bebida (l)	140.283	98.034	288.591	209.403	301.422
CD/VHS/DVD (Un.)	4.129.702	2.353.563	914.489	603.959	835.654
Cigarro (Pacotes)	4.860.715	3.346.810	6.086.822	4.369.188	6.080.159
Combustíveis (l)	201.420	190.581	93.419	65.169	171.516
Equipamento de Informática (Un.)	200.413	82.873	49.063	150.582	84.686
Eletrônicos (Un.)	294.788	317.626	247.624	172.466	221.000
Medicamentos (Un.)	996.156	675.029	1.269.560	716.478	1.042.610
Munições (Un.)	70.223	58.028	53.513	68.819	135.164
Armas (Un.)	1.299	1.319	1.605	1.592	2.313
Animais Silvestres(Un.)	8.835	8.903	12.204	13.873	28.891
Carvão (m³)	9.600	5.852	11.075	34.129	2.603
Madeira (m³)	71.699	26.345	108.943	607.135	77.623
Pescados (Ton.)	126,008	66,024	55,149	63,000	64,022
Transporte de Substâncias Tóxicas (kg-L)	535.400	200.662	223.520	2.531.428	18.191.951
Total de Detidos (Un.)	28.640	26.708	33.620	24.550	24.740
Trabalhador Libertado (Un.)	379	266	61	20	473
Veículos recuperados (Un.)	4.006	4.566	5.123	5.447	5.369

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas, no âmbito das rodovias federais e em outras áreas mediante parcerias específicas, como o Ministério Público, os Órgãos Fazendários, de Proteção Ambiental, de Proteção de Direitos Humanos, de Proteção à Infância e Adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

d) Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais disponíveis no meio ambiente, atribuindo-lhes significados próprios. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de inúmeras formas a depender do olhar de cada indivíduo.

Quanto à Percepção de Segurança, partindo-se do conceito doutrinário, esta poderia ser definida como sendo a impressão ou sentimento que cada indivíduo possui do nível de segurança presente no ambiente em que vive.

Neste sentido, o aumento da Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais extrapola os limites dos resultados das ações realizadas pela PRF, ou seja, não basta reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, a questão em assunto esta intimamente relacionada à leitura que cada indivíduo faz do meio e que está inserido.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a PRF busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Com vistas a fornecer esse retorno à sociedade, a PRF, voltada para uma gestão com foco na excelência dos serviços prestados, valer-se-á de alguns mecanismos principais, a saber:

- Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
- Fortalecer e modernizar o policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
- Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
- Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

Por fim, tendo em vista que a legislação brasileira, os normativos federais e as decisões do Tribunal de Contas da União vêm exigindo cada vez mais a profissionalização do serviço público federal, com foco no planejamento das ações e no controle dos investimentos e resultados, salientamos que no dia 14 de fevereiro de 2014, foi publicado no Boletim de Serviço DPRF nº 12, o Plano Estratégico da Polícia Rodoviária Federal – PRF para o período de 2013 a 2020, conforme descrito abaixo:

PORTARIA Nº 28, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Instituir o Plano Estratégico da Polícia Rodoviária Federal – PRF para o período de 2013 a 2020, conforme detalhado nesta Portaria.

Art. 2º Para fins de compreensão e aplicação desta Portaria, ficam definidos os seguintes conceitos:

I - Planejamento Estratégico: processo de analisar uma organização em relação ao seu ambiente interno e externo, e, a partir desse diagnóstico, definir a situação desejada para a organização no longo prazo, bem como formular diretrizes e ações a serem adotadas para alcançar esse objetivo, por meio de um direcionamento que possa ser sistematicamente perseguido e monitorado;

II - Plano Estratégico: é o produto do Planejamento Estratégico, consolidando e formalizando a estratégia definida, sendo este composto pelas seguintes perspectivas:

a) Referencial Estratégico: é a diretriz basilar para a construção do Plano Estratégico, ou seja, é onde estão contidas a Missão, a Visão de Futuro e os Valores da organização;

b) Retorno à Sociedade: são os resultados que a organização efetivamente busca entregar à sociedade em retorno aos investimentos realizados (Investimentos Estratégicos), sendo estes resultados institucionais uma decorrência natural da gestão de seus recursos e da execução de suas atividades (Processos Estratégicos);

c) Processos Estratégicos: são atividades estratégicas da organização, que mediante aproveitamento adequado dos meios disponíveis (Investimentos Estratégicos), busca o atingimento dos macro-objetivos institucionais (Retorno à Sociedade); e

d) Investimentos Estratégicos: são os recursos investidos pela sociedade na organização, de forma que esta possa gerir e executar adequadamente suas atividades (Processos Estratégicos), transformando esses investimentos em resultados sociais efetivos (Retorno à Sociedade);

III - Missão: define a razão de existir de uma organização, delimitando claramente seu foco de atuação;

IV - Visão de Futuro: define o que a organização pretende se tornar e o seu posicionamento estratégico ao final do horizonte temporal do seu Plano Estratégico;

V - Valores: virtudes características da organização que devem ser preservadas e incentivadas, de forma que os fins pretendidos sejam alcançados por meios adequados e legítimos;

VI - Lema: é uma idéia expressa por uma frase curta que, internamente, serve de guia e de motivação para a organização, condensando valores que justificam uma ação comum, assim como, externamente, tem a função de comunicar essa idéia para os diversos intervenientes da organização;

VII - Mapa Estratégico: representação gráfica do Plano Estratégico da organização, visando a facilitar sua comunicação e disseminação, sendo composto basicamente por caixas de texto contendo os resultados e objetivos definidos pelo plano, e setas direcionais representando as relações de causa e efeito entre esses objetivos;

VIII - Memorial Descritivo: documento que descreve o conteúdo do Plano Estratégico da organização em texto livre, com o objetivo de facilitar sua compreensão e mitigar o risco de entendimentos ambíguos;

IX - Gestão Estratégica: é o processo de monitorar, controlar, avaliar, revisar e direcionar, de forma cíclica e contínua, a aplicação do Plano Estratégico;

X - Objetivo: é a descrição abrangente de um fim que se quer atingir, devendo orientar o processo decisório em favor de sua consecução e podendo ser segmentado em metas;

XI - Objetivo Estratégico: é um objetivo componente da perspectiva “Processos Estratégicos” ou da perspectiva “Investimentos Estratégicos”, do Plano Estratégico da PRF;

XII - Ação: é aquilo que efetivamente se busca executar para atingir um objetivo, podendo ser classificada como um Processo, quando se trata de uma ação contínua e repetitiva, ou como um Projeto, quando se trata de uma ação única, ou seja, com início e fim bem delimitados;

XIII - Projeto: esforço temporário, com início e fim bem delimitados, empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, ou seja, buscando uma inovação;

XIV - Projeto Estratégico: é um projeto que, devido ao seu porte, complexidade, multidisciplinaridade, impacto e/ou relevância, foi classificado como estratégico;

XV - Meta: é a definição de um resultado objetivamente mensurável a ser alcançado em determinado prazo, em geral vinculado a Indicadores de Desempenho e/ou a marcos muito bem definidos;

XVI - Meta Estratégica: é uma meta relacionada a um Objetivo Estratégico, podendo ser vinculada a um Indicador de Desempenho ou a uma Ação referente a este objetivo;

XVII - Plano Diretor Temático: é o desdobramento do Plano Estratégico em planos que direcionam as ações específicas de cada área temática da organização, de forma que todas atuem alinhadas e convirjam para os mesmos objetivos estratégicos;

XVIII - Plano Tático Regional: é o produto do planejamento de ações da Regional, baseado no Plano Estratégico e nos Planos Diretores Temáticos, e a eles alinhados, abrangendo todas as áreas da Regional, de forma que suas ações estejam alinhadas com as diretrizes nacionais e convirjam para os mesmos objetivos estratégicos e temáticos;

XIX - Indicador de Desempenho: é um método definido para medir o desempenho de um determinado processo ou objetivo, em geral para monitorar o atingimento de metas e/ou a variação de desempenho de um processo ao longo do tempo;

XX - Polaridade: sentido de leitura de um indicador de desempenho, de forma a avaliar seu resultado, podendo ser positiva (quanto maior é o valor, melhor é o resultado), negativa (quanto menor é o valor, melhor é o resultado) ou neutra (quando não é possível definir qual o melhor resultado apenas a partir do valor obtido, devendo este ser analisado frente ao contexto de sua obtenção);

XXI - Índice Ponderado: índice calculado a partir de uma fórmula definida que leva em conta diferentes fatores de avaliação, variáveis e pesos;

XXII - Acidente Grave: acidente de trânsito em que houve pelo menos um óbito ou um ferido com lesões classificadas como graves;

XXIII - Percepção de Segurança nas Rodovias Federais: é um valor obtido mediante pesquisa de opinião (survey) junto aos usuários de rodovias

federais, visando aferir o quanto estes se sentem seguros quando trafegando em rodovias federais, em relação à possibilidade de serem vítimas de ações criminosas ou de se envolverem em acidentes de trânsito;

XXIV - Ronda: viatura de policiamento ostensivo (caracterizada), em atividade de patrulhamento preventivo, trafegando ou estacionada de forma ostensiva, com a presença de pelo menos uma equipe junto ao veículo, ao longo de rodovia sob a circunscrição da PRF, sendo este ponto obrigatoriamente fora de um posto fixo de fiscalização (não são contabilizados como “ronda” os deslocamentos e paradas referentes ao atendimento de ocorrências, à participação em comandos ou quaisquer outras atividades não correlatas à atividade de patrulhamento preventivo);

XXV - Resgate Emergencial Profissional:

atendimento pré-hospitalar e/ou remoção de vítima de acidente de trânsito realizados por profissionais capacitados para tal, utilizando-se de insumos, equipamentos e veículos apropriados a esta finalidade, mesmo que adaptados;

XXVI - Operações de Enfrentamento aos Crimes Contra os Direitos Humanos: operações policiais que visam à prevenção e à repressão aos crimes que atentam contra os Direitos Humanos; e

XXVII - Ações de Conscientização e Promoção dos Direitos Humanos: ações com a iniciativa e/ou participação da PRF, visando a conscientização e a promoção dos Direitos Humanos, notadamente eventos educativos, campanhas de conscientização e atendimentos a vítimas de violência, voltados tanto para o público interno, quanto para o externo.

CAPÍTULO II DO PLANO ESTRATÉGICO

Art. 3º O Plano Estratégico da PRF é composto pelas seguintes perspectivas:

- I - Referencial Estratégico;
- II - Retorno à Sociedade;
- III - Processos Estratégicos; e
- IV - Investimentos Estratégicos.

Art. 4º O Plano Estratégico da PRF é único para todo o órgão, gerando efeitos e norteados todas as suas instâncias decisórias e executórias, ou seja, todas as decisões e ações da PRF devem estar vinculadas, direta ou indiretamente, a esse Plano Estratégico, devendo sempre objetivar o cumprimento da Missão e o atingimento da Visão de Futuro, exercendo seus Valores.

§ 1º Quaisquer decisões ou ações em desacordo com o previsto no caput deste artigo serão consideradas desvio do foco estratégico e desperdício de capacidade produtiva, devendo, portanto, ser evitadas ao máximo.

§ 2º É vedada a elaboração, a manutenção ou a divulgação de quaisquer outros planos internos da PRF com características ou nominados como planos estratégicos.

Art. 5º O Plano Estratégico da PRF é desdobrado em:

- I - Planos Diretores Temáticos; e
- II - Planos Táticos Regionais.

Parágrafo único. O desdobramento do Plano Estratégico da PRF em Planos Diretores Temáticos e em Planos Táticos Regionais será regulamentado oportunamente em normativos específicos.

Art. 6º Fica definido o Mapa Estratégico da PRF na forma apresentada no Anexo I desta Portaria.

Art. 7º Fica definido o Memorial Descritivo do Plano Estratégico da PRF na forma apresentada no Anexo II desta Portaria.

CAPÍTULO III DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Art. 8º Fica definida como a Missão da PRF: “Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União”.

Art. 9º. Fica definida como a Visão de Futuro da PRF: “Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania”.

Art. 10. Ficam definidos como os Valores da PRF:

- I - Profissionalismo;
- II - Cordialidade;
- III - Honestidade;
- IV - Equidade;
- V - Proatividade;
- VI - Comprometimento;
- VII - Espírito de Equipe;
- VIII - Transparência; e
- IX - Responsabilidade Socioambiental.

Art. 11. O Lema da PRF será definido por meio de concurso e/ou enquête junto ao seu público interno, conforme regras a serem definidas em ato específico.

Art. 12. É vedada a elaboração, a manutenção e a disseminação de quaisquer outras formas de Missão, Visão de Futuro, Valores e Lema diferentes das previstas nesta Portaria, incluindo aquelas referentes a atividades ou setores específicos, mesmo que com outras denominações.

Art. 13. As normas de comunicação da PRF, nas suas diversas formas, devem contemplar medidas para incentivar a divulgação em massa da Missão, da Visão de Futuro, dos Valores e do Lema da PRF, tanto interna quanto externamente.

CAPÍTULO IV DO RETORNO À SOCIEDADE

Art. 14. Fica definido como “Retorno à Sociedade” o seguinte conjunto de resultados institucionais:

- I - reduzir a violência no trânsito das rodovias federais;
- II - assegurar a livre circulação nas rodovias federais;

- III - contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país; e
- IV - aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

CAPÍTULO V DOS PROCESSOS ESTRATÉGICOS

Art. 15. Os “Processos Estratégicos” são compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

I - Vetor “Segurança com Cidadania”:

- a) fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- b) fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- c) intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- d) ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar; e
- e) aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes.

II - Vetor “Articulação”:

- a) fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF; e
- b) articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional.

III - Vetor “Comunicação”:

- a) fortalecer a imagem institucional da PRF; e
- b) melhorar a comunicação interna e externa.

IV - Vetor “Gestão”:

- a) estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
- b) implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
- c) desenvolver a cultura de gestão de projetos;
- d) mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho; e
- e) intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento.

CAPÍTULO VI DOS INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Art. 16. Os “Investimentos Estratégicos” são compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

I - Vetor “Pessoas”:

- a) adequar o quadro de pessoal às necessidades;
- b) mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
- c) potencializar o bem-estar, a motivação e o desempenho dos servidores; e
- d) intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais.

II - Vetor “Logística e Infraestrutura”:

- a) assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução; e
- b) prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

CAPÍTULO VII DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ESTRATÉGICOS

Art. 17. Os Indicadores de Desempenho Estratégicos são aqueles definidos no Anexo III desta Portaria, contendo: perspectiva, vetor, resultado esperado / objetivo a ser alcançado, título, forma de cálculo, polaridade, área responsável pela medição e áreas responsáveis pelo resultado.

§ 1º Devem ser direcionados recursos e ações de forma a viabilizar a medição periódica dos Indicadores de Desempenho Estratégicos.

§ 2º Até que a medição de um Indicador de Desempenho Estratégico seja possível, este deve ser apresentado como “em construção”.

Art. 18. A análise dos resultados referentes ao “Retorno à Sociedade”, aos “Processos Estratégicos” e aos “Investimentos Estratégicos” deve ser baseada nos valores advindos dos respectivos Indicadores de Desempenho Estratégicos, acompanhados das devidas contextualizações, admitindo-se, quando necessário, a complementação com informações adicionais.

Art. 19. Os Indicadores de Desempenho Estratégicos deverão ser medidos regularmente e ter seus resultados amplamente divulgados interna e externamente.

Art. 20. Sempre que possível, os Indicadores de Desempenho Estratégicos devem ter seus resultados medidos e divulgados de forma separada por Regional e demais subunidades.

CAPÍTULO VIII DA GESTÃO ESTRATÉGICA

Art. 21. Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Polícia Rodoviária Federal – COGEST.

Art. 22. Compete ao COGEST:

I - acompanhar, avaliar e orientar a execução do Plano Estratégico da PRF, definindo a priorização e o direcionamento de ações e de recursos para a consecução de seus objetivos;

II - revisar anualmente o Plano Estratégico da PRF, a fim de mantê-lo sempre adequado à estratégia e ao ambiente de atuação da PRF, prezando por sua estabilidade e continuidade; e III - regulamentar, analisar, revisar e aprovar os Planos Diretores Temáticos e os Planos Táticos Regionais, bem como acompanhar, avaliar e orientar sua execução.

Art. 23. O COGEST é formado pelos titulares das seguintes áreas:

I - Direção-Geral;

II - Chefia de Gabinete da Direção-Geral;

III - Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária;

IV - Coordenação-Geral de Administração;

V - Coordenação-Geral de Recursos Humanos;

VI - Coordenação-Geral de Operações;

VII - Corregedoria-Geral; e

VIII - Coordenação de Inteligência;

§ 1º O COGEST será presidido pelo Diretor-Geral da PRF em exercício.

§ 2º Os substitutos das áreas componentes do COGEST atuarão no comitê como suplentes, sendo vedada a indicação de outros representantes.

§ 3º Os membros suplentes poderão atuar somente nos casos de impedimento dos membros titulares.

§ 4º As atividades do COGEST serão secretariadas pelo Gabinete da Direção-Geral.

Art. 24. O COGEST reunir-se-á ordinariamente, a cada 3 (três) meses, para avaliação de resultados e direcionamento de ações.

§ 1º O Comitê poderá reunir-se extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente.

§ 2º O Comitê, por intermédio de seu Presidente, poderá convidar técnicos ou servidores da PRF para participação nas reuniões.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAIS.

3.1 Planejamento Organizacional.

O Planejamento Estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o período de 2013 a 2020 foi instituído pela Portaria nº 028-DG, de 12 de fevereiro de 2014. Para sua confecção foi realizado diagnóstico estratégico pela Equipe de Desenvolvimento do Planejamento Estratégico da PRF, designada pela Portaria nº 38-DG, de 1º de junho de 2011, cuja elaboração colheu dados importantes sobre a PRF, ouvindo gestores e servidores da instituição.

As características inerentes ao trânsito rodoviário e à grande extensão da malha viária brasileira favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam, sobremaneira, o planejamento e deliberação acerca da sistemática mais apropriada para cada situação fática que se apresente.

Neste sentido, cumpre registrarmos que vários são os tipos de crimes cometidos ao longo das rodovias federais, não se restringindo aos de cunho patrimonial, vejamos: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

A prática de condutas delitivas, sabidamente, causa enormes prejuízos econômicos, financeiros e sociais ao País, razão pela qual a temática segurança pública sempre esta inserida dentre o rol de prioridades dos Governos, que, diuturnamente, envidam os esforços possíveis e disponíveis na busca por um formato de política pública que possibilite garantir a paz social.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de efetiva proteção ao cidadão, proporcionada pela sua ampla e irrestrita presença nos mais variados pontos do território nacional, graças ao modal rodoviário adotado pelo Brasil, aliada à sua contínua e dedicada prática de combate e repressão ao crime, com vistas ao aumento da sensação coletiva de segurança.

A PRF busca atingir seus objetivos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde, voltadas aos usuários das rodovias federais, às atividades de educação para o trânsito.

Outro ponto que merece especial atenção dos entes públicos, dentre os quais está inserida a PRF, são os acidentes de trânsito, que, também, provocam prejuízos enormes à sociedade brasileira.

Os acidentes de trânsito interferem diretamente na saúde pública, demandando gastos extremamente vultosos no tratamento hospitalar das vítimas, que em muitos casos ficam com sequelas irreversíveis, além de provocar danos intangíveis e irreparáveis na vida social, econômica e familiar dos cidadãos.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que este Órgão vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Neste norte, a PRF tem fornecido subsídios para que os Estados Federados e entes do Governo Federal venham a implementar políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entre outros.

O planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos, bem como com os administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela PRF.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio, Administrativa, execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, Operacional, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a PRF deverá atuar, durante o quadriênio 2012-2015, nas seguintes ações/metast:

- Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015;
- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil em Regiões de Fronteiras;
- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras;
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;

- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual;
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito até 2015;
- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;
- Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015;
- Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015;
- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária;
- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias;
- Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira;
- Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015;
- Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico;
- Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM);
- Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes.

Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, próprias deste Órgão integrante do Sistema Nacional de Segurança Pública, a PRF também participa dos trabalhos relacionados às metas descritas abaixo:

- Implantar 325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço - (*Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF*);
- Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos - (*Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/SESGE/DPRF*);
- Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções - (*Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/SESGE/DPRF*);
- Apreender 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida - (*Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF*);

- Apreender 52.000 armas de fogo - (*Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF*);
- Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras - (*Unidades Responsáveis pela meta: DPRF/DPF*);
- Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados - (*Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF/SNJ*);
- Elaboração de um Plano de Aviação em Segurança Pública para os Estados Fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras - (*Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF*);
- Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015 - (*Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF*); e
- Produzir 68.000 documentos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal) - (*Unidades Responsáveis pela meta: DPRF/DPF*).

Com o intuito de gerenciar os objetivos da Polícia Rodoviária Federal, alinhando o planejamento estratégico do órgão com as metas do PPA o Escritório de Projetos Estratégicos do DPRF fomenta a construção, o desenvolvimento e o acompanhamento de Projetos que possam gerenciar as demandas macros da PRF.

No Planejamento Estratégico ficou estabelecido que o Plano Estratégico da PRF é um produto que busca consolidar e formalizar a estratégia definida, sendo este composto pelas seguintes perspectivas:

- a) Referencial Estratégico: é a diretriz basilar para a construção do Plano Estratégico, ou seja, é onde estão contidas a Missão, a Visão de Futuro e os Valores da organização;
- b) Retorno à Sociedade: são os resultados que a organização efetivamente busca entregar à sociedade em retorno aos investimentos realizados (Investimentos Estratégicos), sendo esses resultados institucionais uma decorrência natural da gestão de seus recursos e da execução de suas atividades (Processos Estratégicos);
- c) Processos Estratégicos: são atividades estratégicas da organização, que mediante aproveitamento adequado dos meios disponíveis (Investimentos Estratégicos), busca o atingimento dos macro-objetivos institucionais (Retorno à Sociedade); e
- d) Investimentos Estratégicos: são os recursos investidos pela sociedade na organização, de forma que esta possa gerir e executar adequadamente suas atividades (Processos Estratégicos), transformando esses investimentos em resultados sociais efetivos (Retorno à Sociedade).”(Portaria nº 028-DG, de 12 de fevereiro de 2014)

Na formulação do esforço institucional para a consolidação do Plano Estratégico, observamos a especificação de determinados conceitos, os quais destacamos os seguintes:

IX - Gestão Estratégica: é o processo de monitorar, controlar, avaliar, revisar e direcionar, de forma cíclica e contínua, a aplicação do Plano Estratégico;

...

XI - Objetivo Estratégico: é um objetivo componente da perspectiva “Processos Estratégicos” ou da perspectiva “Investimentos Estratégicos”, do Plano Estratégico da PRF;

...

XIV - Projeto Estratégico: é um projeto que, devido ao seu porte, complexidade, multidisciplinaridade, impacto e/ou relevância, foi classificado como estratégico;

...

XVI - Meta Estratégica: é uma meta relacionada a um Objetivo Estratégico, podendo ser vinculada a um Indicador de Desempenho ou a uma Ação referente a este objetivo;

XVII - Plano Diretor Temático: é o desdobramento do Plano Estratégico em planos que direcionam as ações específicas de cada área temática da organização, de forma que todas atuem alinhadas e converjam para os mesmos objetivos estratégicos;

XVIII - Plano Tático Regional: é o produto do planejamento de ações da Regional, baseado no Plano Estratégico e nos Planos Diretores Temáticos, e a eles alinhados, abrangendo todos as áreas da Regional, de forma que suas ações estejam alinhadas com as diretrizes nacionais e converjam para os mesmos objetivos estratégicos e temáticos;

XIX - Indicador de Desempenho: é um método definido para medir o desempenho de um determinado processo ou objetivo, em geral para monitorar o atingimento de metas e/ou a variação de desempenho de um processo ao longo do tempo;

XX - Polaridade: sentido de leitura de um indicador de desempenho, de forma a avaliar seu resultado, podendo ser positiva (quanto maior é o valor, melhor é o resultado), negativa (quanto menor é o valor, melhor é o resultado) ou neutra (quando não é possível definir qual o melhor resultado apenas a partir do valor obtido, devendo este ser analisado frente ao contexto de sua obtenção);”(Portaria nº 028-DG, de 12 de fevereiro de 2014)

Na PRF o plano estratégico é único e todas as Unidades Gestoras desconcentradas se alinham pelas iniciativas definidas no âmbito da Direção-Geral, o que aprimora a capacidade de cumprimento da Missão e o atingimento da Visão de Futuro exercendo seus Valores.

O Plano Estratégico foi desdobrado em Planos Diretores Temáticos e Planos Táticos Regionais - que possuem periodicidade de execução de 02 anos e 01 ano, respectivamente - estabelecendo assim um cronograma aprimorado de atividades, que permite a divisão do Plano Estratégico em 10 períodos de execução, colaborando para possíveis correções de rumos e melhorias de processos no âmbito da Sede PRF e nas suas Unidades Regionais.

Ao estabelecer as perspectivas para o Plano Estratégico ficou definido como Referencial Estratégico que a Missão, a Visão de Futuro e os Valores institucionais são:

Missão	“Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União”.
Visão de Futuro	“Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania”.
Valores	I - Profissionalismo; II - Cordialidade; III - Honestidade; IV - Equidade; V - Proatividade; VI - Comprometimento; VII - Espírito de Equipe; VIII - Transparência; e IX - Responsabilidade Socioambiental.

Na perspectiva de retorno à sociedade os principais resultados institucionais são:

- I - reduzir a violência no trânsito das rodovias federais;
- II - assegurar a livre circulação nas rodovias federais;
- III - contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país; e
- IV - aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

Detalhando outra perspectiva que faz parte do Plano Estratégico, o “Processos Estratégicos” são compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

Vetor	Objetivo Estratégico
Segurança com Cidadania	a) fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito; b) fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; c) intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos; d) ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar; e) aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes.
Articulação	a) fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF; b) articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional.
Comunicação	a) fortalecer a imagem institucional da PRF; e b) melhorar a comunicação interna e externa.
Gestão	a) estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa; b) implantar um modelo de gestão baseado em resultados; c) desenvolver a cultura de gestão de projetos; d) mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho; e e) intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento.

A última perspectiva a ser detalhada são os “Investimentos Estratégicos” compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

Vetor	Objetivos Estratégicos
Pessoas	a) adequar o quadro de pessoal às necessidades; b) mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico; c) potencializar o bem-estar, a motivação e o desempenho dos servidores; d) intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais.
Logística e Infraestrutura	a) assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução; e b) prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.

A condução dos trabalhos orientados pelo Plano Estratégico facilita a identificação do alinhamento estratégico das ações diárias da PRF, na busca da efetividade de seu planejamento, permitindo a elaboração de novas rotinas e procedimentos operacionais.

Para a ampliação do controle dos resultados institucionais almejados, a PRF instituiu indicadores de desempenho, que através da gestão de suas informações operacionais, permite a validação de cálculos estruturados e de polaridades identificadas.

Assim, os indicadores de desempenho podem verificar o atingimento das metas do período, e em tempo oportuno, auxilia nas decisões de medidas administrativas e operacionais que beneficiem a execução do que foi estipulado.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.

O Planejamento Estratégico foi concluído com êxito e o Plano Estratégico foi instituído em 12 de fevereiro de 2014, através da Portaria 028 da Diretora Geral.

O Plano Estratégico já está em execução, contendo diversos documentos auxiliares para avaliação e monitoramento.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.

Os Planos Estratégico, Diretores e Táticos Regionais buscam atender o consignado nos documentos de referência, que visam identificar a necessidade de manter a conformidade com

leis e regulamentações pertinentes às ações finalísticas da PRF. Os documentos mais relevantes utilizados como referência para a elaboração dos planos são:

- Constituição Federal
- Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (PPA);
- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- LOA - Lei Orçamentária Anual;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (licitações);
- Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (processo administrativo);
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB);
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (licitações e contrato);
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2012 (Acesso a informação);
- Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 (SISP);
- Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995 (Competências da PRF);
- Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994 (Código de Ética do Servidor);
- Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Organização da Administração Federal);
- Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 (contratação de serviços);
- Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010 (PNDH-3);
- Portaria MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007 (aprova o Regimento Interno da PRF);
- Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011 (PEFRON);
- Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998 (Carreira PRF);
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA);
- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (regime jurídico dos servidores públicos civis)

3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.

A PRF estrutura seus dados em informações operacionais que possibilitem a produção de conhecimento das atividades operacionais e administrativas.

Em 2015, exemplificamos essa busca, com a modernização dos registros de acidentes em rodovias federais através do sistema e-DAT (Declaração de Acidente de Trânsito Eletrônica), que permite estruturar as informações de ocorrências de acidentes, com a abertura de possibilidade de registro simplificado, alimentado diretamente pelo usuário pela internet.

O esforço organizacional visando os resultados de retorno à sociedade, são acompanhados ordinariamente, destacando o papel do monitoramento para identificação de possíveis ajustes.

Os quadros a seguir permitem a verificação dos atingimentos desses indicadores de desempenho.

Resultado Institucional: Reduzir a violência no trânsito das rodovias federais

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Polaridade	Atingimento
Taxa de Acidentes Graves	Número de acidentes de trânsito graves ocorridos em rodovias federais para cada um milhão de veículos da frota nacional.	Negativa	SIM
Taxa de Mortalidade	Número de óbitos causados por acidentes de trânsito ocorridos em rodovias federais para cada um milhão de veículos da frota nacional.	Negativa	SIM

Resultado Institucional: Assegurar a livre circulação nas rodovias federais

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Polaridade	Atingimento
Índice de Interdição de Rodovias	Índice ponderado, composto pelos dados relativos às interdições de rodovias, considerando tipo, causa e tempo de interdição.	Negativa	Não

Resultado Institucional: Contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Polaridade	Atingimento
Ocorrências Criminais nas Rodovias Federais	Número de ocorrências de caráter criminal ocorridas em rodovias federais.	Neutra	45.589 ocorrências
Pessoas Detidas	Número de pessoas detidas por ação da PRF (flagrante delito ou cumprimento de mandado de prisão).	Neutra	24.750 pessoas
Veículos Recuperados	Número de veículos furtados, roubados ou com mandado de busca e apreensão, recuperados por ação da PRF	Neutra	5.349 unidades
Quadro de Apreensões de Ilícitos	Quadro quantitativo de apreensões de ilícitos: entorpecentes (maconha, cocaína e crack); contrabando e descaminho (cigarro, informática, eletrônicos e medicamentos); armas, munições e explosivos; ilícitos ambientais; menores em situação de risco.	Neutra	● Entorpecentes: 173.178,1 kg ● Contrabando: -cigarro: 6.075.035 pacotes -informática: 83.156 unidades -eletrônicos: 219.584 unidades

			-medicamentos: 1.037.635 unidades ● armas: 2.305 unidades ● munições: 135.037 munições ● ilícitos ambientais: -animais silvestres: 28.878 animais -carvão: 2.603 (m³) -Madeira: 77.561(m³) Pescados 63.842 (kg) ● menores em situação de risco: 487 menores
--	--	--	--

Resultado Institucional: Aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Polaridade	Atingimento
Índice de Percepção de Segurança nas Rodovias Federais	Pesquisa junto a usuários de rodovias, quanto a sua "percepção de segurança" quando transitando em rodovias federais, seja quanto ao trânsito, seja quanto à criminalidade.	Positiva	Não atualizado

3.2 Desempenho Orçamentário.

3.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.

3.2.1.1 Programas do PPA.

Este item ficará sob a responsabilidade das unidades jurisdicionadas que representam ministério (secretaria-executiva ou secretaria geral de ministério e secretarias com status de ministério no âmbito da Presidência da República), portanto não se aplica a esta UPC.

3.2.1.2 Objetivos do Programa do PPA.

Fonte: SIOP – Quadro IX – Programa Segurança Pública com Cidadania

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.					
Código	0833	Órgão	DPRF			
Programa	Segurança Pública com Cidadania			Código	2070	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito.	Pessoa	500.000	-	1.993.586	398,72
2	Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015.	Trecho crítico de acidentes	100	-	8	8
3	Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015	Procedimentos de fiscalização	6.000.000	-	5.694.114	94,90
4	Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico	Bases de resgate aeromédico	4	-	0	0
5	Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias	Pontos críticos de rodovias	200	-	103	51

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
6	Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015	Veículos	24.000.000	-	29.209.956	121,71
6.1	Região Nordeste	Percentual	27	-	23,51	87,07
6.2	Região Centro-Oeste	Percentual	15	-	14,21	94,73
6.3	Região Sul	Percentual	23	-	27,50	119,57
6.4	Região Sudeste	Percentual	25	-	24,85	99,40
6.5	Região Norte	Percentual	10	-	9,93	99,30
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
7	Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional					
8	Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária					
9	Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados					
10	Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM)					
11	Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes					

Código 833 – sequencial 1: As ações de educação para o trânsito executadas pela PRF tem o objetivo de provocar mudanças de atitudes em todos os cidadãos usuários das rodovias, sejam pedestres, condutores e passageiros, de forma que atuem priorizando atitudes de segurança e de cidadania no trânsito, para alcançar os resultados institucionais de reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação, contribuir para a redução da criminalidade no país, aumentar a percepção de segurança dos usuários nas rodovias federais e contribuir com a meta de redução de 50% das mortes em acidentes de trânsito no Brasil, proposta pelo ONU.

Essas ações transmitem não apenas as normas, regras e preceitos legais, mas contemplam também aspectos éticos e de cidadania, ampliando o nível de conscientização dos diversos atores do trânsito, para que adotem atitudes prudentes, compatíveis com as necessidades de segurança de todos.

A PRF realiza ao longo das rodovias 02 (duas) grandes atividades voltadas para os usuários das rodovias, de forma contínua e diversificada para garantir a conscientização e sensibilização do maior número de cidadãos.

CINEMA RODOVIÁRIO - Os comandos do Cinema Rodoviário são realizados durante as abordagens aos condutores e enquanto os veículos são fiscalizados ou os autos de infração são confeccionados, os ocupantes são convidados a assistir a uma rápida palestra, em que policiais exibem filmes educativos e orientam sobre comportamentos seguros no trânsito. A participação na palestra não elide os condutores infratores das sanções administrativas e todos são submetidos ao teste do etilômetro.

Através de parcerias com empresas e instituições públicas e privadas, a PRF realiza exposições de viaturas e equipamentos operacionais e promove palestras educativas em postos de combustíveis, concessionárias de veículos pesados, em feiras e demais eventos voltados aos motoristas profissionais.

FETRAN - Festival Estudantil Temático de Trânsito - O FETRAN utiliza as atividades pedagógicas para incluir transversalmente a temática “Trânsito” no cotidiano escolar. Com o objetivo de conscientizar crianças, adolescentes e toda comunidade escolar da responsabilidade de todos na segurança do trânsito. Através de parceria entre as escolas e a PRF, estudantes e professores produzem trabalhos com essa temática, nas mais diversas modalidades como teatro maquetes, poesias, danças, músicas, textos, mural, cartazes, dentre outros, valorizando a diversidade escolar e cultural. O resultado das atividades é exposto, pelos estudantes e professores, à comunidade escolar durante a Feira de Trânsito e no Festival Temático que reúne todas as escolas para um grande debate acerca do tema. Os melhores trabalhos são premiados com uma viagem cultural para Brasília-DF, para que sejam apresentados durante a Semana Nacional do Trânsito.

As ações abordam os temas embriaguez ao volante, excesso de velocidade, uso do cinto de segurança e cadeirinha, ultrapassagens irregulares e segurança de motociclistas, de acordo com as características locais e os índices de acidentes;

A escolha dos temas abordados, os locais, horários e dias de realização das ações de educação para o trânsito consideram as peculiaridades de cada localidade, o público presente, o fluxo de veículos, os índices de acidentes registrados e infrações comumente cometidas. Para tanto, são utilizados os dados dos sistemas de registros de acidentes e de infrações, para orientar o planejamento, identificar os pontos críticos com altos índices de acidentes e a melhor forma de atuar.

As ações de educação para o trânsito da PRF contribuem para a redução dos índices de acidentes, mortos e feridos através da conscientização de crianças, adolescentes, condutores e motoristas profissionais.

2012: 210.000 pessoas

2013: 380.835 pessoas

2014: 611.923 pessoas (*)

2015: 790.828 pessoas

Código 833 – sequencial 2: trecho crítico: é a junção dos pontos críticos em trechos de 10 km (BR XXX, do Km YYY ao Km ZZZ). Da análise dos pontos críticos inicialmente identificados, observou-se que alguns encontravam-se agrupados em sequência, assim, percebeu-se que o problema, via de regra, não era em um local específico (que poderia ser identificado como alguma deficiência na engenharia viária, ou um ponto de excesso de velocidade, que seriam problemas pontuais), mas que se tratava de trechos maiores (caracterizados, por exemplo, como um trecho urbano, uma região de confluência de várias vias rurais e urbanas, ou a região de povoados instalada às margens da BR, além daqueles problemas que poderiam ser pontuais). Verificou-se, ainda, que a opção por se tratar trechos, ao invés de pontos, traria vantagens quanto aos investimentos (sendo possível o compartilhamento e aproveitamento da infraestrutura para a cobertura de uma área maior) e aos resultados (ao atuar nesses 100 trechos críticos, é possível atacar mais 20% dos acidentes graves e fatais que ocorrem nos mais de 72.000 km de rodovias federais sob responsabilidade da PRF).

Análise situacional: Foi implantado o sistema de videomonitoramento no estado do Rio Grande do Sul, o qual cobre 4 trechos críticos de acidentes, totalizando 40 Km de extensão, tendo sido observada uma redução próxima a 75% nos acidentes com vítimas fatais nesse trecho.

Foi implantado o sistema de videomonitoramento no Distrito Federal, no final de 2014, que cobre 4 trechos críticos.

Quantidade alcançada em 2014: 8,00 (4 trechos do RS e 4 trechos do DF).

Em 2015 não houve evolução da meta. Os pontos instalados no final de 2014 encontram-se ainda em fase de testes.

Quantidade alcançada da Meta: 8 Trechos críticos de acidentes

Código 833 – sequencial 3: Realizados 648.291 testes em 2012, 1.515.165 no ano de 2013, 1.531.216 em 2014 e 1.999.442 em 2015. Totalizando 5.694.114 testes. O número de testes realizados aumentou 208% entre 2012 e 2015 e na média 127% entre 2012 e 2015. Apesar da meta não ter sido alcançada, no período considerado tivemos uma redução de 6,13% na quantidade de acidentes graves, 7,31% na quantidade de feridos graves e 1,44% na quantidade de mortos, em acidentes cuja causa predominante foi a ingestão de álcool. Esses números não levam em consideração o aumento da frota de veículos, especialmente as motocicletas e motonetas.

Não houve um motivo específico para não alcançarmos a meta de testes de alcoolemia. A fiscalização foi bem intensa e com foco em trechos e horários críticos, com maior concentração de acidentes envolvendo condutores embriagados. A fiscalização foi direcionada à qualidade, utilizando dados estatísticos para identificar esses trechos e horários críticos, e com objetivo de reduzir a quantidade de acidentes graves. A meta diária também era majorada

durante os períodos de feriados prolongados e carnaval.

(*) Ressaltamos que os valores preenchidos nos anos de 2012 e 2103, na evolução da meta, sofreram atualização por parte das regionais DPRF, posteriormente ao preenchimento do monitoramento no SIOP. Considerando que não é possível alterar a evolução da meta de anos anteriores e que os números oficiais do Órgão são esses elencados acima, solicitamos que essa seja considerada como quantidade alcançada.

Quantidade alcançada da Meta: 5.694.114 procedimentos de fiscalização.

Código 833 – sequencial 4: A implantação de 4 novas bases fica condicionada à COMPRA DE NOVAS AERONAVES e SELEÇÃO DE novos PILOTOS. Não foram adquiridas novas aeronaves, razão pela qual não foram implantadas novas bases. A capacitação de novos pilotos está com edital pronto, aguardando a publicação pela Coordenação de Ensino/PRF.

Quantidade alcançada da Meta: Nenhuma Base de resgate aeromédico.

Código 833 – sequencial 5: Inicialmente a Coordenação-Geral de Operações da PRF identificou os 200 pontos críticos em termos de ocorrências de acidentes e planejou a instalação de 200 câmeras de monitoramento eletrônico nesses pontos visando identificação em tempo real das ocorrências e a celeridade no deslocamento das equipes de atendimento. Entretanto, no decorrer do projeto, verificou-se que os resultados seriam mais efetivos ao se trabalhar com trecho, que compreende um segmento de 10 km de rodovia, ao invés de monitorar apenas os pontos, o que levou à criação da segunda meta (Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015). Efetivamente, a primeira meta pode ser traduzida na quantidade de pontos de videomonitoramento instalados (câmeras). Sendo assim, foram instalados, até o momento, 78 pontos no Rio Grande do Sul em 2012 (que correspondem a 04 trechos críticos) e 25 no Distrito Federal em 2014 (que correspondem a 04 trechos críticos). Informamos que houve equívoco na informação da quantidade alcançada em 2013. Como não houve nenhuma câmera instalada, o resultado deveria ser os mesmos 78,00 do ano de 2012, pois é cumulativo. No ano de 2015 não houve evolução, pois os pontos instalados em 2014 ainda encontram-se em fase de testes.

Quanto às definições:

- Ponto crítico se refere às localizações exatas (BR e Km) da ocorrência dos acidentes. Foi a primeira opção de tratamento dos acidentes, identificar os 200 pontos (BR XXX, Km YYY) com maior ocorrência de acidentes e tratá-los isoladamente.

- Trecho crítico é a junção dos pontos críticos em trechos de 10 km (BR XXX, do Km YYY ao Km ZZZ). Da análise dos pontos críticos inicialmente identificados, observou-se que alguns encontravam-se agrupados em sequência, assim, percebeu-se que o problema, via de regra, não era em um local específico (que poderia ser identificado como alguma deficiência na engenharia viária, ou um ponto de excesso de velocidade, que seriam problemas pontuais), mas que se tratava de trechos maiores (caracterizados, por exemplo, como um trecho urbano, uma região de confluência de várias vias rurais e urbanas, ou a região de povoados instalada às margens da BR, além daqueles problemas que poderiam ser pontuais). Verificou-se, ainda, que

a opção por tratar-se trechos, ao invés de pontos, traria vantagens quanto aos investimentos (sendo possível o compartilhamento e aproveitamento da infraestrutura para a cobertura de uma área maior) e aos resultados (ao atuar nesses 100 trechos críticos, é possível atacar mais 20% dos acidentes graves e fatais que ocorrem nos mais de 72.000 km de rodovias federais sob responsabilidade da PRF).

Os pontos ou trechos críticos, são obtidos de forma estatística, com base no levantamento da quantidade de acidentes graves e fatais ocorridos a cada quilômetro de rodovia. Os dados são obtidos por meio dos registros de acidentes no sistema BR-Brasil, da PRF.

Quantidade alcançada da Meta: 103 Pontos críticos de rodovias

Código 833 – sequencial 6: Em 2015 foram fiscalizados 7.724.921 veículos, em 2014 foram 7.555.683 veículos, 8.014.877 veículos no ano de 2013 e em 2012, 5.914.475 veículos totalizando 29.209.956 nestes últimos anos. As metas regionais estão próximas do estipulado. O resultado deste aumento no número de fiscalizações tem contribuído para a redução do número de acidentes de trânsito e sua gravidade e também a identificação de veículos irregulares e roubados, bem como para encontrar armas, drogas e outros produtos ilícitos no interior de veículos. O valor é superior ao número de pessoas fiscalizadas, pois algumas dessas fiscalizações são realizadas de forma eletrônica.

Quantidade alcançada da Meta: 29.209.956 Veículos

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada
Região Centro-Oeste	15	%	14,21
Região Nordeste	27	%	23,51
Região Norte	10	%	9,93
Região Sudeste	25	%	24,85
Região Sul	23	%	27,5

Código 833 – sequencial 7: Iniciativas para ampliação da parceria entre a PRF e SAMU foram intensificadas em 2012 e 2013, mediante convênios do Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, no que se refere a ambulâncias de atendimento pré-hospitalar.

Em 2014, frente à expansão das atividades do SAMU com ambulâncias, foi confeccionada uma minuta de convênio contemplando apenas aeronaves PRF de atendimento pré-hospitalar e resgate, já que não houve por parte do Ministério da Saúde o interesse na inclusão das ambulâncias. A renovação deste convênio encontra-se atualmente no Ministério da Saúde para assinatura com valores atualizados, conforme estudo técnico enviado. Até o momento não houve consenso entre a PRF e o Ministério da Saúde/SAMU, para renovação do convênio.

Código 833 – sequencial 8: O Centro de Estudos de Segurança Viária Compreende uma estrutura dedicada a estudos a respeito do tema, com foco nas rodovias federais, de forma a induzir a construção de políticas públicas voltadas à garantia de segurança nessa área de atuação da PRF. Com a implantação da nova estrutura da PRF, será criada uma Coordenação-Geral com esta competência. Desta forma, há perspectiva de implantação do Centro para 2015, com o advento da nova estrutura da PRF. A nova estrutura já foi aprovada pela Câmara e encontra-se em tramitação no Senado.

A nova estrutura foi aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência da República em 2014, com nova previsão de implantação para 2015. Devido à não implantação da nova estrutura da PRF em 2015, não foi possível a implantação do Centro de Estudos de Segurança Viária.

Código 833 – sequencial 9: A implementação de unidade de Comando e Controle é o resultado de um esforço procedimental, de aquisição de equipamentos para operação e geração de conhecimento e também capacitação do efetivo destinado ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao despacho e controle destas ações. Do ponto de vista procedimental tem-se trabalhado na documentação necessária às definições do fluxo de informações e demais temas relacionados à alimentação de dados aos sistemas que funcionarão nas Centrais de Comando e Controle. Quanto à aquisição de equipamentos, em 2014 foram adquiridos monitores e TV's para as unidades dos estados que receberam jogos da Copa 2014, Também foram contratadas e implantadas câmeras de monitoramento para a Central de Comando e Controle do Distrito Federal.

Foram levantadas as necessidades das regionais para aquisição de equipamentos visando a uniformidade das unidades que passarão a operar atividades de Comando e Controle. No que tange à utilização de software para o Comando e Controle, o Sistema de Monitoramento de Viaturas está em pleno funcionamento e operando em todas as regionais. A CCO é demandante dos Sistemas de Parte Diária Eletrônica e Central de Atendimento e Despachos e o Sistema de Consultas Integradas que cobrirão grande parte das atividades desempenhadas nas unidades de Comando e Controle. O Sistema da Parte Diária Eletrônica foi testado com sucesso na Copa do Mundo 2014, tendo sua implantação iniciada nos postos da PRF a partir do mês de agosto. Já o sistema Central de Atendimento e Despacho começou a ser testado no Paraná em junho e continua a fase de testes e melhorias na regional do DF. Com os resultados dessa implantação, esperamos expandir o sistema para todas as regionais em 2015. O Sistema Consultas Integradas ainda não foi homologado, por problemas junto ao INFOSEG. Esperamos a homologação para o início de 2015. A regional do Rio Grande do Norte efetuou a contratação de atendimento de primeiro nível para as ligações de emergência do 191, como um projeto piloto. Caso a avaliação seja positiva, este projeto será ampliado para as outras regionais. As 12 Centrais de Comando e Controle nos locais de realização da Copa 2014 funcionaram a contento, controlando as escoltas de seleções e autoridades durante a realização do evento e repassando as informações relevantes para a Direção Geral em Brasília. Desta forma, as atividades voltadas ao funcionamento das unidades de Comando e Controle da Polícia Rodoviária Federal encontram-se em desenvolvimento, bem como as devidas documentações e capacitações para operação das ferramentas de informação.

Em 2015 foi contratado o atendimento de primeiro nível também para o DF. O Sistema

de Consultas Integradas não foi implantado em 2015 por problemas relacionados ao Infoseg. O sistema Central de Atendimentos e Despachos foi implantado também nos estados de PB e PE em 2015. Esse sistema está sendo reformulado pelo MJ para ser disponibilizado a todas as forças policiais dos estados. Após essa reformulação será expandida a implantação nas outras regionais. Foi criada uma comissão para desenhar uma moderna doutrina de comando e controle dentro da PRF, a implantação do projeto será realizada após as olimpíadas de 2016.

Código 833 – sequencial 10: Está homologada a nova ferramenta para o cadastro das unidades organizacionais e das circunscrições no âmbito da PRF, o SERVO (Sistema Estruturante Rodoviário e Organizacional). Todos os sistemas que precisem de informações referentes às circunscrições farão link com essa ferramenta, inclusive o SISCOP. Não há previsão por parte da área técnica quanto ao início da integração entre esses sistemas.

Em 2015 não houve avanços na área. Não há previsão de integração entre os sistemas.

Código 833 – sequencial 11: O BR-Brasil (Sistema atualmente em uso) será substituído por 3 novas ferramentas. A primeira delas será a Declaração de Acidentes de Trânsito Eletrônica (e-DAT) que tratará das ocorrências sem vítima.

No ano de 2015, a primeira ferramenta, e-DAT, foi implantada em todos os estados da federação, sendo responsável pelo registro dos acidentes sem vítimas, sem dano social e de menor potencial ofensivo.

Quadro X

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Código	0830	Órgão	SENASP/DPF/DPRF			
Programa	Segurança Pública com Cidadania			Código	2070	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
2	68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)	Documentos	68.000		38.519	56,65
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)

12	Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil	Monitoramento eletrônico	166		6	3,61
17	Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal				116	
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
26	Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores					
28	Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual					

Código 830 – sequencial 02 : Em 2012, a Polícia Federal produziu 4.504 documentos utilizando a metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência. A PRF, no mesmo período, produziu 3.053 documentos.

Em 2013, o DPF produziu 6.571 documentos de acordo com a metodologia citada, enquanto o DPRF produziu, no mesmo período, 4.639 documentos. Em 2014, o DPF produziu 4.226 documentos e a PRF, no mesmo período, produziu 2.872 documentos produzidos através da referida metodologia.

A média encontra-se abaixo da meta estabelecida, uma vez que a quantidade acumulada de produção de documentos, de 2012 a 2014, totaliza 25.865.

Em 2015, a Polícia Rodoviária Federal produziu 6.852 documentos e Polícia Federal produziu 5.802, documentos por meio de metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência, conforme controle, pela DIP, daqueles documentos recebidos e produzidos, inseridos no SISDOC-I em 2015. Esses documentos são: Relatórios de Inteligência- Apreciações, Informes e informações e pedidos de inteligência.

No quadriênio, foram produzidos 38.519 documentos, estando abaixo da meta.

Meta compartilhada com a Polícia Federal.

Quantidade alcançada da Meta: 38.519 Documentos.

Código 830 – sequencial 12 : Foram contratados, em 2013, 5 (cinco) pontos de monitoramento, com leitura automática de placas, através de OCR, cuja instalação se efetuou nos estados de Rio de Janeiro (3 pontos) e São Paulo (2 pontos), durante todo o ano de 2014. Ainda no ano de 2014, o contrato foi aditivado e foi instalado mais 1 (um) ponto no estado de São Paulo, entregue no primeiro trimestre de 2015.

Número total de pontos instalados: 06 (seis).

A PRF já abriu, no ano de 2015, novo processo licitatório para a aquisição de mais 262 (duzentos e sessenta e dois) pontos de monitoramento, que compreenderão todas os estados do país.

Dentre os principais resultados obtidos desde a liberação do sistema para uso pelo efetivo, que ocorreu em 23 de julho de 2014, obteve-se o aumento de, aproximadamente, 22% de veículos recuperados, 38% das apreensões de cocaína e 22% das apreensões de maconha nas Regionais que possuem o Alerta Brasil instalado. Desde a instalação da primeira câmera, em março de 2014, até dezembro de 2014, foram registradas 72.121.087 passagens, com geração de 152.524 alarmes, sendo mais de 78.000 referentes a roubo/furto e mais de 5.800 agendamentos.

O não cumprimento da meta estabelecida ocorreu por problemas no processo licitatório. O processo de implantação dos novos pontos com vistas ao cumprimento da meta iniciou-se em Janeiro de 2014. Em de Novembro de 2014 a licitação foi publicada entretanto tivemos alguns pedidos de impugnação que foram acatados e portanto o Pregão Eletrônico teve que ser suspenso. Em Agosto de 2015 a licitação foi retomada entretanto por uma solicitação do TCU o Pregão foi novamente suspenso e até a presente data continua neste status.

Houve um equívoco no preenchimento das metas no ano de 2013, onde considerou-se a soma dos pontos instalados em regiões de fronteira e regiões fora da fronteira.

Quantidade alcançada da Meta: 6 Monitoramento eletrônico.

Código 830 – sequencial 17: A Polícia Rodoviária Federal, em continuidade a implantação de uma política de fortalecimento institucional, permanece a suscitar ações de aprimoramento nas diversas áreas de atuação do órgão. Principalmente, visando a suscetibilidade desses atos em gerar a otimização dos resultados oriundos da gestão estratégica implantada na Administração Pública. Seguindo o enfoque apresentado, dentre os recursos necessários enquadram-se os investimentos em manutenção, reforma e construção de infraestrutura predial, com o fito de assegurar o modelo de Unidade Operacional que permita aumentar os padrões de segurança já adotados.

Considerando a extensão territorial e os quilômetros de rodovia federal que permeiam o país, a construção de mais unidades operacionais e a adequação das Uops existentes ao longo da rodovia possibilita uma fiscalização de maior efetividade, apresentando resultados institucionais, com índices crescentes de combate à criminalidade e violência no trânsito.

O projeto de melhoria de infraestrutura iniciou -se em 2012 e a sua continuidade demonstra o comprometimento do órgão na melhoria de suas bases para o assertivo cumprimento de suas atribuições. A Polícia Rodoviária Federal esteve, por grande período, vinculada ao extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e grande parte das suas unidades operacionais datam daquela época. Nos últimos anos a importância e as atribuições da PRF têm aumentado, porém sua infraestrutura de unidade operacional tem ficado aquém das suas necessidades. Dessa forma, a área de infraestrutura predial da PRF tem

se empenhado para que diversas unidades operacionais sejam reformadas, ampliadas e novas unidades sejam construídas.

Com esse avanço, a melhoria e adequação das UOPs tem proporcionado um aumento do número de fiscalizações, seja pelo aumento do número de unidades ou readequação das antigas que valoriza e incentiva o trabalho do Policial Rodoviário Federal. As estatísticas mostraram, pelo segundo ano consecutivo, a redução da violência no trânsito em rodovias federais. Notou-se também um aumento no número de apreensões no trabalho de combate ao crime, além da visível padronização dos postos e unidades operacionais distribuídas por todo o país.

Código 830 – sequencial 26: Foram estabelecidas 4 etapas para o desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências da PRF: Capacitação de servidores e definição dos Consultores da PRF; definição das Competências Institucionais e realização de workshops com gestores, consultores e grupos focais (concluído); mapeamento de competências propriamente dito; identificação das Lacunas (GAP) de competências e Plano de Capacitação.

Está em execução o mapeamento propriamente dito com a identificação e descrição das competências. Tendo em vista a dinâmica do ano de 2015 foi revisto o cronograma e proposto novo calendário para conclusão do mapeamento.

Já foram concluídas as competências Institucionais, Gerenciais e Gerais. Agora serão mapeadas as competências setoriais para conclusão do mapa de competências da PRF.

Após a conclusão do mapa serão identificadas as lacunas (GAP) de competências e proposto plano de capacitação baseado e competências.

A previsão de conclusão da descrição das competências foi redefinida para Jun/16 e o mapeamento de lacunas com proposta de plano de capacitação é Dez/16. Nesse íterim estão previstas mais capacitações de servidores de todas as regionais, dada a metodologia participativa de construção das competências.

Esse projeto figura na lista de projetos estratégicos da PRF.

Em relação ao atingimento das metas, não foi possível concluir todo o mapeamento, tendo em vista a demora em se definir a melhor metodologia e capacitar gerente e equipe para condução do mapeamento.

Ponto forte foi que apesar do atraso, os resultados estão satisfatórios e construídos de forma participativa, fato que tem trazido legitimidade perante os servidores da instituição, inclusive com reconhecimento do trabalho por outras instituições.

Optou-se por esta metodologia construtiva, mesmo sabendo da possibilidade de atraso, tendo em vista os ganhos futuros, com resultados sólidos e sem retrabalhos.

Código 830 – sequencial 28: Em 2013 foram realizadas diversas ações de capacitação, dentre elas, atendimento pré-hospitalar, atuação em controle de distúrbios, técnicas policiais de

combate ao crime, perícia em acidentes de trânsito. Há também iniciativas de capacitação para gestores do órgão, com a oferta de participação em cursos de MBA (Master Business Administration), mestrado, outras pós-graduações e cursos de aperfeiçoamento em áreas específicas. Porém, cursos específicos de acordo com o mapeamento de competências institucionais ainda não foram executados, pois o mapeamento das competências necessárias ainda está na fase de execução. Por isso esta meta deve ser considerada como não quantificável.

No segundo semestre de 2014 foram executados diversos cursos, dentre eles Operações de inteligência, Curso de Contrainteligencia, Curso de Instrução Preliminar, Curso de Controle de distúrbios, Tec. policiais de combate ao crime (02 turmas), Tec. policiais de Fiscalização de Transporte (02 turmas), Avançado de Fiscalização de Trânsito (02 turmas), Curso de Motociclista Batedor, Curso de Operações com Cães, Curso Estudos em Gestão Policial (todos os gestores), Curso de Comandante Operacional, Curso de Formação de Instrutor, Curso de Aperfeiçoamento em fiscalização do Uso de Álcool e outras drogas.

Além dos cursos realizados, foi executado institucionalizado o Curso de Atualização Policial que abrange as disciplinas de Armamento e Tiro, Técnicas de Abordagem, Defesa Policial e Uso Diferenciado da força (TASER e Espargidor Pimenta) para todo o efetivo PRF perfazendo uma carga horária total de 40 h-a.

Em 2015 Conseguimos um aumento de aproximadamente 22% no número de capacitações em relação a 2014, perfazendo um total de 15.994 servidores capacitados nas mais diversas áreas temáticas. Foram feitas parcerias que resultaram na capacitação de 70 servidores do Ministério Público do Trabalho e 25 servidores do Ministério Público Federal.

Dentre a vasta gama de cursos oferecidos em 2015, ressaltamos alguns dos cursos com foco estratégico nas Olimpíadas de 2016, sendo eles: I CFGIOP - Curso de Formação de Gestores da Informação Operacional, XI e XII COCD - Curso de Operações de Controle de Distúrbios, CBIP – Curso Básico de Inteligência Policial (02 turmas), CPC – Curso de Produção de Conhecimento, CFMT - Curso de Formação de Motociclista PRF (02 turmas) e CAFIT - Curso Avançado de Fiscalização de Trânsito.

Em relação a ingresso de novos servidores, a Coordenação de Ensino cumpriu uma das etapas do concurso realizado em 2013, formando aproximadamente 137 candidatos ao cargo de Policial Rodoviário Federal por meio de Curso de Formação Profissional, realizado ao longo do ano de 2015.

Destacamos também a promoção do Curso de Atualização Profissional (CAP) em todas as 26 regionais e SEDE, em cumprimento à Portaria Interministerial 4.226/2010. A edição de 2015 do CAP abrangeu as disciplinas AMT – Armamento, Munição e Tiro, TAB – Técnicas de Abordagem, TDP – Técnicas de Defesa Policial e UDF – Uso Diferenciado da Força, e alcançou 5.606 policiais.

Entre as atividades de capacitação a cargo da COEN, em convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, foram capacitados 8.251 policiais em diversos cursos à distância ministrados por meio da rede EAD/SENASP.

Por fim, em 2015 a Coordenação de Ensino iniciou sua primeira turma de pós-graduação *latu sensu* em Perícia de Trânsito, contemplando 180 servidores do órgão em parceria com o Instituto Federal de Educação de Santa Catarina.

Quadro XI

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Código	0825	Órgão	SNJ/SENASP/DPF/DPRF/CNPC			
Programa	Segurança Pública com Cidadania			Código	2070	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
5	Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) coordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras.	Operações fronteiriças	8		13	162,50
9	Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015	Ações de fiscalização	5.314.891		44.055.877	828,91
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
10	150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outra formas de apresentação) apreendida	Quilogramas (Kg)	150.717		963.911,59	639,55
10.1	Região Centro-Oeste	Quilograma	42.855		597.289,63	1.393,75
10.2	Região Sudeste	Quilograma	58.806		124.765,79	212,17
10.3	Região Sul	Quilograma	11.847		171.704,07	1.449,35
10.4	Região Norte	Quilograma	25.307		37.063,16	146,45
10.5	Região Nordeste	Quilograma	11.902		33.088,94	278,01
14	52.000 armas de fogo apreendidas	Armas de fogo	52.000		24.888	47,86
14.1	Região Norte	Unidade	1.040		4.030	387,50

14.2	Região Nordeste	Unidade	5.720		858	15
14.3	Região Centro-Oeste	Unidade	14.560		921	20,06
14.4	Região Sudeste	Unidade	26.520		2.269	8,56
14.5	Região Sul	Unidade	4.160		14.810	356,01
16	Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015	Procedimentos de fiscalização	24.000.000		26.737.615	111,41
16.1	Região Nordeste	Porcentagem	27		24,69	91,44
16.2	Região Centro-Oeste	Porcentagem	15		12,98	86,53
16.3	Região Sudeste	Porcentagem	25		27,81	111,24
16.4	Região Sul	Porcentagem	23		23,34	101,48
16.5	Região Norte	Porcentagem	10		11,19	111,90
18	Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira	Veículos scanner	15		5	33,33
18.1	Região Norte	Unidade	8		1	12,50
18.2	Região Centro-Oeste	Unidade	3		2	66,67
18.3	Região Sul	Unidade	4		2	50
20	Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras	Próprios nacionais residenciais	350		0	0
20.1	Faixa de Fronteira	Unidade	350		36,00	10,29
22	Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) – Sistema Alerta Brasil	Monitoramentos eletrônicos	66		29	43,94
22.1	Faixa de Fronteira	Unidade	66		35	53,03
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
26	Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados					
30	Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras					

Código 825 – sequencial 05: A partir das ações da Enafron em parceria com os Estados e baseado nas discussões e pacto ocorridos no Encontro de Interlocutores da Enafron e Secretários Executivos do GGIF/ Câmara Temática de Fronteira no Município do Chuí-RS, foi realizado a 1ª Operação Simultânea – GGI FRON nos dias 13 e 14 de dezembro de 2012 com a participação de 10 Estados: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apenas o Estado de Rondônia não participou desta ação integrada, que beneficiou um total de 139 Municípios fronteiriços que abrigam uma população de 5.682.953 de pessoas. Foi utilizado um efetivo total de 3.009 servidores da segurança pública e 696 viaturas empregadas.

Vale ressaltar entre outras produtividades: foram recuperados 13 veículos, 129 prisões, apreendidas 11 armas de fogo, 777,726 kg de maconha, 35,3 kg de cocaína e 51 pedras de crack. No ano de 2013, o fomento das Operações Simultâneas e Integradas só foi possível no primeiro semestre, catalisadas por meio da utilização de mecanismos de gestão como reuniões técnicas realizadas em Cáceres-MT, Foz do Iguaçu-PR e Oiapoque-AP, eventos onde foram discutidas as principais ações estratégicas (inteligência, táticas e operacionais) para a realização de operações no primeiro semestre. Essa operação do primeiro semestre envolveu a participação direta dos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A referida operação foi desencadeada na semana anterior à Jornada Mundial da Juventude (JMJ) e o foco era proporcionar segurança aos milhares de pessoas que deslocavam em direção ao Estado do Rio de Janeiro. Em novembro foi realizada reunião técnica em Chapecó-SC, no entanto, diferentemente do 1º semestre, não foram realizadas operações simultâneas envolvendo todos os Estados, fato provocado pela ocorrência dos Jogos da Copa das Confederações, que redundaram num grande esforço dos órgãos de segurança pública, especialmente no que tange a diversas manifestações, que fizeram com que os entes federados focassem a realização de centenas de operações integrantes no âmbito de cada estado. Importante destacar que a ausência dessas operações não foi fator determinante para aumento dos esforços dos órgãos estaduais de segurança pública. Em cumprimento à determinação do Ministro da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal participou da Operação Brasil Integrado, que foi desenvolvida em quatro fases, iniciando nos Estados Fronteiriços e se estendendo para as Divisas dos Estados, onde todos os órgãos de Segurança Pública, a saber PRF, PF, PM e PC, uniram esforços para combater as ações das organizações criminosas, inclusive os assaltos a bancos e utilização de explosivos para arrombamento de caixas eletrônicos, obtendo resultados relevantes nas diversas fases da Operação. Previsão de realização para o próximo período: O Ministério da Justiça, aproveitando inclusive o legado de segurança pública da Copa do Mundo, fomentará atuação integrada entre Estados de Fronteira e Estados que fazem divisa com estes, de forma a ampliar a atuação integrada entre os Estados. Os Estados é que são responsáveis pela realização das operações integradas, cabendo ao Ministério coordenar a integração entre Estados, agregando também a participação dos órgãos de segurança pública federais, tais como a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Nesse sentido, estão sendo realizadas reuniões com Estados de Fronteira e Estados que fazem divisa com estes; visitas técnicas aos Estados, levantamento de iniciativas e sugestões, para a elaboração de um plano que agregue as peculiaridades de cada um dos Arcos de Fronteira.

- Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Articulação dos Estados a participarem das Operações, em razão de outras prioridades estabelecidas por estes.

Meta compartilhada com a SENASP e PF.

Quantidade alcançada da Meta: 13 Operações fronteiriças

Código 825 – sequencial 09: Dados fornecidos pelos estados RS, SC, PR, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP e PA, que fazem parte da Enafron que referem-se a abordagem de pessoas, veículos e embarcações. Ressalta-se que essa meta é plenamente compartilhada com as ações dos órgãos federais (DPF, DPRF, Receita, Força Nacional, Forças Armadas, etc) visto que as Polícias Militares, Civis, Perícia e Bombeiros atuam cotidianamente em todos os 588 municípios da fronteira brasileira, sendo que a sistematização desses dados requer um esforço concentrado por parte dos Estados. No período de 2012-2014, as forças de segurança

estaduais, localizadas na faixa de fronteira realizaram a fiscalização de 18.007.818. PRF: Dados fornecidos pelos estados RS, SC, PR, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP e PA, que fazem parte da Enafron, se referem a abordagem de pessoas e veículos. Em 2012 foram realizadas 4.484.297 fiscalizações, 6.884.559 em 2013, 6.384.400 em 2014 e 6.494.803 em 2015. O resultado do aumento da fiscalização é o número elevado de apreensões de drogas em estados de fronteira. - Previsão de realização para o próximo período:

- . Sensibilizar Estados de Fronteira acerca da necessidade de envio dos dados das realizadas no período estabelecido com a Senasp. Coleta dos dados das fiscalizações realizadas junto aos Estados.

- Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- . Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de uma rotina e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados fronteiriços, sendo que antes da implantação da Enafron, alguns Estados não realizavam esse tipo de coleta, dificultando a análise de dados e geração de informação.

TOTAL DE FISCALIZAÇÕES (2012 - 2015)

PRF ----- 24.248.059

PF-----1.800.000

SENASP----18.007.818

TOTAL-----33.267.285

Meta compartilhada com a SENASP e DPF.

Quantidade alcançada da Meta: 44.055.877 Ações de fiscalização

Código 825 – sequencial 10: Observando o período entre janeiro de 2012 e dezembro de 2015, verifica-se que o total das apreensões de drogas no País totalizou 963.911,59 Quilogramas (Kg). Esse dado demonstra que os esforços e estratégias dos órgãos de segurança pública, no enfrentamento ao tráfico de drogas, têm sido o fator motivador das apreensões, especialmente nos Estados que fazem fronteira com os Países que limitam com o Brasil.

O quantitativo em tela refere-se às apreensões de drogas realizadas pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militares e Cíveis dos Estados, no entanto, cabe salientar que a quantidade de substâncias entorpecentes apreendidas na faixa de fronteira é expressiva, visto que as ações da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON estão sendo bem absorvidas e catalisadas em diversas áreas.

Assim como nos anos anteriores, o aumento das apreensões em 2015, quando comparado com 2014, foi atingido graças aos esforços das instituições de segurança pública em atividade nos 26 Estados da Federação e Distrito Federal, a partir da realização de operações policiais integradas pelas Polícias Estaduais e Federais, além de órgãos afins, como Receita Federal do Brasil. Nesse aspecto é inegável a importância da parceria entre o Ministério da Justiça e as instituições de segurança pública dos Estados, cujos resultados mostram que a articulação de políticas de enfrentamento às organizações criminosas e os vultosos investimentos federais e estaduais em reaparelhamento das unidades operacionais, implantação de sistemas tecnológicos de radiocomunicação e de videomonitoramento têm contribuído largamente para o fortalecimento da prevenção, controle e repressão ao tráfico de drogas.

Discriminação das Apreensões por Região Geográfica: Norte (37.063,16 Kg), Nordeste

(33.088,94 Kg), Centro-Oeste (597.289,63 Kg), Sudeste (124.765,79 Kg) e Sul (171.704,07 Kg).

- Previsão de realização para o próximo período:

Finalização das execuções dos convênios de reaparelhamento, possibilitando o efetivo reaparelhamento das unidades operacionais em atividade na faixa de fronteira, notadamente dos Núcleos Integrados de Inteligência de Fronteira – NIF.

Implantação definitiva dos sistemas de radiocomunicação e de videomonitoramento nos municípios prioritários, localizados na faixa de fronteira.

No campo da coleta de dados da ENAFRON, dar continuidade ao processo de sensibilização das instituições de segurança pública dos Estados de Fronteira, tendo em vista a necessidade da alimentação constante do banco de dados sobre apreensões e demais atividades de polícia.

- Arranjos de Gestão:

Cotidianamente, a Senasp está em contato com os pontos focais da ENAFRON nos Estados de Fronteira, assim como com os Coordenadores dos GGI's e Câmaras Temáticas de Fronteira, no sentido de incentivar a coleta de dados e na realização de operações integradas, coordenadas e planejadas, com vistas a aumentar o número de apreensões de drogas nessas UF's. Para tanto, também são realizadas reuniões quadrimestrais, com apresentação do resultado do trabalho dos Estados nas Fronteiras, com vistas a estimular a atuação dos órgão de segurança pública, na prevenção e repressão ao trafico de drogas.

- Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de rotinas e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados, sendo que antes da implantação da ENAFRON, alguns Entes Federados não realizavam esse tipo de levantamento, dificultando a análise de dados e a geração de informações confiáveis.

No âmbito da Polícia Rodoviária Federal, percebe-se a necessidade de aprimoramento constante das técnicas e procedimentos utilizados para apreensão de drogas, uma vez que os traficantes e transportadores que utilizam o modal rodoviário têm variado o modus operandis e realizado levantamentos específicos para evitar a fiscalização. No entanto, mesmo diante dessas ações dos infratores sociais, somente no ano de 2015 a PRF apreendeu 28.035,12 kg de cocaína, mantendo a média dos anos de 2012 a 2014.

Código 825 – sequencial 14: Para o ano de 2012 as apreensões totalizaram o quantitativo de 7.242 unidades, distribuídas entre as regiões Norte (1.262); Nordeste (117); Sudeste (544); Centro-Oeste (721) e Sul (4.598). O ano de 2013 registrou 8.152 unidades, revelando elevação de 12,4% em relação ao ano anterior, distribuídas entre as regiões Norte (1.885); Nordeste (133); Sudeste (619); Centro-Oeste (900) e Sul (4.615). Em relação a 2014, o quantitativo indicou 6.390 unidades, distribuídas nas regiões Norte (505); Centro-Oeste (918), Nordeste (491), Sudeste (562) e Sul (3.914). Dados preliminares de 2015 (janeiro a setembro), indicam apreensões de 3.104, distribuídas entre as regiões Norte (378); Nordeste (117); Sudeste (544); Centro-Oeste (382) e Sul (1.683). Observa-se que o somatório das apreensões considerando o

acumulado nos quatro anos registrou o quantitativo de 24.888 armas de fogo.

A quantidade de apreensões de armas, realizadas pelas Instituições de segurança pública no exercício de 2014. Não houve uma mudança significativa na estratégia dos criminosos, para o cometimento deste tipo de crime, as armas continuam sendo transportadas, na sua maioria, juntamente com drogas. Dentre as armas recolhidas estão os, revólveres, pistolas, espingarda e até fuzis. As apreensões estão diretamente ligado as operações integradas entre os Órgãos de segurança pública estadual e da União, como política permanente de segurança pública. Em 2015, só as polícias Cíveis e Militares, nos Estados de fronteira, apreenderam 2.443 armas de fogo, tendo a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal atuado, também, fortemente na busca do atingimento da meta.

Com isso a retirada de cerca de 25.000 armas de fogo de circulação, reduz a quantidade de crimes praticados no país, contribuindo de alguma forma para a redução dos crimes violentos, praticados com armas de fogo.

As apreensões foram realizadas em todos os municípios fronteiriços, especialmente a partir da articulação fomentada pelos GGIF, CTF e demais gestores das polícias militares e civis na região de fronteira.

Destacam-se a deflagração da operação Fênix, em Mato Grosso do Sul, que combateu o tráfico de drogas e de armas relacionados reclusos da penitenciária de segurança máxima de Campo Grande/MS, a operação Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, que reprimiu o tráfico internacional de drogas e armas com a desarticulação de grupo criminoso que atuava na Região Sul do País, além das ações rotineiras das Operações Sentinela e Defesa da Vida, que atuou nos Estados fronteiriços combatendo os diversos tipos de delito.

Foram desencadeadas no segundo semestre de 2014 duas operações integradas, sendo a primeira envolvendo os onze estados de fronteira mais as unidades federativas localizadas na região Nordeste, e a segunda envolvendo todos os estados brasileiros.

No ano de 2015, os estados fronteiriços informaram a apreensão de 2.443 armas de fogo. Salienta-se que esses dados se referem ao período de janeiro a setembro, ficando a consolidação anual pendente da alimentação do banco de dados da Senasp pelos estados fronteiriços. Cabe ressaltar que a maioria desse quantitativo está vinculada às ações desencadeadas pela Operação Sentinela, coordenada pelo Ministério da Justiça e com atuação conjunta entre a Polícia Federal, Rodoviária Federal e Força Nacional. A regionalização está sendo contabilizada.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada
Região Centro-Oeste	14.560	Unidade	2.921
Região Nordeste	5.720	Unidade	858
Região Norte	1.040	Unidade	4.030
Região Sudoeste	26.520	Unidade	2.269
Região Sul	4.160	Unidade	14.810

Meta compartilhada com SENASP e DPF

Quantidade alcançada da Meta: 24.888

Código 825 – sequencial 16: Foram fiscalizadas 11.265.005 pessoas em rodovias federais entre 2012 e 2013 (4.094.088 pessoas em 2012 e 7.170.917 pessoas no ano de 2013).

Foram fiscalizadas 7.274.326 pessoas em rodovias federais em 2014, e 8.198.284 em 2015. Entre 2012 e 2015 foram fiscalizadas 26.737.615 pessoas. Este quantitativo superou a meta estabelecida pelo DPRF. O resultado deste aumento no número de fiscalizações foi a redução significativa do número de acidentes graves bem como aumento das prisões e apreensões de todos os tipos nas inúmeras ações de fiscalização. O resultado tem contribuído também para o cumprimento de mandados de prisões e identificação de condutores com CNH's vencidas ou adulteradas.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada
Região Centro-Oeste	15	%	12,98
Região Nordeste	27	%	24,69
Região Norte	10	%	11,19
Região Sudeste	25	%	27,81
Região Sul	23	%	23,34

Quantidade alcançada da Meta: 26.737.615 Procedimentos de fiscalização

Código 825 – sequencial 18: A PRF é participante do Pregão Presencial Internacional, conduzido pela Senasp, onde se prevê a aquisição de 4 unidades. Em 02/07/2014, foi realizado na Secretaria Nacional de Segurança Pública o Pregão Presencial Internacional sob nº 14/2014 – cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de veículos especiais equipados com escâneres (geradores de imagens), para uso em atividades de policiamento nas operações de fiscalização de veículos e cargas, de modo não intrusivo e não destrutivo, através de processo de visualização do seu interior, para atender demanda da Senasp, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Comando do Exército. Contudo, este pregão foi suspenso administrativamente para que o Ministério da Justiça possa prestar informações à Procuradoria Regional da União no Distrito Federal acerca da Ação Ordinária nº 4399.32.2014.4.01.3400.

Cabe registrar que o mencionado pregão atenderá demandas tanto no âmbito da fronteira com também dos grandes centros urbanos. O pregão realizado pelo Ministério da Justiça foi suspenso e não foram realizadas novas tentativas de aquisição no qual a PRF fosse participante. Houve nova tentativa de aquisição fomentada pela SENASP cujos esforços foram concentrados no segundo semestre de 2015. Esta tentativa também não prosperou.

- Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Falta de empresas cadastradas no mercado mundial com tal tecnologia e previsão orçamentária para aquisição de todos os scanners.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada
Região Centro-Oeste	3	Unidade	2
Região Norte	8	Unidade	1
Região Sul	4	Unidade	2

Meta compartilhada com a SENASP

Quantidade alcançada da Meta: 5 Veículos scanner

Código 825 – sequencial 20: Considerando a atuação integrada das Instituições com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras, especialmente no que tange aos Departamentos de Polícia Federal (DPF) e Rodoviária Federal (DPRF), optou-se no âmbito da PRF em se adotar o projeto de Próprios Nacionais Residenciais iniciado no DPF. Com isso, assim que concluído essa fase pela PF, haverá a adoção das medidas cabíveis para adaptação às demandas da PRF. Portanto, não haverá execução física da ação na Polícia Rodoviária Federal até que o DPF conclua o projeto.

Em relação à Polícia Federal, a meta é a construção de 236 unidades, em 10 municípios. A empresa contratada em 2012 não concluiu o projeto e está em andamento processo administrativo para aplicação das sanções cabíveis.

Em 2014, os trabalhos de licitação e contratação das obras por parte do DPF foram paralisados.

Em 2015, na PRF ainda não houve a contratação de qualquer unidade de próprios nacionais residenciais nas fronteiras.

Pelo DPF, a destinação de recursos para contratação de obras visando a construção de residências funcionais foi vedada pela Lei 12.919/2013- LDO 2014 e permaneceu a vedação pela Lei 13.080/2015 - LDO 2015.

Pelo DPRF, ainda não houve a contratação e construção de qualquer unidade de próprios nacionais residenciais na fronteira.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada
Faixa de fronteira	350	Unidade	36

Meta compartilhada com o DPF

Quantidade alcançada da Meta: 0 Próprios nacionais residenciais

Código 825 – sequencial 22: Foram contratados, em 2013, 25 (vinte e cinco) pontos de

monitoramento, com leitura automática de placas, através de OCR, cuja instalação se efetuou em estados de fronteira - 25 pontos (7 - RS, 1 - SC, 3 - PR, 6 - MS, 6- MT, 2 - RO), durante todo o ano de 2014. Ainda no ano de 2014, o contrato foi aditivado em 25% e foram instalados mais 4 (quatro) pontos nos estados RS (1), MT(1), PR(1), AC(1), entregues no primeiro trimestre de 2015.

Número total de pontos instalados: 29 (vinte e nove).

A PRF já abriu, no ano de 2015, novo processo licitatório para a aquisição de mais 262 (duzentos e sessenta e dois) pontos de monitoramento, que compreenderão todas os estados do país.

Dentre os principais resultados obtidos desde a liberação do sistema para uso pelo efetivo, que ocorreu em 23 de julho de 2014, obteve-se o aumento de, aproximadamente, 22% de veículos recuperados, 38% das apreensões de cocaína e 22% das apreensões de maconha nas Regionais que possuem o Alerta Brasil instalado. Desde a instalação da primeira câmera, em março de 2014, até dezembro de 2014, foram registradas 72.121.087 passagens, com geração de 152.524 alarmes, sendo mais de 78.000 referentes a roubo/furto e mais de 5.800 agendamentos.

O não cumprimento da meta estabelecida ocorreu por problemas no processo licitatório. O processo de implantação dos novos pontos com vistas ao cumprimento da meta iniciou-se em Janeiro de 2014. Em de Novembro de 2014 a licitação foi publicada entretanto tivemos alguns pedidos de impugnação que foram acatados e portanto o Pregão Eletrônico teve que ser suspenso. Em Agosto de 2015 a licitação foi retomada entretanto por uma solicitação do TCU o Pregão foi novamente suspenso e até a presente data continua neste status.

Houve um equívoco no preenchimento das metas no ano de 2013, onde considerou-se a soma dos pontos instalados em regiões de fronteira e regiões fora da fronteira.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada
Faixa de fronteira	66	Unidade	35

Quantidade alcançada da Meta: 29 Monitoramentos eletrônicos (OCR)

Código 825 – sequencial 26: A Secretaria Nacional de Justiça a Secretaria Nacional de Segurança Pública assinaram termo de cooperação com o objetivo de, entre outros, combater a lavagem de dinheiro e o crime organizado transnacional, promover a recuperação de ativos e o aprimoramento da cooperação jurídica internacional, cooperar em ações estruturantes, inovações tecnológicas, inteligência de segurança pública e outras ações que busquem otimizar a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços.

O plano de trabalho que materializa o referido termo de cooperação teve como terceira meta intensificar a cooperação jurídica internacional com os países de fronteira por meio de visitas de aproximação entre as autoridades centrais, realização de cursos de capacitação para agentes de fronteira, distribuição de manuais e negociação de acordos de cooperação jurídica internacional.

Nesse sentido, no referido quadriênio, o Departamento realizou três Workshops Grotius Cooperação nas Fronteiras, cujo objetivo foi discutir as peculiaridades da cooperação jurídica nas fronteiras e contribuir para a maior efetividade da assistência internacional nessas regiões. Nas três edições do evento foram capacitados cerca de 300 agentes públicos que atuam na temática.

Também durante a vigência do acordo, finalizado em 2014, comprometemo-nos com duas etapas para consecução da meta: realizar 3 visitas a autoridades centrais e negociar 2 acordos de cooperação. Segundo necessidades expostas pelas áreas de cooperação em matéria penal e civil, promovemos consultas bilaterais com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa (França), Peru e Uruguai, com a consecução integral da meta de visita a autoridades centrais. Nessas ocasiões, foram abordadas alternativas para aprimorar a cooperação com esses países. Além disso, todas as visitas implicaram (1) na entrega de manual de cooperação jurídica internacional em matéria penal e recuperação de ativos e em matéria civil; (2) em proposta de memorando de entendimento que estabelece modelo de formulário bilíngue para restituição de pedidos de cooperação jurídica internacional referentes à comunicação de atos processuais e para informação sobre cumprimento de pedido de cooperação jurídica internacional; e (3) em proposta de acordo que cria o Grupo de Trabalho para implementação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro.

Quanto à negociação de acordos, para a consecução da meta, encaminhamos propostas de texto de acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal a Argentina, Uruguai e Venezuela. Aos países aos quais já havíamos proposto MLAT (Bolívia, Guiana e Paraguai), reiteramos nossa disposição em avançar nas negociações. Em matéria civil, propusemos celebração de acordo de cooperação jurídica internacional à Colômbia e ao Peru, já tendo iniciado a negociação com a Colômbia. Além disso, promovemos a negociação de Projeto de Acordo sobre a Repartição de Bens Perdidos entre os Estados Parte do Mercosul, a República da Bolívia e os Estados Associados.

No que se refere a acordos efetivamente assinados, destacamos (1) o acordo para criar Grupo de Trabalho para implementação de Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro na Bolívia, nos moldes do modelo brasileiro e (2) o acordo entre a Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRede) e o Ministério da Justiça do Brasil para uso do sistema seguro de comunicação Iber@, que permitirá nossa comunicação com os países fronteiriços por meio de uma plataforma segura.

Quanto aos Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), foram investidos no âmbito do ENAFRON, R\$ 8.740.659,50 para o aparelhamento de 11 LAB-LDs e para a capacitação de seus agentes. No total, o investimento de recursos oriundos da SENASP, durante o referido quadriênio, para os 43 LAB-LD, foi de R\$ 32.076.650,50.

Em 2015, os esforços envidados no sentido de estimular e fortalecer a cooperação bilateral na área de segurança para o trânsito, prevenção de ilícitos, bem na promoção de ações coordenadas de fiscalização de transporte internacional de cargas e de passageiros entre a PRF e instituições policiais de países vizinhos se materializaram na assinatura de Declaração Conjunta de Intenções entre PRF e a Agência de Imigração e Aduana dos EUA (Immigration and Customs Enforcement – ICE/DHS). Com isso, o relacionamento entre as instituições foi intensificado, gerando oportunidades de cursos, visitas técnicas e troca de informações entre as Agências.

Com relação aos outros parceiros internacionais, ações pontuais de cooperação foram realizadas. No entanto, ainda estamos atrasados na formalização da atuação internacional da PRF, que será uma das metas a partir de 2016.
Meta compartilhada com a SENASP, DPF e SNJ.

Código 825 – sequencial 30: O Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial compreendeu a aquisição de hardwares e softwares, para o tratamento dos dados que são coletados com a leitura automática de placas realizada pelos pontos de monitoramento, bem como por meio de modelos e padrões desenvolvidos pela Coordenação de Inteligência da PRF.

O sistema se encontra em funcionamento desde março de 2014, mas tem como característica o contínuo aperfeiçoamento, com o fito de otimizar a ação policial, qualificar a produção de conhecimento e subsidiar decisões.

Quadro XII

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.					
Código	0832	Órgão	SESGE/DPRF/SENASP			
Programa	Segurança Pública com Cidadania			Código	2070	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
2	Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em	Policiais Rodoviários	5.000		7.556	151,12

	ações específicas voltadas para grandes eventos	Federais				
--	---	----------	--	--	--	--

Código 832 – sequencial 2: Entre os anos de 2012 e 2015, foram capacitados 7.556 Policiais Rodoviários Federais, com foco específico para grandes eventos, superando a meta proposta. Especificamente em 2015, ressaltamos alguns dos cursos com foco estratégico nas Olimpíadas Rio 2016, sendo eles: I CFGIOP - Curso de Formação de Gestores da Informação Operacional, XI e XII COCD - Curso de Operações de Controle de Distúrbios, CBIP – Curso Básico de Inteligência Policial (02 turmas), CPC – Curso de Produção de Conhecimento (Inteligência), CFMT - Curso de Formação de Motociclista PRF (02 turmas), e CAFIT - Curso Avançado de Fiscalização de Trânsito. Os demais cursos realizados nos anos anteriores possuem relevância muito grande para as ações de segurança durante os grandes eventos, como Motociclista Batedor, Operações de Inteligência, Operadores de Voo, Piloto Operacional de Helicóptero, Atendimento Pré- Hospitalar, Corregedoria, Curso de Adaptação Socorro Aeromédico, Habilitação ArmaLite 5,56mm e Parafal 7,62mm.

A PRF acredita que capacitar seus servidores é fortalecer a instituição, e as ações de capacitação são um eixo importante de trabalho. Todo esse leque de conhecimentos, métodos e técnicas adquiridos contribuem para o aperfeiçoamento do trabalho rotineiro de cada policial. Ações de capacitação também podem ser consideradas um legado que promove a melhoria dos serviços de segurança pública prestados à população.

Valores corrigidos para o quadriênio:

2012: 1866

2013: 683

2014: 3897

2015: 1110

TOTAL: 7.556 servidores capacitados.

3.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

3.2.2.1 Ações de OFSS.

Quadro XIII

Identificação da Ação		
Código	2723	Tipo: ATIVIDADE
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS	
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.	
Objetivo	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas	Código: 0833

		rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.						
Programa		SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			Código: 2070	Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária		30107 – DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizado r	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0001	169.131.196	149.054.529	145.203.703	91.111.780	89.312.393	1.799.387	54.091.923	
0025	100.000	100.000						
0052	624.600	624.600	71.500				71.500	
0026	150.000	150.000						
7002	212.000	212.000						
Execução Física da Ação								
Nº do subtítulo/ Localizado r	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta			
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Procedimento realizado			Unidade	16.000.005		17.922.647,00	
0025	Procedimento realizado			Unidade	01			
0026	Procedimento realizado			Unidade	01			
0052	Procedimento realizado			Unidade	04			
7002	Procedimento realizado			Unidade	01			
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizado r	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0001	81.611.170	37.806.007	753.446	Procedimento realizado		Unidade	01	
0103	813.420	807.908						

Quadro XIV - Identificação da Ação						
Código	86A1				Tipo: ATIVIDADE	
Título	PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Objetivo	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.				Código: 0833	
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	Código: 2070		Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	30107 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
63.184.302	75.821.162	75.314.651	63.125.183	63.113.998	11.185	12.189.468
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Multa processada		Unidade	6.318.429	-----	-----	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
29.647.435	13.369.528	-----	-----	-----	-----	
Identificação da Ação						
Código	154T				Tipo: PROJETO	
Descrição	APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provisão de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Objetivo	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no				Código: 0830	

	aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			Código: 2070	Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	30107 – DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7002	18.000.000	18.000.000	-----	-----	-----	-----	-----
7004	12.687.001	12.687.001	-----	-----	-----	-----	-----
0001	26.200.000	26.200.000	19.471.014	2.342.959	2.253.873	89.086	17.128.055
0026	200.000	200.000	200.000	-----	-----	-----	200.000
0028	500.000	500.000	-----	-----	-----	-----	-----
0032	250.000	250.000	-----	-----	-----	-----	-----
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Obra realizada		Unidade	30	-----	81	
0026	Obra realizada		Unidade	01	-----	01	
0028	Obra realizada		Unidade	02	-----	-----	
0032	Obra realizada		Unidade	01	-----	-----	
7002	Obra realizada		Unidade	01	-----	-----	
7004	Obra realizada		Unidade	01	-----	-----	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	

Localizador: 0001 - Nacional

Localizador: 0026 - No Estado de Pernambuco:

Localizador: 0028 - No Estado de Sergipe

Localizador: 0032 - No Estado do Espírito Santo

Localizador: 7002 - Construção da Sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal - Boa Vista – RR

Localizador: 7004 - Construção do Edifício Sede da PRF - No Estado do Maranhão

3.2.2.2 Ações/Subtítulos de OFSS.

Quadro XV

Identificação da Ação							
Código	20IC						Tipo: ATIVIDADE
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON						
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões						
Objetivo	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.						Código: 0825
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA				Código: 2070	Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária	30107 – DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	88.876.000	88.276.000	82.987.836	44.754.159	44.337.678	416.482	38.233.676
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Projeto apoiado		Unidade	01	-	01	
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
00001	110.394.944	36.434.621	293.052	Projeto apoiado		Unidade	01

Identificação da Ação							
Código	4641					Tipo: ATIVIDADE	
Descrição	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA						
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
Objetivo	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.					Código: 0833	
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA				Código: 2070	Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária	30107 – DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	200.000	200.000	-----	-----	-----	-----	---
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsão	Reprogramada (*)	Realizada	
-----	-----		-----	--	-----	--	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	949.932	231.844	156	-----	---	---	

3.2.2.3 Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a pagar não processados – OFSS.

O item 3.2.2.3 Ações não Previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar não Processados - OFSS (Quadro A.5.2.3.3), não se aplica a esta UPC, haja vista que não houve execução de restos a pagar não processados de ações não mais previstas na LOA vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA.

3.2.2.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI.

O item 3.2.2.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI (Quadro A.5.2.3.4 – Ações de Orçamento de Investimento), não se aplica a esta UPC, haja vista que, nos termos do contido no Art. 165, § 5º, Inciso II, da Constituição Federal, o orçamento em assunto refere-se às empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, logo, este item não se aplica ao DPRF.

3.2.3 Fatores Intervenientes no desempenho orçamentários

Este item já foi tratado nos itens anteriores com a análise crítica por parte das Superintendências Regionais deste DPRF/MJ.

3.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.

Em razão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal não descentralizar recursos orçamentários para Órgãos, entidades públicas ou privadas para execução de ações ou atividades de responsabilidade do DPRF, este item não se aplica.

3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.

Estrutura de Pessoal da Unidade
Quadro – Força de Trabalho da UPC

Quadro XVI

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	13983	10912	557	447
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	13983	10912	557	447
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	13983	10911	557	447
1.2.2. Servidores de carreira em exercício	-	-	-	-

descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	13983	10912	557	447
Fonte: DICAD/CGRH – Siape Dez 2015				

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva**Quadro XVII**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2252	8714
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2252	8714
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2251	8714
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	2252	8714

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro XVIII

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	68	66	34	23
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	68	66	34	23
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	65	34	23
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	1	-	-
2. Funções Gratificadas	730	700	297	247
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	700	297	247
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	798	700	331	270
Fonte: DICAD/CGRH – Siape Dez 2015				

3.3.2 Informações sobre a execução das despesas.**3.3.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação.****Quadro XIX**

Unidade orçamentária:		Código UO:30107		UGO: TOTAL
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	163.179.523	141.904.063	158.957.505	136.087.148
a) Convite	-----	-----	-----	-----

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

b) Tomada de Preços	397.131	835.878	327.220	746.833
c) Concorrência	651.790	587.184	651.790	551.633
d) Pregão	162.130.602	140.481.001	157.978.495	134.788.682
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	95.671.755	73.372.126	95.603.302	73.035.152
h) Dispensa	85.483.467	64.699.904	85.453.266	64.613.545
i) Inexigibilidade	10.188.287	8.672.222	10.150.036	8.421.608
3. Regime de Execução Especial	88.373	102.674	88.373	102.674
j) Suprimento de Fundos	88.373	102.674	88.373	102.674
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.940.498.888	2.713.456.674	2.940.455.051	2.713.449.743
k) Pagamento em Folha	2.900.727.815	2.665.555.329	2.900.690.024	2.665.550.959
l) Diárias	39.771.074	47.901.345	39.765.027	47.898.784
5. Outros	107.365.746	120.247.011	107.361.845	120.157.052
6. Total (1+2+3+4+5)	3.306.804.285	3.049.082.548	3.302.466.077	3.042.831.769

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO:200109
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	56.586.512	43.148.338	55.407.875	40.951.134
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	56.586.512	43.148.338	55.407.875	40.951.134
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	64.932.964	49.585.352	64.932.964	49.466.635
h) Dispensa	62.132.558	45.796.793	62.132.558	45.732.392
i) Inexigibilidade	2.800.406	3.788.559	2.800.406	3.734.243
3. Regime de Execução Especial	3.579	4.696	3.579	4.696
j) Suprimento de Fundos	3.579	4.696	3.579	4.696
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.859.307	5.241.537	3.859.307	5.241.537
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	3.859.307	5.241.537	3.859.307	5.241.537
5. Outros	1.069.005	697.319	1.065.104	695.055

6. Total (1+2+3+4+5)	126.451.366	98.677.242	125.268.828	91.117.520

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO:200110
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.287.123	961.786	1.287.123	927.074
a) Convite	55.690	-	55.690	-
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	1.287.123	961.786	1.287.123	927.074
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	101.069	92.866	101.069	92.866
h) Dispensa	55.690	68.050	55.690	68.050
i) Inexigibilidade	45.379	24.816	45.379	24.816
3. Regime de Execução Especial	-----	-----	-----	-----
j) Suprimento de Fundos	-----	-----	-----	-----
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	283.931	447.231	283.931	447.231
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	283.931	447.231	283.931	447.231
5. Outros	86.373	64.486	86.373	64.486
6. Total (1+2+3+4+5)	1.758.496	1.119.138	1.758.496	1.084.426

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO:200111
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.995.789	2.920.291	2.991.896	2.835.291
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	2.995.789	2.920.291	2.991.896	2.835.291
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	1.036.116	380.053	1.036.116	380.053

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

h) Dispensa	855.432	337.162	855.432	337.162
i) Inexigibilidade	180.684	42.891	180.684	42.891
3. Regime de Execução Especial	2.816	-----	2.816	-----
j) Suprimento de Fundos	2.816	-----	2.816	-----
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.780.355	2.194.162	1.780.355	2.194.162
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.780.355	2.194.162	1.780.355	2.194.162
5. Outros	591.000	174.078	591.000	174.078
6. Total (1+2+3+4+5)	6.406.076	5.668.584	6.402.183	5.583.584

Unidade orçamentária:		Código UO:30107		UGO:20112
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.979.172	3.200.337	3.853.355	3.163.974
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	52.942	-----	52.942
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	3.979.172	3.147.395	3.853.355	3.111.032
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	621.557	-----	621.557	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	859.434	600.413	859.434	600.413
h) Dispensa	621.557	451.091	621.557	451.091
i) Inexigibilidade	237.877	149.322	237.877	149.322
3. Regime de Execução Especial	-----	-----	-----	-----
j) Suprimento de Fundos	-----	-----	-----	-----
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.103.499	1.710.257	1.103.499	1.228.151
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.103.499	1.710.257	1.103.499	1.710.257
5. Outros	326.849	211.164	326.849	211.164
6. Total (1+2+3+4+5)	6.268.954	5.722.171	6.143.137	5.685.808

Unidade orçamentária:		Código UO:30107		UGO:200113
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.377.564	3.074.933	4.377.564	3.074.933
a) Convite	-----	-----	-----	-----

b) Tomada de Preços	157.396	52.170	157.396	52.170
c) Concorrência	443.118	-----	443.118	-----
d) Pregão	3.777.050	3.022.763	3.777.050	3.022.763
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	884.013	1.345.330	884.013	1.345.330
h) Dispensa	678.380	1.048.452	678.380	1.048.452
i) Inexigibilidade	205.633	296.878	205.633	296.878
3. Regime de Execução Especial	1.365	6.560	1.365	6.560
j) Suprimento de Fundos	1.365	6.560	1.365	6.560
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.323.028	1.928.791	1.323.028	1.928.791
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.323.028	1.928.791	1.323.028	1.928.791
5. Outros	203.483	147.560	203.483	147.560
6. Total (1+2+3+4+5)	6.789.454	4.574.383	6.789.454	4.574.383

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200114
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.310.639	4.077.449	4.039.451	4.017.305
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	4.310.639	4.077.449	4.039.451	4.017.305
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	1.186.324	796.938	1.186.324	796.938
h) Dispensa	868.720	517.201	868.720	517.201
i) Inexigibilidade	317.604	279.737	317.604	279.737
3. Regime de Execução Especial	11.441	18.772	11.441	18.772
j) Suprimento de Fundos	11.441	18.772	11.441	18.772
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.795.881	2.583.696	1.795.881	2.583.696
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.795.881	2.583.696	1.795.881	2.583.696

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

5. Outros	2.470.719	224.987	2.470.719	224.987
6. Total (1+2+3+4+5)	9.775.006	5.099.374	9.503.818	5.039.230

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200115
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.243.209	6.808.386	7.243.209	6.806.136
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	551.633	-----	551.633
d) Pregão	7.243.209	6.256.753	7.243.209	6.254.503
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	2.186.512	2.030.213	2.186.512	2.030.213
h) Dispensa	1.718.003	1.524.866	1.718.003	1.524.866
i) Inexigibilidade	468.509	505.347	468.509	505.347
3. Regime de Execução Especial	2.302	3.176	2.302	3.176
j) Suprimento de Fundos	2.302	3.176	2.302	3.176
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.257.151	2.937.326	2.257.151	2.937.326
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	2.257.151	2.937.326	2.257.151	2.937.326
5. Outros	360.359	155.327	360.359	155.327
6. Total (1+2+3+4+5)	12.049.533	8.997.102	12.049.533	8.991.676

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200116
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.337.722	12.069.408	6.473.705	11.091.075
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	316.258	-----	316.258
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	7.337.722	11.753.150	6.473.705	10.774.817
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

2. Contratações Diretas (h+i)	885.813	645.916	870.819	630.201
h) Dispensa	626.388	551.271	626.388	535.556
i) Inexigibilidade	259.424	94.645	244.430	94.645
3. Regime de Execução Especial	-----	-----	-----	-----
j) Suprimento de Fundos	-----	-----	-----	-----
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.638.340	2.574.888	1.638.340	2.574.888
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.638.340	2.574.888	1.638.340	2.574.888
5. Outros	352.948	352.690	352.948	352.690
6. Total (1+2+3+4+5)	10.214.823	13.068.014	9.335.812	12.073.966

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200117
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.716.195	4.734.651	5.545.395	4.411.729
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência		35.551		
d) Pregão	5.716.195	4.699.100	5.545.395	4.411.729
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	2.113.718	1.326.234	2.113.718	1.317.670
h) Dispensa	1.639.764	939.795	1.639.764	936.464
i) Inexigibilidade	473.954	386.439	473.954	381.206
3. Regime de Execução Especial	5.604	4.079	5.604	4.079
j) Suprimento de Fundos	5.604	4.079	5.604	4.079
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.604.973	1.982.363	1.604.973	1.982.363
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.604.973	1.982.363	1.604.973	1.982.363
5. Outros	238.813	303.713	238.813	303.693
6. Total (1+2+3+4+5)	9.679.303	6.368.677	9.508.503	6.033.092

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200118
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.247.268	7.359.585	8.191.127	6.475.802

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	8.247.268	7.359.585	8.191.127	6.475.802
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	1.870.685	1.668.365	1.870.685	1.480.257
h) Dispensa	1.544.822	1.185.299	1.544.822	1.185.299
i) Inexigibilidade	325.863	483.066	325.863	294.958
3. Regime de Execução Especial	2.264	1.535	2.264	1.535
j) Suprimento de Fundos	2.264	1.535	2.264	1.535
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.910.845	2.762.706	1.910.845	2.762.706
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.910.845	2.762.706	1.910.845	2.762.706
5. Outros	553.536	593.164	553.536	571.368
6. Total (1+2+3+4+5)	12.584.599	12.385.355	12.528.458	11.290.133

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200119
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.984.842	6.708.267	6.832.338	6.708.267
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	6.984.842	6.708.267	6.832.338	6.708.267
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	2.619.152	1.947.000	2.619.152	1.947.000
h) Dispensa	2.224.089	1.623.467	2.224.089	1.623.467
i) Inexigibilidade	395.064	323.533	395.064	323.533
3. Regime de Execução Especial	-----	-----	-----	-----
j) Suprimento de Fundos	-----	-----	-----	-----
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.270.900	3.073.269	2.270.900	3.073.269
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	2.270.900	3.073.269	2.270.900	3.073.269

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

5. Outros	289.630	523.738	289.630	523.738
6. Total (1+2+3+4+5)	12.164.524	12.252.274	12.012.021	12.252.274

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200120
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.911.691	3.726.616	3.748.970	3.573.162
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	146.610	-----	146.610	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	3.765.081	3.726.616	3.602.359	3.573.162
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	731.100	568.040	728.828	568.040
h) Dispensa	613.098	494.938	610.826	494.938
i) Inexigibilidade	118.002	73.102	118.002	73.102
3. Regime de Execução Especial	300	-----	300	-----
j) Suprimento de Fundos	300	-----	300	-----
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.067.874	1.855.330	1.067.874	1.855.330
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.067.874	1.855.330	1.067.874	1.855.330
5. Outros	91.956	206.304	91.956	206.304
6. Total (1+2+3+4+5)	5.802.920	6.356.290	5.637.927	6.202.836

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200121
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.615.752	3.643.232	3.477.361	3.643.232
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	3.615.752	3.643.232	3.477.361	3.643.232
e) Concurso	-----	-----	-----	-----

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	887.309	502.021	887.309	502.021
h) Dispensa	607.666	342.817	607.666	342.817
i) Inexigibilidade	279.643	159.204	279.643	159.204
3. Regime de Execução Especial	1.793	2.343	1.793	2.343
j) Suprimento de Fundos	1.793	2.343	1.793	2.343
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.328.363	1.924.883	1.328.363	1.924.883
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.328.363	1.924.883	1.328.363	1.924.883
5. Outros	214.950	209.403	214.950	209.403
6. Total (1+2+3+4+5)	6.048.166	6.281.882	5.909.775	6.281.882

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200122
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.414.395	2.635.541	.226.955	2.635.541
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	3.414.395	2.635.541	.226.955	2.635.541
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	1.080.552	946.009	1.057.863	946.009
h) Dispensa	892.624	837.652	892.624	837.652
i) Inexigibilidade	187.928	108.357	165.239	108.357
3. Regime de Execução Especial	-----	3.292	-----	3.292
j) Suprimento de Fundos	-----	3.292	-----	3.292
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.180.365	1.672.737	1.180.365	1.672.737
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.180.365	1.672.737	1.180.365	1.672.737
5. Outros	189.169	385.699	189.169	385.699
6. Total (1+2+3+4+5)	5.864.480	5.643.278	5.654.352	5.643.278

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200123
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.015.374	3.825.553	3.008.996	3.802.553
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	34.982	-----	34.982
c) Concorrência				
d) Pregão	3.015.374	3.790.571	3.008.996	3.767.571
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	564.865	382.899	564.865	382.899
h) Dispensa	435.448	351.293	435.448	351.293
i) Inexigibilidade	129.416	31.606	129.416	31.606
3. Regime de Execução Especial	-----	-----	-----	-----
j) Suprimento de Fundos	-----	-----	-----	-----
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.038.836	1.553.042	1.038.836	1.553.042
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.038.836	1.553.042	1.038.836	1.553.042
5. Outros	94.705	116.278	94.705	116.278
6. Total (1+2+3+4+5)	4.713.780	5.877.772	4.707.402	5.854.772
Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200124
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.936.442	1.904.881	3.819.732	1.825.923
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	3.936.442	1.904.881	3.819.732	1.825.923
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	1.251.935	865.757	1.250.494	863.537
h) Dispensa	1.103.702	788.235	1.102.405	788.235
i) Inexigibilidade	148.233	77.522	148.089	75.302
3. Regime de Execução Especial	26.248	41.765	26.248	41.765
j) Suprimento de Fundos	26.248	41.765	26.248	41.765
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.293.895	1.429.068	1.289.163	1.429.068
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.293.895	1.429.068	1.289.163	1.429.068

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

5. Outros	229.004	154.983	229.004	154.950
6. Total (1+2+3+4+5)	6.737.524	4.396.454	6.614.641	4.273.478

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200125
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.755.365	7.164.007	9.755.365	6.679.041
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	4.925	202.331	4.925	113.286
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	9.750.440	6.961.676	9.750.440	6.565.755
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	858.511	2.664.032	858.511	2.664.032
h) Dispensa	614.057	2.463.331	614.057	2.463.331
i) Inexigibilidade	244.454	200.701	244.454	200.701
3. Regime de Execução Especial	8.492	4.661	8.492	4.661
j) Suprimento de Fundos	8.492	4.661	8.492	4.661
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.695.654	1.686.218	1.695.654	1.686.218
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.695.654	1.686.218	1.695.654	1.686.218
5. Outros	466.961	808.599	466.961	779.200
6. Total (1+2+3+4+5)	12.784.983	12.327.517	12.784.983	11.813.152

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200126
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.326.538	2.346.054	2.303.422	2.342.504
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	2.326.538	2.346.054	2.303.422	2.342.504
e) Concurso	-----	-----	-----	-----

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	598.474	445.624	598.474	445.624
h) Dispensa	28.295	24.836	28.295	24.836
i) Inexigibilidade	570.179	420.788	570.179	420.788
3. Regime de Execução Especial	2.737	2.755	2.737	2.755
j) Suprimento de Fundos	2.737	2.755	2.737	2.755
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	676.967	1.019.053	676.967	1.019.053
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	676.967	1.019.053	676.967	1.019.053
5. Outros	92.857	169.779	92.857	169.779
6. Total (1+2+3+4+5)	3.697.573	3.983.265	3.674.457	3.979.715

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200127
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.881.938	1.574.059	2.788.435	1.574.059
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	208.672		208.672	
d) Pregão	2.673.266	1.574.059	2.579.763	1.574.059
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	345.802	266.953	345.802	266.953
h) Dispensa	192.246	225.444	192.246	225.444
i) Inexigibilidade	153.557	41.509	153.557	41.509
3. Regime de Execução Especial	5.596	2.890	5.596	2.890
j) Suprimento de Fundos	5.596	2.890	5.596	2.890
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.131.657	1.627.884	1.131.657	1.627.884
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.131.657	1.627.884	1.131.657	1.627.884
5. Outros	241.919	74.844	241.919	74.844
6. Total (1+2+3+4+5)	4.606.912	3.471.786	4.513.409	3.471.786

Unidade orçamentária:	Código UO: 30107	UGO: 200128
-----------------------	------------------	-------------

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.466.852	8.902.939	6.092.876	8.546.922
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	88.199	45.990	18.289	45.990
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	6.378.652	8.856.949	6.074.587	8.500.932
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	1.520.753	933.618	1.504.076	933.618
h) Dispensa	1.151.130	622.957	1.134.453	622.957
i) Inexigibilidade	369.623	310.661	369.623	310.661
3. Regime de Execução Especial	-----	-----	-----	-----
j) Suprimento de Fundos	-----	-----	-----	-----
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.672.160	2.248.788	1.672.160	2.248.788
k) Pagamento em Folha	-----	-----	-----	-----
l) Diárias	1.672.160	2.248.788	1.672.160	2.248.788
5. Outros	198.867	140.487	198.867	140.487
6. Total (1+2+3+4+5)	9.858.632	9.977.044	9.467.979	9.621.027

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200129	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.315.745	1.418.102	2.211.053	1.335.989	
a) Convite	-----	-----	-----	-----	
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----	
c) Concorrência					
d) Pregão	2.315.745	1.418.102	2.211.053	1.335.989	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	357.649	431.581	351.176	431.581	
h) Dispensa	57.896	225.728	51.848	225.728	
i) Inexigibilidade	299.753	205.853	299.328	205.853	
3. Regime de Execução Especial	2.245		2.245		
j) Suprimento de Fundos	2.245	-	2.245	-	

4. Pagamento de Pessoal (k+l)	475.853	742.753	475.853	740.192
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	475.853	742.753	475.853	740.192
5. Outros	170.250	112.654	170.250	76.208
6. Total (1+2+3+4+5)	3.321.742	2.705.090	3.210.577	2.583.970

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200130
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.942.406	1.855.452	1.890.696	1.855.452
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.942.406	1.855.452	1.890.696	1.855.452
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	460.292	285.158	460.292	285.158
h) Dispensa	337.355	213.970	337.355	213.970
i) Inexigibilidade	122.938	71.188	122.938	71.188
3. Regime de Execução Especial	2.102	594	2.102	594
j) Suprimento de Fundos	2.102	594	2.102	594
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	543.369	923.741	543.369	923.741
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	543.369	923.741	543.369	923.741
5. Outros	138.589	55.516	138.589	55.516
6. Total (1+2+3+4+5)	3.086.759	3.120.461	3.035.049	3.120.461

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200131
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.598.326	2.519.418	3.598.326	2.518.769
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	3.598.326	2.519.418	3.598.326	2.518.769
e) Concurso	-	-	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	1.292.608	838.813	1.292.608	838.813
h) Dispensa	1.160.973	666.831	1.160.973	666.831
i) Inexigibilidade	131.634	171.982	131.634	171.982
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.365.354	1.170.943	1.365.354	1.170.943
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	1.365.354	1.170.943	1.365.354	1.170.943
5. Outros	115.600	69.752	115.600	69.752
6. Total (1+2+3+4+5)	6.371.887	4.598.926	6.371.887	4.598.277

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200139
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.429.138	1.213.080	1.429.138	1.213.080
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.429.138	1.213.080	1.429.138	1.213.080
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	532.720	459.322	530.071	459.322
h) Dispensa	399.508	356.994	396.859	356.994
i) Inexigibilidade	133.212	102.328	133.212	102.328
3. Regime de Execução Especial	5.686	2.671	5.686	2.671
j) Suprimento de Fundos	5.686	2.671	5.686	2.671
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	451.075	474.541	451.075	474.541
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	451.075	474.541	451.075	474.541
5. Outros	67.854	59.438	67.854	59.438
6. Total (1+2+3+4+5)	2.486.472	2.209.052	2.483.823	2.209.052

Unidade orçamentária:	Código UO: 30107	UGO: 200141
-----------------------	------------------	-------------

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.915.715	2.073.915	1.912.939	2.070.211
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.915.715	2.073.915	1.912.939	2.070.211
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	1.010.668	874.079	1.010.668	873.992
h) Dispensa	776.526	641.849	776.526	641.762
i) Inexigibilidade	234.142	232.230	234.142	232.230
3. Regime de Execução Especial	3.409	2.224	3.409	2.224
j) Suprimento de Fundos	3.409	2.224	3.409	2.224
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	320.927	759.664	320.927	759.664
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	320.927	759.664	320.927	759.664
5. Outros	133.614	112.370	133.614	112.370
6. Total (1+2+3+4+5)	3.384.333	3.822.252	3.381.557	3.818.461

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200229
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	862.575		862.575	
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	862.575		862.575	
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	4.580.537	-	-	-
h) Dispensa	3.473.657	-	3.473.657	-
i) Inexigibilidade	1.106.880	-	1.106.880	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.264.243	-	4.264.243	-
k) Pagamento em Folha	-	--	-	-
l) Diárias	4.264.243	-	4.264.243	-
5. Outros	9.029	-	9.029	--
6. Total (1+2+3+4+5)	9.716.384	-	9.716.384	-

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200230
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite	-----	-----	-----	-----
b) Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
c) Concorrência	-----	-----	-----	-----
d) Pregão	-----	-----	-----	-----
e) Concurso	-----	-----	-----	-----
f) Consulta	-----	-----	-----	-----
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-----	-----	-----	-----
2. Contratações Diretas (h+i)	-----	-----	-----	-----
h) Dispensa	-----	-----	-----	-----
i) Inexigibilidade	-----	-----	-----	-----
3. Regime de Execução Especial	-----	-----	-----	-----
j) Suprimento de Fundos	-----	-----	-----	-----
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.900.727.815	2.665.555.329	2.900.690.024	2.665.550.959
k) Pagamento em Folha	2.900.727.815	2.665.555.329	2.900.690.024	2.665.550.959
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	98.027.779	-	98.027.779	-
6. Total (1+2+3+4+5)	2.998.755.593	2.665.555.329	2.998.717.803	2.665.550.959

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200232
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.084.318	993.215	1.047.836	993.215
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

d) Pregão	1.084.318	993.215	1.047.836	993.215
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	156.260	41.473	155.002	41.473
h) Dispensa	34.938	15.881	33.680	15.881
i) Inexigibilidade	121.322	25.592	121.322	25.592
3. Regime de Execução Especial	396	660	396	660
j) Suprimento de Fundos	396	660	396	660
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	714.788	833.999	713.473	833.999
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	714.788	833.999	713.473	833.999
5. Outros	40.264	34.907	40.264	34.907
6. Total (1+2+3+4+5)	1.996.026	1.904.254	1.956.971	1.904.254

Unidade orçamentária:		Código UO: 30107		UGO: 200233
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.136.430	870.697	1.053.866	869.087
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	131.206	-	131.206
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.136.430	739.491	1.053.866	737.881
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	220.831	70.346	220.831	70.134
h) Dispensa	93.856	38.899	93.856	38.899
i) Inexigibilidade	126.975	31.447	126.975	31.235
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	518.416	428.038	518.416	428.038
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	518.416	428.038	518.416	428.038
5. Outros	64.416	65.934	64.416	65.934
6. Total (1+2+3+4+5)	1.940.092	1.435.015	1.857.528	1.433.193

3.3.2.2 Despesas por Grupo e elemento de despesa.**Quadro XX**

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200109	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	129.167.854	101.603.732	100.815.361	72.769.005	28.352.494	28.834.727	99.746.812	71.245.060
MATERIAL DE CONSUMO	17.276.622	11.081.096	10.708.630	5.896.940	6.567.992	5.184.157	10.708.630	5.885.429
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	8.355.480	12.508.414	6.628.539	9.846.358	1.726.941	2.662.056	6.628.539	9.139.610
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.809.767	5.206.541	3.809.767	5.187.996	-	18.544	3.809.767	5.187.996
SERVICOS DE CONSULTORIA	2.403.866	-	739.812		1.664.054		739.812	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	52.000	104.835	36.371	80.300	15.629	24.535	36.371	80.300
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	43.313	744.970	43.313	744.970	-	-	43.313	744.970
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	38.614	64.248	38.614	53.541	-	10.707	38.614	53.541
INDENIZACOES E RESTITUICOES	17.000	84.849	6.892	84.849	10.108	-	6.892	84.849
DIARIAS - PESSOAL MILITAR	10.926	-	10.926	-	-	-	10.926	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.849.323	22.732.366	2.359.475	947.086	6.489.849	21.785.280	2.356.635	880.606
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.694.275	4.020.611	1.232.940	2.318.013	1.461.335	1.702.599	1.121.790	2.308.510
OBRAS E INSTALACOES	12.862	597.989	12.862	546.557	-	51.432	12.862	546.557
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.865	201.630	7.865	201.630	-	-	7.865	201.630

No quadro de modalidade de licitação pode se observar que o valor da contratação por dispensa de licitação teve um aumento significativo passando de pouco mais de quarenta e cinco milhões e quinhentos para pouco mais de sessenta e dois milhões, desses sessenta e dois

milhões a maior parte, 60.319.237,29 , foi paga a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para custear o envio das Notificações de autuações e as multas de trânsito aplicadas pela PRF, que aumentaram durante o ano de 2015 em razão da aquisição de novos radares e entrada de novos policiais no Órgão. Os maiores destaques na execução por Inexigibilidade de licitação são os gastos com energia elétrica e água tratada que são fornecidos por empresas públicas e totalizaram 2.061.874,84.

No quadro de execução por elemento de despesa destaca-se a execução de Serviços de consultoria no valor de 2.403.866,00, que em quase sua totalidade foram utilizados na contratação de duas consultorias para mapeamento e melhoramento de processos e gestão de projetos.

Destaca-se também o aumento de Outros serviços de terceiros PJ – OP.IN.ORC, que é o elemento de despesa utilizado para as despesas de custeio de maior vulto do Órgão, nesse elemento está contido o custeio dos Correios citado no primeiro parágrafo, o projeto Alerta Brasil e grande parte das empresas de tecnologia da informação e terceirização que em sua maioria tem ajustes de preços anualmente.

No exercício de 2014 em relação a 2015 houve uma redução nas despesas com diárias – pessoal civil e passagens e despesas de locomoção, no valor de R\$ 5.549.709,00, uma vez que naquele exercício houve a Copa do Mundo/ 2014. Outro fator a ser levado em consideração é que a partir de outubro de 2015 este DPRF passou a descentralizar as compras de passagens para as Regionais.

Houve uma redução de R\$ 84.849,00 para R\$ 17.000,00, nas despesas relativas a Indenização e Restituições, relativas a auxílio-moradia, pois estas despesas deixaram de ser pagas como restituição, passando a serem pagas diretamente na folha de pagamento de pessoal.

Até o exercício de 2014 as aquisições de materiais permanente, inclusive para o projeto Landell, deixaram de ser efetuadas de forma centralizada na Unidade Gestora da Sede, passando a ser efetuada de forma descentralizadas pelos regionais deste DPRF, sendo assim houve uma redução de 61%, passando de R\$ 22.733.366,00 em 2014 para R\$ 8.846.323,00 em 2015.

Com o término da construção da Nova Sede da PRF houve uma diminuição no valor gasto com Obras e Instalações em 98%, passando de R\$ 597.989,00 em 2014 para R\$ 12.862,00 em 2015.

No que tange as Despesas de Exercícios Anteriores com o intuito de que haja uma melhoria contínua nos processos de execução orçamentária esta Unidade Gestora, vem desde

2013, fazendo por meio da sua Divisão de Execução orçamentária/financeira, um trabalho de otimização do empenho das despesas de forma a evitar o reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores, tendo sido feita uma diminuição em 96% com este tipo de gasto. Passando de R\$ 201.630,00 em 2014 para R\$ 7.865,00 em 2015.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200110	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	809.410	488.729	649.306	329.279	160.104	159.450	649.306	326.606
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	421.640	390.038	351.847	211.163	69.793	178.875	351.847	211.163
MATERIAL DE CONSUMO	380.858	321.449	261.284	230.324	119.574	91.125	261.284	230.324
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	283.931	447.231	283.931	447.231			283.931	447.231
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	129.968	310.911	128.168	246.491	1.800	64.420	128.168	244.524
INDENIZACOE S E RESTITUICOES	83.959	64.486	83.959	64.486	-	-	83.959	64.486
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENT OS E MATERIAL PERMANENTE	307.945	89.105	-	37.395	307.945	51.711	-	7.323
OBRAS E INSTALACOES	10	-	-	-	10	-	-	-

É fato que nos últimos exercícios financeiros, a Instituição Polícia Rodoviária Federal, como qualquer outra instituição pública da administração direta do governo federal vêm sofrendo uma significativa e crescente restrição orçamentária e financeira ao longo dos anos , o que vem acarretando sérias limitações no desenvolvimento e na implementação de projetos, programas e ações voltadas para o atingimento de metas e objetivos institucionais, contudo, também impõe a própria Instituição , a necessidade imperiosa de aprimorar e aperfeiçoar os seus mecanismos de gestão da execução da despesa pública, visto que, os poucos recursos orçamentários e financeiros disponíveis na Instituição, obrigam aos seus gestores à efetivação

da formatação de Planejamentos táticos, operacionais e estratégicos capazes de darem a devida e necessária sustentação no desenvolvimento de suas ações e atividades, com um maior grau de eficiência e eficácia, bem como, estabelecendo políticas prioritárias para a organização, repercutindo diretamente na qualidade dos serviços prestados a Sociedade.

Quando passamos a abordar e examinar à gestão da execução da despesa pública por parte da PRF nos exercícios de 2014 e 2015, especificamente, relacionada a esta Unidade Gestora 200110, é perceptível que mesmo obstante às sérias limitações orçamentárias e financeiras enfrentadas pela Unidade, somadas a escassez de recursos humanos para o desenvolvimento de suas atividades-fim e meio, aliada a falta de uma política de recursos humanos mais eficiente e eficaz, voltada para a capacitação e reciclagem dos servidores que atuam principalmente na área administrativa da Regional, verificamos importantes avanços da gestão orçamentária e financeira na Unidade, que em muito devemos ao aprimoramento e a utilização de novas ferramentas de trabalho, bem como, do comprometimento profissional de servidores que atuando na área administrativa e financeira da Instituição, compreendem a importância e a relevância deste suporte administrativo para o funcionamento a contento da área operacional da PRF.

Percebemos nitidamente em uma análise das despesas liquidadas e pagas nos exercícios de 2014 e 2015, que tanto à Administração Central como suas Unidades desconcentradas da PRF fazem uma gestão de execução da despesa pública balizada e preponderantemente concentrada na realização de procedimentos licitatórios com a contratação de bens e serviços através da utilização da modalidade Pregão, o que representa significativamente o seu enquadramento nos ditames legais e nos princípios que norteiam à Administração Pública, propiciando a melhoria no processo de contratação, tanto à nível de qualidade do objeto contratado, como à nível de economia para os cofres públicos.

Vale salientar, analisando as despesas executadas nos exercícios de 2014 e 2015 por parte desta Unidade, que apesar do pequeno crescimento das contratações públicas, nas diferentes modalidades, por grupo e elemento de despesas de um exercício para o outro, verifica-se um aumento positivo comparativamente, se levarmos em consideração às despesas liquidadas com às despesas pagas entre os exercícios de 2014 e 2015.

Outrossim, ressaltamos que o contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros ocorridos nos exercícios de 2014 e 2015, impactaram consideravelmente na gestão orçamentária da Regional, trazendo limitações na realização de empenhos, bem como, afetaram a disponibilidade de recursos financeiros para esta Unidade, resultando na demora na efetivação da liquidação e pagamento das despesas realizadas.

Por fim, salientamos a continuidade dos problemas oriundos da falta de pessoal, da tempestividade na liberação de recursos, da rotatividade de pessoal e da falta de uma melhor capacitação dos servidores em áreas sensíveis da administração, tais como: Licitações, Orçamentária e Financeira, Patrimônio, etc.

Unidade Orçamentária:	Código UO: 30107	UGO:200111
DESPESAS CORRENTES		

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
MATERIAL DE CONSUMO	2.064.137	1.050.311	1.358.543	962.008	705.594	88.303	1.354.651	962.008
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.778.560	2.194.180	1.778.560	2.194.162	-	18	1.778.560	2.194.162
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.660.450	1.039.441	1.381.675	694.782	278.775	344.659	1.381.675	694.782
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.633.710	1.171.123	1.536.976	1.066.638	96.735	104.485	1.536.976	1.066.638
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	125.192	252.106	92.796	252.106	32.396	-	92.796	252.106
INDENIZACOES E RESTITUICOES	109.591	31.848	109.591	31.848	-	-	109.591	31.848
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	71.586	31.403	71.586	31.403	-	-	71.586	31.403
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	17.474	28.125	17.474	22.178	-	5.947	17.474	22.178
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	12.206	-	12.206	-	-	-	12.206	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.795	-	1.795	-	-	-	1.795	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	554.126	896.891	44.873	378.484	509.253	518.407	44.873	293.484

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200112	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.115.706	1.884.407	1.624.486	1.327.357	491.219	557.049	1.614.586	1.321.264
MATERIAL DE CONSUMO	1.766.184	1.244.814	1.416.112	940.979	350.072	303.835	1.300.195	921.843
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.629.985	1.402.573	1.396.454	1.217.214	233.531	185.359	1.396.454	1.206.079
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.101.900	1.710.257	1.101.900	1.710.257	-	-	1.101.900	1.710.257
INDENIZACOES E RESTITUICOES	200.323	106.948	200.323	106.948	-	-	200.323	106.948

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	169.862	10	98.373		71.489	10	98.373	106.948
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	85.443	44.050	85.443	44.050	-	-	85.443	44.050
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	14.311	19.043	11.583	13.001	2.728	6.042	11.583	13.001
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.600	-	1.600	-	-	-	1.600	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.380	34.919	1.380	33.579	-	1.340	1.380	33.579
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.013.634	1.654.106	331.302	275.845	682.332	1.378.262	331.302	275.845
OBRAS E INSTALACOES	-	87.836	-	52.942	-	34.894	-	52.942

No quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação mediante créditos originários da unidade e também créditos de movimentação, destaca-se o predomínio das contratações por meio de Pregão Eletrônico. Analisando o Quadro comparativo 2014-2015 de Despesas por Modalidade de Contratação observa-se, proporcionalmente, das despesas por Contratação Direta na modalidade de dispensa de licitação, tanto em referência à quantidade como no valor contratado, sendo essa redução parte de um processo contínuo da utilização de modalidades de compra direta de bens ou serviços no âmbito desta regional. Os valores tendem a representar basicamente despesas com fornecimento de energia elétrica, água, imprensa nacional, EBC. Algum incremento, proporcional ao aumento da execução orçamentária advém de uma tendência já constada nos últimos anos de as licitações para fornecimento de água e gás GLP de Unidade Operacionais do Interior do estado restarem desertas, necessitando assim de que sejam firmadas cartas- contrato com fornecedores locais se utilizando do Art. 24 da Lei de Licitações para que seja garantido o fornecimento nos lugares mais distantes.

A implementação continuada das alterações recentes da Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 representou um avanço, uma vez que modificou a forma de contratação de mão de obra para a prestação de serviços de natureza continuada, implicando numa maior garantia dos direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados. No entanto, a contratação de mão de obra continua a representar o maior volume de gastos no grupo de natureza de despesa “3 – outras despesas correntes”, essenciais para desempenho das atividades atribuídas a esta Unidade.

Diferentemente do exercício de 2014 houve uma redução no volume da despesa no elemento de despesa “52 - equipamentos e material permanente”, do grupo de natureza de despesa “4 - investimentos”, notadamente pela menor quantidade de aquisições de veículos no exercício de 2015. Neste caso, as quantidades de viaturas a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cabendo as suas Unidades a efetivação da aquisição, recebimento, liquidação e pagamento. No exercício de 2015 também não houve empenhos relativos a Obras e Instalações.

O planejamento desta Unidade volta-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições essenciais para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Desta forma, diante do volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, esta Unidade não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos para execução das ações.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece as Unidades. O reduzido número de servidores lotados nesta Unidade reflete tanto no desempenho da atividade fim atribuída a esta 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, como no desempenho das atividades administrativas, que servem de suporte a atividade finalística do órgão.

Salientamos que os números refletem a execução da despesa no tocante a concentração de esforços na manutenção das atividades através de contratos de prestação de serviços administrativos e de tecnologia (terceirizados, água, luz, telefone, correios, imprensa nacional, Internet, impressão, suporte de informática, etc) assim como atividades de suporte operacional, manutenção de viaturas, combustíveis, serviços veterinários, manutenção e aferição de radares e etilômetros, e diárias administrativas e operacionais.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200113		
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	3.310.458	2.551.568	1.835.306	1.581.057	1.475.152	970.512	1.835.306	1.581.057	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.168.700	1.629.062	1.711.686	1.342.054	457.014	287.008	1.711.686	1.342.054	
MATERIAL DE CONSUMO	1.779.201	1.089.763	1.002.735	949.923	776.467	139.840	1.002.735	949.923	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.323.028	1.928.791	1.323.028	1.928.791			1.323.028	1.928.791	

OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	73.237	69.949	73.237	69.949	-	-	73.237	69.949
INDENIZACOES E RESTITUICOES	72.792	77.611	72.792	77.611		-	72.792	77.611
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	59.750	14.543	28.726	14.543	31.025	-	28.726	14.543
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	21.083	45.024	19.596	45.024	1.488	-	19.596	45.024
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	409	-	63	-	346	-	63	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OBRAS E INSTALACOES	2.753.805	330.899	488.420	52.170	2.265.385	278.730	488.420	52.170
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	571.347	1.641.599	233.865	440.553	337.482	1.201.047	233.865	440.553
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	-	1.500	-	1.500	-	-	-	1.500

Constata-se do quadro “Modalidade de Contratação” que o total de despesas liquidadas corresponde exatamente ao total de despesas pagas, o que significa celeridade no processo completo da execução da despesa. Registre-se que desde o exercício 2014 não são inscritos valores em restos a pagar processados.

Verifica-se que no exercício 2015 houve um aumento de aproximadamente 45% do valor total de despesas liquidadas e pagas em relação à 2014, o que demonstra uma execução maior decorrente do incremento da capacidade laborativa que foi capaz de dar vazão ao orçamento destinado à Regional.

Destaca-se, ainda, do quadro acima que o pregão eletrônico é a modalidade de licitação na qual a maior parte dos valores foram empenhados, registre-se que o valor total liquidado no exercício 2015 foi aproximadamente 25% maior do que o valor total liquidado no exercício 2014. Houve incremento nas despesas realizadas decorrentes de licitações realizados por meio de concorrências e de tomadas de preços, em razão da disponibilidade de recursos para investimento em obras (reformas e construções). A citadas licitações ocorreram no final do exercício de 2014, devido a liberação de crédito somente ao final do ano, assim o início das obras ocorreu no exercício seguinte.

Com relação ao valor total liquidado decorrente de contratações diretas (no exercício 2015) foi aproximadamente 35% menor do que no exercício 2014, o que sugere uma melhoria na gestão das contratações, tendo em vista que o valor total das despesas liquidadas no exercício 2015 foi maior do que no exercício 2014. De igual forma, reduzimos as despesas realizadas por meio do Suprimento de Fundos.

As despesas liquidadas através da Dispensa de Licitação são compostas pelo pagamento do consumo da energia elétrica e água tratada consumida por todas as Unidades da

11ª SRPRF/PE, pelo pagamento de malotes e envio de correspondências e publicação oficial/legal.

As despesas com pagamento de diárias reduziram entre os exercícios sob análise, tendo em vista que em 2014 foi necessário maior aporte de recursos para o pagamento de diárias destinadas à movimentação de efetivo, visando apoiar o evento Copa do Mundo que aconteceu em diversas Regionais, inclusive Pernambuco.

Quanto aos valores dos elementos constantes do grupo de despesas correntes, registramos que no exercício 2015 foram maiores que em 2014, com exceção dos valores executados com as despesas de diárias e passagens, onde houve decréscimo.

No Grupo de Despesas Investimentos (DESPESAS DE CAPITAL), percebe-se que o Elemento de Despesa “Equipamentos e Materiais Permanentes” registra valores empenhados menores em 2015 em relação a 2014. Isso decorrente de uma destinação maior de orçamento para aquisição de veículos em 2014. Cabe salientar que as quantidades de viaturas a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo DPRF (Unidade Central), cabendo as suas Unidades Desconcentradas apenas a efetivação da aquisição.

Quanto aos elementos de despesas “Instalações” e “Outros Serviços de Pessoas Jurídicas”, houve acréscimo nos valores empenhados. Consequentemente houve em 2015 um aumento no montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados em relação a 2014.

O aumento nos valores empenhados, principalmente para o elemento de despesa “Locação de Mão de Obra”, deve-se principalmente aos reajustes contratuais concedidos em função das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT.

Contingenciamento no exercício

Houve contingenciamento tanto orçamentário como financeiro, gerando dificuldades na gestão, principalmente dos contratos em vigor, muitos dos quais tiveram atraso na sua execução orçamentária e financeira, ocasionando ainda prejuízo aos desembolsos feitos às diversas empresas contratadas para atividades de custeio. As principais demandas, principalmente para atendimento de contratos de natureza contínua, dentre os quais destacamos locação de mão de obra e manutenção da frota, foram atendidas na totalidade, embora, boa parte dos recursos tenha sido descentralizada nos meses de novembro e dezembro de 2015. Mesmo assim, procuramos efetuar a liquidação e os pagamentos ainda dentro do exercício, evitando ou diminuindo o volume de empenhos inscritos em restos a pagar.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Dentre as situações de caráter negativo que afetaram a execução orçamentária e financeira da 11ª SRPRF/PE, pode-se citar o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros ocorridos no exercício de 2015. Embora tais contingenciamentos tenham sido menos impactantes do que o ocorrido em 2014, não deixou de proporcionar alguns transtornos à Administração, principalmente quanto aos atrasos na liquidação e pagamento das despesas de custeio, principalmente as de caráter continuado. Tais atrasos não deixaram de criar um

certo constrangimento aos gestores financeiros da UJ e criam uma imagem extremamente desfavorável da instituição e até mesmo da Administração Pública perante os fornecedores e a sociedade em geral. As gestões e fiscalizações contratuais ficam prejudicadas de certa forma, pois a exigência constante pela boa execução dos contratos continuados encontra um entrave muito grande quando os fornecedores alertam que estão sendo cobrados e até mesmo apenados com sanções administrativas e seus pagamentos encontram-se atrasados por vezes em até 2 meses.

Registre-se, ainda, o fato das descentralizações de recursos financeiros para empenho próximo do encerramento do exercício, no mês de dezembro, ocasionarem um aumento no volume de despesas inscritas em restos a pagar.

Quanto aos eventos positivos ocorridos no exercício de 2015, destaca-se o atendimento das demandas regionais principalmente quanto às despesas de investimento com a execução de obras, aquisições de equipamentos e custeio com serviços de manutenções prediais e aquisições de materiais.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107		UGO:200114		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	3.298.077	3.101.993	2.597.974	1.283.850	700.102	1.818.142	2.597.974	1.283.850
MATERIAL DE CONSUMO	3.149.598	2.067.178	2.357.228	1.429.271	792.371	637.906	2.086.040	1.429.271
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.101.022	1.865.755	1.925.694	1.656.336	175.328	209.419	1.925.694	1.656.336
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.790.972	2.583.696	1.790.972	2.583.696	-	-	1.790.972	2.583.696
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	375.092	79.912	375.092	79.477	-	435	375.092	79.477
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	105.265	101.070	97.478	60.642	7.786	40.428	97.478	60.642
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	92.744	142.752	92.744	142.752	-	-	92.744	142.752
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	37.545	31.278	33.207	27.933	4.338	3.344	33.207	27.933
INDENIZACOES E RESTITUICOES	30.267	16.965	30.267	16.965	-	-	30.267	16.965
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	4.909	-	4.909		-	-	4.909	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.003.157	1.640.986	469.440	420.919	533.717	1.220.067	469.440	360.775
OBRAS E INSTALACOES	-	14.976	-	-	-	14.976	-	-

Na análise dos gastos na modalidade de licitação PREGÃO, nota-se um pequeno decréscimo das despesas referente ao exercício 2015 em relação ao ano de 2014. Grande parte da aplicação dos gastos foi em decorrência da manutenção de contratos de terceirização, visando custear despesas com prestação de serviços de: 1) Apoio Administrativo – Técnico Operacional; 2) Limpeza e Conservação; 3) Vigilância Ostensiva; 4) Serviços copa e cozinha, bem como os gastos oriundos do Contrato de Manutenção Preventiva e Corretiva (Peças, Serviços e Taxa de Administração/Corretagem). Faz parte também do dispêndio as despesas relativas a Serviços de Telecomunicações; Serviços Cópias e Reprodução, Comunicação de dados, Fretes Transporte de encomendas e na Manutenção de Máquinas e Equipamentos. Com a aquisição de material as despesas foram classificadas nos seguintes subitem despesas: 1) Material educativo/esportivo; 2) Material expediente; 3) Material processamento de dados; 4) Material de Acondicionamento/Embalagem; 5) Material copa/cozinha; 6) Material Limpeza/produtos higienização; 7) Uniformes; 8) Material manutenção bens imóveis; 9) Material Elétrico/eletrônico; 10) Material manobra e patrulhamento; 11) Material proteção e segurança; 12) Material para comunicações; 13) Gás engarrafado; 14) Material sinalização visual; 15) Bandeiras e flâmulas; 16) Gêneros de alimentação.

No que se refere às contratações diretas, verifica-se despesas nas modalidades de Dispensa e Inexigibilidade. O primeiro com despesas de Serviços de Telefonia fixa/móvel, internet e comunicação de dados, energia elétrica, comunicação em geral (serviços postais), manutenção em geral, entre outros. Já o segundo os gastos foram aplicados com serviços de água e esgotamento sanitário; aquisição de passagem aérea na modalidade compra direta; serviços de comunicação em geral com a empresa ECT, além de serviços de publicidade legal - EBC e publicação no Diário Oficial da União – Imprensa Nacional. Foram prestados também serviços de Seleção e Treinamento na ESAF e foram utilizados recursos com a manutenção e aferição de equipamentos como etilômetros e radares.

DIÁRIAS Considerações:

Em 2015, o programa de trabalho Policiamento e Fiscalização representou 71,56% do total de despesas pagas com diárias no exercício, principalmente em ações de policiamento nacional e regional; combate ao crime; Rodovia; inteligência; operações de escolta e educação para o trânsito. Já na Administração da Unidade os recursos foram da ordem de 26,17%, distribuídos nas ações apresentadas no item 1.2. Nos programas do ENAFRON e GRANDES EVENTOS os dispêndios somaram-se 2,18% do total. E por último, 0.09% dos gastos foram aplicados no programa da Educação Básica, com a segurança das provas do ENEM. Cabe destacar que do total de diárias pagas no ano de 2015, o valor de R\$ 4.909,40 foram utilizados para custear despesas com diárias com o chamamento de Colaborador eventual, referente as PCDP's 025135/15; 037807/15 e 041069/15. Nota-se uma redução de aproximadamente 30% no total de diárias pagas no exercício 2015, quando em comparação ao dispêndio realizado no ano de 2014. A diferença relaciona-se com o efetivo empregado nas convocações da COPA DO MUNDO FIFA e CURSO FORMAÇÃO PROFISSIONAL,

ocorridos naquele exercício. Com o objetivo de assegurar o que dispõe o Decreto nº 5.992, de 19/12/2006; a IN nº 17, de 28/05/2013 e a IN nº 3, de 11/02/2015, foi sugerido a criação de uma comissão regional de auditoria, com o objetivo de averiguar possíveis inconsistências no fluxo das Proposta de Concessão de Diárias e Passagens registradas no sistema SCDP, principalmente, se estão sendo obedecidos: 1) os prazos de solicitação e prestação de contas de viagem; 2) autorização de viagem em tempo hábil, por parte daqueles que figuram como Assessor, Proponente, Ordenador de Despesas e Autoridade Superior; 3) juntada de documentos obrigatórios, quando for o caso, a exemplo de canchotos de embarque/desembarque, relatório de viagem, autorização ministerial; 4) execução orçamentária e financeira e) devolução de valores com diárias recebidas em excesso e viagens não realizadas.

PASSAGEM AÉREA – Considerações:

Com a implantação da modalidade Compras Direta, esta Regional passou a adquirir passagens aéreas diretamente com companhias aéreas credenciadas, sem a intervenção de agências de viagens, modalidade esta que passou a vigorar a partir das compras realizadas no mês de setembro/2015, oportunidade em que os valores das faturas dos últimos quatro meses do exercício totalizaram a quantia de **R\$ 102.211,19**.

TERCEIRIZAÇÃO – Considerações:

A contratação de mão-de-obra, via terceirização, contempla a transferência para empresas privadas de serviços acessórios. Esta unidade gestora mantém contratos de prestação de serviços referente a: 1) Limpeza e conservação; 2) Vigilância Ostensiva; 3) Apoio Administrativo e conta também com a contribuição de estagiários. No exercício 2015 as despesas com os serviços de Limpeza e Conservação, representou 41,30% da totalidade com Locação de Mão de Obra. Com os serviços técnicos de Apoio Administrativo o montante das despesas representou cerca de 26,62%. Já os custos de Vigilância Ostensiva Privada o dispêndio foi da ordem de 21,35%. E por último, 10,73% das despesas foram utilizados com serviços de estagiários. A Regional tem implementado uma gestão de contratos mais participativa e inovado na modalidade da fiscalização, buscando racionalizar custos e garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas nas atividades contínuas de terceirizações. Com a as alterações da IN nº 02/08, adotaram-se requisitos mais rígidos na fase de habilitação e de todo processo licitatório, visando o bom desempenho das atividades a cada contratação, a exemplo de: a) monitoramento do contrato para rotinas de admissão; b) monitoramento do contrato para rotinas de vigência; c) monitoramento do contrato para rotinas de obrigações especiais; d) monitoramento do contrato para rotinas de cessação contratual; e) acompanhamento da regularidade de documentos trabalhistas e previdenciários. Outra novidade foi a implementação da Conta Vinculada, que é a reserva mensal de provisionamento de valores com 13º salário; Férias e um terço constitucional de férias; Multa sobre FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e Encargos sobre férias e 13º salário (conforme

previsto no art. 19-A da IN nº 02/08 – Redação dada pela IN SLTI/MPOG nº 6, de 23.12.2013). Em relação a Benefícios Assistenciais do Servidor (33.90.08), foram pagos no exercício o montante de R\$ 92.743,76 referente a 09 (nove) processos a título de Auxílio Funeral devido a família do servidor, tendo como beneficiários: 1) 022.321.685-22: 2015NE000371 – 2015OB803196; 2) 710.535.655-34: 2015NE000412 – 2015OB803396; 3) 162.274.845-04: 2015NE000052 – 2015OB800305; 4) 765.598.235-04: 2015NE000199 – 2015OB801773; 5) 377.424.775-72: 2015NE000356 – 2015OB803021; 6) 816.616.815-49: 2015NE000099 – 2015OB800699; 7) 135.860.685-49: 2015NE000329 – 2015OB802938; 8) 293.929.265-53: 2015NE000296 – 2015OB802675; 9) 118.606.005-06: 2015NE000240 – 2015OB802145. Destaca-se ainda o pagamento de Restituições e Indenizações (33.90.93) referente a despesa com Restituição de Ajuda de Custo, conforme os documentos SIAFI: 1) 544.542.803-63: 2015NE000219 – 2015OB801909; 2) 100.067.277-86: 2015NE000295 – 2015OB802696; 3) 006.240.161-02: 2015NE000126 – 2015OB801028, cujo dispêndio totalizou R\$ 29.803,51. Menciona-se também despesa realizada para custear despesas com Indenização de Transporte no montante de R\$ 463,68 com os seguintes beneficiados: 1) 821.252.955-04: 2015NE000261 – 2015OB802176; 2) 758.585.505-25: 2015NE000150 – 2015OB1187; 3) 100.067.277-86: 2015NE000306 – 2015OB802789; 4) 006.240.161-02: 2015NE000164 – 2015OB801290.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200115	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
MATERIAL DE CONSUMO	4.625.759	3.037.482	3.315.910	2.445.908	1.309.849	591.574	3.315.910	2.445.908
INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.804.045	4.555.805	165.167	55.805	3.638.878	4.500.000	165.167	55.805
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	3.469.909	4.389.653	2.973.861	2.654.247	496.048	1.735.406	2.973.861	2.654.247
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.866.556	2.487.308	2.543.356	2.267.439	323.200	219.869	2.543.356	2.267.439
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.257.151	2.937.326	2.257.151	2.937.326			2.257.151	2.937.326
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	118.033	78.730	118.033	78.730	-	-	118.033	78.730
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	113.502	101.118	66.217	101.118	47.284	-	66.217	101.118
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.755	5.540	30.755	5.540	-	-	30.755	5.540
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	11.397	8.583	10.438	8.051	959	533	10.438	8.051
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1	-	-	-	1	-	-	-

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.223.669	2.349.689	17.288	923.808	1.206.381	1.425.881	17.288	921.558
OBRAS E INSTALACOES	881.915	606.456	551.356	456.456	330.559	150.000	551.356	456.456

Análise crítica da Planilha por Modalidade:

A Unidade Jurisdicionada mantém a concentração de suas licitações na modalidade pregão, utilizando exclusivamente a forma eletrônica conforme prevê a legislação.

Os principais gastos referem-se a serviços indispensáveis para a manutenção das atividades desenvolvidas com manutenção de viaturas, telefonia fixa, telefonia móvel, limpeza e conservação predial, aquisição de materiais de diversos, acesso a internet entre outros. Vale ressaltar a execução de serviço de telhamento metálico na Sede da Superintendência, que apresentava problemas de infiltração na edificação, serviço contratado por pregão, bem como a manutenção predial, contratações determinantes no aumento verificado da execução orçamentária da modalidade.

Os valores mais expressivos que foram executados como a dispensa de licitação estão relacionados a fornecimento de serviços públicos essenciais (energia elétrica) e vigilância armada, haja vista tratar-se remanescente de licitação, contratado por dispensa, em função de rescisão do contrato anterior. Os serviços de Correios - malote e correspondência - e telecomunicações contratados por inexigibilidade, em razão da existência de fornecedor exclusivo para atendimento das localidades, também representam volume significativo da execução orçamentária por contratação direta. O aumento verificado deve-se, fundamentalmente, em razão do aumento salarial da categoria de vigilantes e reajuste da tarifa de energia elétrica.

A redução dos gastos com diárias está relacionada diretamente com a atividade fim, pois os grandes eventos realizados no Brasil em 2014 (Copa do Mundo FIFA de Futebol) e que contaram com a participação da PRF impactaram o orçamento de 2014, o que não se verificou em 2015. Os pagamentos de auxílio-funeral e ajudas de custo vêm em seguida, como as maiores despesas relacionadas a pessoal.

Análise Crítica da Planilha por ND

Dos empenhos para cobertura de despesas correntes destacamos o subitem 30, onde constam os valores que custearam abastecimento e fornecimento de peças para a frota da PRF, bem como a aquisição de uniformes, material de fornecimento periódico e que em 2015 foram adquiridos, aumentando os valores nesta Natureza de Despesa. Também consta a aquisição de

equipamentos de menor potencial ofensivo para substituição daqueles que se encontravam na iminência de expirar a validade. Esta contratação é fundamental para atendimento da legislação vigente relacionada à preservação dos Direitos Humanos e policiamento com cidadania. Adicionalmente, seguem como maiores execuções orçamentárias, a manutenção de etilômetros - equipamentos essenciais à fiscalização de alcoolemia dos condutores e redução de acidentes e vítimas no trânsito - e manutenção de telecomunicações, indispensável à comunicação por radiofrequência na PRF.

Destacamos o compartilhamento da receita proveniente com multas de trânsitos e que são aplicadas pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais por força de convênio, subitem 93, no valor de R\$ 3,6 milhões, que passaram a ser feitos diretamente pela UG 200115.

Na Natureza de Despesa 39 estão relacionados aos serviços necessários para as atividades cotidianas como energia elétrica, tráfego de dados, internet, telefonia e manutenção de bens.

Os serviços terceirizados mantiveram-se no mesmo patamar e o incremento está associado diretamente às repactuações, bem como a contratação de digitadores para atendimento das atividades de processamento e arrecadação de multas, que foi pouco representativa em razão de ter ocorrido apenas no segundo semestre, com previsão de maior impacto na execução orçamentária para o exercício de 2016.

Quanto aos investimentos, destacamos que foram feitas aquisições de viaturas e equipamentos para fiscalização, como etilômetros. Por fim, destaque para as aquisições de mobiliário e eletrodomésticos diversos para atendimento da Sede da Superintendência e postos de fiscalização.

Vale destacar a execução de serviço de telhamento metálico na Sede da Superintendência, que apresentava problemas de infiltração na edificação.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200116	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	4.451.070	5.737.135	2.173.064	2.691.634	2.278.006	3.045.501	2.040.225	2.358.369
MATERIAL DE CONSUMO	3.430.680	3.506.051	2.315.995	2.812.147	1.114.685	693.905	2.315.995	2.167.847
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.532.261	2.413.364	2.057.167	1.380.594	475.094	1.032.770	2.057.167	1.380.594
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.634.580	2.573.261	1.634.580	2.573.261	-	-	1.634.580	2.573.261

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	164.086	1.204.813	161.807	438.712	2.280	766.101	146.813	436.993
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	159.910	197.873	159.910	197.873	-	-	159.910	197.873
INDENIZACOES E RESTITUICOES	109.393	97.117	109.393	97.117	-	-	109.393	97.117
SERVICOS DE CONSULTORIA	41.568	77.480	41.568	42.504	-	34.976	41.568	42.504
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.075	7.562	6.075	7.562	-	-	6.075	7.562
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	3.760	1.627	3.760	1.627	-	-	3.760	1.627
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.835	4.707	1.835	4.707	-	-	1.835	4.707
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.808.869	11.942.598	1.549.669	4.430.158	1.259.200	7.512.440	818.491	4.415.395
OBRAS E INSTALACOES	1.163.800	1.446.889	-	923.911	1.163.800	522.978	-	923.911
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	944.778	1.153.882	-	41.096	944.778	1.112.786	-	41.096
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	594.339	-	-	-	594.339	-	-	-

Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais razões de alterações observadas na realização de despesa, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa.

Verifica-se que houve diminuição significativa nos montantes empenhados em 2015:

Para o item DESPESAS CORRENTES, em relação ao ano de 2014. Veja que quanto ao Grupo de Despesa, 37 - Locação de Mão de obra e , 33 – Passagens e despesas com locomoção houve aumento nos valores empenhados, e diminuição quanto ao Grupo de Despesas, 14 – Diárias e 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Consequentemente houve em 2015 uma diminuição no montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados em relação a 2014.O fato das descentralizações de recursos financeiros para empenho próximo do encerramento do exercício, no mês de dezembro, ocasiona um aumento no volume de despesas inscritas em restos a pagar.

Na realidade o aumento nos valores empenhados, principalmente para os Grupos de Despesa 37 – Locação de Mão de Obra, deve-se principalmente aos reajustes contratuais concedidos em função das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT e 33 – Passagens e despesas com locomoção, deve-se principalmente ao Contrato Nacional do DPRF (Unidade Gestora 200109) de passagens aéreas ter expirado e as Regionais adquirem as passagens pela Compra Direta e diminuição nos Grupos de Despesa 14 – Diárias, deve-se principalmente aos pagamentos de diárias da convocações de capacitação e de instrutores

serem feitas pela Unidade Gestora 200229 - Coordenação de Ensino e 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, pelo fato desta Regional ter recebido em 2014 Créditos Extraordinários em virtude de alagamento e em 2015 receber recursos ordinários para seu desenvolvimento e atividades ordinárias.

Para o item DESPESAS DE CAPITAL, em relação ao ano de 2014. Veja que quanto ao Grupo de Despesa 52 – Equipamentos e Materiais Permanentes, 51 – Instalações e 39 – Outros Serviços de Pessoas Jurídicas, houve diminuição nos valores empenhados. Consequentemente houve em 2015 uma diminuição no montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados em relação a 2014. O fato das descentralizações de recursos financeiros para empenho próximo do encerramento do exercício, no mês de dezembro, ocasiona um aumento no volume de despesas inscritas em restos a pagar.

Na realidade a diminuição nos valores empenhados em 2015, principalmente para o Grupos de Despesas 51 – Instalações, 39 – Outros Serviços de Pessoas Jurídicas e 52 – Equipamentos e Materiais Permanentes deve-se ao fato das aquisições em 2014 de bens e serviços necessários à recuperação da Unidade Gestora após às fortes chuvas que atingiram a Sede da 5ª SRPRF/RJ em 11/12/2014 e renovação do Parque Tecnológico do DPRF com compra de Notebooks e em 2015 receber recursos ordinários para seu desenvolvimento e atividades ordinárias.

Concentração de e contratações realizadas via dispensa inexigibilidade

As maiores despesas liquidadas através da Dispensa de Licitação são compostas pelo pagamento do consumo da energia elétrica e água tratada consumida por todas as Unidades da 5ª SRPRF/RJ, aquisição de equipamentos exclusivos e pelo pagamento de malotes e envio de correspondências, e publicação oficial e legal.

Contingenciamento no exercício

Houve contingenciamento tanto orçamentário como financeiro, gerando dificuldades na gestão, principalmente dos contratos em vigor, muitos dos quais tiveram atraso na sua execução orçamentária e financeira, ocasionando ainda prejuízo aos desembolsos feitos às diversas empresas contratadas para atividades de custeio. As principais demandas, principalmente para atendimento de contratos de natureza contínua, dentre os quais destacamos locação de mão de obra e manutenção da frota, foram atendidas na totalidade, embora, boa parte dos recursos tenha sido descentralizada nos meses de novembro e dezembro de 2015. Mesmo assim, procuramos efetuar a liquidação e os pagamentos ainda dentro do exercício, evitando ou diminuindo o volume de empenhos inscritos em restos a pagar.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Dentre as situações de caráter negativo que afetaram a execução orçamentária e financeira da 5ª SRPRF/RJ, pode-se citar o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros ocorridos no exercício de 2015. Embora tais contingenciamentos tenham sido

menos impactantes do que o ocorrido em 2014, não deixou de proporcionar alguns transtornos à Administração, principalmente quanto aos atrasos na liquidação e pagamento das despesas de custeio, principalmente as de caráter continuado. Tais atrasos não deixaram de criar um certo constrangimento aos gestores financeiros da UJ e criam uma imagem extremamente desfavorável da instituição e até mesmo da Administração Pública perante os fornecedores e a sociedade em geral. As gestões e fiscalizações contratuais ficam prejudicadas de certa forma, pois as exigências constantes pela boa execução dos contratos continuados encontram um entrave muito grande quando os fornecedores alertam que estão sendo cobrados e até mesmo apenados com sanções administrativas e seus pagamentos encontram-se atrasados por vezes em até 2 meses. Referente aos eventos positivos ocorridos no exercício de 2015, destaca-se o atendimento das demandas regionais principalmente quanto às despesas de investimento com projetos básicos para obras, aquisições de equipamentos e custeio com serviços de manutenções prediais e aquisições de materiais.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200117	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	5.539.125	2.985.126	4.149.452	2.191.394	1.389.673	793.732	4.149.452	2.110.510
MATERIAL DE CONSUMO	2.949.950	2.257.321	2.340.744	1.910.333	609.205	346.988	2.169.944	1.775.309
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.600.902	1.982.363	1.600.902	1.982.363	-	-	1.600.902	1.982.363
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.168.736	1.712.096	961.235	1.463.328	207.501	248.768	961.235	1.463.328
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	106.871	131.184	106.871	131.184	-	-	106.871	131.184
INDENIZACOES E RESTITUICOES	92.678	81.577	92.678	81.577	-	-	92.678	81.577
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	61.360	124.661	61.360	124.661	-	-	61.360	124.661
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	42.503	4.493	34.211	4.493	8.292	-	34.211	4.493
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.542	6.753	6.352	6.403	190	351	6.352	6.383
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	4.071	2.985.126	4.071	2.191.394	-	793.732	4.071	2.110.510
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.008.521	959.340	321.427	419.753	687.094	539.587	321.427	339.726
OBRAS E	-	144.618	-	35.551	-	109.067	-	-

INSTALACOES								
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--

A gestão do orçamento consignado para a 6ª SRPRF/SP é concentrada na Unidade Orçamentária localizada na Sede do Departamento, sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, incluindo-se o estabelecimento de critérios e diretrizes de descentralização orçamentária, ficando para a unidade Regional tão somente execução dos recursos descentralizados, já com suas destinações direcionadas pelo Departamento.

Considerando este aspecto, os valores destacados para esta UJ não obtiveram alterações expressivas comparadas ao exercício anterior-2014. Dessa forma, os quadros apresentados concernentes à realização da despesa indicam que esta Regional tem realizado contratações primordialmente através da modalidade “Pregão”, seguindo a legislação vigente. Possui também contratações por “Dispensa de Licitação” e por “Inexigibilidade”, em que o considerável aumento no valor em comparação ao ano anterior deu-se, principalmente, pelo fato de termos realizado a contratação emergencial de prestação de serviços da Empresa Pactoon Instalações, tendo em vista o empenho de R\$ 533.037,43 (quinhentos e trinta e três mil, trinta e sete reais e quarenta e três centavos), com contratação emergencial de reforma e reparo diversos nas instalações da Sede da 6ª SRPRF/SP, em virtude de chuvas e vendavais que trouxeram danos expressivos as estruturas da Regional. Outro fator que ensejou este aumento foi o reajuste anual com custos de energia elétrica.

No mesmo sentido, é notável um razoável aumento dos valores em 2015, comparado a 2014, nas despesas com Inexigibilidade, fato este que se deve ao aumento na manutenção e aferição de etilômetros, além do aumento do gasto com água e esgoto. Cabe ressaltar o esforço para a melhora do planejamento e controle no âmbito das contratações, a fim de reduzir o número de dispensas de licitação. Apesar de pequena, já é perceptível a redução de despesas com contratações diretas.

No tocante a locação de mão de obra houve um incremento em 2015, devido às repactuações por dissídio coletivo de diversas categorias das quais a regional tem contrato, mas podemos afirmar que o valor foi totalmente insuficiente visto que tivemos que efetuar vários cortes nos serviços de limpeza e conservação, além de serviços de copeira, sendo o valor empenhado, portanto, insuficiente para manter os contratos com execução, inclusive mínima, dos seus quantitativos.

No contexto do contingenciamento orçamentário, é importante frisar a supressão de média de 24% sobre os serviços de limpeza das Delegacias realizados com a Empresa SÉTIMA LIMPEZA, em que foram retirados a execução de trabalhos sobre as áreas verdes, permanecendo apenas os serviços básicos para a manutenção das condições de serviço. Ademais, esta Superintendência realizou a rescisão contratual com a empresa CARTER que fornecia mão de obra de Copeira. Portanto, tais cortes, inviabilizaram e impactaram, de sobremaneira, a manutenção dos contratos continuados desta Regional, mesmo após recebimento de crédito suplementar na ordem de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) realizados pela UG, visto que o valor destacado pela portaria inicial não suportava as repactuações dos contratos vigentes.

As despesas com Suprimento de Fundos foram realizadas através da utilização de Cartão Corporativo, pois a 6ª SRPRF/SP não mais utiliza a conta tipo "B" e seus montantes

mantiveram equilíbrio em relação aos exercícios anteriores (2014 e 2015). Esta Unidade vem restringindo o uso do cartão corporativo, uma vez que tais despesas devem ser a exceção. No exercício de 2015 foi efetivamente utilizado R\$ 5.604,00 (cinco mil seiscentos e quatro reais). Ademais, os saques quando realizados são feitos de maneira excepcional com declaração do estabelecimento informando a impossibilidade do uso de cartão de crédito. Os supridos/portadores estão instruídos para controlar e utilizar o cartão corporativo de maneira razoável e em conformidade com a legislação vigente, evitando ao máximo a extrapolação de limites.

Quanto aos principais grupos de despesas, destacam-se o pagamento de diárias, de materiais de consumo e de serviço, sendo a primeira uma decorrência direta das ações operacionais finalísticas. Nas despesas de capital, ganha destaque o empenho com materiais permanentes, o que reflete a preocupação de melhor aparelhamento do Órgão.

Observa-se um aumento significativo de despesas com diárias, fortemente relacionadas ao fato de que no ano de 2014 tivemos a realização da COPA FIFA, com deslocamentos constantes de policiais para atender as demandas planejadas e emergenciais. Fato este normalizado no orçamento de 2015 que manteve os gastos médios dos exercícios passados.

Observou-se, também, acréscimo nas despesas de exercícios anteriores, em grande parte devido aos serviços que foram licitados e empenhados no final do ano de 2014/2015, há saldo empenhado referente à contratação de Leiloeiro e Segurança Veicular. Por fim vale destacar a elevação dos valores empenhados em equipamentos e bens permanentes, oriundos principalmente da aquisição de viaturas pela própria regional na iminência do encerramento do exercício de 2015. Entretanto, cabe ressaltar, que a UJ executou as despesas conforme descentralização da Unidade Orçamentária.

No mesmo sentido, a existência dos valores inscritos em restos a pagar deve-se ao fato de que os fornecedores não apresentaram as notas fiscais fatura tempestivamente, como é o caso dos empenhos referentes a serviços de telecomunicações e também ao fato dos empenhos ocorridos às vésperas do encerramento do prazo limite para empenho, ocasionando a inscrição destes valores em Restos a Pagar, uma vez que os beneficiários destes empenhos não conseguiriam executar seus compromissos ainda dentro do exercício financeiro em curso. Há eventos positivos e negativos nos processos de inscrição de despesas em restos a pagar.

Como evento negativo se pode citar o volume de contratações e o consequente número de empresas que não cumprem as obrigações firmadas, cujas situações são apuradas em processos próprios e acabam gerando transtornos para a administração.

O fator positivo é a possibilidade de se licitar num determinado período do ano e, pela peculiaridade do material ou do serviço, conseguir recebê-los no exercício seguinte, não deixando de ser adquirido o bem ou o serviço.

Ademais, cumpre expor os eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária – dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se, além do contingenciamento efetivado pelo Poder Executivo: falta de pessoal, prejudicando o desempenho das atividades fim e meio; emprego de servidores em diversas comissões,

missões e operações - decorrente da deficiência dos quadros efetivo; falta de espaços necessários e/ou espaços inadequados para o desenvolvimento das atividades administrativas, em virtude do projeto da sede da Administração Regional tratar-se de prédio antigo cuja finalidade inicial era diversa daquela a que hoje é destinada, carecendo de reformas estruturais; deficiência de recursos para capacitação adequada de servidores que se dispõem a exercerem funções nesta área, o que, aliado à falta de incentivos financeiros e à falta de pessoal, tem provocado uma rotatividade significativa na área administrativa e financeira, gerando dificuldade quanto a designação de servidores para execução de determinadas atividades

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200118	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.974.775	8.061.012	3.318.778	3.032.915	1.655.998	5.028.097	3.277.773	2.672.786
MATERIAL DE CONSUMO	4.370.651	3.110.872	3.215.386	2.545.622	1.155.265	565.250	3.200.250	2.453.645
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.532.234	2.365.888	3.080.182	1.909.778	452.052	456.110	3.080.182	1.844.191
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.910.845	2.756.044	1.910.845	2.756.044	-	-	1.910.845	2.756.044
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	97.101	99.546	97.101	99.546	-	-	97.101	99.546
INDENIZACOES E RESTITUICOES	96.939	109.140	96.939	109.140	-	-	96.939	109.140
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	74.613	79.650	73.031	75.679	1.582	3.971	73.031	75.679
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	58.267	62.354	53.181	57.655	5.086	4.700	53.181	57.655
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	40.494	123.498	19.317	123.498	21.177	-	19.317	123.498
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	38.339	42.932	38.339	32.751	-	10.181	38.339	31.175
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OBRAS E INSTALACOES	3.479.206	14.296.406	-	-	3.479.206	14.296.406	-	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.392.851	3.061.761	617.377	1.461.762	2.775.474	1.599.999	617.377	887.343
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.452.108	438.264	64.123	180.967	1.387.985	257.297	64.123	180.967

Das despesas liquidadas no exercício de 2015 na modalidade pregão, as de fornecimento de combustível e de manutenção de viaturas correspondem, sozinhas, à soma de R\$ 3.285.509,47 (três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e nove reais e quarenta e sete centavos), representando 39,84% das despesas liquidadas.

A segunda despesa mais representativa dessa mesma modalidade é a de limpeza e conservação de imóveis, somando a quantia de R\$ 1.271.094,00 (um milhão, duzentos e setenta e um mil e noventa e quatro reais), o que representa 15,41% do montante liquidado em 2015.

As despesas relativas à vigilância e segurança armada chega à quantia de R\$ 990.793,45 (novecentos e noventa mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos), ou seja, 12,01% das despesas liquidadas.

Desse modo, as três despesas mais vultosas liquidadas em 2015 correspondem a 67,26% do total liquidado, ou seja, R\$ 5.547.396,92 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos). Os outros 32,74%, que totalizam R\$ 2.699.871,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil, oitocentos e setenta e um reais), correspondem às despesas com prestação de serviços de copeiras e recepcionistas, links de dados, telefonia fixa, entre outras.

No que diz respeito às contratações diretas, estas foram divididas em Dispensa de Licitação e Inexigibilidade.

A despesa com fornecimento de energia elétrica é a mais representativa, atingindo o montante de R\$ 1.331.878,35 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos), o que representa 86,22% das despesas liquidadas a título de Dispensa de Licitação.

Os demais 13,78%, R\$ 212.943,52 (duzentos e doze mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), correspondem a despesas com de locação de imóvel, prestação de serviço de digitadores e aquisições de material de consumo.

As despesas correspondentes à Inexigibilidade somam R\$ 325.863,11 (trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais e onze centavos), dos quais mais da metade refere-se às despesas com prestação de serviços postais e de malotes, atingindo a soma de R\$ 190.993,98 (cento e noventa mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos), 58,61% do total nesta modalidade.

Em segundo lugar, tem-se registrada as despesas com publicação de matérias (extratos de inexigibilidades, editais, resultados de pregões) no Diário Oficial da União, cujo montante soma R\$ 52.023,81 (cinquenta e dois mil e vinte e três reais e oitenta e um centavos), 15,96% do total liquidado.

As despesas com fornecimento de água e tratamento de esgoto somam a quantia de R\$ 52.019,46 (cinquenta e dois mil e dezenove reais e quarenta e seis centavos), o que representa também 15,96% das despesas liquidadas em 2015.

Outras despesas, tais como serviços de manutenção de aparelhos de medição de velocidade e de publicação em jornais de grande circulação somam R\$ 30.825,86 (trinta mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), representando 9,46% do montante liquidado em 2015 nesta modalidade.

As despesas do Regime Especial de Execução correspondem à aquisição de material de consumo e contratação de serviços, na modalidade de Suprimento de Fundos, cuja execução se verifica um acréscimo de 47,55%, se comparado à sua execução do ano anterior.

Durante o exercício de 2015, houve um decréscimo na liquidação de despesas a título de Diárias, especialmente em virtude da realização do grande evento Copa do Mundo, no período de junho a agosto de 2014. Esse decréscimo corresponde ao valor de R\$ 845.198,70 (oitocentos e quarenta e cinco mil, cento e noventa e oito reais e setenta centavos), ou seja, uma redução de 30,67% se comparado com os valores liquidados em 2014.

As despesas classificadas como “Outros” se referem às despesas com cessão de uso de área aeroportuária, R\$ 148.081,33 (cento e quarenta e oito mil e oitenta e um reais e trinta e três centavos), 26,75% do total liquidado em 2015, seguido por despesas com licenciamento de veículos e seguro obrigatório para veículos automotores, R\$ 124.125,24 (cento e vinte e quatro mil, cento e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos), 22,42% do total. Além da execução das despesas mencionadas, têm-se registradas despesas a título de Ajuda de Custo e Auxílio Funeral pagas a servidores ou respectivos beneficiários, somando o valor de R\$ 194.347,49 (cento e noventa e quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos), atingindo 35,11% das despesas liquidadas em 2015. Os demais R\$ 86.982,37 (oitenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos), ou seja, 15,71%, correspondem a reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200119	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	4.415.158	4.772.143	3.394.274	2.755.230	1.020.884	2.016.913	3.367.994	2.755.230
MATERIAL DE CONSUMO	4.331.838	2.725.717	3.364.294	2.523.704	967.544	202.013	3.238.071	2.523.704
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.263.759	3.275.876	2.879.016	2.811.081	384.743	464.795	2.879.016	2.811.081
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.264.048	3.071.940	2.264.048	3.071.940	-	-	2.264.048	3.071.940
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	99.601	157.974	99.601	157.974	-	-	99.601	157.974

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	59.904	46.276	59.899	46.276	5	-	59.899	46.276
INDENIZACOES E RESTITUICOES	28.825	211.614	28.825	211.614	-	-	28.825	211.614
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	21.855	16.437	19.782	14.873	2.073	1.564	19.782	14.873
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.021	14.112	16.021	14.112	-	-	16.021	14.112
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	8.852	2.128	8.478	1.997	374	131	8.478	1.997
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OBRAS E INSTALACOES	3.964.458	1.129.306	-	-	3.964.458	1.129.306	-	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	996.028	2.029.667	22.325	641.879	973.703	1.387.788	22.325	641.879
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	12.219	-	7.959	-	4.260	-	7.959	-
MATERIAL DE CONSUMO	-	1.594	-	1.594	-	-	-	1.594

Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais razões de alterações observadas na realização de despesa, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa. Pagamento de Pessoal: O decréscimo de aproximadamente 35% nos valores pagos a título de diárias (item 4, "I"), justificam-se em razão da ocorrência de operações policiais relativas à Copa do Mundo de 2014.

Grupo e elemento de despesa:

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Razões que determinaram as contratações em volumes significativos com base na dispensa e inexigibilidade. Houve acréscimo de aproximadamente 37% nos valores pagos/liquidados por meio de contratações dispensadas de licitação. Neste item, salienta-se o acréscimo de 43% nos valores destinados às tarifas de energia elétrica as quais sofreram consideráveis reajustes no ano de 2015, conforme amplamente divulgado pela mídia. Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária, provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: Relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UPC, tais como problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.

Os problemas de pessoal têm causado relevante impacto na execução orçamentária da UPC. Entre os fatores mais relevantes, salientam-se a alta rotatividade de servidores administrativos aprovados no último concurso, em virtude de vacâncias e remoções para outras Regionais. Outra questão importante é o a ausência de um quadro mínimo de servidores graduados e capacitados para realizar as atribuições de agente de infraestrutura predial, no que se refere à realização dos procedimentos atinentes à fase interna das Tomadas de Preços, bem como à fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados. Além das limitações impostas em decorrência dos prazos de empenho de final de ano e da confirmação da disponibilidade de recursos para realização dos procedimentos licitatórios previamente elaborados. Como consequência, houve prejuízo no planejamento das licitações de obra, motivo pelo qual os certames somente foram realizados ao final do ano, vindo a causar consideráveis transtornos na época de final de exercício.

No que se refere a elementos facilitadores, a priorização atribuída à aquisição de materiais de consumo e permanente com a respectiva condução de certames pela Regional, diminuiu drasticamente a necessidade de compras no final do ano mediante adesão a registros de preços. Tais medidas otimizaram a execução e atenuaram a inscrição em restos a pagar em tais naturezas de despesa.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200120	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	3.482.298	3.098.829	1.540.603	1.262.087	1.941.696	1.836.742	1.525.872	1.188.660
MATERIAL DE CONSUMO	2.230.454	1.819.434	1.830.337	1.411.145	400.117	408.289	1.680.074	1.411.145
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.589.290	1.593.764	1.180.223	1.425.197	409.067	168.567	1.180.223	1.425.197
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.058.166	1.844.613	1.058.166	1.844.613	-	-	1.058.166	1.844.613
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	67.115	10.188	30.492	10.188	36.623	-	30.492	10.188
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	47.541	44.393	36.789	24.860	10.752	19.533	36.789	24.860
INDENIZACOES E RESTITUICOES	30.421	146.606	30.421	146.606	-	-	30.421	146.606
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	15.138	23.316	15.138	23.316	-	-	15.138	23.316
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	9.708	10.717	9.708	10.717	-	-	9.708	10.717
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	1.636	-	1.636	-	-	-	1.636
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014

OBRAS E INSTALACOES	2.655.165	18.074.185	69.918	-	2.585.247	18.074.185	69.918	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.345.426	146.998	-	-	2.345.426	146.998	-	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	511.180	719.319	1.125	195.925	510.055	523.394	1.125	115.898

No aspecto geral, a provisão orçamentária recebida por esta Unidade em 2015 apresentou variação em comparação com 2014, mostrando um decréscimo de 1,0% em seu valor global. Verificando o total de despesa liquidada e despesa paga temos uma diferença percentual de 0,91% no Ano de 2015, em se comparando com o ano 2014.

Nas modalidades de Contratação dos créditos originários, durante o ano de 2015 tivemos a prevalência da modalidade de Licitação “Pregão Eletrônico”, responsável por 64,88% do total de contratações efetuadas pela 2.ª SR/PRF/MT, valor superior em 6,26% em relação ao não de 2014. Quanto as contratações diretas por modalidade de licitação (dispensa e inexigibilidade) evidenciou-se um aumento em torno de 28% da despesa liquidada em relação ao ano de 2014, permanecendo os contratos continuados das ações de Tecnologia de Informação e Administração da Unidade.

Observa-se um decréscimo no valor descentralizado pelo órgão central para cobrir despesas com diárias no ano de 2015 (R\$ 1.067.874,00) se comparado ao ano de 2014 (R\$ 1.855.330,00) na ordem de 42,44%, sabendo que no ano de 2014 tivemos o evento da Copa do Mundo de Futebol e Mato Grosso foi um dos Estados Sede dos jogos. Comparando os valores descentralizados de 2015 em relação ao de ano de 2013, visto que o ano de 2014 teve um grande evento internacional, tivemos um aumento da ordem de 1,02%.

Os Restos a pagar não processados do ano de 2015 são oriundos do “Projeto Landell”, veículos oficiais doados pela SESGE, obras de reformas dos postos e delegacias PRF e contratos continuados de custeio. Os recursos do projeto Landell, qual foram empenhados no ano de 2014 (R\$ 17.355.741,00) sendo executados liquidados e pagos no ano de 2015 o valor de R\$ 184.480,95, valor pouco relevante em relação ao valor global, isso em virtude da não liquidação da despesa. Os veículos oficiais doados pela SESGE (R\$ 351.000,00) empenhados em 2014 foram pagos em 2015. Com relação as obras de reformas dos postos PRF's, nos municípios de Água Boa, Cáceres e Pontes e Lacerda, inscritos em 2014 (R\$ 1.784.404,97) sendo pagos R\$ 1.637.778,49 totalizando 36,37% das obras executadas. Os contratos continuados e material permanente respondem pelo restante dos restos a pagar inscritos em 2015, nos contratos continuados destaca-se os contratos continuados de abastecimento e manutenção de viaturas, contratos de mão de locação de mão e da ação de tecnologia de informação. No geral, os restos a pagar inscritos no ano de 2014 (R\$ 22.138.028,17) em comparação aos restos a pagar inscritos no ano de 2015 (R\$ 24.749.023,04) teve um aumento de 11,79%.

Devido ao déficit orçamentário, ocorrido no final do ano de 2015, tivemos a ocorrência de inscrição de um processo de reconhecimento de dívida do contrato continuado de serviços de vigilância armada no valor de R\$ 30.342,44.

Tivemos a utilização do cartão de pagamento do governo federal (suprimentos de fundos) no valor de R\$ 300,00, para cobrir despesas veterinárias, com prestação de contas dentro do prazo.

Com relação a movimentação pessoal dentro da regional e para outros estados da federação no ano de 2014 tivemos o valor de R\$ 146.605,91 e no ano de 2015 o valor de R\$ 30.421,05, representando uma redução de 79,24% de transferências de pessoal.

No ano de 2015 ocorreram mudanças de servidores no NUOFI/MT, com a saída de um servidor administrativo no segundo semestre de 2015, acarretando prejuízos na execução financeira e orçamentária.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200121	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	2.537.625	1.910.360	1.763.526	1.292.592	774.099	617.769	1.763.053	1.292.592
MATERIAL DE CONSUMO	2.037.838	1.766.013	1.329.657	1.137.988	708.181	628.026	1.270.153	1.137.988
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.488.598	1.506.450	1.340.990	1.388.392	147.608	118.058	1.340.990	1.388.392
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.328.363	1.924.883	1.328.363	1.924.883	-		1.328.363	1.924.883
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	89.338	89.420	89.338	89.420	-		89.338	89.420
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	48.824	45.727	48.824	45.727	-		48.824	45.727
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	39.852	1.233	28.574	1.233	11.277		28.574	1.233
INDENIZACOES E RESTITUICOES	38.007	122.774	38.007	122.774	-		38.007	122.774
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	28.158	5.992	2.473	5.926	25.685	67	2.473	5.926
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	705.370	1.872.802	78.414	272.947	626.956	1.599.855		272.947

Verificando as despesas da UJ, verifica-se um ligeiro decréscimo nas despesas liquidadas e pagas em 2015 se comparado ao exercício de 2014. O volume de despesas liquidadas em 2015 caiu 0,75% em relação a 2014 e o volume de despesas pagas em 2015 caiu de 4,55% em relação a 2014.

Tais despesas referem-se em maior valor ao apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância patrimonial, recepção e coqueirarem e manutenção e abastecimento da frota.

No que se refere às contratações diretas por intermédio de dispensa e inexigibilidade de licitação, temos os principais gastos com energia elétrica, água e coleta de esgoto, publicidade legal junto a EBC – Empresa Brasileira de Comunicação, INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Detran e Imprensa Nacional. Houve um incremento muito grande nas despesas com energia elétrica no exercício de 2015 quando comparado ao exercício de 2014. Basicamente, tal fato ocorreu em função do grande aumento no preço das tarifas públicas.

Com relação às despesas liquidadas e pagas com diárias civis, houve uma sensível queda nas mesmas comparando-se o exercício de 2015 em relação a 2014. Acreditamos que tal fato decorra da realização da Copa do Mundo de 2014, que mobilizou um volume maior de deslocamentos e consequentemente de despesas desta natureza.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200122	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.043.564	1.764.527	1.771.607	1.482.643	271.957	281.884	1.747.455	1.482.643
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.414.172	1.284.128	1.301.797	1.215.563	112.375	68.565	1.301.797	1.215.563
MATERIAL DE CONSUMO	1.359.142	923.125	1.147.802	702.886	211.340	220.239	983.789	702.886
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.177.887	1.661.944	1.177.887	1.661.944	-	-	1.177.887	1.661.944
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	103.960	-	92.336		11.624	-	70.373	-
INDENIZACOES E RESTITUICOES	67.164	99.023	67.164	99.023	-	-	67.164	99.023
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	36.618	34.176	36.618	34.176	-	-	36.618	34.176
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	34.059	34.684	34.059	34.684	-	-	34.059	34.684
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.478	10.793	2.478	10.793	-	-	2.478	10.793
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.165	59.727	1.165	59.727	-	-	1.165	59.727
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	469.771	941.127	231.565	341.839	238.205	599.288	231.565	341.839
OBRAS E INSTALACOES	-	124.865	-	-	-	124.865	-	-

A Portaria Nº 44/2015 do DPRF/MJ limitou o orçamento anual para terceirização e estágio da Regional em R\$ 1.402.463,57 (um milhão, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos). Este quadro obrigou a Administração a promover um corte linear de aproximadamente 9,41% nos contratos de terceirização com dedicação de mão de obra, sob pena de não ser possível repactuá-los e até mesmo de executá-los até o término de suas vigências. No último trimestre do exercício recebeu-se um reforço orçamentário de 10% (dez por cento), que permitiu a execução completa dos empenhos.

Além do aumento da execução dos contratos de manutenção e abastecimento da frota, a Regional também realizou duas aquisições não usuais no ano de 2015, de valor significativo, que foram os materiais de uso no FETRAN e aparelhos tipo smartphones para distribuição junto ao efetivo, que contribuíram para o aumento das despesas empenhadas na modalidade pregão em 29,55%.

As principais despesas empenhadas por dispensa de licitação da Unidade são: aluguel do prédio onde funciona sua sede, que em 2015 foi reajustado em 3,8%; contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica que, mesmo com a adoção de medidas restritivas de consumo, teve sua despesa empenhada elevada em 30%, por conta dos sucessivos aumentos nos valores das tarifas consignados em 2015; licenciamento da frota, que subiu 3,22%, em virtude de sua renovação, mesmo com o leilão de veículos realizado pela 15ª SRPRF/RN, do qual esta Regional participou e, finalmente, a contratação de serviço de aferição de etilômetros, tendo em vista que em 2014, o IMEQ/PB não aceitou prorrogar o contrato existente em virtude de insuficiência em seus equipamentos, o que obrigou esta Administração a contratar, em 2015, os serviços do IMEQ/PE para suprir a demanda reprimida herdada da situação anteriormente narrada.

As principais despesas empenhadas por Inexigibilidade foram com os Correios e aquisição de passagens aéreas através da compra direta, onde no primeiro caso esta Administração teve que realizar nova contratação dos serviços postais exclusivos por conta do contrato anterior ter esgotado-se na execução. Tal contratação resultou num aumento de 25%.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200123		
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.471.608	1.348.300	1.289.912	1.236.787	181.696	111.512	1.289.912	1.213.787
MATERIAL DE CONSUMO	1.366.430	1.171.119	1.010.627	924.803	355.803	246.316	1.008.696	924.803
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.298.558	1.040.116	1.002.706	873.695	295.852	166.421	998.259	873.695
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.038.836	1.553.042	1.038.836	1.553.042	-	-	1.038.836	1.553.042
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	89.727	62.294	81.457	62.294	8.270	-	81.457	62.294
INDENIZACOES E RESTITUICOES	41.844	55.658	41.844	55.658	-	-	41.844	55.658
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	30.256	29.784	27.275	28.623	2.981	1.161	27.275	28.623
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	29.384	23.316	29.384	23.316	-	-	29.384	23.316
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	17.665	34.783	17.665	34.783	-	-	17.665	34.783
AUXILIO-ALIMENTACAO	-	12.456	-	12.456	-	-	-	12.456
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	694.101	2.040.368	169.578	453.022	524.523	1.587.347	169.578	453.022
OBRAS E INSTALACOES	580.946	1.155.720	4.496	619.292	576.450	536.429	4.496	619.292

Para o exercício 2014/2015 usou-se como modalidade de licitação apenas o Pregão Eletrônico para aquisição de materiais e equipamentos como também a contratação de serviços.

Para o período de 2014/2015, houve uma redução nos valores das despesas por modalidades de licitações no montante de R\$ 775.197,00, tendo em vista o período atípico da Copa do Mundo em 2014. Apesar da redução do montante, no período, a 15ª SRPRF/RN conseguiu concluir e incorporar, através das verbas de investimento enviadas, 02 Unidades Operacionais de Policiamento, as UOP's no valor de R\$ 523.205,87, 05 contêineres com o custo de R\$ 70.000,00 e 08 Etilômetros, com o custo de R\$ 90.400,00. E aquisição de 02 caminhões boiadeiros, 01 caminhão prancha, 03 trailblazers, 01 S10 e 08 fluences, totalizando 15 veículos, com o custo total de viaturas incorporados no valor de R\$ 1.661.700,00. Adquiriu-se ainda móveis, cofres e condicionadores de ar para equipar as UOP's e prédios administrativos da Regional. Contratou-se também uma empresa para manutenção predial e ampliou-se o serviço de tele atendimento em mais 02 postos, totalizando 08 postos para essa contratação.

Podemos destacar, como grande contratação para a Regional, o serviço de elaboração de projetos arquitetônicos e executivos para a Nova SEDE da 15ªSRPRF/RN, como também o cabeamento estruturado e levantamento cadastral para todas as unidades da Regional, no valor de R\$ 570.950,00.

Nas pequenas aquisições podemos destacar a implantação do sistema de monitoramento da UOP de São Gonçalo do Amarante e do NOE, a aquisição de equipamentos para serviço de inteligência da Regional, como mais 08 Etilômetros para renovação dos existentes.

Para as contratações Diretas, houve um acréscimo nos valores entre o período de 2014 e 2015, uma diferença de R\$ 181.966,00, principalmente nos valores de Inexigibilidade, que passou de R\$ 31.606,00 para R\$ 129.416,00. Essa diferença ocorreu devido a implantação da compra direta de passagens aéreas, pois a 15ªSRPRF/RN adquiria suas passagens anteriormente através do contrato nacional disponibilizado pelo DPRF/MJ, como também a incorporação de 08 etilômetros no contrato de manutenção desses equipamentos.

Essa demanda de passagens ocorreu em grande parte, por convocações do DPRF/MJ, para os Cursos de Formação Profissional (CFP), para compor grupos de trabalho, em especial para o planejamento das Olimpíadas, bem como auxílio as Coordenações e Direção Geral.

No decorrer do período houve uma prerrogativa do DPRF/MJ para contingenciamento nas Regionais em relação a serviços de terceirizados e energia elétrica. Esta Unidade, considera que os serviços terceirizados, principalmente com locação de mão de obra já se encontram contingenciados. Porém realizou-se supressão em todos os serviços de telefonia. Com a implantação do Programa de Logística Sustentável, PLS 15 o consumo de energia e água mantiveram suas despesas dentro dos limites previstos na Portaria 044/2015-DG/DPRF.

A não conclusão da obra da UOP de Mossoró, pelo atraso da contratada e concessionária de energia elétrica, em contrapartida houve a contratação do serviço de Atualização dos valores da planilha para retomada da execução e finalização desta obra em 2016.

Criação da comissão para o programa de logística sustentável, PLS 15, programa desenvolvidos por servidores da Regional com o objetivo de reavaliar os indicadores de consumo de itens que possam impactar na qualidade de vida e prestação de serviços na regional quanto a aspectos ligados a sustentabilidade e meio ambiente, como redução no consumo de água, energia, materiais descartáveis. Para isso foram adquiridos purificadores de água, squizes e lixeiras para coleta seletiva.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200124		
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.827.034	1.500.214	2.308.070	911.342	518.964	588.871	2.296.741	909.089	
MATERIAL DE CONSUMO	1.664.340	636.225	1.259.934	579.494	404.406	56.730	1.259.411	579.494	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.447.535	1.256.208	1.273.630	1.066.243	173.905	189.965	1.168.628	989.099	

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.293.895	1.429.068	1.293.895	1.429.068	-	-	1.289.163	1.429.068
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	204.399	69.981	194.137	66.398	10.263	3.584	194.137	66.398
INDENIZACOES E RESTITUICOES	140.529	113.718	140.529	113.718	-	-	140.529	113.718
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	76.409	94.056	52.243	94.056	24.166	-	52.243	92.242
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	42.000	53.494	30.000	33.000	12.000	20.494	30.000	33.000
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	16.914	11.658	16.914	11.658	-	-	16.914	11.658
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	464.403	804.268	168.172	91.478	296.231	712.790	166.875	91.478
OBRAS E INSTALACOES	-	790.530	-	-	-	790.530	-	-

Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais razões de alterações observadas na realização de despesa, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: A concentração na modalidade de dispensa decorre de aluguel de imóvel para abrigar a Sede da Superintendência Regional no Maranhão e da Sede da 5ª Delegacia da PRF em Balsas, e gastos com fornecimento de energia elétrica. As contratações foram efetuadas com fulcro no inciso X, e energia elétrica no XXII, ambos do artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Quanto às inexigibilidades, as mesmas foram voltadas para contratações dos serviços dos correios; da imprensa nacional; e outros serviços enquadrados no caput do art. 25 da Lei nº 8666/93.

Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: A capacidade de execução não foi atendida na forma como se pretendia em face da falta de pessoal tanto para atuar na área administrativa e financeira quanto para a de licitações, influenciando de forma preponderante, no planejamento elaborado para obras e reformas de Delegacias e Unidades Operacionais da PRF no Maranhão.

A Seção Administrativa e Financeira conta com 1 servidor - titular da Seção - e seu substituto, que também é o titular do Núcleo de Serviços Gerais, para atender toda a demanda da Regional. Da mesma forma, a Regional dispõe de 1 (um) Agente de Infraestrutura Predial, o que sobrecarrega o servidor e impacta nas atividades desta área no que concerne a obras e manutenções prediais.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200125	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.556.478	3.397.388	2.772.621	2.477.519	783.857	919.868	2.772.621	2.477.402
MATERIAL DE CONSUMO	3.282.042	2.471.721	2.332.612	2.008.782	949.430	462.939	2.332.612	1.985.909
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.824.790	5.896.362	2.062.284	4.625.657	762.505	1.270.705	2.062.284	4.390.862
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.686.437	1.523.937	1.686.437	1.523.937	-	-	1.686.437	1.523.937
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	139.133	-	89.049	-	50.084	-	89.049	-
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	74.541	75.866	70.020	66.640	4.521	9.226	70.020	66.640
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	66.477	686.149	66.477	686.149	-	-	66.477	686.149
INDENIZACOES E RESTITUICOES	30.693	123.296	30.693	123.296	-	-	30.693	123.296
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	12.206	45.727	12.206	45.727	-	-	12.206	45.727
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	9.217	162.373	9.217	162.281	-	92	9.217	162.281
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.379.951	1.907.935	3.653.367	607.529	1.726.585	1.300.406	3.653.367	350.949
OBRAS E INSTALACOES	1.077.944	479.643	-	-	1.077.944	479.643	-	-

Não houve a utilização das modalidades convite e concorrência.

Tomada de Preços diminuiu pois não licitamos obras nesse ano.

O pregão eletrônico continua sendo a modalidade mais usada por esta regional. O aumento no volume se deve aos diversos contratos que finalizaram a sua vigência em 2015 sem possibilidade de novas prorrogações. Não utilizamos a modalidade concurso, nem a consulta e nem RDC.

A diminuição das dispensas é resultado da subrogação do contrato de aluguel da ANPRF para a própria ANPRF.

Os valores de LOCACAO DE MAO-DE-OBRA permaneceram próximos de 2014 a 2015, o valor a maior de 2015 é relativo as repactuações.

A diminuição dos valores gastos com OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB. é devido a redução das obras realizadas por essa regional Podemos observar uma diminuição significativa de DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES, resultado de um aprimoramento da gestão orçamentária.

Houve um aumento consideravel nas aquisições de material permanente devido a aquisição de viaturas, gerador, móveis, uniformes.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO: 200126		
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.511.165	1.475.691	1.270.396	1.286.509	240.769	189.182	1.270.396	1.283.852	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.416.528	1.496.656	769.401	693.825	647.127	802.831	769.401	692.932	
MATERIAL DE CONSUMO	1.132.980	703.900	665.893	642.417	467.087	61.483	642.777	642.417	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	676.967	1.019.053	676.967	1.019.053	-	-	676.967	1.019.053	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	102.503	16.894	75.630	16.894	26.872	-	75.630	16.894	
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	39.837	55.227	39.837	55.227	-	-	39.837	55.227	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	22.524	33.936	21.949	32.855	574	1.081	21.949	32.855	
INDENIZACOES E RESTITUICOES	15.019	105.034	15.019	105.034	-	-	15.019	105.034	
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	4.973	-	4.973	-	-	-	4.973	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	365.630	835.608	162.480	126.477	203.150	709.131	162.480	126.477	

Das despesas liquidadas no exercício de 2015 na modalidade pregão, as de fornecimento de combustível e de manutenção de viaturas foram as mais representativas desta UJ.

Além destas, constam também as despesas de limpeza e conservação de imóveis, juntamente com aquelas relativas à vigilância e segurança armada.

Desse modo, são estas as despesas mais vultosas liquidadas em 2015, acrescidas ainda das despesas com prestação de serviços de copeiras e recepcionistas, links de dados, telefonia fixa, entre outras.

No que diz respeito às contratações diretas, estas foram divididas em Dispensa de Licitação e Inexigibilidade.

Destas modalidades de contratação, a despesa com fornecimento de energia elétrica é a mais representativa, representando o maior percentual sobre as despesas liquidadas a título de Dispensa de Licitação.

Compõem ainda o quadro de despesas aquelas referentes a aquisições de material de consumo.

Registram-se também as despesas com publicação de matérias (extratos de inexigibilidades, editais, resultados de pregões) no Diário Oficial da União.

As despesas com fornecimento de água e tratamento de esgoto somam também quantia relevante no contexto das despesas liquidadas em 2015.

Outras despesas, tais como serviços de manutenção de aparelhos de medição de velocidade e de publicação em jornais de grande circulação constam do montante liquidado em 2015 nesta modalidade.

As despesas do Regime Especial de Execução correspondem à aquisição de material de consumo e contratação de serviços, na modalidade de Suprimento de Fundos, cuja execução se verifica um ligeiro decréscimo, se comparado à sua execução do ano anterior.

Durante o exercício de 2015, houve um decréscimo na liquidação de despesas a título de Diárias, especialmente em virtude da realização do grande evento Copa do Mundo, no período de junho a agosto de 2014.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200127		
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.334.837	1.148.639	946.055	462.712	1.388.783	685.927	946.055	462.712	
MATERIAL DE CONSUMO	1.553.524	944.796	1.145.341	657.207	408.183	287.588	1.051.838	657.207	
DIARIAS - PESSOAL		1.627.884		1.627.884				1.627.884	

CIVIL	1.131.657		1.131.657		-		1.131.657	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.126.996	1.023.871	729.812	632.796	397.185	391.075	729.812	632.796
INDENIZACOES E RESTITUICOES	172.556	4.778	172.556	4.778	-	-	172.556	4.778
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	128.244	-	67.192		61.052	-	67.192	-
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	36.618	24.333	36.618	24.333	-	-	36.618	24.333
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9.385	8.763	7.973	7.794	1.412	968	7.973	7.794
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.422	23.699	7.422	23.699	-	-	7.422	23.699
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OBRAS E INSTALACOES	3.771.653	201.829	161.233	-	3.610.421	201.829	161.233	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	734.389	828.848	201.054	105.428	533.335	723.420	201.054	105.428

A descentralização dos recursos a esta UJ se deve ao pagamento de diárias operacionais e passagens aéreas aos servidores para compor equipes em outras regionais. Os valores pagos no ano de 2014 superam o de 2015, tendo em vista que naquele ano houve grandes eventos, tais como a realização da copa do mundo de futebol, o que ocasionou a necessidade do deslocamento de vários agentes prf's deste regional para cidades sedes dos eventos dos jogos.

Pela análise da planilha orçamentária percebe-se um aumento de valores no tocante às aquisições por meio das licitações realizadas do ano de 2015 em relação ao ano de 2014. Tal fato justifica-se pelo maior número de contratações realizadas por esta regional, conseguindo, dessa forma, realizar o empenho de mais de 90% do crédito disponível. Isso demonstra uma maior eficiência do setor de contratações, conseguindo atender com presteza às demandas de todos os núcleos da regional. Dessa forma, para suprir os interesses da Unidade Regional, houve um aumento progressivo do número de contratos, o que resultou numa maior despesa.

Houve um número expressivo quanto à despesa de investimento, quando a 17ª SRPRF/PI havia firmado várias atas de registro de preços com fornecimento de material permanente de natureza de investimento.

O decréscimo nos valores pagos em 2015 em serviços de terceiros se deve à compatibilização da contratação de serviços de apoio administrativo com os limitados recursos da UJ.

No que tange à realização de procedimento licitatório na modalidade “concorrência”, esta deveu-se à realização de pregão para reforma e ampliação das unidades operacionais das cidades de Campo Maior e Valença. Embora o pregão tenha sido realizado no ano de 2014, a assinatura de contrato e consequente pagamento ocorreu a partir do ano de 2015.

Os créditos orçamentários recebidos contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal no âmbito da Regional, ao prover as atividades com diversos equipamentos, com prioridade aos Postos de fiscalização e Delegacias.

Por não ser a UJ responsável pelo planejamento e diretrizes quanto ao orçamento, a limitação orçamentária adveio do órgão central (DPRF), restringindo-se a UJ apenas quanto à execução orçamentária do que for descentralizado pelo DPRF, buscando fazê-lo de forma eficiente, procurando otimizar os resultados operacionais.

Com relação à realização de dispensa de licitação, houve decréscimo dos valores com relação ao ano de 2014. Dentre os objetos dispensados destacam-se a contratação de transporte de mobiliário e utensílios domésticos, contratação de empresa especializada para execução de obra de perfuração e construção tubular, contratação de empresa especializada em recarga de extintores de incêndio com reposição de peças, dentre outros; todos amparados pelas hipóteses legais de dispensa elencadas na lei 8666/93. Em contrapartida, houve um acréscimo na realização de contratações por inexigibilidade no ano de 2015 como relação a 2014, destacando-se os serviços de aferição de etilômetro, gastos com a semana orçamentária - ESAF, curso de pregoeiro – ESAF e dispêndio com a Imprensa Nacional.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200128	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	6.472.476	7.734.916	3.410.829	2.467.591	3.061.647	5.267.325	3.318.394	2.467.591
MATERIAL DE CONSUMO	3.147.094	4.825.794	2.382.703	4.754.203	764.391	71.591	2.149.827	4.413.834
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.165.546	2.192.972	1.947.475	1.991.304	218.071	201.668	1.916.456	1.991.304
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.667.673	2.240.523	1.667.673	2.240.523	-	-	1.667.673	2.240.523
INDENIZACOES E RESTITUICOES	154.062	84.173	154.062	84.173	-	-	154.062	84.173
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	117.125	37.033	95.960	37.033	21.165	-	95.960	37.033
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	13.390	11.283	12.550	10.383	840	900	12.550	10.383
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	4.488	8.264	4.488	8.264	-	-	4.488	8.264
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.229	20.864	3.229	20.864	-	-	3.229	20.864
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OBRAS E INSTALACOES	3.961.371	17.755.064	75.312	5.963	3.886.059	17.749.101	40.989	5.963
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.295.000	-	-	-	2.295.000	-	-	-
EQUIPAMENTOS E		1.370.723		593.872		776.851		578.224

MATERIAL PERMANENTE	767.006		104.353		662.653		104.353	
---------------------	---------	--	---------	--	---------	--	---------	--

Com relação a realização das despesas por parte desta Regional, verificasse que as despesas planejadas, foram realizadas, sendo que não ocorreu nenhum evento significativo para apontamento.

No que tange a concentração de contratações realizadas por meio da modalidade de dispensa ou por inexigibilidade, podemos também avaliar que o esforço dispensado para que se utilizasse o mínimo necessário foi alcançado vez que somente foi realizado para aquelas aquisições ou contratações de serviços públicos e emergenciais, bem como aquisição de produto/serviços em que não haviam a possibilidade de utilização de outra modalidade de licitação.

Em relação ao contingenciamento do orçamento no exercício, tem-se adotado a gestão de medidas de adequação das despesas para que as consequências não interfiram na qualidade dos serviços prestados, pois esta é a principal razão que determina quais as despesas que serão contingenciadas.

O que foi destacado dentro da execução orçamentaria neste exercício foi a morosidade na liberação de recursos para cumprimento das obrigações anteriormente pactuadas.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200129	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.330.560	1.005.654	1.077.875	644.263	252.685	361.391	1.077.875	606.783
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.101.876	1.142.904	825.161	586.948	276.715	555.956	825.161	577.462
MATERIAL DE CONSUMO	790.763	460.571	622.414	387.801	168.349	72.770	606.724	379.294
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	475.853	742.753	475.853	742.753	-	-	475.853	740.192
INDENIZACOES E RESTITUICOES	92.177	54.055	92.177	54.055	-	-	92.177	17.609
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	69.240	119.647	45.663	73.529	23.576	46.118	45.238	73.529
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	48.824	22.751	48.824	22.751	-	-	48.824	22.751
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.185	12.510	13.185	12.510	-	-	13.185	12.510
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	12.193	11.873	10.883	11.177	1.310	696	10.883	11.177
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OBRAS E				-				-

INSTALACOES	950.000		-		950.000		-	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	288.458	819.155	109.706	169.302	178.752	649.853	14.656	142.664
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	75.999	150.000	-	-	75.999	150.000	-	-

Houve um acréscimo nas despesas liquidadas e pagas na modalidade Pregão, de cerca de 62%, o que é reflexo em parte da melhoria nos procedimentos licitatórios realizados pela Regional, com agrupamento de uma série de itens em procedimentos de Pregão, já que é possível visualizar no quadro de Despesas por modalidade de contratação, uma queda significativa nas despesas liquidadas e pagas na modalidade de Dispensa de Licitação.

Ainda sobre a modalidade Pregão, ressaltamos a ocorrência de despesas com levantamento, identificação e classificação do estado atual de veículos recolhidos em virtude de abandono, retenção ou remoção a qualquer título por esta Regional, despesa esta que objetivou viabilizar a realização de leilão de veículos apreendidos que permaneciam guardados nos pátios de retenção de veículos da PRF, representando cerca de R\$ 132.000,00 das despesas liquidadas na modalidade de Pregão.

Quanto à inexigibilidade, esta modalidade apresentou acréscimo no ano de 2015 da ordem de 57,7%. O principal impacto causador desse resultado é o do preço da energia elétrica, cuja contratação encontra-se qualificada como uma Inexigibilidade. A energia elétrica apresentou aumento bem acima da inflação durante o ano de 2015.

A flutuação negativa observada nas despesas com diárias é compatível com o fato de o ano de 2014 ter sido ano de Copa Fifa no Brasil, demandando o deslocamento de servidores aos locais de realização de eventos relacionados. Já o ano de 2015 não apresentou situações extraordinárias que se comparassem ao evento Copa Fifa. Observamos que em operações como a Copa Fifa, as convocações ocorrem sob a coordenação do Órgão Central do DPRF.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200130	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.253.656	818.595	752.536	571.124	501.120	247.471	752.536	571.124
MATERIAL DE CONSUMO	968.287	643.539	629.179	541.944	339.109	101.595	601.679	541.944
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	890.573	872.402	812.424	744.197	78.149	128.206	812.424	744.197
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	543.369	923.741	543.369	923.741	-	-	543.369	923.741
INDENIZACOES E RESTITUICOES	108.380	38.435	108.380	38.435	-	-	108.380	38.435
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	62.731	211.067	62.731	211.067	-	-	62.731	211.067
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	12.206	-	12.206	-	-	-	12.206	-

OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.532	6.418	7.502	5.987	1.030	431	7.502	5.987
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	923	-	923	-	-	-	923
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	336.195	788.908	158.433	83.042	177.762	705.866	134.223	83.042
OBRAS E INSTALACOES	179.092	74.843	-	-	179.092	74.843	-	-

A gestão do orçamento consignado para o DPRF/MJ é concentrada na Unidade Orçamentária localizada na Sede do Departamento, sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, incluindo-se o estabelecimento de critérios e diretrizes de descentralização orçamentária, ficando para a 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária em Sergipe, tão somente, gestão/execução dos recursos descentralizados, já com suas destinações direcionadas pelo aludido Departamento.

Alterações significativas ocorridas no exercício – pode-se verificar elevação na despesa liquidada no exercício em decorrência da aquisição pela regional, mediante pregão eletrônico, de bens moveis, bens de comunicação, material de menor potencial ofensivo para utilização na Sede e Unidades Operacionais, bem como na contratação de projetos e obras para reforma/adequação de Unidades Operacionais: São Cristóvão e Oliveira. Ressalta-se, também a contratação para certificação de eficiência energética – Selo PROCEL da UOP Oliveira.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade - destaca-se que com relação ao sobressalto verificado na liquidação e no pagamento das contratações diretas: dispensas e inexigibilidade, tal fato decorreu dos constantes aumentos verificados nas contas de energia elétrica ocorridos em 2015. Além disso, a partir do 2º semestre de 2015, a 20ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal passou a adquirir passagens aéreas seguindo o modelo de compra direta vislumbrado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Credenciamento nº 01/2014 – CENTRAL/MPOG. Destaca-se, ainda, a elevação do nº publicações e de correspondências enviadas em decorrência de comunicações e notificações para leilões e infrações de trânsito, principalmente as inerentes a produtos perigosos. Pondera-se, também a incrementação da manutenção e aferição dos odômetros utilizados na atividade fim (combate a embriaguez na direção veicular) da PRF.

Quanto a queda verificada nos gastos com diárias, o fator preponderante para a redução substancial pode ser explicado pela restrição orçamentária e financeira percebida no exercício 2015, sem nos olvidarmos de que o ano de 2014 foi atípico devido ao fato do Brasil ter sediado a Copa do Mundo FIFA, evento que mobilizou grande parte da força de trabalho da Polícia Rodoviária Federal no período.

Quanto a elevação do montante de outras despesas liquidadas ou pagas são oriundas de ajudas de custos em remoções de servidores e, ainda, com efetivação de auxílio-funeral.

Contingenciamento no exercício – Conforme explicitado acima, a gestão do orçamento consignado para o DPRF/MJ é concentrada na Sede do Departamento, sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, incluindo-se o estabelecimento de critérios e diretrizes de descentralização orçamentária, ficando para a unidade Regional tão somente a gestão/execução dos recursos descentralizados, já com suas destinações e restrições direcionadas.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária – dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se, além do contingenciamento efetivado pelo Poder Executivo: falta de pessoal, prejudicando o desempenho das atividades fim e meio; emprego de servidores em diversas comissões, missões e operações - decorrente da deficiência dos quadros efetivo; falta de espaços necessários e/ou espaços inadequados para o desenvolvimento das atividades administrativas, em virtude da Administração Regional não possuir sede própria, o que também dificulta a implantação de projetos de segurança orgânica; deficiência de recursos para capacitação adequada de servidores que se dispõem a exercer funções na área orçamentária, que aliada a falta de incentivos financeiros e a falta de pessoal tem provocado uma rotatividade significativa na área administrativa e financeira, gerando dificuldade quanto a designação de servidores para execução das atividades, bem como para o desempenho das funções de chefia.

Ponderamos as principais razões de alterações observadas na realização de despesa, por grupo e elemento de despesa, conforme abaixo:

Alterações significativas ocorridas no exercício:

A elevação na despesa com outros serviços de terceiros, empenhados e liquidados no exercício 2015, foi decorrente do aumento das seguintes demandas: do nº de publicações e de correspondências enviadas para comunicações e notificações de leilões e infrações de trânsito; da incrementação na manutenção de viaturas (serviço); da ampliação dos custos do fornecimento de água; e, da incrementação da manutenção e aferição dos etilômetros utilizados na atividade fim (combate a embriaguez na direção veicular) da PRF;

Houve elevação nas despesas com material de consumo empenhadas e liquidadas no exercício 2015, que foi motivada pelos seguintes fatores: majorações das tarifas e bandeiras verificados nas contas de energia elétrica e os constantes aumentos nos preços dos combustíveis;

Em relação à elevação nas despesas com obras e instalações empenhadas e liquidadas no exercício 2015, destacamos que foi decorrente das contratações de projetos e obras para reforma/adequação de Unidades Operacionais, quais sejam: São Cristóvão e Oliveira. Ressaltamos, também, a contratação para certificação de eficiência energética – Selo PROCEL - da UOP Oliveira.

Contingenciamento no exercício:

Conforme explicitado acima, a gestão do orçamento consignado para o DPRF/MJ é concentrada na Sede do Departamento, sob a condução da Coordenação-Geral de

Administração, incluindo-se o estabelecimento de critérios e diretrizes de descentralização orçamentária, ficando para a Superintendência Regional tão somente a gestão/execução dos recursos descentralizados, já com suas destinações e restrições direcionadas.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Em consonância com o já explicitado anteriormente, dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se, além do contingenciamento efetivado pelo Poder Executivo: falta de pessoal, prejudicando o desempenho das atividades fim e meio; emprego de servidores em diversas comissões, missões e operações - decorrente da deficiência dos quadros de efetivo; falta de espaços e/ou espaços inadequados para o desenvolvimento das atividades administrativas, em virtude da Administração Regional não possuir sede própria, o que também dificulta a implantação de projetos de segurança orgânica; deficiência de recursos para capacitação adequada de servidores que se dispõem a exercer funções correlatas na área administrativa e financeira, que, aliada a falta de incentivos financeiros e a falta de pessoal, tem provocado uma rotatividade significativa na área em comento, gerando dificuldade quanto à designação de servidores para execução das atividades, bem como para o desempenho das funções de chefia.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200131	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
MATERIAL DE CONSUMO	2.281.645	1.000.529	1.722.953	780.993	558.692	219.536	1.722.953	780.993
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.646.620	1.740.330	1.552.774	1.594.663	93.846	145.667	1.552.774	1.594.663
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.518.299	1.161.085	1.226.616	768.643	291.683	392.442	1.226.616	768.643
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.363.955	1.170.943	1.363.955	1.170.943	-	-	1.363.955	1.170.943
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	356.631	108.926	356.631	79.436	-	29.490	356.631	79.436
INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.714	46.204	110.714	46.204	-	-	110.714	46.204
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	37.387	24.547	34.838	21.789	2.548	2.758	34.838	21.789
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.654	50	-	-	2.654	50	-	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.399	-	1.399	-	-	-	1.399	-
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	-	23.548	-	23.548	-	-	-	23.548
DESPESAS DE CAPITAL								

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OBRAS E INSTALACOES	2.750.810	67.161	-		750.810 ^{2.}	67.161	-	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	388.573	834.960	2.006	112.709	386.567	722.251	2.006	112.060
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	-	462.000	-	-	-	462.000	-	-

Abstraídos o item 4, notoriamente visualiza-se, com todos esforços da Administração Central, no que concerne a distribuição de recursos orçamentários, tanto para custeio como investimento, para manter as atividades administrativas e operacionais da PRF, sentimos um pouco de dificuldades para desenvolver os programas originários da PRF, principalmente no exercício de 2015, qual a dotação orçamentária, pela sua redução, prejudicou diretamente algumas ações.

No que cabe a modalidade de licitação, a assertiva pelo Pregão Eletrônico/Registro de Preços, comunga-se pelo se continuísmo, alinhado as UCCS, qual traz resultado direto nas ações da PRF, tanto investimento como custeio.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107		UGO:200139		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	883.825	730.010	777.106	663.492	106.719	66.518	777.106	663.492
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	842.809	833.524	650.882	641.838	191.927	191.686	650.882	641.838
MATERIAL DE CONSUMO	677.393	395.103	410.170	322.933	267.223	72.169	407.970	322.933
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	449.747	473.567	449.747	473.567	-		449.747	473.567
INDENIZACOES E RESTITUICOES	51.318	35.748	51.318	35.748	-		51.318	35.748
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	45.566		36.059		9.507		36.059	
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	25.269	10.452	25.243	10.452	27		25.243	10.452
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	12.206	22.647	12.206	22.647	-		12.206	22.647
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.928	974	1.928	974	-		1.928	974
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.690		1.690		-		1.690	
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	237.095	401.468	70.124	37.400	166.971	364.068	69.674	37.400

Dos valores descentralizados à PRF foi executado pelo 2º DRPRF/TO o total de R\$ 3.237.342,42 (três milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

Um fator que pode ser considerado de grande impacto nas contratações desta UJ é a persistência do número reduzido de servidores na área de licitações e contratos e, devido a sobrecarga de serviço aos servidores ali lotados, não foi possível a realização de licitações importantes para o 2º DRPRF, como a elaboração do projeto para mudança de sede administrativa para prédio próprio, manutenção predial para a sede e suas unidades e contratação de serviços continuados importantes para o desempenho das atividades administrativas e finalísticas do órgão.

Quanto ao uso de suprimento de fundos, o 2º DRPRF tem ciência da excepcionalidade de seu uso, buscando reduzi-lo. Como prevê a legislação estes gastos foram realizados para suprir necessidades emergenciais, que como tais poderiam causar maior prejuízo à administração pública, caso fossem realizadas mediante extenso processo licitatório, tais quais reparos estruturais em unidades atingidas por fatos extraordinários.

O 2º DRPRF/TO apenas mantém contratos estritamente necessários ao funcionamento básico das atividades desta regional, portanto os aumentos nos gastos com “locação de mão de obra” e “outros serviços de terceiros – PJ” são devidos, basicamente, às repactuações contratuais, referentes aos contratos de terceirização e estágio, aumento da tarifa de fornecimento de energia elétrica e revisão do valor do contrato de aluguel do imóvel da sede do 2º DRPRF/TO.

As variações de valores gastos nas modalidades de contratação “dispensa de licitação” e “inexigibilidade” se deram, de mesmo modo, em virtude das revisões tarifárias de fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, revisão do contrato de locação do imóvel da sede do 2º DRPRF/TO e despesas com publicação legal.

Dentre os gastos enquadrados na modalidade “inexigibilidade” encontram-se despesas com água e esgoto, imprensa nacional, manutenção de etilômetros e equipamentos medidores de velocidade (radar), bem como aquisição de passagens aéreas (implementação da compra direta). No que se refere às despesas enquadradas na modalidade “dispensa de licitação” possuem maior expressividade os gastos com energia elétrica e locação do imóvel da sede administrativa do 2º DRPRF/TO.

As diárias foram pagas aos servidores do 2º DRPRF/TO de acordo com as demandas de cada setor, observados os princípios legais. Nota-se, outrossim, que houve uma diminuição relativa a gastos desta natureza.

Unidade Orçamentária:	Código UO: 30107	UGO:200141
-----------------------	------------------	------------

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.664.161	1.728.405	2.154.201	978.259	509.960	750.145	2.151.425	978.259
MATERIAL DE CONSUMO	941.080	563.118	679.693	532.483	261.387	30.636	679.693	532.396
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	320.927	751.876	320.927	751.876	-	-	320.927	751.876
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	65.378	45.031	62.722	41.411	2.656	3.620	62.722	41.411
INDENIZACOES E RESTITUICOES	30.443	37.190	30.443	37.190	-	-	30.443	37.190
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	27.126	2.568	21.473	2.568	5.653	-	21.473	2.568
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.467	59.609	12.467	59.314	-	294	12.467	59.314
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	5.607	11.658	5.607	11.658	-	-	5.607	11.658
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.044	915.342	-	794.693	2.044	120.649	-	794.693
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	-	7.788	-	7.788	-	-	-	7.788
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	295.244	3.413.679	96.799	605.011	198.445	2.808.667	96.799	601.308
OBRAS E INSTALACOES	99.544	1.393.853	-	-	99.544	1.393.853	-	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ		9.275	-	-	-	9.275	-	-

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107		UGO:200229		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	4.273.489	2.392.980	3.679.830	1.613.623	593.659	779.357	3.679.830	1.613.623
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.217.348	113.049	4.217.348	113.049	-		4.217.348	113.049
MATERIAL DE		2.576.730		29.028		2.547.703		29.028

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

CONSUMO	3.767.204		139.325		3.627.880		139.325	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.081.300	543.433	606.851	290.250	474.449	253.183	606.851	290.250
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	942.317	-	942.317		-	-	942.317	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	49.986	1.388	49.986	1.388	-	-	49.986	1.388
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.787	2.113	3.172	732	615	1.381	3.172	732
DIARIAS - PESSOAL MILITAR	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	6.032	-	-	-	6.032	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.489.900	415.285	77.556	18.369	2.412.344	396.916	77.556	18.369

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107		UGO:200230		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1.Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.467.208.959	1.372.056.608	1.467.208.959	1.372.056.608			1.467.208.959	1.372.055.921
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	851.589.118	754.236.865	851.589.118	754.236.865			851.589.118	754.236.865
OBRIGACOES PATRONAIS	305.376.908	289.116.373	305.376.908	289.116.373			305.376.908	289.112.691
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	257.228.523	234.435.151	257.228.523	234.435.151			257.190.733	234.435.151
SENTENCAS JUDICIAIS	17.665.594	13.585.780	17.665.594	13.585.780			17.665.594	13.585.780
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	674.938	1.267.017	674.938	1.267.017			674.938	1.267.017
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	530.335	484.782	530.335	484.782			530.335	484.782
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	423.963	369.879	423.963	369.879			423.963	369.879
CONTRIBUICAO A ENTIDADE	29.477	2.874	29.477	2.874			29.477	2.874

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

FECHADA PREVIDENCIA							
3. Outras Despesas Correntes							
AUXILIO-ALIMENTACAO	48.902.519	47.715.418	48.902.519	47.715.418		48.902.519	47.715.418
INDENIZACOES E RESTITUICOES	37.962.396	39.106.919	37.962.396	39.106.919		37.962.396	39.106.919
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	5.514.685	12.350.277	5.514.685	12.350.277		5.514.685	12.350.277
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.668.379	2.603.833	2.668.379	2.603.833		2.668.379	2.603.833
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1.192.669	10.057.706	1.192.669	10.057.706		1.192.669	10.057.706
AUXILIO-TRANSPORTE	1.093.646	1.283.834	1.093.646	1.283.834		1.093.646	1.283.834
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	352.380	18.268	352.380	18.268		352.380	18.268
PENSOES ESPECIAIS	341.105	352.768	341.105	352.768		341.105	352.768
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	-	-	-	-		-	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	-	527.283	-	527.283		-	527.283

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107			UGO:200232	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
3. Outras Despesas Correntes								
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	714.788	830.976	714.788	830.976	-	-	713.473	830.976
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	568.706	444.773	521.003	395.517	47.703	49.256	521.003	395.517
MATERIAL DE CONSUMO	480.701	288.174	345.174	151.650	135.527	136.524	307.434	151.650
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	255.021	224.930	208.656	147.067	46.364	77.863	208.656	147.067
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	102.167	-	93.215		8.952	-	93.215	-
INDENIZACOES E RESTITUICOES	30.451	27.163	30.451	27.163	-	-	30.451	27.163
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.169	25.744	5.169	23.892	-	1.853	5.169	23.892
OBRIGACOES		4.817		4.817		-		4.817

TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.744		1.744		-		1.744	
DIARIAS - PESSOAL MILITAR	-	3.023	-	3.023		-	-	3.023
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OBRAS E INSTALACOES	1.277.598	-	-	-	1.277.598	-	-	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	326.381	201.101	52.096	39.404	274.285	161.698	52.096	39.404
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	152.448	519.900	23.730	280.746	128.718	239.154	23.730	280.746

Volume maior de contratações por inexigibilidade em 2015 decorre da adoção da sistemática de compra direta de passagem através do CPGF. Com a nova sistemática, as respectivas notas de empenho são emitidas diretamente em favor do Banco do Brasil utilizando-se a modalidade em questão.

Em que pese o aumento do volume de contratação através de dispensa de licitação em 2015, comparativamente a 2014, tal aumento pouco é pouco significativo comparativamente ao volume total das contratações realizadas em 2015, demais variações sem representatividade.

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO: a não execução de despesas com aquisição de passagens aéreas no ano de 2014 se deu em razão da centralização das compras pela Sede do DPRF/MJ em Brasília (as aquisições de passagens aéreas do 5º DRPRF/RR eram realizadas através do contrato do DPRF/MJ). Já em 2015 as aquisições de passagens aéreas passaram a ser através do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

OBRAS E INSTALAÇÕES: Em 2015 foram empenhados recursos no valor de R\$ 1.269.600,00 para contratação de solução de energia objetivando a implantação do Projeto Landell no âmbito do 5º DRPRF/RR. Esse aporte financeiro foi totalmente empenhado em 2015, porém executado.

Referente ao grupo EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE foi adquirido automóvel especial para atender demanda do núcleo de telemática da Unidade. Também em 2015 foram disponibilizados recursos para aquisição de material permante para suprir a demanda da Unidade principalmente com mobiliário.

A Unidade não encontrou maiores dificuldades para adequar suas despesas correntes a previsão orçamentária a ela destinada pelo DPRF/MJ.

A SRFB cedeu imóvel a PRF onde foram realizadas manutenções para a instalação de unidade denominada UOP 02-Fronteira Brasil/Venezuela. Ressalte-se que os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados para adequar as instalações físicas desta nova Unidade Operacional na Fronteira Brasil/Venezuela não foram suficientes para execução de todos os serviços pretendidos, restando pendências a serem sanadas no Exercício 2016, porém sem prejuízo efetiva instalação do posto de serviço e, por consequência, sem prejuízo das atividades administrativas e operacionais.

Referente a despesas de capital, no planejamento da Unidade, estava previsto a aquisição de uma Unidade Móvel Policial em 2014 no valor aproximado de R\$ 900.000,00. No entanto, não obtivemos a disponibilidade orçamentária a aquisição pretendida. Em 2015, o aporte orçamentário para esta aquisição também não prosperou. Em 2016, até o presente momento, não teremos indicativo de efetivação desta aquisição.

Outra despesa de capital prevista para o ano de 2015 é a Construção da nova sede do 5º DRPRF/RR, porém a execução efetiva desta obra depende de disponibilidade orçamentária. O Projeto Executivo já se encontra concluído.

Em que pese a constante mudança de servidores lotados nas áreas relacionadas a execução de despesas, verifica-se, em função do desempenho/compromisso de tais servidores que não houve descontinuidade dos serviços executados pelas referidas áreas.

Unidade Orçamentária:				Código UO: 30107		UGO:200233		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
3. Outras Despesas Correntes								
MATERIAL DE CONSUMO	632.608	169.217	329.236	133.438	303.372	35.780	260.926	133.438
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	574.200	466.587	503.197	427.864	71.003	38.722	503.197	427.864
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	517.619	423.787	517.619	423.787	-	-	517.619	423.787
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	471.380	247.812	399.201	198.494	72.179	49.318	384.946	196.671
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	97.141	-	90.071	-	7.070	-	90.071	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	31.347	-	31.347		-	-	31.347	-
INDENIZACOES E RESTITUICOES	27.081	58.231	27.081	58.231	-	-	27.081	58.231
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	797	4.250	797	4.250	-	-	797	4.250
AUXILIO-ALIMENTACAO	-	2.432	-	2.432	-	-	-	2.432
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OBRAS E INSTALACOES	3.623.874	244.471	-	131.206	3.623.874	113.266	-	131.206
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	332.806	220.839	41.544	55.313	291.262	165.527	41.544	55.313

Análise Crítica:

1 - As principais despesas com material de consumo se deram com a aquisição de combustível e peças para a frota (41,39%) e aquisição de materiais destinados à educação para o trânsito (35,83%).

2 - As notas de empenhos emitidas em 2015 com a natureza de despesa 3390.30 - Material de Consumo, destinaram-se também a aquisição de espargidores de pimenta, uniformes, suprimentos e bocais para etilômetro, no total de R\$ 94.948,09.

3 - A razão do aumento da despesa com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” teve como principal motivo as despesas com TIC, que representaram 50,55% do total empenhado em 2015.

4 - As passagens aéreas passaram a ser adquiridas a partir de 2015, após adesão ao modelo de compra direta de passagens aéreas.

5 - Despesas de exercício anteriores referem-se ao pagamento de fatura da Embratel referente ao serviço de rede IP com tecnologia MPLS para as unidades operacionais de Oiapoque e Macapá e Sede Administrativa do 4ºDRPRF/AP, em Macapá. Em 2014 a empresa prestou serviço de baixa qualidade, não atendendo as cláusulas contratuais. Foi multada em R\$ 159.000,00. No período a Embratel não apresentou nenhuma fatura referente aos serviços executados.

6 - Em 2015, a Embratel apresentou faturas no valor total de R\$ 31.347,00, que representavam o valor dos serviços efetivamente prestados em 2014, que foi conferido e aceito pelo fiscal do contrato.

7 - Os valores empenhados na natureza de despesa “Obras e Instalações” destinam-se a implantação do Sistema de rádio digital que atenderá mais de 90% da malha viária do estado, envolvendo construção de torres, instalação de grupos geradores e locação de espaço para as torres.

8 - Em “Obras e Instalações” foram ainda empenhadas despesas para a identificação visual da Unidade Operacional de Macapá e construção do pórtico de entrada da sede do 4º DRPRF/AP.

3.3.3 Desempenho operacional.

Este item já foi tratado no item 3.1 e 3.2 deste Relatório de Gestão.

3.3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.

Resultado Institucional: Reduzir a violência no trânsito das rodovias federais

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Polaridade	Atingimento
Taxa de Acidentes Graves	Número de acidentes de trânsito graves ocorridos em rodovias federais para cada um milhão de veículos da frota nacional.	Negativa	SIM
Taxa de Mortalidade	Número de óbitos causados por acidentes de trânsito ocorridos em rodovias federais para cada um milhão de veículos da frota nacional.	Negativa	SIM

Resultado Institucional: Assegurar a livre circulação nas rodovias federais

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Polaridade	Atingimento
Índice de Interdição de Rodovias	Índice ponderado, composto pelos dados relativos às interdições de rodovias, considerando tipo, causa e tempo de interdição.	Negativa	Não

Resultado Institucional: Contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Polaridade	Atingimento
Ocorrências Criminais nas Rodovias Federais	Número de ocorrências de caráter criminal ocorridas em rodovias federais.	Neutra	45.589 ocorrências
Pessoas Detidas	Número de pessoas detidas por ação da PRF (flagrante delito ou cumprimento de mandado de prisão).	Neutra	24.750 pessoas
Veículos Recuperados	Número de veículos furtados, roubados ou com mandado de busca e apreensão, recuperados por ação da PRF	Neutra	5.349 unidades
Quadro de Apreensões de Ilícitos	Quadro quantitativo de apreensões de ilícitos: entorpecentes (maconha, cocaína e crack); contrabando e descaminho (cigarro, informática, eletrônicos e medicamentos); armas, munições e explosivos; ilícitos ambientais; menores em situação de risco.	Neutra	● Entorpecentes: 173.178,1 kg ● Contrabando: -cigarro: 6.075.035 pacotes -informática: 83.156 unidades -eletrônicos: 219.584 unidades -medicamentos: 1.037.635 unidades ● armas: 2.305 unidades ● munições: 135.037 munições ● ilícitos ambientais: -animais silvestres:

			28.878 animais -carvão: 2.603 (m³) -Madeira: 77.561(m³) Pescados 63.842 (kg) ● menores em situação de risco: 487 menores
--	--	--	---

Resultado Institucional: Aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

Indicador de Desempenho	Forma de Cálculo	Polaridade	Atingimento
Índice de Percepção de Segurança nas Rodovias Federais	Pesquisa junto a usuários de rodovias, quanto a sua “percepção de segurança” quando transitando em rodovias federais, seja quanto ao trânsito, seja quanto à criminalidade.	Positiva	Não atualizado

4. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.

4.1 Descrição das estruturas de governança.

As características e peculiaridades dos trabalhos realizados no âmbito da Administração Pública estão intimamente ligadas às questões da governança, que guardam estreita relação com a gestão de políticas públicas, o exercício de poder de polícia, o controle das execuções orçamentárias, dentre outros.

A governança pública demanda que os governos sejam mais eficazes, não apenas com uma atuação expressiva de sua capacidade de gestão, mas também respeitando os normativos e valores de uma sociedade democrática.

Neste sentido, vejamos alguns conceitos de Governança Pública:

Governança Pública é mais do que uma forma eficaz e eficiente de executar o 'negócio governo', ela está relacionada à legalidade e legitimidade, sendo mais do que valores estritamente empresariais. Governança pública é uma atividade complexa que envolve o 'governo' de complexas redes sociais nos setores políticos.

KICKERT, 1997 (p.732)

Governança Pública é a proteção da inter-relação entre gestão, controle e fiscalização por organizações governamentais e por organizações criadas por autoridades governamentais, visando à concretização dos objetivos políticos de forma eficiente e eficaz, bem como a comunicação aberta e a prestação de contas, para benefício das partes interessadas.

TIMMERS, 2000 (p. 9)

Governança pública é um processo dinâmico pelo qual se dá o desenvolvimento político e através do qual a sociedade civil, o estado e o governo organizam e gerem a vida pública.

BRESSER-PEREIRA, 2001 (p.8)

Diante do contido nos conceitos acima epigrafados, pode-se concluir, em apertada síntese, que o objetivo implícito da Governança Pública é a gestão de recursos públicos para concretizar objetivos políticos e atender o interesse coletivo.

No âmbito deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cumpre salientarmos que, as boas práticas administrativas implementadas pela Administração Central do Órgão possibilitam uma gestão dos recursos disponíveis (de pessoal, material, orçamentário e financeiro) de maneira transparente, legítima e acobertada pelos mandamentos legais vigentes, tudo, com vistas ao pleno alcance dos objetivos traçados.

A opção por uma Gestão com fortes traços de Governança proporciona à PRF uma crescente melhora na qualidade de sua execução orçamentária, o que culmina com o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Por fim, esclarecemos que este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, mesmo não contemplando em sua atual estrutura organizacional uma área encarregada especificamente pelo Controle Interno do Órgão, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UPC é subordinada, esta ausência não compromete a regularidade e sucesso dos trabalhos desenvolvidos pela PRF.

A observância dos preceitos legais, o respeito ao interesse coletivo e o comprometimento dos gestores do Órgão fazem com que o planejamento traçado pela Administração Central seja cumprido de maneira eficiente e eficaz.

Cumprir registrar que a alta Administração deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área encarregada pela adequada condução dos trabalhos de Auditoria e Controle Internos, conforme Projeto de reestruturação da PRF, o que proporcionará melhoras significativas nos processos conduzidos pela Instituição.

Corroborando a assertiva mencionada no parágrafo anterior, informamos que em setembro de 2014 foi publicada a Lei nº 13.027, de 24 de setembro de 2014, que criou Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – FCPRF; extinguiu cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; e alterou a Lei nº 11.526, de 04 de outubro de 2007.

4.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.

A apresentação do Sistema de Correição da UJ atende ao disposto no subitem 3.4 da Portaria - TCU nº 175, de 9 de julho de 2013, explicitando a estrutura e as atividades do Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal, o qual é integrado pela Corregedoria Geral, com sede em Brasília/DF, e por 26 (vinte e seis) unidades desconcentradas distribuídas pelos diversos estados da Federação e Distrito Federal; além de evidenciar os principais resultados alcançados no ano de 2015.

O Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal tem previsão na Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cujo art. 10 dispõe que compete à Corregedoria-Geral do DPRF, dentre outras funções:

planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Departamento, assim como dos procedimentos relativos à correição e à disciplina, propondo a adoção de medidas corretivas.

Para bem conduzir sua missão a Corregedoria Geral subdivide-se em subunidades distintas, compostas por Divisões e Núcleos, os quais são responsáveis pelas diversas funções que abrangem suas atribuições regimentais.

Em apertada síntese pode-se esclarecer que cabe à Divisão de Gestão Correcional - DIGES e ao Núcleo que lhe é subordinado (Núcleo Cartorial - NUCAR) as funções cartoriais, arquivo, apoio logístico, gerenciamento do orçamento da Corregedoria, acompanhamento de auditorias e relatórios de gestão, dados estatísticos, planejamento e monitoramento de Projetos da Corregedoria, convocações e deslocamentos de servidores, acompanhamento de comissões, capacitação e apoio ao Corregedor-Geral.

À Divisão de Corregedoria - DICOR e seu Núcleo (Núcleo de Análise Processual - NUAPRO) cabem, em exposição sintetizada e meramente exemplificativa: a análise e instrução de processos disciplinares, a elaboração de portarias e documentos diversos, a gestão de prazos prescricionais, a atualização da legislação vigente, o planejamento, a supervisão, o controle e a execução de planos de correções periódicos.

A Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos – DFAI e seu Núcleo subordinado (Núcleo de Operações Correicionais - NUOC) são responsáveis por: elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeções sistemáticas; fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, visando prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; receber e encaminhar manifestações e sugestões, bem como denúncias e representações sobre irregularidades praticadas por servidores do Departamento; promover investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares; supervisionar as atividades de investigação correcional das Corregedorias Regionais.

Por fim, cabe às Corregedorias Regionais o planejamento, a supervisão e a execução das atividades correicionais no âmbito das Superintendências e Distritos Regionais da PRF, com circunscrição em todos os estados da Federação e no Distrito Federal.

Obedecendo-se a essa estrutura orgânica, são responsáveis pela instauração de procedimentos disciplinares os Dirigentes Regionais, em sua área de atuação, e o Corregedor-Geral do DPRF, nos casos que envolvam servidores da unidade central, que envolvam servidores lotados em mais de uma unidade regional e nas situações em que existem impedimentos das autoridades regionais.

No que se refere à aplicação de penalidades disciplinares os Dirigentes Regionais e a Corregedoria Geral possuem competência para aplicar, na escala crescente da gravidade dos fatos apurados, até 30 (trinta) dias de suspensão. Penalidades que extrapolem esse quantitativo são de competência do Ministro de Estado da Justiça.

No exercício da atividade correcional pela Corregedoria Geral e Corregedorias Regionais do DPRF, durante o ano de 2015, observaram-se os seguintes resultados:

Quadro XXI

DENÚNCIAS ANÔNIMAS	TOTAL
ENTRADA	
Denúncias Anônimas recebidas ou inseridas no Sistema de Protocolo	62
Investigação de Denúncias Anônimas EM ANDAMENTO no Mês	92
SAÍDA	
Denúncias Anônimas arquivada sem autuação	2
Investigações de Den. Anôn. que geraram autuação de processo	9
PROCESSOS	
1. N° processos no início do exercício	1679
2. Processos na Unidade no mês vigente	1385
ENTRADA DE PROCESSOS NO ANO	
Denúncias/Representações Autuadas ou recebidas	1198
Outras Entradas de Processos (inclusive processos encontrados)	110
Total	1308
REPRESENTAÇÕES/ DENÚNCIAS ANALISADAS NO ANO	
Decisão de arquivamento	521
Decisão de instauração	137
Total	658
PROCESSOS A INSTAURAR	
Em investigação preliminar	574
Em análise - exame de admissibilidade	172
Aguardando instauração – PAD	42
Aguardando instauração – Sindicância Investigativa	9
Aguardando instauração – Sindicância Acusatória	9
Aguardando instauração – Sindicância Patrimonial	1
Total	807
PROCESSOS INSTAURADOS NO ANO	
PAD	236
Sindicância Investigativa	33
Sindicância Acusatória	45
Sindicância Patrimonial	0
Total	314

ENCAMINHAMENTO DE PROCESSOS NO ANO	
Encaminhados para o Ministério Público	59
RESULTADO DOS PROCESSOS INSTAURADOS ENCERRADOS NO ANO	
Total de Servidores "Absolvidos"	3312
Servidores Punidos com Advertência	21
Total de advertências não aplicadas devido à prescrição	28
Servidores Punidos com Suspensão	60
Total de suspensões não aplicadas devido à prescrição	23
Servidores Punidos com Demissão	13
a) Valimento indevido de cargo	6
b) Improbidade administrativa	2
c) Abandono de cargo	1
d) Recebimento de Propina	0
e) Desídia	0
f) Outros fundamentos	4
Total de demissões não aplicadas devido à prescrição	0
Servidores Punidos com Cassação de Aposentadoria	4
a) Valimento indevido de cargo	3
b) Improbidade administrativa	0
c) Abandono de cargo	0
d) Recebimento de Propina	0
e) Desídia	0
f) Outros fundamentos	1
Total de cassações de apos. não aplicadas devido à prescrição	0
Servidores Punidos com Nota de Culpa	7
Total de Notas de Culpa não aplicadas devido à prescrição	0
Nº de processos em que houve prescrição	43
Total de Penalidades Prescritas	50
Total de Punições	110
RECURSOS ADMINISTRATIVOS	
Recursos aguardando julgamento (Superintendente, CG ou CJ)	24
RECURSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS NO ANO	
Pedido de Reconsideração	18
Recurso Hierárquico	11
Pedido de Revisão	0
Total	53
PENALIDADES REFORMADAS NO ANO	
Recursos Indeferidos	24
Decisões revertidas administrativamente	5
Decisões revertidas judicialmente	0
Total	29

INFORMAÇÕES GERAIS	
PRISÕES NO ANO	
Prisões de PRFs	8
Prisões de Usuários das Rodovias por Corrupção Ativa	9
SERVIDORES	
Quantidade atualizada de servidores na Unidade	10949
POSTOS	
Número de Delegacias na Regional	154
Número de Postos na Regional	360
ACOMPANHAMENTO GERENCIAL DE SERVIÇO NO ANO	
Quantidade de Avaliações Gerenciais realizadas	1475
Quantidade de Relatórios de Avaliação (RA)	2270
Quantidade de servidores auditados pelas Inspeções Correicionais	2439
Quantidade de servidores auditados pelas Avaliações Gerenciais	4101
Quantidade de Compromissos de Adequação Funcional (CAF) firmados	4
PREVENÇÃO NO ANO	
Capacitação (cursos e palestras)	27
Quantidade de servidores alcançados pelas ações de capacitação.	469

4.3 Gestão de riscos e controles internos:

Preliminarmente, cumpre registrarmos que esta Administração PRF compreende a relevância e pertinência da operacionalização de um adequado sistema de controle interno, o que permite potencializar as informações necessárias com o propósito de fazer análises de natureza procedimental, econômica, financeira, física e de produtividade, concernentes ao gerenciamento dos recursos públicos disponíveis e executados.

Como função administrativa, o controle precisa de um sistema de informação e avaliação, com a finalidade de assegurar o cumprimento do planejado, sob pena de a condução dos negócios públicos se transformarem em uma mera improvisação.

Embora este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, atualmente, não possua em sua estrutura organizacional uma Área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UG é subordinada, estes trabalhos não se encontram prejudicados, pois a PRF é constantemente auditada pela Controladoria Geral da União – CGU e pelo Tribunal de Contas da União, Órgãos de Fiscalização Governamental, o que permite a realização das análises e acompanhamentos devidos.

Cumpre registrarmos que a alta Administração deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área encarregada pela adequada condução dos trabalhos de Auditoria e Controle Internos, conforme Projeto de reestruturação da PRF.

Neste sentido, salientamos que em setembro de 2014 foi publicada a Lei nº 13.027, de 24 de setembro de 2014, que criou Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

viária Federal - FCPRF; extinguiu cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas; e alterou a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007. Ressaltamos entretanto que a citada lei de reestruturação aguarda ainda a edição de Decreto regulamentando a sua efetiva implementação.

Inobstante, no âmbito deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização – GAAF, que tem acompanhado as demandas oriundas do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria-Geral da União – CGU.

Sem prejuízo às atribuições próprias do GAAF, este Departamento promoveu a implementação do seu Escritório de Projetos Estratégicos – EPE, com uma metodologia fortemente voltada para a gestão de projetos, especialmente os prioritários, contendo planejamento das demandas, análise e monitoramento de riscos entre outros mecanismos de aperfeiçoamento de gestão.

Quanto ao código de conduta, informamos que este DPRF orienta seus servidores pelo Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania, do Curso de Formação Profissional do DPRF. Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética do DPRF (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa. Destaca-se em 2013 a realização de capacitação para gestores da PRF (Direção-Geral e Superintendentes) acerca da temática Ética no Serviço Público.

Para realização da sua missão, a Corregedoria-Geral elabora o Plano Diretor de Controle e Correição, o qual apresenta-se como uma medida extremamente benéfica e importante para a gestão de riscos e de controle interno, na medida em que estabelece as estratégias macro de ação, com projetos de médio e longo prazo a serem desenvolvidos, assegurando, com isso, a necessária continuidade dos trabalhos realizados e o adequado planejamento das atividades.

A elaboração do Plano Diretor de Controle e Correição tem como objetivo auxiliar no fortalecimento dos processos de planejamento e gestão da Instituição Polícia Rodoviária Federal como um todo, uma vez que contempla a forma de atuação da Corregedoria Geral e das unidades correicionais desconcentradas, estabelecendo as metas a serem alcançadas, as ações a serem desenvolvidas e os prazos de implementação, durante o biênio 2016/2017. *Abaixo está apresentado o Plano de Ações relativo à área temática:*

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

5.1 Canais de acesso do cidadão.

A Polícia Rodoviária Federal, com vistas a possibilitar um canal de acesso direto ao cidadão, disponibiliza a sociedade o telefone de emergência 191, mediante o qual as pessoas podem solicitar auxílio, informar sobre ocorrência de crimes, comunicar acidentes, obter informações dentre outros.

Paralelamente à ferramenta mencionada no parágrafo anterior, a PRF disponibiliza em seu portal eletrônico, www.prf.gov.br, informações sobre Acidentes de Transito; Concursos e Seleções/PRF; Licitações e Contratos/PRF; Multas e Infrações de Transito; Atendimento a Acidentes; Endereços e Contatos das Unidades Desconcentradas PRF; dentre outros temas.

Cumpre registrar também, que no endereço eletrônico mencionado acima encontram-se disponíveis links, dispostos em quatro grupos de informações disponíveis: Canais de Atendimento, Telefones e Endereços, Área de Imprensa e Dados Abertos. Nestes podem ser acessadas informações que vão desde dados estatísticos até iniciar uma requisição específica, por meio de telefones, e-mails e endereços dos pontos de atendimentos ou ainda informações disponíveis no menu lateral "ACESSO À INFORMAÇÃO".

A Polícia Rodoviária Federal mantém o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com atendimento eletrônico - portal de acesso à informação, telefônico -(61) 2025- 6607 /(61) 2025-6609 e presencial - prédio sede da PRF localizado no SPO, S/N, lote 5, Setor Policial Sul, em Brasília/DF.

A Ouvidoria PRF é o canal de acesso que permite o diálogo entre o cidadão – usuário dos serviços públicos – e a Polícia Rodoviária Federal, apresenta-se como instrumento autêntico da democracia participativa, na medida que transporta o cidadão comum para o âmbito da administração pública. Permitindo a correção e o aprimoramento dos serviços públicos prestados à sociedade, fortalecendo, assim, o exercício da cidadania.

Há ainda página oficial em rede social Facebook (www.facebook.com/prf191), onde é possível o contato e relacionamento com a sociedade.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão.

Em consonância com o Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, a PRF elaborou a sua Carta de Serviços, lançada em 2012, acessível pelo endereço eletrônico da instituição no menu lateral "ACESSO À INFORMAÇÃO", "Carta de Serviços ao Cidadão" ou pelo link <https://www.prf.gov.br/portal/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/carta-de-servicos-1>.

As informações contidas neste instrumento foram importantes na medida em que permitiram aos diversos públicos que se relacionam com esta instituição – cidadão, profissionais do trânsito e governo – conhecer os serviços prestados e seus respectivos requisitos.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

Para aferir a satisfação dos produtos e serviços oferecidos pela PRF, foi criado o Indicador Estratégico Índice de Percepção de Segurança nas Rodovias Federais, medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avalia se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante das ações desenvolvidas pela Polícia Rodoviária Federal.

O monitoramento, avaliação e análise dos indicadores possibilita a avaliação dos resultados alcançados e a efetividade dos controles internos e modelo de gestão. A pesquisa de percepção de segurança possibilita identificar os pontos e as localidades que necessitam de intervenção para melhoria dos serviços prestados e da segurança dos usuários das rodovias e estradas federais.

A primeira Pesquisa de Segurança Rodoviária – PSR foi realizada em 2009 para subsidiar as ações de gestão previstas no Plano Plurianual 2008-2011. A PSR 2009 foi realizada em âmbito nacional e teve como público alvo os usuários das rodovias federais brasileiras. A PSR-2009 teve por objetivo investigar o perfil dos usuários, diagnosticar a percepção de segurança, o grau de vitimização em acidentes e crimes e a confiança na Polícia Rodoviária Federal.

Com base nos bancos de dados de acidentes e fiscalização da PRF, a população da pesquisa foi estratificada por regional, gênero, faixa etária e condição (motociclista, motorista de veículo de carga etc.), sendo a proporção da amostra definida para cada nível dessas características.

Planejou-se realizar um total de 2401 entrevistas, afim de obter estimativas das proporções com margem de erro de no máximo 2,0%, com confiança de 95%. Após a coleta das entrevistas e validação das informações, utilizou-se apenas 1984 entrevistas, mantendo as proporções definidas no planejamento.

As entrevistas foram aplicadas em 154 pontos em todo país (149 delegacias e 5 distritos da PRF nas 27 Unidades da Federação) e efetuadas por servidores, não identificados como policiais e em posse do kit para pesquisadores. Este kit incluía a camiseta e o crachá de identificação como entrevistador da PSR.

A partir das respostas a determinadas perguntas do questionário referentes à sensação de segurança e à vitimização, estabeleceu-se uma nota de percepção de segurança e definiu-se o indicador como a proporção de notas iguais ou acima de 6.

A meta estabelecida no PPA 2008-2011 para o ano de 2008 era de 70% de percepção positiva. Após análise da Pesquisa, apurou-se o Índice de Percepção de Segurança – IPS de 72,2%.

Para o PPA 2012-2015 não foi estabelecida meta para o Indicador de Percepção de Segurança. No entanto, diante da necessidade de balizar as ações para o alcance do resultado institucional previsto no Mapa Estratégico 2013-2020 (Aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais), e para apuração do respectivo indicador estratégico, foi realizada a PSR 2013 – Um raio-X da segurança pública em rodovias federais.

Além dos objetivos já estabelecidos na PSR 2009, a PSR 2013 também teve por objetivo avaliar a imagem corporativa, seus produtos e serviços e a satisfação dos usuários, alimentando os indicadores do Plano Estratégico da PRF, em especial:

- . Índice de Percepção de Segurança nas Rodovias Federais;
- . Imagem da PRF;
- . Satisfação com o Serviço de Emergência da PRF;
- . Satisfação com o Serviço de Atendimento ao Cidadão da PRF; e
- . Índice de Interação entre a PRF e a Sociedade Através da Internet.

Além disso, a pesquisa objetivou determinar o perfil dos usuários das rodovias federais brasileiras, avaliando suas características sócio demográficas, de trânsito e utilização das rodovias, vitimização, percepção de segurança e a utilização dos serviços da PRF.

A PSR – 2013 manteve a mesma margem de erro (máximo de 2,0%) e nível de confiança (95%) da PSR – 2009. No entanto, para possibilitar o desdobramento dos resultados da pesquisa em nível regional, a quantidade de entrevistas passou de 1.984 para 16.784.

O resultado nacional da PSR-2013 foi de 76,1%, representando um aumento de 5,4% no índice em comparação com a PSR-2009.

No que diz respeito à Imagem da PRF, 83,62% dos 16.784 entrevistados admitiram que a PRF é “bastante” ou “extremamente” importante para reduzir a violência no trânsito das rodovias federais.

Com relação ao Serviço de Emergência da PRF, 76,95% não lembraram o telefone da PRF.

Já com relação ao Serviço de Atendimento ao Cidadão da PRF (Ouvidoria), 97,45% disseram nunca ter utilizado o serviço.

Por fim, com relação ao Índice de Interação entre a PRF e a Sociedade Através da Internet, 87,24% afirmaram nunca ter acessado o site da PRF.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.

Ao acessar o endereço eletrônico <https://www.prf.gov.br/portal/>, no menu “Acesso à informação”, localizado do lado esquerdo do sítio eletrônico institucional PRF, qualquer pessoa interessada poderá visualizar os itens de navegação “Institucional”, “Ações e progra-

mas”, “Auditorias”, “Convênios”, “Despesas”, “Licitações e contratos”, “Servidores”, “Leilões”, “Perguntas Frequentes”, “Sobre a Lei de Acesso à informação” e “Carta de Serviços”, que contemplam informações úteis relacionadas à atuação da Polícia Rodoviária Federal.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

A divulgação das informações observa o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, e os Padrões Web em Governo Eletrônico (e-PWG).

O sítio usa o Open Source Content Management System Plone e foi projetado para ser completamente acessível e usável, estando em conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG v1.0).

O Site da PRF possui em seu canto superior direito link que leva a área de formação para que a página possa ser acessível para pessoa com necessidade especial, a forma é padronizada e instituída pela SECOM da Presidência da República para os sites governamentais, a área pode ser acessível também em <https://www.prf.gov.br/portal/accessibility-info>.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

O registro de depreciação é realizado conforme definido na Macrofunção SIAFI 020330, com alteração em 18/11/2015, e Macrofunção SIAFI 020335, publicada nesta mesma data. Estas normas tratam de depreciação, amortização, reavaliação e redução a valor recuperável. Contudo, este Departamento iniciou sua aplicação apenas pelo registro da depreciação.

De forma simplificada, a contabilização da depreciação tem a função de fornecer à União valores mais próximos dos reais para a quantificação do seu patrimônio, considerando a diminuição do valor de mercado dos bens em razão do desgaste sofrido pela sua utilização, ação da natureza ou obsolescência.

A depreciação envolve, dentre outros, os seguintes conceitos:

- Valor bruto contábil: é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;
- Valor depreciável, amortizável e exaurível: é o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual, quando possível ou necessária a sua determinação;
- Valor residual: é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;
- Valor líquido contábil: é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;
- Vida útil: é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes. Este método funciona basicamente da seguinte maneira:

- Estipula-se a vida útil do bem;
- Estipula-se o valor residual;

Divide-se linearmente o valor depreciável pelo período de vida útil em meses;

O valor resultante desta divisão é o valor de cada parcela de depreciação mensal do bem.

Como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

A vida útil e o percentual de valor residual aplicado em relação a cada conta contábil

estão estipulados na tabela do item 27 na Macrofunção 020330 do SIAFI. Segundo esta mesma norma, em caráter excepcional, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados para bens singulares, que possuam características peculiares e necessitem de critérios específicos para estipulação dos seus valores, devendo tal fato ser divulgado em nota explicativa.

Para os bens adquiridos, distribuídos e colocados em uso em exercícios anteriores a 2010, deve-se avaliá-los individualmente, item por item, observando-se se o valor líquido contábil sofre modificação significativa. Portanto, até que esta reavaliação seja realizada, apenas os bens adquiridos a partir de 2010 serão depreciados.

O cálculo da depreciação deve ser realizado mensalmente, sendo individualizado a cada bem, levando em consideração o valor de aquisição e a data em que é colocado em utilização. As somas das parcelas de depreciação de cada bem irão compor o valor da depreciação mensal por conta contábil do RMB.

A consolidação dos valores mensais de depreciação apenas vem sendo realizada por meio de sistema, pois a PRF possui aproximadamente 140.000 (cento e quarenta mil) bens depreciáveis. Os demais bens, em torno de 100.000 (cem mil bens), foram adquiridos antes de 2009. Cálculos individuais até podem ser realizados manualmente, bastando seguir as regras estabelecidas pela STN. Contudo, realizar isso para este montante de bens é absolutamente inviável, pois demandaria um tempo absurdamente alto para a execução e provavelmente resultaria em um número significativo de erros.

Para realizar o procedimento, todo um conjunto de regras de cálculo foi desenvolvido no SIPAC, respeitando rigorosamente todas as determinações da Macrofunção SIAFI. Durante o período de homologação, foi verificado, mediante conferência manual, e validado o cálculo amostral do valor depreciado de algumas centenas de bens.

Foi realizado o comando de depreciação em ambiente de homologação para os bens do DPRF/Sede, onde o registro do RMB foi testado e validado. Posteriormente, isso foi aplicado em ambiente de produção, também testado e validado.

A partir de então, em junho de 2015, foi realizado o comando de depreciação para os bens de todas as Unidades Gestoras da PRF. Neste momento, no entanto, foi verificado um problema em relação à apresentação dos dados de depreciação em relação à Unidade Gestora dos bens, o que implicou em divergências na apresentação do RMB, mesmo com todos os cálculos de depreciação corretos. Este problema foi solucionado ainda no mês da primeira depreciação.

Ao final de julho, ao realizar novamente o comando de depreciação, o sistema apresentou um novo problema em relação à exposição de dados do RMB no que tange à depreciação acumulada e depreciação mensal. Essa situação não poderia ser testada antes, pois era necessário passar pelo segundo mês de registro de depreciação para identificá-la. Essa ocorrência levou a alguns registros de depreciação no SIAFI com valores a maior, o que foi corrigido com o estorno de alguns lançamentos. Em agosto foi corrigido este problema dos valores apresentados no RMB na coluna de depreciação mensal.

Saneados os problemas citados, foi verificada outra inconsistência no sistema SIPAC em relação à contabilização da depreciação relativa à movimentação de bens. O sistema não está efetuando a baixa da depreciação acumulada na alienação dos bens, não está transferindo a depreciação acumulada quando da movimentação do bem para outra Unidade Gestora, não está baixando a depreciação acumulada nas reavaliações e não está permitindo reavaliações para menor (estes dois últimos testados apenas em ambiente de homologação). Todas essas situações foram relacionadas e encaminhadas à UFRN (instituição responsável tecnicamente pelo sistema) para correção. Este departamento acompanha constantemente o desenvolvimento das correções pela UFRN e, segundo informações repassadas pela equipe técnica daquela instituição, as soluções estão sendo tratadas como prioridade e devem ser entregues nos primeiros meses de 2016.

Diante disso, a fim de não comprometer a consistência de todas as contabilizações dos valores dos bens da PRF, por questão de segurança, entendeu-se que os registros de reavaliação só devem ser lançados no sistema a partir da correção do seu comportamento relação à apresentação dos dados de reavaliação e depreciação no RMB de cada Unidade Gestoras.

d) Informamos que neste momento o Órgão não possui sistema interno para cálculo da amortização ou registro de software. O sistema de controle patrimonial do Órgão é o SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio Administração de Contratos, oriundo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, instituição responsável pelo desenvolvimento técnico do sistema. A PRF diligenciará junto à UFRN com vistas a verificar a possibilidade de implantação das funcionalidades de amortização no SIPAC. Contudo, há necessidade de apoio e orientação do órgão de contabilidade para implantação dessa rotina na instituição.

Em relação ao tratamento contábil da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, este DPRF vem pleiteando, desde o exercício 2014, junto ao Ministério da Justiça, a criação de uma Seccional de Contabilidade específica para este Órgão. Após a criação da seccional e da metodologia esta PRF começará os trabalhos para implementação dos referidos lançamentos contábeis. Uma vez que se faz necessário ter uma equipe com conhecimentos específicos na área contábil para fazer tais lançamentos sem a probabilidade de se cometer grandes erros.

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.

O item acima, por orientação da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI/MJ será tratado no relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.

Quadro XXII

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	515.823.925,92	-
Ordinárias	1.856.168,21	-
Vinculadas	563.649.856,54	-
Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	563.649.856,54	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-49.682.098,83	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.836.596.516,29	-
Resultantes da Execução Orçamentária	6.531.156.246,70	-
Cota Recebida	-	-
Repasse Recebido	3.319.780.219,94	-
Sub-repasse Recebido	3.211.375.916,22	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-
Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	110,54	-
Independentes da Execução Orçamentária	305.440.269,59	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	245.233.436,48	-
Demais Transferências Recebidas	482.412,18	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	59.724.420,93	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	179.313.133,85	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.350.281,47	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	160.485.454,85	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-5.270.640,43	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	19.748.037,96	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	44,87	-
Arrecadação de Outra Unidade	11.060.234,63	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	8.687.758,46	-
Saldo do Exercício Anterior	39.348.712,94	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	39.348.712,94	-
TOTAL	7.571.082.289,00	-

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Despesas Orçamentárias	3.469.366.813,52	-
Ordinárias	874.493.207,72	-
Vinculadas	2.594.873.605,80	-
Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	621.835.915,35	-
Operação de Crédito	1.598.681.674,10	-
Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	374.325.557,25	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	30.459,10	-
Demais Recursos		-
Transferências Financeiras Concedidas	3.883.540.081,71	-
Resultantes da Execução Orçamentária	3.216.231.386,81	-
Cota Concedida		-
Repasse Concedido	4.855.360,05	-
Sub-repasse Concedido	3.211.375.916,22	-
Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido	110,54	-
Independentes da Execução Orçamentária	667.308.694,90	-
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	116.750.387,64	-
Demais Transferências Concedidas	302.412,18	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	550.255.895,08	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Despesas Extraorçamentárias	166.598.724,57	-
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	11.072.176,53	-
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	151.717.187,47	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.796.912,05	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	12.448,52	-
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	7.734,86	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	4.587,04	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados	126,62	-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
Saldo para o Exercício Seguinte	51.576.669,20	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.576.669,20	-
TOTAL	7.571.082.289,00	-

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	393.488.267,00	393.488.267,00	509.996.062,45	116.507.795,45
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.528.073,00	2.528.073,00	12.677.353,24	10.149.280,24
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	390.960.194,00	390.960.194,00	497.318.709,21	106.358.515,21
Multas e Juros de Mora	390.921.413,00	390.921.413,00	495.512.579,87	104.591.166,87
Indenizações e Restituições	38.781,00	38.781,00	1.720.228,65	1.681.447,65
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec.Decor.de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	85.900,69	85.900,69
RECEITAS DE CAPITAL	4.766.472,00	4.766.472,00	5.827.863,47	1.061.391,47
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	4.766.472,00	4.766.472,00	5.827.863,47	1.061.391,47
Alienação de Bens Móveis	4.766.472,00	4.766.472,00	5.827.863,47	1.061.391,47
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	398.254.739,00	398.254.739,00	515.823.925,92	117.569.186,92
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	398.254.739,00	398.254.739,00	515.823.925,92	117.569.186,92
DÉFICIT	-	-	2.953.542.887,60	2.953.542.887,60
TOTAL	398.254.739,00	398.254.739,00	3.469.366.813,52	3.071.112.074,52
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	27.308.000,00	27.308.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	27.308.000,00	27.308.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.177.460.255,00	3.425.248.805,00	3.385.846.592,72	3.294.835.733,30	3.291.564.362,41	39.402.212,28
Pessoal e Encargos Sociais	2.648.661.448,00	2.907.794.434,00	2.900.727.814,61	2.900.727.814,61	2.900.690.023,95	7.066.619,39
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	528.798.807,00	517.454.371,00	485.118.778,11	394.107.918,69	390.874.338,46	32.335.592,89
DESPESAS DE CAPITAL	107.421.598,00	116.194.034,00	83.520.220,80	14.045.625,37	12.966.714,79	32.673.813,20
Investimentos	107.421.598,00	116.194.034,00	83.520.220,80	14.045.625,37	12.966.714,79	32.673.813,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.284.881.853,00	3.541.442.839,00	3.469.366.813,52	3.308.881.358,67	3.304.531.077,20	72.076.025,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.284.881.853,00	3.541.442.839,00	3.469.366.813,52	3.308.881.358,67	3.304.531.077,20	72.076.025,48
TOTAL	3.284.881.853,00	3.541.442.839,00	3.469.366.813,52	3.308.881.358,67	3.304.531.077,20	72.076.025,48

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	34.222.471,62	97.304.872,47	62.772.509,18	62.581.725,31	2.678.173,82	66.267.444,96
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	34.222.471,62	97.304.872,47	62.772.509,18	62.581.725,31	2.678.173,82	66.267.444,96
DESPESAS DE CAPITAL	51.467.574,62	134.879.900,63	94.435.262,54	89.135.462,16	569.839,38	96.642.173,71
Investimentos	51.467.574,62	134.879.900,63	94.435.262,54	89.135.462,16	569.839,38	96.642.173,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	85.690.046,24	232.184.773,10	157.207.771,72	151.717.187,47	3.248.013,20	162.909.618,67

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	110.557,54	6.933.856,80	6.760.776,77	750,87	282.886,70
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.370,05	4.370,05	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	110.557,54	6.929.486,75	6.756.406,72	750,87	282.886,70
DESPESAS DE CAPITAL	17.919,48	4.308.203,14	4.311.399,76	-	14.722,86
Investimentos	17.919,48	4.308.203,14	4.311.399,76	-	14.722,86
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	128.477,02	11.242.059,94	11.072.176,53	750,87	297.609,56

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	315.075.644,54	158.026.243,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.576.669,20	39.348.712,94
Créditos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-
Clientes	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	247.049.362,18	102.812.261,35
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	16.449.613,16	15.865.269,42
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.017.151.778,16	1.007.109.961,29
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.881,40	1.881,40
Créditos a Longo Prazo	1.881,40	1.881,40
Créditos Tributários a Receber	-	-
Clientes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	1.881,40	1.881,40
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	1.003.252.926,99	994.910.145,27
Bens Móveis	640.106.305,20	670.604.285,56
Bens Móveis	740.850.942,26	670.604.285,56
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-100.744.637,06	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	363.146.621,79	324.305.859,71
Bens Imóveis	363.481.267,01	324.561.188,98
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-334.645,22	-255.329,27
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	13.896.969,77	12.197.934,62
Softwares	13.872.940,90	12.173.905,75
Softwares	13.872.940,90	12.173.905,75
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	24.028,87	24.028,87
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	24.028,87	24.028,87
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
Diferido	-	-
(-) Amortização Acumulada	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.332.227.422,70	1.165.136.205,00

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
PASSIVO CIRCULANTE	213.396.305,77	61.891.267,51
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	189.976.101,71	19.075.730,20
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.572.991,81	11.201.063,61
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.211,03	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões de Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	13.845.001,22	31.614.473,70
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	89.898,72	132.931,36
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões de Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	89.898,72	132.931,36
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	213.486.204,49	62.024.198,87
-		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	2.866.964,89	121.425,74
Resultados Acumulados	1.115.874.253,32	1.102.990.580,39
Resultado do Exercício	-3.489.083,36	-
Resultados de Exercícios Anteriores	1.102.990.580,39	1.102.990.580,39
Ajustes de Exercícios Anteriores	16.372.756,29	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.118.741.218,21	1.103.112.006,13

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	51.708.514,89	644.520.695,84	PASSIVO FINANCEIRO	341.183.759,55	901.081.322,75
ATIVO PERMANENTE	1.280.518.907,81	520.615.509,16	PASSIVO PERMANENTE	190.119.480,27	-521.594.042,12
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	800.924.182,88	785.648.924,37

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	97.381.933,87	115.699.332,39	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	325.504.460,13	299.916.278,24
Execução dos Atos Potenciais Ativos	97.381.933,87	115.699.332,39	Execução dos Atos Potenciais Passivos	325.504.460,13	299.916.278,24
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	23.428.991,47	19.986.976,10	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	28.183,54	28.183,54
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	73.713.905,46	95.473.319,35	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres	-	-
Direitos Contratuais a Executar	239.036,94	239.036,94	Obrigações Contratuais a Executar	325.476.276,59	299.888.094,70
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	97.381.933,87	115.699.332,39	TOTAL	325.504.460,13	299.916.278,24

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-66.433.296,11
Recursos Vinculados	-223.041.948,55
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-4.396.689,45
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-218.641.177,95
Demais Recursos	-4.081,15
TOTAL	-289.475.244,66

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	112.813.669,50	-
INGRESSOS	7.361.069.976,27	-
Receitas Derivadas e Originárias	509.996.062,45	-
Receta Tributária	-	-
Receta de Contribuições	-	-
Receta Patrimonial	-	-
Receta Agropecuária	-	-
Receta Industrial	-	-
Receta de Serviços	12.677.353,24	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	497.318.709,21	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	6.851.073.913,82	-
Ingressos Extraorçamentários	5.270.640,43	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	44,87	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.836.596.516,29	-
Amecação de Outra Unidade	11.060.234,63	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	8.687.758,46	-
DESEMBOLSOS	-7.248.256.306,77	-
Pessoal e Demais Despesas	-3.049.163.642,00	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-462.224,70	-
Administração	-10.686,39	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-1.933.962.699,11	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.110.144.243,66	-
Saúde	-9.996,79	-
Trabalho	-	-
Educação	-30.459,10	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-21.906,06	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-4.513.691,33	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Conto de Pagamento	-7.734,86	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-311.750.957,35	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-311.750.957,35	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-3.687.341.707,42	-
Despêndios Extraorçamentários	-3.796.912,05	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-3.883.540.081,71	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-4.587,04	-
Transferência de Amecação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-126,62	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015– DPRF/MJ

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-100.585.713,24	-
INGRESSOS	5.827.863,47	-
Alienação de Bens	5.827.863,47	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-106.413.576,71	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-102.508.768,04	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.904.808,67	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.227.956,26	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	39.348.712,94	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	51.576.669,20	-

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO DEZ(Encerrado)
 EMISSÃO 08/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Re emissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	121.425,74	1.102.990.580,39	-	-	1.103.112.006,13
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	19.141.783,81	-	-	19.141.783,81
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Re emissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	2.745.539,15	-2.769.027,52	-	-	-23.488,37
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-3.489.083,36	-	-	-3.489.083,36
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	2.866.964,89	1.115.874.253,32	-	-	1.118.741.218,21

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 07/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.541.657.240,46	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12.861.080,53	- 0%
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.861.080,53	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	33.006,00	- 0%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	33.006,00	- 0%
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Anuities do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	6.919.724.667,09	- 92%
Transferências Intragovernamentais	6.836.596.516,29	- 91%
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	83.128.150,80	- 1%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	52.273.396,00	- 1%
Reavaliação de Ativos	21.480.027,73	- 0%
Ganhos com Alienação	355.215,28	- 0%
Ganhos com Incorporação de Ativos	446.815,66	- 0%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	29.991.337,33	- 0%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	556.765.090,84	- 7%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	69.200,00	- 0%
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	556.695.890,84	- 7%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.545.146.323,82	-
Pessoal e Encargos	1.864.891.859,84	- 25%
Remuneração a Pessoal	1.467.188.437,88	- 19%
Encargos Patronais	305.297.146,18	- 4%
Benefícios a Pessoal	90.789.643,92	- 1%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.616.631,86	- 0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.109.625.687,17	- 15%
Aposentadorias e Reformas	846.727.583,53	- 11%
Pensões	262.186.498,14	- 3%
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	711.605,50	- 0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	466.294.739,53	- 6%
Uso de Material de Consumo	48.880.962,17	- 1%
Serviços	306.466.092,76	- 4%
Depreciação, Amortização e Exaustão	110.947.684,60	- 1%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	29.759.300,42	- 0%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	39.102,57	- 0%
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	29.720.197,85	- 0%
Anuities ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.948.865.836,36	- 52%
Transferências Intragovernamentais	3.883.540.081,71	- 51%
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	65.325.754,65	- 1%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	98.645.981,37	- 1%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.813.328,79	- 0%
Perdas com Alienação	19.167.315,85	- 0%
Perdas Involuntárias	295.949,91	- 0%
Incorporação de Passivos	5.609.596,42	- 0%
Desincorporação de Ativos	71.759.790,40	- 1%
Tributárias	496.798,95	- 0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	292.374,83	- 0%
Contribuições	204.424,12	- 0%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26.566.120,18	- 0%
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	26.566.120,18	- 0%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-3.489.083,36	- 0%

NOTAS EXPLICATIVAS		ÓRGÃO 30802 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Nº	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO
1	Demonstrações 2015/2014	<i>Em razão da alteração do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público ter sido implantado em 2015, apenas o Balanço Patrimonial apresenta o comparativo entre os saldos de 2014 e 2015. As demais Demonstrações contém apenas os dados de 2015.</i>
2	Consolidação	<i>As Demonstrações Contábeis foram extraídas do SIAFI conforme as UPC's do Anexo I da DN TCU 146/2015. Todas as Unidades Gestoras Executoras do Órgão 30802 - Polícia Rodoviária Federal compõem as Demonstrações Contábeis.</i>
3	Introdução ou Alteração de Práticas Contábeis	<i>A prática contábil de reconhecimento de provisões de adiantamentos envolvendo a folha de pagamento não foi adotada em 2015, sendo os ajustes efetuados em 2016. Foi verificado divergência no saldo da conta de 11.311.01.01 - 13º Salário Adiantamento, na UG 200230 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal Direção Geral. O saldo de R\$ 205milhões foi ajustado para R\$ 28 milhões.</i>
4	Resultados do Exercício	<i>O Resultado Patrimonial do Exercício de 2015 foi de R\$ - 3,5 milhões, sendo as Transferências Intragovernamentais representando o maior volume de Variações Patrimoniais Aumentativas, R\$ 6,8 bilhões (93% da VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas, em R\$ 3,9 bilhões (51% da VPD). As remunerações a pessoal somam R\$ 1,5 bilhão (19%) da VPD.</i>
5	Renúncias de Receita	<i>Não há registro de renúncias de receitas no Órgão 30802 (Polícia Rodoviária Federal).</i>
6	Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável	<i>As reavaliações foram feitas utilizando-se o valor justo. Os acréscimos no valor do ativo em decorrência de reavaliação foram registrados em contas de resultado e tiveram impacto na VPA, conta 46.111.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis. Houve contabilização de Variação Patrimonial Aumentativa decorrente da Reavaliação de Imobilizado nas Unidades Gestoras:</i> - 200115 - 4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - R\$ 12,6 milhões; - 200118 - 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - R\$ 1,5 milhão; - 200120 - 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - R\$ 2,2 milhões - 200123 - 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - R\$ 1,6 milhão; - 200126 - 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - R\$ 3,3 milhão; - 200127 - 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - R\$ 83,6 mil.

		<i>O total no Órgão foi de R\$ 21,5 milhões.</i>
7	<i>Conciliação de Imóveis</i>	<i>O controle dos valores de Bens Imóveis de Uso especial é realizado pela equação 0167, consultada pelo subsistema "Novo CPR", transação "CONDESAUD". Não houve inconsistência ao fim do exercício.</i>
8	<i>Variação Cambial</i>	<i>No Órgão 30.802 - Polícia Rodoviária Federal, não houve receita ou despesa por motivo de variação cambial em 2015.</i>
9	<i>Criação e Extinção de Órgãos e Unidades Gestoras</i>	<i>Não houve criação ou extinção de Unidades Gestoras na Polícia Rodoviária Federal - 30802.</i>
10	<i>Integrações de saldos contábeis</i>	<i>O Departamento de Polícia Rodoviária Federal participa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e está inserido no Balanço Geral da União - BGU.</i>
11	<i>Ajustes de exercícios Anteriores</i>	<i>Os valores contabilizados à conta 23.711.03.00 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, no exercício de 2015, somaram ao todo R\$ 16,4 milhões, nas Unidades:</i> <i>- 200111 - 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Atualização da Depreciação Acumulada lançada pela STN - R\$ 2,6 mil;</i> <i>- 200114 - 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Atualização da Depreciação Acumulada lançada pela STN - R\$ 2,3 mil;</i> <i>200115 - 4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Atualização da Depreciação Acumulada lançada pela STN - R\$ 551,06;</i> <i>200118 - 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Atualização da Depreciação Acumulada lançada pela STN - R\$ 1,9 mil;</i> <i>200120 - 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Atualização da Depreciação Acumulada lançada pela STN - R\$1,8 mil;</i> <i>200123 - 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Atualização da Depreciação Acumulada lançada pela STN - R\$ 2,7 mil;</i> <i>200126 - 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Atualização da Depreciação Acumulada lançada pela STN - R\$13 mil;</i> <i>200128 - 3ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Atualização da Depreciação Acumulada lançada pela STN - R\$ 2 milhões - Acerto contábil de baixa de viaturas;</i> <i>200130 - 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Atualização da Depreciação Acumulada lançada pela STN - R\$ 289,00;</i> <i>200230 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Baixa de 13º salário a pagar e férias referente a 2014.</i>
12	<i>Eventos Subseqüentes</i>	<i>Não há previsão de eventos subseqüentes que resultem em impacto representativo no Patrimônio do Órgão Superior 30000 - Ministério da Justiça.</i>

7 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.

7.1 - Gestão de Pessoas.

7.1.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade.

Estrutura de Pessoal da Unidade
Quadro – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	13983	10912	557	447
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	13983	10912	557	447
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	13983	10911	557	447
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	13983	10912	557	447

Fonte: DICAD/CGRH – Siape Dez 2015

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2252	8714
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2252	8714
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2251	8714
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	2252	8714

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	68	66	34	23
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	68	66	34	23
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	65	34	23
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	1	-	-
2. Funções Gratificadas	730	700	297	247
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	700	297	247
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	798	700	331	270

Fonte: DICAD/CGRH – Siape Dez 2015

7.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal.
Quadro – Despesas do pessoal
Quadro XXIV

Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
								790.537,11	23.396.246,98	24.186.784,00
Membros de poder e agentes políticos										
2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2015	2.050.240.976,51	1.889.121,20	178.349.467,68	70.160.270,43	102.003.996,94	46.962.742,95	4.980.314,09	760.729,28	23.377.341,42	2.454.586.889,80
2014	1.883.994.550,71	2.784.147,04	170.377.245,29	61.403.319,13	100.654.928,05	45.976.212,53	5.365.635,62	230.617,12	15.154.474,93	2.270.556.038,37
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2015	170.202,19	-	13.974,20	3.173,15	9.698,00	291,78	-	-	-	197.339,00
2014	180.771,9	-	14.831,90	10.120,34	15.666,00	-	4.716,30	-	-	226.106,44
Servidores cedidos com ônus										
2015	6.483.966,39	1.690,36	577.669,74	601.817,23	398.034,42	156.165,13	34.424,2	3.507,97	18.905,56	8.253.767,47
2014	6.201.659,35	76,44	501.836,49	519.315,48	442.248,86	158.398,12	29.230,94	3.966,00	14.707,76	7.852.765,68
Servidores com contrato temporário										
2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

7.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal.

Trata o presente relatório alusivo às atividades desenvolvidas pela Coordenação de Recursos Humanos – CGRH, com vistas a otimizar o fluxo de trabalho, além de incrementar a eficiência e eficácia na gestão. No entanto, para que possamos alcançar tal mister se faz necessário identificar possíveis riscos à obtenção dos resultados desejados.

Dentre os fatores encontrados nesta Coordenação que possam causar dificuldades no contínuo desenvolvimento das atividades, bem como gerar risco à gestão de pessoas, destaca-se:

- I – Inadequação ergonômica no ambiente de trabalho;
- II – Demanda administrativa excessiva;
- III – Baixo efetivo.

Primeiramente, considerando que a análise processual requer uma elevada concentração e ambiente de trabalho com conforto acústico e térmico, constata-se que a disposição do ambiente físico atual de trabalho está parcialmente inadequado, haja vista que propicia a existência de ruídos e a variação de temperatura, afetando a qualidade do trabalho e produtividade dos servidores.

Por seguinte, há que se destacar a elevada carga de trabalho apresentada em toda a CGRH, consorciada ao reduzido quadro de efetivo, que não tem sido condizente com o volume da demanda. A dificuldade em concluir atividades cotidianas, não é insatisfatória apenas aos gestores, mas também é motivo de reclamação do quadro funcional, gerando assim desmotivação no efetivo.

Em vista a solucionar as dificuldades apresentadas, a CGRH tem solicitado ao setor competente ajustes no ambiente físico de trabalho, de modo a melhor dinamizar as estações de trabalho e garantir melhores condições aos servidores; tem promovido a seleção e remoção de servidores, que atendam ao perfil profissiográfico diante das competências e atribuições da Coordenação, para ajustar as demandas existentes; tem realizado cursos de capacitação para as áreas, visando o aperfeiçoamento das competências de cada servidor; realizou a implementação do SEI que, apesar das dificuldades iniciais e do aumento das demandas decorrentes disso, tem propiciado a otimização das atividades cotidianas do RH por meio deste

sistema informatizado e promoverá o Encontro Nacional de Recursos Humanos neste ano, que terá por objetivo o alinhamento das atividades das unidades da Sede e das Regionais, melhorando os fluxos dos trabalhos. Tais ações além de minimizar e corrigir as dificuldades relatadas, vem propiciar melhores condições de trabalho e motivação aos servidores.

7.1.4 - Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.

7.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular).

Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade
Quadro XXV

Unidade Contratante						
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL						
UG/Gestão: 200109						
Informações sobre os Contratos						
Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
12/2011	Serviços de Contínuo	08.254.116/000169	03/05/11	02/05/16	Ensino Médio	Vigente
58/2011	Serviços de TI	06.033.739/000186	01/02/12	31/01/17	Ensino Superior	Vigente
28/2012	Serviços de Vigilância	06.311.155/000125	28/05/12	27/05/16	Ensino Médio	Vigente
13/2013	Serviços de Motorista Executivo	10.660.698/000125	30/04/13	29/04/16	Ensino Médio	Vigente
14/2013	Serviço de Motorista	10.660.698/000125	30/04/13	29/04/16	Ensino Médio	Vigente
02/2014	Serviço de Limpeza	37.063.013/000110	30/01/14	30/01/17	Sem exigência	Vigente
37/2014	Serviço de Jardinagem	36.831.212/000168	31/10/14	30/10/15	Ensino Fundamental	Vigente
38/2014	Serviço de Secretariado Executivo	08.307.120/000148	23/10/14	22/10/16	Ensino Superior	Vigente
51/2014	Serviço de Recepcionista	13.163.706/000116	06/01/15	05/07/16	Ensino Médio	Vigente

23/2015	Serviço de Garçom	04.477.223/000103	03/08/15	02/08/16	Ensino Fundamental	Vigente
41/2015	Serviço de Técnico em Secretariado	38.504.508/000145	27/11/15	26/11/16	Curso Técnico de nível médio	Vigente
02/2016	Manutenção dos Sistemas de Ar Condicionado	26.972.885/000184	25/01/16	25/01/16	Ensino Superior/Médio	Vigente

7.1.4.2 Contratação de Estagiários.

Quadro – Contratos de prestação de serviços estagiários

Quadro XXVI

Unidade Contratante						
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
UG/Gestão: 200109						
Informações sobre os Contratos						
Número/Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
40/2012	Serviço de Intermediação de Estágios	07.454.690/000106	10/07/12	11/04/16	Nível médio e Superior	Vigente
10/2014	Serviço de Intermediação de Estágios	07.136.551/000126	15/09/14	15/09/16	Nível médio e Superior	Vigente
2014	Contratação de Agente de Integração para prestar serviços educacionais (ESTÁGIO).	01.406.617/000147	09/09/14	08/09/16	Nível médio e Superior	Vigente
20/2014	Serviço de Intermediação de Estágios	61.600.839/000155	01/04/12	01/04/16	Nível médio e Superior	Vigente
2012	Serviços de agente de integração para o	61.600.839/000155	14/03/12	14/03/16	Nível médio e Superior	Vigente

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

	preenchimento de vagas de estágio.					
2015	Serviços de agente de integração para o preenchimento de vagas de estágio.	01.406.617/000174	26/03/15	26/03/16	Nível médio e Superior	Vigente
2015	Intermediação na contratação de estagiários.	03.986.163/000183	01/07/15	30/06/16	Nível médio e Superior	Vigente
2012	Intermediação de estágio	61.600.839/000155	23/04/12	22/04/16	Nível Fundamental, Médio e Superior	Vigente
2012	Prestação de serviços de agenciamento de integração para o preenchimento de vagas para estagiário.	61.600839/000155	02/04/12	01/04/16	Nível médio e Superior	Vigente
2014	Serviço continuado de intermediação de estágio não obrigatório	12.157.863/000156	01/12/14	01/12/16	Nível médio e Superior	Vigente
2011	Contratação de empresa de integração de estagiários junto à 10ªSRPRF/BA	07.136.551/000126	31/07/11	30/07/16	Nível médio e Superior	Vigente
17/2013	Serviço de intermediação de Estagiários para a 7ª SRPRF/PR	07.136.551/000126	31/12/13	30/12/16	Nível Superior	Vigente
2015	Contratação de intermediação de estágios não obrigatórios	01.406.617/000174	02/04/15	02/04/18	Nível médio e Superior	Vigente
2012	A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Agente de Integração para o preenchimento de vagas para estagiário	01.406.617.0001/74	01/05/12	01/05/17	Nível médio	Vigente

7.2 - Gestão do patrimônio e infraestrutura.**7.2.1 - Gestão do patrimônio imobiliário da União.***Distrito Federal – Sede da Polícia Rodoviária Federal***Quadro XXVII – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União**

Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2014
Brasil	Distrito Federal	2	2
	Brasília	2	2
Subtotal Brasil		2	2
Exterior	-	-	-
Subtotal exterior		-	-
Total (Brasil + exterior)		2	2

Fonte: SPUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Os imóveis em comento são:

1- A atual Sede da PRF, localizada no SPO Qd. 3, Lt. 5, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70610-200;

2- Garagem da PRF, localizado no SGON, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70610-650;

Há ainda sob utilização da UG 200109 o imóvel com as instalações do Hangar/PRF, localizado no Setor de Hangares do Aeroporto Internacional de Brasília, lotes 40/41, CEP 71608/900.

Os imóveis em comento são:

1 – A atual Sede do DPRF, localizada no Setor Policial Sul nº 05, Asa Sul, CEP 70610-200;

2 – Garagem do DPRF, localizado no Setor de Garagens Oficial Norte, Asa Norte, CEP 70610-650.

Há ainda sob utilização da UG 200109 o imóvel com as instalações do Hangar, localizado no Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Lotes 40/41, CEP 71.608-900. Este encontra-se alugado conforme Contrato nº 27/2014 celebrado entre a PRF e a Inframérica. O contrato tem a duração de 5 anos, num total de R\$ 6.426.000,00 dividido em 60 mensalidades de R\$ 107.100,00 cada. Vigência até 31/07/2019.

Por oportuno, salientamos que durante o exercício 2015 foi gasto pelo DPRF, com manutenção predial, o importe de R\$ 281.598,12 (duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e doze centavos), conforme dados descritos abaixo:

Contrato Administrativo nº 04/2012. Empresa prestadora: Objetiva Com. e Serv. em Construção Ltda ME CNPJ: 09.627.040/0001-32 – o contrato teve duração de apenas 9 meses em 2015, sendo extinto em setembro/2015.

Edificações mantidas:

a) Sede da PRF;

b) Garagem da PRF;

c) Hangar da PRF.

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		2015	2014
BRASIL	Anápolis	1	1
	Catalão	1	1
	Goiânia	7	7
	Hidrolândia	1	1
	Itumbiara	1	1
	Jataí	1	1
	Morrinhos	1	1
	Porangatu	2	2
	Rio Verde	1	1
	São Simão	1	1
	Uruaçu	1	1
	Subtotal Brasil	18	18
EXTERIOR		NÃO	NÃO
		NÃO	NÃO
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		18	18

Fonte: SPUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Estado de Goiás – 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200121	9221.00026.500-0	21	6	R\$ 1.153.153,41	1/8/2011	R\$ 1.152.153,41		
200121	9301.00023.500-4	21	3	R\$ 501.108,67	9/8/2013	R\$ 606.262,61		
200121	9373.00220.500-2	21	3	R\$ 439.212,57	12/8/2013	R\$ 413.867,33		
200121	9373.00288.500-3	21	5	R\$ 180.000,00	29/5/2014	R\$ 935.576,69		
200121	9373.00290.500-4	21	5	R\$ 634.504,88	29/5/2014	R\$ 935.576,69		
200121	9373.00289.500-9	21	5	R\$ 180.000,00	29/5/2014	R\$ 935.576,69		
200121	9373.00330.500-0	21	5	R\$ 3.805.187,71	29/5/2014	R\$ 4.610.090,36		
200121	9373.00332.500-1	21	6	R\$ 2.084.637,57	18/8/2014	R\$ 2.714.494,28		R\$ 87.850,00
200121	9373.00411.500-0	21	6	R\$ 1.200.000,00	18/8/2014	R\$ 1.812.960,00		
200121	9389.00004.500-4	21	3	R\$ 150.961,73	27/3/2013	R\$ 601.478,38		
200121	9425.00007.500-0	21	3	R\$ 1.335.850,89	9/8/2013	R\$ 1.221.866,63		
200121	9433.00018.500-1	21	4	R\$ 849.538,04	13/8/2013	R\$ 826.958,04		
200121	9473.00041.500-6	21	3	R\$ 451.495,85	13/8/2013	R\$ 625.140,34		
200121	9555.00006.500-3	21	3	R\$ 849.937,63	11/7/2011	R\$ 1.042.145,11		
200121	9555.00012.500-6	21	6	R\$ 380.964,92	14/8/2013	R\$ 430.014,52		
200121	9571.00022.500-2	21	4	R\$ 228.612,57	14/8/2013	R\$ 257.782,84		
200121	9605.00002.500-1	21	6	R\$ 841.787,21	12/8/2013	R\$ 854.715,87		
200121	9633.00020.500-5	21	6	R\$ 405.717,37	16/8/2013	R\$ 441.012,42		
Total							R\$ 0,00	R\$ 87.850,00

Fonte:

1- UNIDADE OPERACIONAL EM ANÁPOLIS, RODOVIA BR 060, KM 97, BARRIO INDUSTRIAL, ANÁPOLIS
2- UNIDADE OPERACIONAL EM CATALÃO, RODOVIA BR 050, KM 286, ZONA RURAL, CATALÃO
3- UNIDADE OPERACIONAL EM GOIÂNIA, RODOVIA BR 153, ZONA RURAL, GOIÂNIA
4- SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS, AV. 24 DE OUTUBRO, QD. P-46, LT. 19, SETOR DOS FUNCIONÁRIOS, GOIÂNIA, CEP: 74.505-011
5- SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS, AV. 24 DE OUTUBRO, QD. P-46, LT. 18, SETOR DOS FUNCIONÁRIOS, GOIÂNIA, CEP: 74.505-011
6- SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS, AV. 24 DE OUTUBRO, QD. P-46, LT. 20, SETOR DOS FUNCIONÁRIOS, GOIÂNIA, CEP: 74.505-011
7- SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS, RUA P-33 A, QD. P-46, LT. 4, SETOR DOS FUNCIONÁRIOS, GOIÂNIA, CEP: 74.505-011
8- DELEGACIA DE GOIÂNIA, CHACARAS N. SENHORA DA PIEDADE, LT. 35, JARDIM GUANABARA 1, GOIÂNIA, CEP 74.675-090
9- DELEGACIA DE GOIÂNIA, CHACARAS N. SENHORA DA PIEDADE, LT. 36, JARDIM GUANABARA 2, GOIÂNIA, CEP 74.675-090
10- UNIDADE OPERACIONAL EM HIDROLÂNDIA, RODOVIA BR 153, KM 523, ZONA RURAL, HIDROLÂNDIA, CEP: 75.340-000
11- UNIDADE OPERACIONAL EM ITUMBARA, RODOVIA BR 153, KM 688, ZONA RURAL, ITUMBARA, CEP 75.500-000
12- UNIDADE OPERACIONAL EM JATAÍ, RODOVIA BR 364, KM 192, ZONA RURAL, JATAÍ, CEP 75.800-000
13- UNIDADE OPERACIONAL EM MORRINHOS, RODOVIA BR 153, KM 610, ZONA RURAL, MORRINHOS, CEP 75.650-000
14- DELEGACIA DE PORANGATU, AV. ADELINO AMÉRICO DE AZEVEDO C/ RUA 13-B, N.º 261, CENTRO, PORANGATU, CEP 76.550-000
15- UNIDADE OPERACIONAL EM PORANGATU, RODOVIA BR 153, KM 678, ZONA RURAL, PORANGATU, CEP 76.550-000
16- UNIDADE OPERACIONAL EM RIO VERDE, RODOVIA BR 060, KM 390, ZONA RURAL, RIO VERDE, CEP 75.900-000
17- UNIDADE OPERACIONAL EM SÃO SIMÃO, RODOVIA BR 012, ZONA RURAL, SÃO SIMÃO, CEP 75.890-000
18- UNIDADE OPERACIONAL EM URUAGUÁ, RODOVIA BR 153, KM 194, ZONA RURAL, URUAGUÁ, CEP 76.400-000

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

UG: É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que se utiliza do imóvel.

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Unidade

- 1 UOP em Anápolis
- 2 UOP em Catalão
- 3 UOP em Goiânia
- 4 SEDE 1.ª SRPRF
- 5 SEDE 1.ª SRPRF
- 6 SEDE 1.ª SRPRF
- 7 SEDE 1.ª SRPRF
- 8 1.ª DEL
- 9 1.ª DEL (terreno)
- 10 UOP em Hidrolândia
- 11 UOP em Itumbara
- 12 UOP em Jataí
- 13 UOP em Morrinhos + 3.ª DEL
- 14 7.ª DEL
- 15 UOP em Porangatu
- 16 UOP em Rio Verde
- 17 UOP em São Simão
- 18 UOP em Uruaçu

Estado do Mato Grosso – 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO			
Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2014
BRASIL		MATO GROSSO	
Município - Pontes e Lacerda		2	2
Município - Alto Garças		1	1
Município - Barra do Garças		1	1
Município - Cáceres		1	1
Município - Cuiabá		2	2
Município - Diamantino		1	1
Município - Itiquira		1	1
Município - Poconé		1	1
Município - Rondonópolis		1	1
Município - Água Boa		1	1
Município - Campo Verde		1	1

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

	Município - Primavera do Leste	1	1
	Município - Itaúba	1	1
	Município - Sorriso	1	1
	Subtotal Brasil	15	15
	Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	16	16

Fonte: SPIUNET

O imóvel sede da 2ª SRPRF/MT (pertencente a 11ª UNIT/MT, localizado no Município de Cuiabá/MT) se encontra em processo de regularização junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso, por meio do desmembramento da área.

DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA 2ª SRPRF/MT

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício com	
				Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Reavaliado (R\$)	Reformas (R\$)	Manutenção (R\$)
200120	8999.00008.500-6	4	4	3.015.928,84	17/07/2015	715.371,34	0	0
	8999 00009.500-1	4	4	154.086,83	17/07/2015	375.229,34	1.102.491,18	0
	9007.00037.500-0	4	4	195.457,18	17/07/2015	394.337,99	0	0
	9035.00020.500-3	4	6	72.671,41	17/07/2015	138.060,51	0	0
	9047.00143.500-6	4	5	78.831,17	17/07/2015	125.899,86	69.918,21	84.071,76
	9067.00229.500-8	4	3	235.181,75	17/07/2015	522.971,67	0	0
	9069.00023.500-4	12	3	96.528,36	17/07/2015	552.565,70	0	0
	9091.00002.500-6	4	4	97.990,93	17/07/2015	173.022,04	0	0
	9129.00014.500-2	4	4	57.889,46	17/07/2015	387.987,56	0	0
	9151.00048.500-4	4	4	449.492,63	17/07/2015	520.381,56	0	0
	9155.00005.500-2	4	4	102.963,22	17/07/2015	390.394,16	0	0
	9191.00006.500-4	12	6	342.123,67	17/07/2015	122.324,01	162.315,56	169.008,97
	9871.00002.500-2	12	4	84.287,20	17/07/2015	165.913,94	0	0
	9901.00031.500-6	12	4	62.886,47	17/07/2015	228.332,44	0	0
	9907.00006.500-9	12	4	539.603,41	17/07/2015	454.498,38	0	0
TOTAL (R\$)							1.334.724,95	253.080,73

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

De acordo com o Art. 85 do Anexo I da Portaria MJ nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 (Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal), o Núcleo de Patrimônio e Material no âmbito da 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal é responsável pela gestão dos bens imóveis, sejam eles próprios ou locados de terceiros.

Não há um sistema próprio do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para gerir os imóveis da 2ª SRPRF/MT. O sistema utilizado é o SPIUNET do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG.

A promoção da avaliação de bens imóveis da União é de competência da Superintendência do Patrimônio da União, conforme Portaria MPOG nº 232, de 3 de agosto de 2005 (Regimento Interno).

Após efetuada a avaliação, a atualização no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União é de competência regimental do Núcleo de Patrimônio e Material da 2ª SRPRF/MT, que informa as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência.

Com relação as despesas nos imóveis da Regional no exercício 2015, consta o valor com manutenção de R\$ 135.524,39 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) no imóvel sede da 2ª SRPRF/MT (pertencente a 11ª UNIT/MT), todavia o imóvel ainda se encontra em regularização junto SPU/MT, por isso não se encontra cadastrado no SPIUnet.

Também consta despesa de R\$ 152.618,24 (cento e cinquenta e dois mil seiscentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos) relativo ao contrato nº 06/2015, celebrado com a empresa K.S CONTROLE DE PRAGAS E SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 05.353.957/0001-35, cujo escopo é a prestação de serviços de desinsetização e desratização em geral e serviço de capina química com herbicida domissanitário para controle de pragas e ervas daninhas na Sede, unidades operacionais e administrativas da 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso.

Não contamos com cessão de espaço físico em imóvel da União sob responsabilidade da 2ª SRPRF, nem muito menos imóveis funcionais da União.

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
	MATO GROSSO DO SUL	28	28
	0143 – NOVA ALVORADA DO SUL	1	1
	9003 – AGUA CLARA	1	1
	9013 - ANÁSTACIO	2	2
	9037 - BATAGUASSU	2	2
	9051 – CAMPO GRANDE	3	3
	9063 - CORUMBÁ	1	1
	9065 - COXIM	2	2
BRASIL	9073 DOURADOS	2	2
	9081 – GUIA LOPES DA LAGUNA	1	1
	9097 - JARAGUARI	1	1
	9111 - MIRANDA	1	1
	9123 – NOVA ANDRADINA	1	1
	9125 - PARANAÍBA	1	1
	9131 – PONTA PORÃ	1	1
	9143 – RIO BRILHANTE	1	1
	9159 - TERNOS	1	1
	9165 – TRÊS LAGOAS	3	3
	9179 – MUNDO NOVO	2	2
	9809 – SÃO GABRIEL DO OESTE	1	1
Subtotal Brasil		28	28
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		28	28

Fonte: SPUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	MINAS GERAIS	48	48
	FERVEDOURO	1	1
	ARAGUARI	1	1
	ARAXÁ	1	1
	TRÊS MARIAS	1	1
	BELO ORIENTE	1	1
	BETIM	1	1
	BOM DESPACHO	1	1
	CARATINGA	1	1
	CAXAMBU	1	1
	CONCONHAS	1	1
	CÓRREGO DANTA	1	1
	FRUTAL	1	1
	GOVERNADOR VALADARES	2	2
	ITAOBIM	1	1
	ITATIAIUÇU	1	1
	JAGUARAÇI	1	1
	JOÃO MONLEVADE	1	1
	JOÃO PINHEIRO	2	2
	JUIZ DE FORA	2	2
	LEOPOLDINA	2	2
	MANHUACU	1	1
	MONTE ALEGRE DE MINAS	1	1
	MONTES CLAROS	1	1
	MURIAE	1	1
	OLIVEIRA	1	1
	PARACATU	1	1
	PATOS DE MINAS	1	1
	PERDÕES	1	1
	POÇOS DE CALDAS	1	1
	POUSO ALEGRE	2	2
	POUSO ALTO	1	1
	PRATA	1	1
	RIO CASCA	1	1
	SABARÁ	1	1
	SÃO LOURENÇO	1	1
	SETE LAGOAS	1	1
	TEÓFILO OTONI	2	2
	TRÊS CORAÇÕES	1	1
	UBERABA	2	2
	UBERLÂNDIA	2	2
Subtotal Brasil		48	48
EXTERIOR		0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		48	48

Fonte: SPUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF RJ		
	Campos dos Goytacazes	2	2
	Resende	1	2
	Paraíba do Sul	1	1
	Piraí	1	1
	Barra do Piraí	2	2
	Magé	2	2
	Duque de Caxias	2	2
	Paracambi	1	1
	Casimiro de Abreu	1	1
	Barra Mansa	1	1
	Angra dos Reis	1	1
	Rio Bonito	1	1
	Rio de Janeiro	2	2
	Sapucaia	1	1
	Teresópolis	1	1
	Volta Redonda	1	1
	Itatiaia	2	1
	Petrópolis	1	1
	Paraty	2	2
	Três Rios	1	1
	Itaguaí	1	1
	Seropédica	1	1
	São Gonçalo	1	1
	Subtotal Brasil	30	30
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	30	30

Fonte: SPUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	São Paulo – 6ª SRPF – UG: 200117	30	32
	Município: 2957 – Vargem	1	1
	Município: 2967 - Cajati	1	1
	Município: 6149 - Aparecida	1	1
	Município: 6177 - Arujá	1	1
	Município: 6181 - Atibaia	1	1
	Município: 6207 - Barra do Turvo	1	1
	Município: 6271 - Caçapava	1	1
	Município: 6273 - Cachoeira Paulista	1	1
	Município: 6445 - Guaiçara	1	1
	Município: 6477 - Guarulhos	2	2
	Município: 6545 - Itapeverica da Serra	4	4
	Município: 6633 - Lavrinhas	1	1
	Município: 6681 - Marília	1	1
	Município: 6699 - Miracatu	1	1
	Município: 6761 – Nova Granada	1	1
	Município: 6795 - Ourinhos	1	1
	Município: 6871 - Piquete	1	1
	Município: 6953 - Registro	1	2
	Município: 6987 - Roseira	1	1
	Município: 7097 - S. José do Rio Preto	1	2
	Município: 7099 - S. José dos Campos	1	1
	Município: 7107 - São Paulo	2	2
	Município: 7183 - Taubaté	2	2
	Município: 7209 - Ubatuba	1	1
Subtotal Brasil		30	32
EXTERIOR			
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		30	32

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Estado do Paraná – 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Paraná	5	6
	Curitiba	1	2
	Colombo	1	1
	Guarapuava	1	1
	Cascavel	1	1
	Foz do Iguaçu	1	1
Subtotal Brasil		5	6
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	6

Fonte: SPIUNET.

Em relação a redução de imóveis sob utilização da UJ, ocorreu após a conclusão da construção da nova sede da 7SRPRF/PR. O imóvel restituído à Secretaria do Patrimônio da União - SPU - está identificado sob RIP 7535002435007.

*Estado de Santa Catarina – 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal***Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	SANTA CATARINA	29	29
	Araguariá	1	1
	Barra Velha	1	1
	Biguaçu	1	1
	Blumenau	1	1
	Campos Novos	1	1
	Catanduvas	1	1
	Concórdia	1	1
	Florianópolis	1	1
	Guarua	1	1
	Guaraciaba	1	1
	Guaramirim	1	1
	Itaiópolis	1	1
	Itapema	1	1
	Joaçaba	1	1
	Lages	2	2
	Mafra	1	1
	Maravilha	1	1
	Paulo Lopes	1	1
	Ponte Alta	1	1
	Rancho Queimado	1	1
	Rio do Sul	1	1
	Rio Negrinho	1	1
	Santa Cecília	1	1
	São José	3	3
	Tubarão	1	1
	Xanxerê	1	1
Subtotal Brasil		29	29
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		29	29

Estado do Rio Grande do Sul – 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Rio Grande do Sul	43	43
	Município : 1016 – TABAI	1	1
	Município : 7333 - TERRA DE AREIA	1	1
	Município : 7375 - PANTANO GRANDE	1	1
	Município : 8423 - ELDORADO DO SUL	2	2
	Município : 8507 - ALEGRETE	1	1
	Município : 8525 - ARROIO GRANDE	1	1
	Município : 8531 - BAGE	1	1
	Município : 8555 - CACAPAVA DO SUL	1	1
	Município : 8569 - CAMAQUA	1	1
	Município : 8591 - CARAZINHO	1	1
	Município : 8599 - CAXIAS DO SUL	1	1
	Município : 8619 - CRUZ ALTA	1	1
	Município : 8629 - DOM PEDRITO	1	1
	Município : 8637 - ERECHIM	1	1
	Município : 8683 - GRAVATAI	1	1
	Município : 8705 - IJUI	1	1
	Município : 8727 - LAGOA VERMELHA	1	1
	Município : 8729 - LAJEADO	1	1
	Município : 8749 - MONTENEGRO	1	1
	Município : 8767 - NOVA PETROPOLIS	1	1
	Município : 8773 - OSORIO	1	1
	Município : 8785 - PASSO FUNDO	1	1
	Município : 8791 - PELOTAS	1	1
	Município : 8793 - PINHEIRO MACHADO	1	1
	Município : 8801 - PORTO ALEGRE	1	1
	Município : 8815 - RIO GRANDE	1	1
	Município : 8831 - ROSARIO DO SUL	1	1
	Município : 8841 - SANTA MARIA	1	1
	Município : 8845 - SANTANA DO LIVRAMENTO	1	1
	Município : 8849 - SANTA VITORIA DO PALMAR	1	1
	Município : 8851 - SANTIAGO	1	1
	Município : 8855 - SANTO ANTONIO DA PATRULHA	1	1
	Município : 8863 - SAO BORJA	1	1
	Município : 8869 - SAO GABRIEL	1	1
	Município : 8877 - SAO LEOPOLDO	1	1
	Município : 8883 - SAO MARCOS	1	1
	Município : 8903 - SARANDI	1	1
	Município : 8905 - SEBERI	1	1
	Município : 8919 - SOLEDADE	1	1
	Município : 8933 - TORRES	1	1
	Município : 8951 - URUGUAIANA	1	1
	Município : 8953 - VACARIA	1	1
	Município : 8959 - VERANÓPOLIS	0	1
	Município : 8541- BENTO GONÇALVES	0	1
	Subtotal Brasil	43	45
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	43	45

*Estado da Bahia – 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal***Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	BAHIA	26	26
	Simões Filho	1	1
	Alagoinhas	1	1
	Santos Antônio de Jesus	1	1
	Feira de Santana	3	3
	Jequié	1	1
	Milagres	1	1
	Capim Grosso	1	1
	Senhor do Bonfim	1	1
	Itabuna	1	1
	Camacan	1	1
	Gandú	1	1
	Ibotirama	1	1
	Itaberaba	1	1
	Seabra	1	1
	Paulo Afonso	1	1
	Ribeira do Pombal	1	1
	Vitória da Conquista	1	1
	Encruzilhada	1	1
	Poções	1	1
	Eunápolis	1	1
	Itamaraju	1	1
	Teixeira de Freitas	1	1
	Porto Seguro	1	1
	Barreiras	1	1
Subtotal Brasil		26	26
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		26	2

Fonte: SPUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Os imóveis em comento são:

Item	Unidade	RIP
1	Posto Prf de Capim Grosso	3083.00002.500-2
2	Delegacia e Posto PRF de Eunápolis	3117.00016.500-7
3	Posto PRF de Alagoinhas	3313.00009.500-9
4	Delegacia e Posto PRF de Barreiras	3363.00019.500-0
5	Posto PRF de Camacan	3411.00006.500-2
6	Posto PRF da Divisa	3507.00068.500-9
7	Posto PRF de Feira Norte	3515.00091.500-5
8	Posto PRF de Humildes	3515.00093.500-6
9	Delegacia e Posto PRF de Feira de Santana	3515.00158.500-9
10	Posto PRF de Gandu	3523.00045.500-5
11	Posto PRF de Ibotirama	3565.00002.500-6
12	Posto PRF de Itaberaba	3595.00018.500-5
13	Delegacia e Posto PRF de Itabuna	3597.00026.500-5
14	Posto PRF de Ubaitaba	3597.00027.500-0
15	Posto PRF de Itamaraju	3613.00008.500-2
16	Delegacia e Posto PRF de Jequié	3661.00094.500-1
17	Posto PRF de Milagres	3727.00029.500-3
18	Posto PRF de Itaberaba	3781.00083.500-2
19	Posto PRF de Ribeira do Pombal	3833.00005.500-3
20	Posto PRF de Santo Antonio de Jesus	3873.00004.500-7
21	Delegacia e Posto PRF de Feira de Seabra	3897.00002.500-3
22	Delegacia e Posto PRF de Feira de Senhor do Bonfim	3901.00016.500-1
23	Delegacia e Posto PRF de Simões Filho	3913.00041.500-1
24	Delegacia e Posto PRF de Vitória da Conquista	3965.00039.500-3
25	Posto PRF de Teixeira de Freitas	3993.00010.500-0
26	Posto PRF de Porto Seguro	Sem RIP

O Quadro A.8.2.1, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, foi organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2015 e 2014, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Neste quadro foram listados 26 imóveis, ficando de fora apenas o imóvel alugado, situado em Salvador-BA e que está sendo utilizado como sede da 10ª SRPRF

*Estado de Pernambuco – 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal***Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF PERNAMBUCO-PE	23	23
	2331 – BELÉM DE SÃO FRANCISCO	1	1
	2357 – CABO DE STO AGOSTINHO	1	1
	2379 – CARPINA	1	1
	2381 – CARUARU	1	1
	2413 – FLORESTA	1	1
	2419 – GARANHUNS	1	1
	2427 – GRAVATÁ	1	1
	2435 – IGARASSU	1	1
	2487 – MORENO	1	1
	2497 – OURICURI	1	1
	2521 – PETROLINA	3	3
	2529 – QUIPAPA	1	1
	2531 – RECIFE	2	2
	2535 – RIBEIRÃO	1	1
	2543 – SALGUEIRO	1	1
	2551 – SANTA Mª DA BOA VISTA	1	1
	2561 – SÃO CAITANO	1	1
	2577 – SERRA TALHADA	2	2
	2581 – SERTANIA	1	1
	Subtotal Brasil	23	23
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		23	23

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Análise crítica

* É importante ressaltar o parecer nº 796/2012/CJU-PE/CGU/AGU, que desclassifica os até então imóveis utilizados por esta UJ para meras benfeitorias das faixas de domínio administradas pelo DNIT. Este parecer, inclusive termina por informar que não caberia à Secretaria de Patrimônio da União gerir esses imóveis utilizados pela 11ª SRPRF/PE, mas sim ao DNIT. Por este motivo, o NUPAT/PE enviou memorando solicitando encaminhamento ao setor jurídico da UJ para as providências cabíveis a fim de esclarecer definitivamente esses entraves jurídico-administrativos, que nos impedem, desde então, de efetuar todas as providências para regularização definitiva dos imóveis desta regional.

* Assim, pelos motivos acima expostos, a regularização final está ainda sem previsão de conclusão. Aguardamos retorno de todas as solicitações efetuadas para podermos dar prosseguimento aos procedimentos.

*Estado do Espírito Santo - 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal***Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF ESPÍRITO SANTO-ES	10	10
	5705 – Vitória	1	1
	5701 – Viana	1	1
	5709 – Ibatiba	1	1
	5699 – Serra	1	1
	5649 – Ibirapu	1	1
	5647 – Guarapari	1	1
	5623 - Cachoeiro do Itapemirim	1	1
	5663 – Linhares	2	2
	5697 - São Mateus	1	1
	Subtotal Brasil	10	10
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		10	10

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Análise crítica

A Gestão de Imóveis encontra-se em fase de implementação no âmbito desta UJ. Paulatinamente vem sendo aplicado o Princípio da Segregação de Funções, com vistas à maior eficiência e efetividade dos processos de trabalho e da atuação dos Órgãos de Controle Interno e Externo, bem como do Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização, da própria Regional.

Os registros dos imóveis no SPIUNET continuam em processo de reavaliação por iniciativa própria desta UJ, com a devida anuência da SPU/ES.

Existem ainda pendências no processo de regularização de documentos por parte da SPU/ES, em decorrência de questionamentos por parte do DNIT quanto a transferências para a União dos imóveis do extinto DNER. Não obstante, a atualização do valor dos imóveis foi realizada em 08 (oito) dos 10 imóveis, permanecendo a necessidade de atualização de avaliação de 02 (dois) dos imóveis restantes.

Tal atualização só se tornou possível devido à condescendência tanto da SPU quanto da própria CGU, ao permitir que os critérios utilizados na avaliação dos imóveis ocorressem de forma expedita, considerando os índices venais fornecidos pelas Prefeituras onde se localizam os imóveis.

Entretanto, após reiteradas consultas e diligências junto às Prefeituras, restaram ainda duas que não forneceram os índices solicitados, razão pela qual os respectivos imóveis não puderam ter seus valores atualizados.

De qualquer modo, convém ressaltar que, pelo fato da atualização de todos os imóveis desta UJ encontrarem-se sob acompanhamento direto da CGU, foi concedido o prazo final até o dia 20/03/2016 para a conclusão dos trabalhos.

*Estado de Alagoas – 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO*

Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2014
BRASIL	ALAGOAS		
	Município - Atalaia	1	1
	Município - Canapi	1	1
	Município - Maceió	2	2
	Município - Novo Lino	1	1
	Município - Palmeira dos Índios	1	1
	Município - São Miguel dos Campos	1	1
	Município - São Sebastião	1	1
	Município - União dos Palmares	1	1
	Subtotal Brasil	9	9
	Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	9	9

Fonte: SPIUNET/SAF

Estado do Alagoas – 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

1 – Imóvel em Atalaia: Funciona a UOP de Atalaia, Posto 01 da Delegacia 01, situada na BR 316, km 247..

2 – Imóvel em Canapi: Funciona a UOP de Carié, Posto 02 da Delegacia 03, situada no entrocamento das BRr's 316 e 423, km 49 e km 25.

3 – Imóveis em Maceió: Funciona a Sede da Superintendência Regional da PRF em Alagoas, situada na Avenida Durval de Goes Monteiro, Nº 2882, Tabuleiro do Martins e Sede a 1ª Delegacia, entrocamento da BR 104 com a br 316, km 97 e km 275.

4 – Imóvel em Novo Lino: Funcionava uma UOP da primeira Delegacia, mas foi desativada em 2012 e está em processo de devolução para a SPU.

5 – imóvel em palmeira dos índios: Funciona a sede da terceira delegacia e a uop 01 da mesma (uop palameira dos índios), situada na BR316, km 152.

6 – Imóvel em São miguel dos Campos: Funciona a Sede da Segunda DELEGACIA e a UOP01 da mesma (UOP São Miguel dos Campos), situada na BR101, km 137.

7 – Imóvel em São Sebastião: Funciona a UOPde São Sebastião, Posto 02 da Segunda Delegacia, situada na BR 101, km 206.

8 – Imóvel em União dos Palmares: Funciona a UOPde União dos Palmares, Posto 02 da Primeira Delegacia, situada na BR 104, km 36.

Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício com	
				Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Reavaliado (R\$)	Reformas (R\$)	Manutenção (R\$)
200129	2707.00008.500-9	21	4	84.455,15	01/03/2012	84.455,15	-----	-----
	2713.00005.500-5	21	5	63.824,22	01/03/2012	63.824,22	-----	-----
	2785.00301.500-3	21	3	2.841.525,45	01/03/2012	2.841.525,45	-----	51.890,73
	2785.00353.500-7	21	4	2.382.819,10	01/03/2012	2.382.819,10	-----	-----
	2811.00004.500-1	12	7	67.194,01	01/03/2012	67.194,01	-----	-----
	2825.00020.500-9	21	4	498.114,33	01/03/2012	498.114,33	-----	-----
	2871.00014.500-0	21	4	245.198,12	01/03/2012	245.198,12	-----	-----
	2875.00006.500-9	21	4	580.519,81	01/03/2012	580.519,81	-----	-----
	2885.00035.500-4	21	3	136.600,71	01/03/2012	136.600,71	-----	-----
TOTAL (R\$)								51.890,73

Fonte: SPIUNET

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura

12 – Em regularização – Outros

2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso
<i>Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:</i>	
1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

Fonte: SPIUNET

De acordo com o Art. 85 do Anexo I da Portaria MJ nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 (Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal), o Núcleo de Patrimônio e Material no âmbito da 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal é responsável pela gestão dos bens imóveis, sejam eles próprios ou locados de terceiros.

Não há um sistema próprio do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para gerir os imóveis da SRPRF/AL. O sistema utilizado é o SPIUNET do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG.

A promoção da avaliação de bens imóveis da União é de competência da Superintendência do Patrimônio da União, conforme Portaria MPOG nº 232, de 3 de agosto de 2005 (Regimento Interno).

A gestão de patrimônio é feita de forma limitada, tendo em vista a carência de servidores com formação que habilite a atualizar rigorosamente as informações no SPIUNET e os registros contábeis. A Unidade Operacional de Novo Lino, não mais de interesse operacional, está em processo de devolução do imóvel a SPU.

Importa salientar que no exercício de 2015 não foi realizado avaliação de valores do imóvel sob gestão da Unidade, embora a UG possua Agente de Infraestrutura Predial não houve capacitação deste para executar este serviço.

Com relação as despesas nos imóveis da Regional no exercício 2015, consta o valor com manutenção de R\$ 51.890,73 (cinquenta e um mil, oitocentos e noventa reais e setenta e três centavos) no anexo onde funciona o NUPAT e NUINT, na sede da SRPRF/AL.

Não contamos com cessão de espaço físico em imóvel da União sob responsabilidade da 13ª SRPRF, nem muito menos imóvel funcionais da União.

*Estado da Paraíba – 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal***Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	PARAÍBA	14	13
	Município 1937 – Bayeux	1	1
	Município 1975 – Cajazeiras	1	1
	Município 1981 – Campina Grande	3	3
	Município 2051 – João Pessoa	1	0
	Município 2079 – Mamanguape	1	1
	Município 2117 – Patos	1	1
	Município 2125 – Pedras de Fogo	1	1
	Município 2131 – Pilar	1	1
	Município 2143 – Pombal	1	1
	Município 2151 – Queimadas	1	1
	Município 2155 – Remígio	1	1
	Município 2199 – São Mamede	1	1
	Subtotal Brasil	14	13
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		14	2

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Estado do Rio Grande do Norte – 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Acari	1	1
	Campo Redondo	1	1
	Ceará Mirim	1	1
	Lages	1	1
	Macaíba	1	1
	Mossoró	3	3
	Lages	1	1
	Natal	3	3
	São José de Mipibú	1	1
	São Gonçalo do Amarante	1	
	Caicó	1	
Subtotal Brasil		15	13

OBSERVAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO.

O imóvel sede da 15ª SRPRF/RN encontra-se regularizado e com valores atualizados junto à Superintendência do Patrimônio da União no RN.

De acordo com o Art. 85 do Anexo I da Portaria MJ nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 (Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal), o Núcleo de Patrimônio e Material no âmbito da 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal é responsável pela gestão dos bens imóveis, sejam eles próprios ou locados de terceiros.

Não há um sistema próprio do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para gerir os imóveis da 15ª SRPRF/MT. O sistema utilizado é o SPIUNET do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG.

A promoção da avaliação de bens imóveis da União é de competência da Superintendência do Patrimônio da União, conforme Portaria MPOG nº 232, de 3 de agosto de 2005 (Regimento Interno).

Após efetuada a avaliação, a atualização no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União é de competência regimental do Núcleo de Patrimônio e Material da 15ª SRPRF/RN, que informa as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência.

Com relação as despesas nos imóveis da Regional no exercício 2015, foram investidos R\$ 52.685,71 aplicados no posto de São José do Mipibu, e no posto de Macaíba estes que participam do acervo imobiliário da 15ª SRPRF/RN.

Não contamos com cessão de espaço físico em imóvel da União sob responsabilidade da 15ª SRPRF, nem muito menos imóveis funcionais da União.

O acervo patrimonial da 15ª SRPRF/RN tem estreita ligação com a unidade administrativa do DNIT no RN. Trata-se que pelo histórico da Polícia Rodoviária Federal, esta originou-se dos quadros de servidores daquele órgão. Assim, quando da separação administrativa dos órgãos alguns bens móveis e imóveis foram cedidos, doados ou emprestados para a nova unidade da PRF no RN.

Em contato com o setor de Infraestrutura da 15ª SRPRF/RN fomos informados que em virtude da inauguração de dois novos postos de polícia Rodoviária no RN nas cidades de Caicó e São Gonçalo do Amarante. As antigas unidades foram reencaminhadas para o DNIT. Ao chegarem lá, foi percebido que não havia registro destes imóveis dentre os seus tombamentos ficando como único registro o cadastro realizado pela 15ª SPRF/RN no sistema SPIUNET. Assim, devido à perda de interesse da PRF nos prédios antigos que margeavam a BR, a impossibilidade de doá-los devido às suas características ligadas à atividade policial, e à falta de reconhecimento do DNIT/RN de registros em seus acervos, estes foram demolidos. Processo SEI [08664.001507/2016-54](#) e 08664.001506/2016-18.

Estado do Ceará – 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Ceará		
	Aracati	01	01
	Boa Viagem	01	01
	Caucaia	01	01
	Chorozinho	01	01
	Canindé	02	02
	Fortaleza	01	01
	Icó	02	02
	Irauçuba	01	01
	Itaitinga	01	01
	Jaguaribe	01	01
	Milagres	01	01
	Russas	02	02
	Croatá	01	01
	Sobral	02	02

	Tianguá	01	01
	Subtotal Brasil	19	19
EXTERIOR	Não se Aplica		
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	19	19

OBS: Informo que os antigos postos de Icó e Milagres foram demolidos, tendo em vista a construção de novos postos.

Análise Crítica

Atualmente a 16ª SRPRF/CE ocupa o imóvel cedido pelo DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes localizado no Km 6, da BR116/CE, no bairro Cajazeiras, CEP 60864-012. Os demais imóveis sob responsabilidade deste órgão estão discriminados no Quadro A.8.2.1, que diz respeito às delegacias e postos de serviços responsáveis pelas atividades operacionais da 16ª SRPRF/CE.

Após reunião conciliatória, conduzida pela Advogada da União Luziânia Carla Pinheiro Braga, em 10 de dezembro de 2014, todos os imóveis elencados no quadro A.8.2.1, ou seja, já registrados no SPIUnet tiveram seus valores atualizados até a data de 23 de maio de 2016. (Processo 08653.000.900/2013-15).

Porém, restou a necessidade de procedimento do registro cartorário dos imóveis em uso pela 16ª srprf/ce ainda não cadastrados no spiunet, bem como dos imóveis já cadastrados e ainda não registrados, conforme a nota técnica nº 20/2014/seiup/cocap/spu/ce-gba, ação esta que se encontra em curso. (processo 08653.000.900/2013-15).

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do imóvel			Despesa do exercício	
				Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação ⁽¹⁾	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reformas	Com Manutenção
200112	<u>1239000025007</u>	12	3	86.521,42	23/05/2014	135.260,17	—	R\$ 18.691,48
200112	<u>1321000355000</u>	12	3	137.440,99	23/05/2014	186.179,74	—	R\$ 29.050,97
200112	<u>1347000135004</u>	12	3	40.146,62	23/05/2014	60.613,82	--	R\$ 24.946,29
200112	<u>1355000335004</u>	12	3	64.827,64	23/05/2014	88.443,64	--	R\$ 9.390,73
200112	<u>1373000125008</u>	12	3	172.153,49	23/05/2014	221.451,89	--	--
200112	<u>1389005095006</u>	12	3	19.840.013,20	23/05/2014	22.529.365,54	R\$ 3.243.855,45 ⁽²⁾	R\$ 19.846,96
200112	<u>1409012875001</u>	12	3	67.487,24	23/05/2014	105.863,24	--	--
200112	<u>1423000135003</u>	12	3	7.278,76	23/05/2014	10.263,56	--	--
200112	<u>1439000415002</u>	12	3	64.427,70	23/05/2014	103.049,70	--	R\$ 37.588,45
200112	<u>1467000085008</u>	12	3	37.497,64	23/05/2014	57.177,64	--	--
200112	<u>1537000575000</u>	12	3	91.572,63	23/05/2014	130.194,63	--	R\$ 20.918,10

200112	<u>1549000035009</u>	12	3	62.983,82	23/05/2014	101.605,82	--	--
200112	<u>1559003925002</u>	12	3	42.258,15	23/05/2014	60.806,55	--	R\$ 14.430,78
200112	<u>1569000085000</u>	12	3	58.363,40	23/05/2014	96.985,40	--	R\$ 14.893,28

1 – Avaliação realizada pela Secretaria do Patrimônio da União.

2 – Valor correspondente ao gasto com a reforma do Centro de Treinamento do Nordeste, complexo integrante da estrutura da Sede da 16ª SRPRF/CE.

Análise Crítica

Atualmente a 16ª SRPRF/CE ocupa o imóvel cedido pelo DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes localizado no Km 6, da BR116/CE, no bairro Cajazeiras, CEP 60864-012. Os demais imóveis sob responsabilidade deste órgão estão discriminados no Quadro A.8.2.1, que diz respeito às delegacias e postos de serviços responsáveis pelas atividades operacionais da 16ª SRPRF/CE.

Após reunião conciliatória, conduzida pela Advogada da União Luziânia Carla Pinheiro Braga, em 10 de dezembro de 2014, todos os imóveis elencados no quadro A.8.2.1, ou seja, já registrados no SPIUnet tiveram seus valores atualizados até a data de 23 de maio de 2016. (Processo 08653.000.900/2013-15).

Porém, restou a necessidade de procedimento do registro cartorário dos imóveis em uso pela 16ª SRPRF/CE ainda não cadastrados no SPIUnet, bem como dos imóveis já cadastrados e ainda não registrados, conforme a NOTA TÉCNICA Nº 20/2014/SEIUP/COCAP/SPU/CE-GBA, ação esta que se encontra em curso. (Processo 08653.000.900/2013-15).

No ano de 2014, foram gastos com limpeza e conservação dos imóveis utilizados pela 16ª SRPRF/CE o montante de R\$ 381.388,30, referente ao contrato nº01/2012, processo 08653.004.562.2011-11, firmado com a empresa D&L Serviços e Construções LTDA, CNPJ nº 091722370001/24.

Estado do Piauí – 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Piauí – 17ª SRPRF – UG: 200127	12	12
	Município: 1043 – Campo Maior	1	1
	Município: 1077 – Floriano	1	1
	Município: 1153 – Parnaíba	1	1
	Município: 1159 – Picos	1	1
	Município: 1165 – Piracuruca	1	1
	Município: 1167 – Piripiri	1	1
	Município: 1219 – Teresina	4	4
	Município: 1225 – Valença do Piauí	1	1
	Município: 2269 – Alegrete do Piauí	1	1
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR			
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Estado do Maranhão – 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ				
		EXERCÍCIO 2015	VALOR	EXERCÍCIO 2014	VALOR	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	São Luís	1	R\$ 1.199.267,00	1	R\$ 1.199.267,00	1
	Itapecuru Mirim	1	R\$ 75.012,02	1	R\$ 75.012,02	1
	Santa Inês	1	R\$ 681.941,48	1	R\$ 681.941,48	1
	Araguanã	1	R\$ 71.051,72	1	R\$ 71.051,72	1
	Bacabal	1	R\$ 66.866,70	1	R\$ 66.866,70	1
	Caxias	1	R\$ 154.736,31	1	R\$ 154.736,31	1
	Peritorô	1	R\$ 9.916,16	1	R\$ 9.916,16	1
	Imperatriz	1	R\$ 75.895,71	1	R\$ 75.895,71	1
	Porto Franco	1	R\$ 78.773,99	1	R\$ 78.773,99	1
	Açailândia	1	R\$ 482.258,33	1	R\$ 32.012,10	1
Subtotal Brasil		10	R\$ 2.895.719,42	9	R\$ 2.445.473,19	9
EXTERIOR	PAÍS 1	0		0		0
	cidade 1	0		0		0
Subtotal Exterior		0		0		0
Total (Brasil + Exterior)		10		9		9

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Estado do Pará – 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional****Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	PARA	12	12
	Belém	1	1
	Ananindeua	1	1
	Benevides	1	1
	Castanhal	1	1
	Santa Maria do Pará	1	1
	Capanema	1	1
	Cachoeira do Piriá	1	1
	Ipixuna	1	1
	Dom Elizeu	1	1
	Marabá	1	1
	Altamira	1	1
	Santarém	1	1
	Subtotal Brasil	12	12
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	12	12

Fonte: SPUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Estado de Sergipe – 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial****Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF SE	Σ	Σ
	Carira	1	1
	Cristinápolis	1	1
	Itabaiana	1	1
	Malhada dos Bois	1	1
	São Cristóvão	2	2
		0	0
Total		6	6

Fonte: <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp>

Análise crítica:

1. Os imóveis em uso pela Polícia Rodoviária Federal do Estado de Sergipe ao longo das Rodovias BR 101 e 235/SE cadastrados no SPIU são advindos do DNER desde 1990, não possuindo escritura ou qualquer documento oficial por estarem edificadas em Faixa de Domínio da União. A escrituração encontra-se em processo de regularização desde 2013 junto à SPU.
2. A avaliação dos imóveis foi realizada pela comissão de infraestrutura regional, conforme NBR – 12.721 da ABNT e artigo 32 da Lei 4.591/64. O imóvel da UOP Carira não foi avaliado em 2014 porque o processo de solicitação para demolição está no gabinete do Ministro da Justiça desde 2013 (Processo Nº 08.672.000.903/2012-31 – SEI 08.672.000.994/2016-39).
3. Em relação à Unidade Operacional e à 1ª Delegacia, localizadas no km 05, da BR-235, em Nossa Senhora do Socorro/SE, ambas atualmente ocupam um imóvel cedido pelo Governo do Estado de Sergipe. No ano de 2015, foi investido em manutenção predial recursos na ordem de R\$ 1.799,32.
4. A Regional não possui sede própria, suas atividades administrativas são desenvolvidas em área compartilhada com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT, em Sergipe. No exercício, em manutenção predial, foram alocados recursos no montante de R\$ 135.826,68.
5. No quadro acima, foi investido recurso em reforma e certificação na UOP Oliveira (RIP 3175.00005.500-4) visando a readequação do sistema de tratamento de efluentes para reuso, bem como para certificação com selo PROCEL EDIFICA, totalizando o montante de R\$ 78.500,00.
6. No quadro, destaca-se, ainda, que na UOP São Cristóvão (RIP 3233.00146.500-2) foi empenhado recurso no valor de R\$ 100.591,52, para construção de poço tubular, objetivando a regularização do fornecimento de água e contratação de projeto para reforma da unidade. A liquidação desse recurso se dará no exercício 2016 quando da conclusão do objeto contratado.
7. Por fim, há de se ressaltar que o saldo restante do empenhado para manutenção (R\$ 161.461,08 cento e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e um reais e oito centavos), terão completude no término dos serviços que não foram finalizados até o término do exercício.

Estado de Rondônia – 21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF 1		
	PORTO VELHO BR 364, KM 760	01	01
	SANTA CECÍLIA BR364, KM 115	01	01
	PVH/SEDE	01	01
	ITAPUÃ DO OESTE BR 364 KM 600	01	01
	PVH-ESTRADA AREIA BRANCA BR364	01	01
	JI-PARANÁ BR364 KM352	01	01
	ARIQUEMES BR364 KM520	01	01
BRASIL	PIMENTA BUENO BR 364 KM 208	01	01
	VILHENA BR364 KM 001	01	01
	JARU BR364 KM 432	01	01
	SEDE 1ª DEL BR364 KM 698	01	01
	IMÓVEL FUTURA SEDE RIO BRANCO	01	01
	Subtotal Exterior		0
Total (Brasil + Exterior)		12	11

Fonte:

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

RIP		Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel	Despesa no Exercício				
200131	000300244500-4		13	5	376.027,04	19/09/14	376.027,04		
200131	000300257500-5		13	3	164.698,44	19/09/14	164.698,44		
200131	000300326500-0		13	5	1.641.284,20	19/09/14	1.641.284,20		
200131	000300327500-5		13	6	142.944,94	19/09/14	142.944,94		
200131	000300421500-6		13	5	328.337,62	19/09/14	328.337,62		
200131	000300679500-0		13	1	562.975,79	07/10/15	562.975,79		
200131	000500085500-7		13	7	309.995,35	19/09/14	309.995,35		
200131	000700082500-7		13	4	234.021,73	19/09/14	234.021,73		
200131	001100043500-2		13	5	256.189,35	19/09/14	256.189,35		
200131	001300029500-2		13	3	517.060,14	19/09/14	517.060,14		
200131	001500044500-0		13	4	212.750,77	19/09/14	212.750,77		
200131	013900413500-0		13	1	818.635,55	08/09/14	2.336.561,08		
Total							Σ		

Fonte:

Análise Crítica

Os imóveis da Unidade Jurisdicionada encontram-se regulares perante os órgãos competentes, estando com avaliação periódica na forma regulamentar. Encontra-se

regularizado o imóvel onde será edificada a futura sede da Unidade da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Acre.

A unidade não é contemplada com imóveis funcionais e bem como, não se utiliza de imóveis locados de terceiros conforme registro de não ocorrência contido na introdução ao presente feito.

Não houve execução com reforma das unidades operacionais. Entretanto, encontra-se em andamento, a execução por empresa especializada de levantamento das instalações prediais de delegacias e postos, com vistas a futuras adequações, ampliações e reformas, o que deverá ocorrer no exercício de 2015.

Distrito Federal – 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF: DISTRITO FEDERAL-DF	5	5
	9701 – BRASILIA	5	5
	UF: GOIAS-GO	3	3
	9215 – ALVORADA DO NORTE	1	1
	9325 – CRISTALINA	1	1
	9361 – FORMOSA	1	1
Subtotal Brasil		8	8
EXTERIOR	PAIS 1	0	0
	cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		8	8

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Análise crítica

A Gestão de Imóveis encontra-se em fase de implementação no âmbito desta UJ. Paulatinamente vem sendo aplicado o Princípio da Segregação de Funções, com vistas à maior eficiência e efetividade dos processos de trabalho e da atuação dos Órgãos de Controle Interno e Externo, bem como do Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização, da própria Regional.

Os registros dos imóveis no SPIUNET continuam em processo de reavaliação por iniciativa própria desta UJ, sob a coordenação do Agente de Infraestrutura Predial.

Estado do Tocantins – 2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Tocantins	7	6
	Palmas	2	1
	Gurupi	1	1
	Paraíso do Tocantins	1	1
	Guaraí	1	1
	Araguaína	1	1
	Tocantinópolis	1	1
	Subtotal Brasil	7	6
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		7	6

Fonte:

*Estado do Amazonas – 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal***Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Amazonas	5	5	5
	Manaus	3	3	3
	Careiro	1	1	1
	Presidente Figueiredo	1	1	1
	Subtotal Brasil	5	5	5
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0	0
	cidade 1	0	0	0
Subtotal Exterior		0	0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5	5

Fonte: SPUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Os imóveis em comento são:

- 1- Sede do 3ºDRPRF/AM situada na Av. Mário Ypiranga , 2479, Bairro do Parque 10 de Novembro-Manaus;
- 2- UOP 01 situada no Km 996 da BR 174,município de Manaus.
- 3- UOP 02 situada no Km 1009 da BR174, Município dePresidente Figueiredo.
- 4- UOP 03 situada no Km 0 da BR 319 ,município de Manaus.
- 5- UOP 04 situada no Km 13 da BR 319 ,município do Careiro.

Estado do Amapá – 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal**Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Amapá	3	3
	Macapá	2	2
	Oiapoque	1	1
Subtotal Brasil		3	3
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	2

Fonte: SPUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Os imóveis em comento são:

- 1 - Sede do 4ºDRPF/AP, localizado na Rua Tancredo Neves nº 201 - São Lázaro - Macapá/AP - CEP 68908-900
- 2 - Posto de Fiscalização, localizado na BR-156, Km-08, nº 5901 - Macapá/AP - CEP 68900-000
- 3 - Posto de Fiscalização, localizado na BR-156, nº 10400 - Oiapoque/AP - CEP 68980-000

Estado de Roraima – 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Roraima	6	1	4
	Boa Vista	4	1	4
	Pacaraima	1	0	0
	Bonfim	1	0	0
Subtotal Brasil		6	1	4
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0	0
	cidade 1	0	0	0
Subtotal Exterior		0	0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	1	4

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Respectivamente, os imóveis em comento são:

- a) Imóvel 1 (Boa Vista/RR): Atual Sede Administrativa da SRPRF/RR (Av. Professor

Diomedes Souto Maior, 762, São Vicente, Cep 69303-450, Boa Vista/RR. Este imóvel é de propriedade do DNIT. Foi cedido à SRPRF/RR para uso até a construção da nova sede, localizada na Av. Mario Homem de Melo, S/N, Lote nº 218, Quadra nº 72, Zona nº 4, Bairro Mecejana, CEP 69304-350, Boa Vista/RR.

b) Imóvel 2 (Boa Vista/RR): Trata-se de um terreno medindo uma área de 39.949,42m², avaliado em R\$ 3.068.522,63 pela SPU em 29/09/2015 (Avaliação válida até 28/09/2017) . Está localizado na Av. Professor Diomedes Souto Maior, 762, São Vicente, Cep 69303-450, Boa Vista/RR. Este imóvel foi entregue pela SPU a SRPRF/RR em 03/07/2012 (Data da Incorporação). A identificação do imóvel junto a SPU é de RIP 0301.00376.500-0 e RIP Utilização 0301.00376.500-5 propriedade do DNIT. Este imóvel encontra-se com Projeto Executivo em fase final de conclusão conforme os autos do Processo Administrativo nº 08676.000727/2013-89.

c) Imóvel 3 (Boa Vista/RR): UOP 01/Água Boa (BR-174, Km 491, Boa Vista/RR). Este imóvel está localizado em faixa de domínio e ainda não foi entregue a SRPRF/RR pelo DNIT.

d) Imóvel 4 (Pacaraima/RR): UOP 02/Fronteira Brasil/Venezuela (BR-174, Km 715, Pacaraima/RR). Este imóvel encontra-se em processo de reversão pela Receita Federal à SPU e, esta última, por sua vez, procederá a entrega e incorporação do imóvel a SRPRF/RR.

e) Imóvel 5 (Bonfim/RR): UOP 03/Fronteira Brasil/Guiana (BR-401, Km 84, Bonfim/RR). Trata-se de um terreno localizado às margens da BR-401, Km 84, portanto localizado em área de faixa de domínio sob responsabilidade do DNIT. Este terreno ainda não foi entregue a SRPRF/RR pelo DNIT. O Projeto Executivo de construção desta Unidade Operacional já foi contratado e está em fase final de conclusão, conforme os autos do Processo Administrativo nº 08676.000855/2015-94.

f) Imóvel 6 (Boa Vista/RR): UOP Boa Vista (Rio Urariquera) (BR-174, Km 584, Bonfim/RR). Trata-se de um terreno localizado às margens da BR-174, Km 584, portanto localizado em área de faixa de domínio sob responsabilidade do DNIT. Este terreno ainda não foi entregue a SRPRF/RR pelo DNIT. O Projeto Executivo de construção desta Unidade Operacional já foi contratado e está em fase final de conclusão, conforme os autos do Processo Administrativo nº 08676.000779/2014-36.

Regionais da PRF que não possuem imóveis locados de terceiros:

- 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Mato Grosso
- 3ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Mato Grosso do Sul
- 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Minas Gerais
- 5ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Rio de Janeiro
- 6ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de São Paulo
- 8ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Santa Catarina
- 12ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Espírito Santo
- 13ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Alagoas

- 15ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Rio Grande do Norte
- 16ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Ceará
- 17ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Piauí
- 19ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Pará
- 20ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Sergipe
- 21ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Rondônia
- 3º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Amazonas
- 4º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Amapá
- 5º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Roraima

Distrito Federal – Sede da Polícia Rodoviária Federal

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros da UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2014
Brasil	Brasília	1	1
	Hangar da PRF	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Exterior	-	-	-
Subtotal exterior		-	-
Total (Brasil + exterior)		1	1

Fonte: SIAFI e SIASG

Há sob utilização da UG 200109 o imóvel com as instalações do Hangar, localizado no Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Lotes 40/41, CEP 71.608-900. Este encontra-se alugado conforme Contrato nº 27/2014 celebrado entre a PRF e a Inframérica. O contrato tem a duração de 5 anos, num total de R\$ 6.426.000,00 dividido em 60 mensalidades de R\$ 107.100,00 cada. Vigência até 31/07/2019.

*Estado do Paraná – 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal***Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Paraná	2	3
	Curitiba	1	2
	Pato Branco	1	1
Subtotal Brasil		2	3
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	3

Fonte:

Imóvel Curitiba - A Divisão de Operações Aéreas Sede Paraná se encontra em uso na Hangar do Aeroporto Bacaheri localizado no Município de Curitiba/PR mediante Termo de Cessão de uso com a Infraero.

*Estado do Rio Grande do Sul – 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal***Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Rio Grande do Sul	1	1
	Município : 8801 - PORTO ALEGRE	1	1
	Subtotal Brasil	1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Estado da Bahia – 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	BAHIA	1	1
	SALVADOR	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS – TODOS	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte:

A nova Sede da 10ªSRPRF está funcionando em um prédio alugado na Rua Antônio dos Santos Gouveia, 263, quadra A, Lote 9 - Porto Seco Pirajá - Salvador-BA e já foi devidamente cadastrada no SPIUnet sob o RIP de imóvel 3849.00820.500-0. Ela possui um terreno de 3190,50 m2 e uma área construída de 2294,00 m2 e foi avaliada em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Existiu a necessidade de locação pois a antiga Sede não mais atendia as demandas da Superintendência e apresentava diversos problemas, principalmente relativos a segurança dos servidores. Essa necessidade de locação cessará assim que a sede própria for construída. De acordo com o Processo 08655.001816/2012-8 o custo do aluguel mensal é de R\$ 55.218,11 , o contrato foi assinado em 01/11/2012 e tem validade de 05 (cinco) anos.

No exercício 2015 foram realizados os seguintes gastos com manutenção: Instalação de Ar-Condicionado - R\$ 1.950,00 Manutenção de Ar-Condicionado - R\$ 14.211,56 Instalação de Toldos - R\$ 5.400,00

*Estado de Pernambuco – 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal***Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	PE – PERNAMBUCO-PE	1	1
	2531-RECIFE	1	1
	UF “n”	0	0
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SPIUnet

Análise crítica

* A Unidade tem apenas um imóvel locado, que é um hangar de propriedade da INFRAERO, localizado na área ARPATR60 do Aeroporto Internacional dos Guararapes. O contrato tem vigência de 10 anos e preço fixo de R\$ 12.300,00, conforme Contrato nº 02.2011014.0043, firmado em 01/06/2011;

* A finalidade da locação desse imóvel é servir como ponto de apoio, manutenção e guarda das aeronaves da Divisão de Operações Aéreas pertencente a Unidade. Essa Divisão tem como objetivos principais o patrulhamento das rodovias federais que cortam o estado de Pernambuco e salvamento de vítimas de acidentes em todo estado, além de prestação de diversos serviços de utilidade pública;

* Durante o exercício de 2015, houve por parte da UJ, despesas com a recuperação parcial da estrutura metálica do referido imóvel no valor de R\$ 56.408,48 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e oito mil reais e quarenta e oito centavos).

Estado da Paraíba – 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	PARAÍBA	1	1
	João Pessoa	1	1
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1
Fonte: Seção Administrativa e Financeira/PB			

Estado do Piauí – 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ**

Caracterização do imóvel objeto da cessão	RIP	Ainda não registrado no SpiuNet
	Endereço	BR 135, Km 354, Bom Jesus-PI
Identificação do cessionário	CNPJ	06.535.926/0001-68
	Nome ou razão social	Departamento Estadual de Trânsito do Piauí
	Atividade ou ramo de atuação	Órgão executivo de trânsito
Caracterização da cessão	Forma de seleção do cessionário	Existência de imóvel desocupado
	Finalidade do uso do espaço cedido	Implantação da unidade operacional (UOP) 17.03.02
	Prazo da cessão	19/05/2014 a 19/05/2024 – 10 anos
	Caracterização do espaço cedido	Uma sala administrativa, um banheiro, uma copa e um alojamento
	Valores e benefícios recebidos pela UJ cedente	Não houve
	Tratamento contábil dos valores ou benefícios	Não aplicável

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

	Forma de utilização dos recursos recebidos	Não aplicável
	Forma de rateio dos gastos relacionados ao imóvel	Responsabilidade ao cedente pela manutenção predial

18ª SRPRF/MA

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ		
		EXERCÍCIO 2015	VALOR	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	MA	2		0
	São Luís	1	R\$ 5.056.072,77	-
	Balsas	1	R\$ 200.000,00	-
				-
	UF “n”	0		0
	município 1	-		-
	município 2	-		-
	município “n”	-		-
Subtotal Brasil		2		0
EXTERIOR	PAÍS 1	0		0
	cidade 1	-		-
	cidade 2	-		-
	cidade “n”	-		-
	PAÍS “n”	0		0
	cidade 1	-		-
	cidade 2	-		-
	cidade “n”	-		-
Subtotal Exterior		0		0
Total (Brasil + Exterior)		2		0

Fonte:

Observação

Valor de aluguel Imóvel de São Luís: R\$ 62.205,00

Observação: Valor do aluguel Imóvel de Balsas: R\$ 3.000,00

Distrito Federal – 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal-DF

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros dela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
Brasil	Brasília	1	1
	Brasília (atual Sede – SIA Trecho 3/4)	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Exterior	-	-	-
Subtotal exterior		-	-
Total (Brasil + exterior)		1	1

Fonte: SIAFI e SIASG.

Análise Crítica:

Em função das péssimas condições dos 02 (dois) imóveis em que estava instalada a antiga Sede (BR 040, Km 0/DF), devido a vários fatores que dificultavam a boa gestão da unidade e a inadequada localização comprometendo a logística de funcionamento administrativo do 1º DRPRF/DF, desse modo em 2013 foi instituída Comissão para efetuar estudo de viabilidade técnica e chegou-se a conclusão de que seria adequado haver a mudança daquele local. Dessa forma, foi feito novo estudo para decidir a melhor localização e buscar um imóvel que atendesse às necessidades e peculiaridades da regional. A solução encontrada foi alugar um prédio recém-construído (e até então nem tinha sido ocupado) no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA Trecho 3/4), por meio da assinatura do Contrato 03/2013 em maio/2013, e posteriormente houve a mudança do efetivo administrativo para este local. Toda tramitação ocorreu conforme preceitua a legislação.

Fonte: SPUnet

Estado do Tocantins – 2º Distrito de Polícia Rodoviária Federal**Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Tocantins	1	1
	Palmas	1	1
	Subtotal Brasil	1	1
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	1	1

Fonte:

A atual Sede do 2º DRPRF/TO é um imóvel, alugado pelo valor de R\$ 18.783,33 (dezoito mil e setecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) mensais, localizado na Quadra 103 Norte, Rua NO 1, Lotes 34 e 35, Plano Diretor Norte, Palmas, TO.

Unidades da PRF que não alienaram imóveis no exercício de 2015:

- Sede Nacional.
- 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Mato Grosso.
- 3ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Mato Grosso do Sul
- 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Minas Gerais
- 5ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Rio de Janeiro
- 6ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de São Paulo
- 7ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Paraná
- 8ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Santa Catarina
- 9ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Rio Grande do Sul

- 10ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado da Bahia
- 11ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Pernambuco
- 12ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Espírito Santo
- 13ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Alagoas
- 14ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado da Paraíba
- 17ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Piauí
- 18ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Maranhão
- 19ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado do Pará
- 20ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – Estado de Sergipe
- 2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Estado do Tocantins
- 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Estado do Amazonas
- 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Estado de Roraima.

Rio Grande do Norte – 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RN

Quadro – Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no Exercício de 2015

Valores em R\$
1,00

Processo	Endereço do imóvel	Valor da Avaliação	Valor da Venda	Prazo de pagamento	Forma de alienação
08664.001506/2016-18	BR 406 Km 158,SN Localidade de maçaranduba Ceará Mirim/RN CEP59570-000	R\$34.225,20	-	-	Demolição
08664.001507/2016-54	BR427, Km40, SN, Acarí /RN CEP 59370-000	R\$23.986,88	-	-	Demolição

Fonte: NUPAT/15ª SRPRF/RN

obs.: Os dados lançados neste relatório são referentes às informações e contidas no SPIUNET e serão atualizadas dentro do prazo previsto de 2 anos. A última atualização foi realizada em 2015.

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ**Bahia - 10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/BA****Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ**

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	3613.00008.500-2	3515.00088.500-9
	Endereço	BR 101, KM 809, S/N, ITAMARAJU-BAHIA	BR 116, KM 151, SN. PARQUE IPÊ, FEIRA DE SANTANA-BA
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.057.966/0001-53	26.989.350/0001-16
	Nome ou Razão Social	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB	FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
	Atividade ou Ramo de Atuação	CONTROLE AGROPECUÁRIO	CONTROLE DE ENDEMIAS
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - 04/2015	OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO 009/2012
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fornecer Recursos Humanos especializados na área de DEFESA AGROPECUÁRIA, sendo, no mínimo, 02 (dois) servidores por turno de serviço, os quais desempenharão suas funções conforme a natureza de suas atribuições, arcando com todos e quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e social referente aos respectivos servidores por ela destacados, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de remunerações/salários e consectários, sem qualquer responsabilidade da 10ª SRPRF/BA;	Instalação de Ponto de apoio dos trabalhadores no combate de endemias, com finalidade de ampliação das atividades dos programas de controle da dengue e esquistossomose no município de Feira de Santana
	Prazo da Cessão	03/12/16	Não determinado
	Caracterização do espaço cedido	Terreno 4.188,80 m2 e 458,72m2 de área construída	Terreno 2415m2 e 303,78m2 de área construída
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não existe	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	ADAB	FUNASA

*** Apenas a 10ª SRPRF cede espaço física a terceiros.**

Naquilo pertinente ao aprimoramento de infraestrutura predial, seguindo o enfoque apresentado, enquadram-se os investimentos em manutenção, reforma e construção, com o fito de assegurar o modelo de Unidade Operacional que permita aumentar os padrões de segurança já adotados. Considerando a extensão territorial e os quilômetros de rodovia federal que permeiam o país, a construção de mais unidades operacionais e a adequação das UOPS existentes ao longo da rodovia possibilita uma fiscalização de maior efetividade, apresentando resultados institucionais, com índices crescentes de combate à criminalidade e violência no trânsito. O projeto de melhoria de infraestrutura iniciou -se em 2012 e a sua continuidade demonstra o comprometimento do órgão na melhoria de suas bases para o assertivo

cumprimento de suas atribuições. A Divisão de Projetos e Infraestrutura, mediante a apresentação dos Projetos Executivos, realiza o acompanhamento de diversas obras realizadas nas unidades operacionais. O dispêndio de recursos com obras de infraestrutura predial totalizou um valor de R\$ 19.350.318,50 (dezenove milhões, trezentos e cinquenta mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos), com a descrição abaixo dos gastos por Regional e respectivas demandas no ano de 2015:

Quadro XXIX

REGIONAL	TIPO DE UNIDADE	UNIDADE	DEMANDA	OBS	VALOR	ANO
3ºSRPRF/MS	DEL	BATAGUASSU	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	COBERTURA	R\$ 14.867,00	2015
4ºSRPRF/MG	SEDE	SEDE REGIONAL	REFORMA	RFEFORMA	R\$ 927.946,00	2015
18ºSRPRF/MA	UOP	PORTO FRANCO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 593.790,95	2015
17ºSRPRF/PI	UOP	CAMPO MAIOR	REFORMA E AMPLIAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 631.220,60	2015
17ºSRPRF/PI	UOP	VALENÇA	REFORMA E AMPLIAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 631.220,60	2015
11.ª SPRF-PE	UOP	GRAVATA	FISCALIZAÇÃO	REFORMA	R\$ 21.461,55	2015
11.ª SPRF-PE	SEDE	SEDE REGIONAL	FISCALIZAÇÃO	REFORMA	R\$ 10.568,28	2015
11.ª SPRF-PE	SEDE	SEDE REGIONAL	REFORMA	REFORMA	R\$ 215.646,74	2015
11.ª SPRF-PE	UOP	GRAVATA	REFORMA	REFORMA	R\$ 301.627,35	2015
11.ª SPRF-PE	HANGAR	HANGAR	REFORMA	REFORMA	R\$ 43.421,16	2015
2ª SRPRF/MT	UOP/DEL	CÁCERES	REFORMA E AMPLIAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 746.918,98	2015
3ºSRPRF/MS	SEDE	SEDE REGIONAL	ADITIVO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	R\$ 19.975,00	2015
11.ª SPRF-PE	UOP	IGARASSU	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 1.063.807,40	2015
11.ª SPRF-PE	UOP	RIBEIRÃO	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 1.279.084,49	2015
4ºDRPRF/AP	SEDE	SEDE REGIONAL	CONSTRUÇÃO	PÓRTICO DE ENTRADA	R\$ 7.900,00	2015
2ª SRPRF/MT	UOP	ÁGUA BOA	FISCALIZAÇÃO	REFORMA E	R\$ 49.088,31	2015

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015– DPRF/MJ

				AMPLIAÇÃO		
11.ª SPRF-PE	UOP	IGARASSU	FISCALIZAÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 55.965,09	2015
11.ª SPRF-PE	UOP	RIBEIRÃO	FISCALIZAÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 55.965,09	2015
2ª SRPRF/MT	UOP/DEL	CÁCERES	FISCALIZAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 46.998,05	2015
20ª SRPRF/SE	UOP	MALHADA DOS BOIS	CERTIFICAÇÃO	CERTIFICADO PROCEL	R\$ 39.000,00	2015
5ªSRPRF/RJ	SEDE	SEDE REGIONAL	REFORMA	MANUTENÇÃO ALOJAMENTO	R\$ 250.000,00	2015
5ºDRPRF/RR	UOP	URARICOEIRA	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	CONSTRUÇÃO	R\$ 90.706,62	2015
10ªSRPRF/BA	UOP	ITABUNA	ADITIVO	REFORMA	R\$ 58.878,54	2015
10ªSRPRF/BA	UOP	MILAGRES	ADITIVO	REFORMA	R\$ 34.236,63	2015
10ªSRPRF/BA	UOP	GANDU	ADITIVO	REFORMA	R\$ 30.124,88	2015
10ªSRPRF/BA	UOP	CAMACA	ADITIVO	REFORMA	R\$ 38.126,30	2015
10ªSRPRF/BA	UOP	DIVISA	ADITIVO	REFORMA	R\$ 34.952,66	2015
10ªSRPRF/BA	UOP	IBOTIRAMA	ADITIVO	REFORMA	R\$ 45.839,92	2015
11.ª SPRF-PE	SEDE	SEDE REGIONAL	ADITIVO	REFORMA	R\$38.398,34	2015
11.ª SPRF-PE	HANGAR	HANGAR	ADITIVO	REFORMA	R\$84.701,45	2015
17ªSRPRF/PI	UOP	FLORIANO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO DE PROJETO	R\$ 7.000,00	2015
17ªSRPRF/PI	UOP	PIRIPIRI	REFORMA E AMPLIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO DE PROJETO	R\$ 7.000,00	2015
17ªSRPRF/PI	UOP	CAMPO MAIOR	FISCALIZAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 53.503,12	2015
17ªSRPRF/PI	UOP	VALENÇA	FISCALIZAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 53.503,12	2015
4ªSRPRF/MG	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	R\$ 21.417,29	2015
5ºDRPRF/RR	UOP	SERRA DO	ELABORAÇÃO DE	CONSTRUÇÃO	R\$ 61.741,48	2015

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

		TUCANO	PROJETO EXECUTIVO			
21ªSRPRF/RO-AC	UOP	SANTA CECÍLIA	REFORMA	EMERGENCIAL	R\$ 17.522,61	2015
3ª SRPRF/MS	UOP	ÁGUA CLARA	ADITIVO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 48.119,72	2015
3ª SRPRF/MS	SEDE	SEDE REGIONAL	ADITIVO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 57.521,79	2015
11.ª SPRF-PE	SEDE	SEDE REGIONAL	ADITIVO	REFORMA	R\$ 37.489,36	2015
15ªSRPRF/RN	UOP	MOSSORÓ	CONSTRUÇÃO	ATUALIZAÇÃO DE PROJETO	R\$ 5.500,00	2015
11.ª SPRF-PE	HANGAR	HANGAR	ADITIVO	REFORMA	R\$ 84.701,45	2015
3ª SRPRF/MS	SEDE	SEDE REGIONAL	REFORMA	REFORMA ELÉTRICA	R\$ 85.730,00	2015
4ªSRPRF/MG	SEDE	SEDE REGIONAL	ADITIVO	REFORMA DA COBERTURA	R\$ 67.178,65	2015
13ªSRPRF/AL	UOP	CARIÉ	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 1.955.749,57	2015
2ªSRPRF/MT	UOP	ÁGUA BOA	AMPLIAÇÃO	PERFURAÇÃO DE POÇO	R\$ 8.041,00	2015
14ªSRPRF/PB	UOP	PATOS	ADITIVO	REFORMA	R\$ 9.815,06	2015
20ªSRPRF/SE	UOP	MALHADA DOS BOIS	REFORMA	SIST. DE EFLUENTES	R\$ 39.500,00	2015
15ªSRPRF/RN	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	CONSTRUÇÃO	R\$ 570.950,00	2015
13ªSRPRF/AL	SEDE	SEDE REGIONAL	REFORMA E AMPLIAÇÃO	MURO E COFRE	R\$ 14.481,73	2015
9ªSRPRF/RS	UOP	CAÇAPAVA DO SUL	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 1.000.000,00	2015
8ªSRPRF/SC	UOP	JOINVILLE	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 112.713,48	2015
8ªSRPRF/SC	UOP	RANCHO QUEIMADO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$ 52.472,65	2015
8ªSRPRF/SC	UOP	LAGES	ELABORAÇÃO DE	REFORMA E	R\$ 52.781,44	2015

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

			PROJETO EXECUTIVO	AMPLIAÇÃO		
3ºSRPRF/MS	SEDE	SEDE REGIONAL	ADITIVO	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ANEXO	R\$ 31.908,46	2015
15ºSRPRF/RN	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	CONSTRUÇÃO	R\$ 570.950,00	2015
4ºDRPRF/AP	UOP	MACAPÁ	REFORMA	COMUNICAÇÃO VISUAL	R\$ 23.014,91	2015
21ºSRPRF/RO	SEDE	SEDE REGIONAL	FISCALIZAÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 779.703,70	2015
21ºSRPRF/RO	SEDE	SEDE REGIONAL	ADITIVO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO CONSTRUÇÃO SEDE ACRE	R\$ 0,00	2015
5ºDRPRF/RR	SEDE	SEDE REGIONAL	ADITIVO	REFORMA ABASTECIMENTO ÁGUA	R\$ 7.998,00	2015
13ºSRPRF/AL	UOP	CARIÉ	FISCALIZAÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 75.998,69	2015
11ºSRPRF/PE	UOP	GRAVATÁ	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	AMPLIAÇÃO	R\$ 6.250,00	2015
11ºSRPRF/PE	SEDE	SEDE REGIONAL	ADITIVO	REFORMA	R\$ 47.798,33	2015
1ºSRPRF/GO	SEDE	VÁRIAS	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	ADEQUAÇÃO ACESSIBILIDADE	R\$ 21.282,15	2015
9ºSRPRF/RS	UOP	SÃO BORJA	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 1.386.797,60	2015
9ºSRPRF/RS	DEL	PORTO ALEGRE	ADITIVO	REFORMA	R\$ 165.593,25	2015
9ºSRPRF/RS	UOP	IJUÍ	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$1.386.797,60	2015
11.ª SPRF-PE	UOP	GRAVATÁ	FISCALIZAÇÃO	REFORMA	R\$ 11.432,20	2015
11.ª SPRF-PE	UOP	IGARASSU	FISCALIZAÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 49.491,34	2015
11.ª SPRF-PE	UOP	RIBEIRÃO	FISCALIZAÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$ 49.491,34	2015
11.ª SPRF-PE	UOP	GRAVATÁ	ADITIVO	REFORMA	R\$124.295,17	2015
SEDE NACIONAL	SEDE	SEDE NACIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	REFORMA ESPELHO D'ÁGUA E CANTEIRO DE	R\$14.522,40	2015

				OBRAS		
SEDE NACIONAL	SEDE	ED. GARAGEM	REFORMA	REFORMA	R\$1.694.840,78	2015
17ªSRPRF/PI	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	RECONSTRUÇÃO	R\$ 257.060,96	2015
4ªDRPRF/AP	SEDE	SEDE REGIONAL	CONSTRUÇÃO	AMPLIAÇÃO	R\$ 422.194,70	2015
20ªSRPRF/SE	UOP	SÃO CRISTÓVÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	REFORMA	R\$ 49.400,00	2015
20ªSRPRF/SE	UOP	SÃO CRISTÓVÃO	COSNTRUÇÃO	PERFURAÇÃO DE POÇO	R\$ 51.191,52	2015
1ª SRPRF/GO	UOP	SÃO SIMÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	REFORMA SIST. ESGOTO	R\$ 1.762,56	2015
8ªSRPRF/SC	UOP	NAVEGANTES	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	CONSTRUÇÃO	R\$ 55.376,71	2015
8ªSRPRF/SC	DEL	TUBARÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	CONSTRUÇÃO	R\$ 65.285,60	2015
8ªSRPRF/SC	DEL	SÃO JOSÉ	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	CONSTRUÇÃO	R\$ 113.009,03	2015

7.3 - Gestão da tecnologia da informação.

7.3.1 - Principais sistemas de informações.

No tocante ao desenvolvimento dos sistemas, ressalta-se que o incremento das funcionalidades como ferramenta no cumprimento das atribuições regimentais conferidas a PRF, possibilitou o aparelhamento do policial que exerce a atividade-fim. Apresenta vários módulos, inclusive com integração a sistemas de informação de outros órgãos. Os Sistemas utilizados pela Polícia Rodoviária Federal e respectivas funcionalidades compreendem:

Quadro XXX

Sistemas	Objetivo	Funcionalidades	Resp.Técnico	Resp.Negócio	Criticidade
PRF Móvel	Módulo “Consultas” do aplicativo	Consulta de veículos por placa, chassi e câmbio	DIASI	CCO	Alta
BOP	Sistema de Boletins de Ocorrência	Registro de Ocorrências Criminais (Pessoas,	DIASI	DCC	Alta

	Policial e Termo Circunstanciado de Ocorrência	veículos, materiais)			
SISCOM	Sistema de Processamento de Multas	Registro e processamento de multas PRF	DIASI	DMP	Alta
BR- Brasil	Sistema de Boletins de Acidente - BAT	Registro de acidentes de trânsito em rodovias federais com atendimento presencial da equipe PRF	DIASI	DPO	Alta
DAT	Sistema de Declaração de Acidente de trânsito	Declaração realizada pelos envolvidos em acidentes de pequena monta sem vítima, sem a presença da equipe PRF	DIASI	DPO	Alta
PDI	Parte Diária Informatizada (registro do dia a dia operacional)	Registro dos serviços (fiscalização, patrulhamento, autuações, ocorrências criminais, acidentes, entre outros)	DIASI	CCO	Alta
SILVER	Sistema de gestão de pátios e veículos recolhidos	Registro de recolhimento e liberação de veículos	DIASI	DFT	Alta
SIPAC	Sistema de Patrimônio	Gestão de Almoxarifado, patrimônio, compra, licitações, contratos, transporte, entre outros.	DIASI	DICON	Média
SIGRH	Sistema de RH	Cadastro de pessoal, férias, aposentadoria, auxílio, financeiro, entre outros	DIASI	DICAD	Média
SIGER	Sistema de informações Gerenciais	Informações consolidadas para apoio a tomada de decisão	DIASI	DIASI	Alta
PRF SEGURANÇA	Serviço de gestão de permissões de acesso a serviço de TIC	Liberação/bloqueio de acesso a sistemas	DIASI	DIASI	Alta

SERVO	Serviço de gestão de circunscrição operacional	Cadastro de trecho sob fiscalização da PRF para utilização nos sistemas operacionais	DIASI	DPO	Alta
-------	--	--	-------	-----	------

No tocante ao projeto de Rádio Comunicação Digital, ressalta-se que a Divisão de Modernização e Tecnologias iniciou seu o objetivo de implantar um sistema de radiocomunicação digital nas rodovias federais através do denominado Projeto Landell, que abrangia os Estados de Mato Grosso - MT, Mato Grosso do Sul - MS e Paraná - PR.

Atualmente, integra os projetos desta Divisão o Programa de Radio Digital, que objetiva a implantação do Sistema de Radiocomunicação Digital em toda a malha rodoviária federal brasileira sob circunscrição da Polícia Rodoviária Federal -PRF.

Diante da necessidade de readequação dos trabalhos e da decisão de implantação por Superintendência Regional, foram criados Subprojetos, um para cada Estado.

Desta forma e com a evolução do Programa, temos hoje, além dos Subprojetos de MT, MS e PR, os Subprojetos de Radio Digital dos Estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Santa Catarina, Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

A importância da implantação desse Sistema reside na efetividade que produzirá ao subsidiar o trabalho policial, seja na área de policiamento ostensivo, na fiscalização de trânsito ou no atendimento a acidentes.

Frequentemente, os policiais se veem isolados em áreas não habitadas das rodovias federais, tendo o sistema de radiocomunicação como única forma de contato com as unidades operacionais e delegacias.

O Sistema de Radiocomunicação Digital possui funcionalidades extremamente úteis como comunicação inviolável (com criptografia), monitoramento georreferenciado dos equipamentos, chamadas em grupo e individuais, comando e controle, envio de mensagem de texto, consultas a sistemas.

Assim, permitirá a comunicação de voz e dados entre viaturas, policiais e unidades da PRF, garantindo o sigilo e a integridade da comunicação policial e de dados trafegados na rede de radiocomunicação.

Além disso, o Sistema possibilitará a integração da PRF com outros órgãos de Segurança Pública, por meio de compartilhamento das redes geradas, assegurando que cada órgão tenha autonomia para gestão de sua rede.

Diante disso, foram adquiridos diferentes tipos de terminais fixos, terminais para viaturas, terminais para motocicletas com sistema adaptado para capacetes, radiocomunicadores portáteis e futuramente serão adquiridos terminais para aeronaves.

O Sistema deve prover a comunicação em todos os veículos novos (caracterizados ou não) e motociclistas e helicópteros da PRF.

A fim de otimizar recursos públicos a implementação do sistema seguirá a premissa básica de custo versus benefício na aquisição de novos pontos, levando em consideração as regiões com maior circulação de viaturas e registros de acidentes e ocorrências.

Em 2015 o Programa contemplou os Estados de Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com 57 torres entregues, permitindo a comunicação na área de circunscrição das delegacias inseridas nestes Estados.

Dando continuidade às implantações das redes, das formalizações de acordos de cooperação técnica com outros órgãos e empresas de telefonia e validações dos projetos de cobertura, o Programa atualmente conta com 52% de execução, e está implantando 28 novas torres também nos Estados de Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, Amazonas, Santa Catarina, Rio de Janeiro, e Distrito Federal.

Além disso, conforme o cronograma do Programa, a previsão é de inclusão dos demais Estados do país, entregando, até o fim do ano de 2016, mais 245 torres.

Outrossim, informamos que a alocação de recursos continua ocorrendo em cursos de capacitação de servidores da Polícia Rodoviária Federal, aumentando a contribuição na melhoria da percepção de segurança pública junto à sociedade e garantia da presença permanente das instituições policiais e de fiscalização principalmente na região de fronteira do Brasil, bem como favorecendo as ações de prevenção e repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

7.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

A Polícia Rodoviária Federal, em continuidade a implantação de uma política de fortalecimento institucional, permanece a suscitar ações de aprimoramento nas diversas áreas de atuação do órgão.

Considerando o modelo de gestão gerencial, voltada a produção de resultados, a consolidação do Plano Estratégico Institucional e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Polícia Rodoviária Federal instituiu parâmetros que imprimem maior eficiência nas atividades que competem ao órgão. Deste modo, pautada na persecução do interesse público, finalidade precípua da administração e, norteadas por referenciais estratégicos, traça diretrizes na otimização das ações institucionais e no alcance dos objetivos delineados pela PRF.

O Plano Estratégico constituiu as bases para o desenvolvimento do órgão como parte integrante das Forças de segurança pública, principalmente no cumprimento das atribuições

voltadas para o fomento de programas de educação para o trânsito, cidadania nas ações de segurança, combate à criminalidade e violência no trânsito, aumento da percepção de segurança da sociedade.

Dentre os vetores que norteiam os processos estratégicos desponta o aprimoramento e intensificação do uso da tecnologia da informação. Assim, o PDTI/2014-2015 utilizando como premissa os processos estratégicos institucionais, estruturou a forma de atuação da área, compartimentando-a em Infraestrutura, Sistemas e Telecomunicações.

Na área de Infraestrutura tornou-se possível a efetivação de projetos no ano de 2015: contratação de solução de mascaramento e monitoramento de dados; implantação do sistema de processo eletrônico – SEI, demandando ampliação do banco de dados (*storage*) para o armazenamento das informações, em contrapartida gerando economia na aquisição e contratações futuras em outsourcing de impressão; implementação do banco de dados MySQL – com a aquisição de software de gerenciamento de dados; utilização de solução *Anti-spam Mcfee*– segurança na transmissão de dados por meio do correio eletrônico, tornando o tráfego de dados menos suscetíveis a interferências externas; reestruturação para estabilidade da solução de e-mail.

Destaca-se ainda a economia de escala gerada nas contratações de telefonia móvel. O PDTI, por ser ferramenta de planejamento utilizada como instrumento balizador nas demandas e soluções na área de TI, mormente, no alcance do resultado com redução de custos para a Administração. A recente proposta de aquisição de serviço móvel pessoal evitou um gasto em custeio no percentual de 49%, representando um valor em torno de doze milhões de reais no período de 24 meses, quando se estabelece uma comparação com atas de registro relacionadas ao mesmo serviço, muito embora tenha havido o aparelhamento do efetivo com a compra de 10.000 smartphones, possibilitando a disponibilização de serviço de dados, o acesso aos sistemas e bases de consulta, destarte proporcionando ações de fiscalização de maior efetividade.

Quadro XXXI

			Ata MPOG Comodato		Ata 7ª SRPRF/PR	
ITEM	Descrição	Quantidade PRF	Unitário	24 meses	Unitário	24 meses
1	Móvel-fixo (minutos)	986.340	R\$ 0,11	R\$ 216.994,80	R\$ 0,04	R\$ 78.907,20
2	Móvel-Móvel mesma operadora (minutos)	11.824.435	R\$ 0,11	R\$ 2.601.375,70	R\$ 0,03	R\$ 709.466,10
3	Móvel-Móvel intra-grupo (minutos)	-----	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	Móvel-Móvel outras operadoras (minutos)	5.187.226	R\$ 0,11	R\$ 1.141.189,72	R\$ 0,04	R\$ 414.978,08

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015- DPRF/MJ

5	Móvel-Móvel intra-grupo nacional (minutos)	-----	R\$ 0,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	Móvel-Móvel mesma operadora nacional(minutos)	1.314.356	R\$ 0,10	R\$ 262.871,20	R\$ 0,12	R\$ 315.445,44
7	Adicional por chamadas	-----	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	Deslocamento 1 (minutos)	-----	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	Deslocamento 2 (minutos)	-----	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	SMS (eventos)	2.703.892	R\$ 0,10	R\$ 540.778,40	R\$ 0,06	R\$324.467,04
11	Caixa Postal (minutos)	183.702	R\$ 0,10	R\$ 36.740,40	R\$ 0,03	R\$11.022,12
12	Internet banda larga 3G (acessos x 12 meses)	41.088	R\$ 39,96	R\$ 3.283.752,96	R\$ 27,00	R\$ 2.218.752,00
13	Internet banda larga 4G (acessos x 12 meses)	75.684	R\$ 89,96	R\$ 13.617.065,28	R\$ 9,36	R\$ 1.416.804,48
14	Serviço de Gerenciamento 4G (acessos x 12 meses)	120.000	R\$ 3,92	R\$ 940.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	VC2 e VC3 Móvel-Fixo	495.070	R\$ 0,35	R\$ 346.549,00	R\$ 0,13	R\$ 128.718,20
16	VC2 e VC3 Móvel-Móvel	2.250.578	R\$ 0,35	R\$ 1.575.404,60	R\$ 0,13	R\$ 585.150,28
SERVIÇO			R\$ 24.563.522,06		R\$ 6.203.710,94	
APARELHOS (10.000 aparelhos)			R\$ 0,00		R\$ 6.250.000,00	
TOTAL GERAL			R\$ 24.563.522,06		R\$ 12.453.710,94	
					49,30 %	

7.4 - Gestão ambiental e sustentabilidade.

7.4.1 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

Primeiramente cumpre destacar que a temática “Gestão Ambiental e Sustentabilidade” é multissetorial, de forma que cada área desempenha importante papel para a sua implantação no âmbito da Polícia Rodoviária Federal. Nesse sentido, a Gestão Ambiental e Sustentabilidade já perpassa a atuação das diversas áreas da Instituição na busca do engajamento individual e coletivo para a mudança de hábitos mais adequados à proteção do meio ambiente.

A Instituição ainda não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública, mas já alinha ações com fins a tornar realidade essa participação.

Na Unidade Central o descarte dos resíduos recicláveis descartados é feito mediante Termo de Cooperação com a Agência Nacional de Águas – ANA, o qual prevê a destinação desses para as associações e cooperativas de catadores. Atualmente, o Órgão realiza ajustes logísticos para otimizar o adequado descarte.

No que tange as atividades da Divisão de Projeto e Infraestrutura, a preocupação com a temática de “Gestão Ambiental e Sustentabilidade” já dá os seus primeiros passos, seja na Sede Administrativa do Órgão, seja nas Unidades Regionais.

Na Sede Regional, mediante a atuação da Divisão de Projetos e Infraestrutura, ações como a participação em curso sobre Eficiência Energética é decorrente da busca de conhecimento para o melhor planejamento da atividade de manutenção e infraestrutura predial. Da mesma forma, as Unidades Regionais, mediante a atuação dos Agentes de Infraestrutura Predial, também estão sendo capacitados na temática de Eficiência Energética.

Em 2015 tivemos o primeiro posto da Polícia Rodoviária Federal a receber o Selo Procel A de Eficiência Energética, localizado em Malhada dos Bois, Estado do Sergipe. Atualmente estamos realizando pesquisa para identificarmos um sistema de captação solar, por meio de placas fotovoltaicas, que melhor se adeque as necessidades do Órgão, já tendo feito inclusive visitas de pesquisa à Universidade Federal de Santa Catarina e a Eletrosul para coleta de subsídios. Num futuro próximo, pretendemos dotar os postos da Polícia Rodoviária Federal autossuficientes no que se refere ao abastecimento de energia elétrica.

Assim, na busca de maior eficiência energética, novas tecnologias e conhecimentos estão sendo agregados quando da construção, reforma e ampliação das estruturas prediais da Polícia Rodoviária Federal. Pretendemos que essas edificações sejam cada vez mais sustentáveis e produzam menos impacto ambiental.

7.5 - Gestão de fundos e de programas.

7.5.1 - Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.

Em razão da não existência de Fundos e programas de responsabilidade desta UPC, este item não se aplica.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.

8.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU.

Preliminarmente, cumpre registrar que, embora este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, atualmente, não possua em sua estrutura organizacional uma Área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UG é subordinada, estes trabalhos não se encontram prejudicados, pois a PRF é constantemente auditada pela Controladoria Geral da União - CGU e pelo Tribunal de Contas da União - TCU, Órgãos de Fiscalização Governamental, o que permite a realização das análises e acompanhamentos devidos.

Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado todos os esforços possíveis no sentido de dotar a Instituição de uma área própria de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF.

Inobstante, no âmbito deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização - GAAPF, que tem acompanhado as demandas oriundas do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria - Geral da União - CGU.

Sem prejuízo às atribuições próprias do GAAPF, este Departamento promoveu a implementação do seu Escritório de Projetos Estratégicos - EPE, com uma metodologia fortemente voltada para a gestão de projetos, especialmente os prioritários, contendo planejamento das demandas, análise e monitoramento de riscos entre outros mecanismos de aperfeiçoamento de gestão.

Superados estes apontamentos iniciais, compulsando os Acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU no exercício 2015, constata-se que do total de julgados pertinentes à Polícia Rodoviária Federal apenas 17 (dezessete) contemplavam alguma Determinação ou Recomendação a ser observada. Vejamos:

Acórdão	Colegiado	Processo
213/2015	2ª Câmara	TC 026.522/2014-4
759/2015	2ª Câmara	TC 014.498/2008-5
766/2015	2ª Câmara	TC 023.960/2007-6
861/2015	2ª Câmara	TC 007.989/2006-7
1185/2015	2ª Câmara	TC 030.785/2014-6
1744/2015	2ª Câmara	TC 020.315/2007-4
1588/2015	2ª Câmara	TC 031.400/2014-0
854/2015	2ª Câmara	TC 000.689/2014-9
2856/2015	2ª Câmara	TC 011.216/2007-7
3125/2015	2ª Câmara	TC 011.876/2008-6
1677/2015	2ª Câmara	TC 034.816/2014-3

4691/2015	2ª Câmara	TC 022.079/2014-9
7215/2015	2ª Câmara	TC 011.184/2012-4
2252/2015	Plenário	TC 014.387/2014-0
2336/2015	Plenário	TC 031.490/2013-1
9797/2015	2ª Câmara	TC 020.919/2009-2
1176/2015	Plenário	TC 034.062/2011-4

Cumpra registrar, que as áreas competentes deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ, assim como de suas Unidades desconcentradas PRF, têm envidado esforços no sentido de sanar todos os apontamentos formulados pelos Órgãos de Controle.

Neste sentido, do universo de Determinações e Recomendações inseridas nos Acórdãos descritos do quadro acima, restam ser plenamente atendidas aquelas constantes dos Acórdãos descritos nos quadros abaixo. Todas as demais foram devidamente ajustadas.

Embora os apontamentos constantes dos quadros abaixo não tenham sido superados em sua plenitude, esta Administração PRF não permaneceu inerte, tendo diligenciado durante o exercício 2015 no sentido de proceder os melhores ajustes possíveis.

Quadro XXXII

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
01	014.498/2008-5	759/2015 – 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 9088/2015 - SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
– Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que: – providencie, no prazo de 30 dias a contar da ciência da deliberação, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa, o ressarcimento aos cofres do tesouro nacional dos valores recebidos por ROBERTO GONÇALVES ALVES a título de proventos de aposentadoria impugnados pelo Acórdão nº 7823/2010 – 1ª Câmara, no período em que tramitava no TCU o recurso interposto pelo interessado, ao qual foi negado provimento por meio do Acórdão nº 10.392/2011 – 1ª Câmara.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Autuamos o processo de nº 08.650.000.974/2015-35 (reposição ao erário), no entanto, o servidor impetrou recurso administrativo. Ainda não julgado por este DPRF.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
02	007.989/2006-7	Acórdão nº 861/2015 -2ª Câmara	8.3	DE	-----
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
– 1.7. Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que promova a regularização da proporcionalização dos proventos de José Alexandre da Silva, orientando o interessado em consonância com o item 9.4.3 do acórdão 2027/2008 – 2ª câmara, que pode aproveitar o tempo da inatividade, conforme os termos da Súmula 74 deste Tribunal, para aposentar-se com proventos proporcionais a 30/35 avos, a teor do art. 186, item II, alínea “c”, da Lei 8112/1990, devendo ser emitido novo ato para apreciação do TCU					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
O 1ª DRPRF/DF encaminhou o ofício nº 031/2015 – NAP. E logo após, encaminhamos o Ofício 007/2015, em 31/08/2015, solicitando informações.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida em parte.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
03	022.079/2014-9	Acórdão nº 4691/2015 - 2ª Câmara	9.2	DE	Ofício nº 8049/2015 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
– 9.3. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que: – 9.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, suspenda o pagamento da rubrica Siape "82832 - VPNI Emenda Constitucional 70" nos proventos de aposentadoria de Luiz José da Conceição; – 9.3.2 promova a retificação do valor relativo à VPNI da EC 70/2012 nos proventos de aposentadoria de Hugo Simon de Sa, para que corresponda a R\$ 126,04, bem como para que passe a ser paga por intermédio da rubrica Siape "82832 - VPNI Emenda Constitucional 70", e não por meio da rubrica "82484 - Subsidio AP"; – 9.3.3 encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de alteração da aposentadoria de Luiz José da Conceição					

para apreciação desta Corte de Contas, por meio do sistema Sisac, sem a inclusão de parcela relativa à VPNI da EC 70/2012;

- 9.3.4. comunique aos interessados acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;
- 9.4. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada;

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197

Síntese da providência adotada:

Foi encaminhado ao TCU o Ofício 009/2015, informando o cumprimento no que se refere ao servidor LUIZ JOSÉ DA CONCEIÇÃO. No que se refere ao servidor HUGO SIMON DE SA, foi excluída a VPNI EC 70/2012 e incluído a valor de R\$ 126,04 como determinado. Quanto a inclusão da rubrica “82832 – VPNI EC 70”, não foi possível pois esta encontra-se inativa no sistema. Foi solicitado junto ao MPOG a liberação da supracitada Rubrica, que até o momento não ocorreu. Para que o servidor não fosse penalizado por um problema técnico de adequação do SIAPE, foi providenciado o lançamento, a título precário, na rubrica “82484 – Subsídio – AP”. Informamos que até o momento não obtivemos resposta do MPOG.

Síntese dos resultados obtidos

Deliberação atendida em parte.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
04	034.062/2011-4	1176/2015 – Plenário	9.4	DE	-----
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
– 9.4. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras: – 9.4.1. aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos; – 9.4.2. no caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão; – 9.4.3. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno; – 9.4.4. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão; – 9.4.5. no caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a					

esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197

Justificativa para o seu não cumprimento:

De acordo com os dados levantados, os proventos das aposentadorias estão sendo pagos de acordo com as regras indicadas. Não tendo sido detectado pendência/lançamento referente a matéria tratada neste.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	704

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
05	031.490/2013-1	2336/2015 – Plenário	9.2	DE	-----

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	704

Descrição da Deliberação:

- 9.2. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com fundamento no art.250, inciso II, do RI/TCU, que:
- 9.2.1. adote, no prazo de 360 dias, as medidas necessárias para dar fiel cumprimento ao disposto no art.5º da Lei 6.575/1978, no art.262 da Lei 9.503/1997 e nos demais dispositivos legais e normativos aplicáveis à matéria, regularizando os procedimentos de recolhimento, guarda e desfazimento de bens, animais e veículos apreendidos em rodovias federais, bem como implementando a cobrança de despesas derivadas da remoção e estada desses bens, devendo, sempre que possível, adotar medidas uniformes para todo o território nacional;
- 9.2.2. adote, no prazo de 180 dias, as medidas necessárias para viabilizar a regulamentação do art.262, §2º, da Lei 9.503/1997, a fim de possibilitar a cobrança de taxa pela prestação do serviço de remoção e estada de bens, animais e veículos apreendidos nas rodovias federais;
- 9.2.3. informe a cada 90 (noventa) dias, a contar da data da notificação da presente deliberação, o andamento das medidas mencionadas nos itens anteriores.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES	2459

Justificativa para o seu não cumprimento:

De acordo com os dados levantados, os proventos das aposentadorias estão sendo pagos de acordo com as regras indicadas. Não tendo sido detectado pendência/lançamento referente a matéria tratada neste. Em atenção as determinações do Acórdão 2336/2015 do Tribunal de Contas da União, que trata do descumprimento de atribuições legais relacionadas à remoção e ao armazenamento de veículos, objetos e animais encontrados em situação irregular nas rodovias federais, estipulando o prazo de 360 dias (até a data de 10/09/2016) para regularização, foram tomadas as seguintes informações:

I- Normatização e padronização de procedimentos internos com a publicação do Manual de Procedimentos Administrativos 018 - MPA-018, em outubro de 2015, que trata da gestão de pátios e leilões de veículos de terceiros, e a completa revisão do Manual de Procedimentos Operacionais 003 - MPO-003, em julho de 2015, que trata dos procedimentos para aplicação das medidas administrativas decorrentes da aplicação de infrações de trânsito.

II - Esforço legal para publicação da Portaria nº 1.070 do Ministério da Justiça publicada no Diário Oficial da União no dia 03/08/2015 que dispõe sobre os preços públicos a serem pagos a fim de retribuir os serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal, regularizando a cobrança de despesas de estadia dos veículos recolhidos aos depósitos.

III - Esforço legal para publicação da Lei 13.160/2015, em vigor desde 22/01/16, para o aprimoramento dos procedimentos de desfazimento de bens de terceiros por hasta pública, possibilitando agilidade no esvaziamento dos pátios.

IV- Esforço legal para publicação da Medida Provisória 699, de 10 de novembro de 2015, que viabilizou a contratação de serviços de recolhimento e guarda de veículos.

V - Por fim, as Unidades Desconcentradas estão tomando as providências para a efetiva contratação dos serviços, melhorias na gestão e infraestrutura para a completa regularização das determinações.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

8.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.

Com relação às recomendações elaboradas pela Controladoria Geral da União – CGU, cumpre esclarecer que a sistemática de acompanhamento destes pontos, por meio de Plano de Providências Permanentes, vem evoluindo ao longo dos anos, passando das tratativas diretas com o aludido Órgão de Controle para a inserção de informações junto ao Sistema Monitor da CGU.

Com a implementação desta nova sistemática, a Controladoria Geral da União passa a ter acesso direto aos esclarecimentos e informações prestados pelas Unidades Gestoras PRF auditadas.

Anteriormente à entrada em funcionamento do sistema sob apreço, este Departamento encaminhava as informações pertinentes à Assessoria Especial de Controle Interno junto ao Ministério da Justiça - AECI/MJ, que, depois de tratadas, eram submetidas à avaliação da CGU.

O fato é que, neste processo de transição de fluxos, alguns dos apontamentos feitos pela CGU, e tratados pela PRF, encontram-se em fase de avaliação pelo aludido Órgão de Controle.

Sem prejuízo a isso, do total de não conformidades apontadas em relatórios de auditorias pertinentes a este Departamento, entendemos que restam ser plenamente atendidas aquelas constantes dos quadros abaixo.

Quadro XXXIII

Unidade Jurisdicionada - NÃO ATENDIDO			
Denominação Completa			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109002	2.1.3.2	Memorando nº 038/2014-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Recomendação			
CONSTATAÇÃO 30. <i>Recomendação 03: Caso a notificação não seja atendida, providenciar a suspensão do pagamento da remuneração, a partir do mês subsequente, em cumprimento ao estabelecido no Parágrafo único do art. 10 do referido Decreto.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH			23197
Síntese da Providência Adotada			
Quanto à quitação, pelo GDF, dos valores referentes aos meses Nov/2010 e Dez/2010, esclarecemos que, após cobrança dos valores pelo DPRF, Ofício nº 547/2013, o GDF solicitou, por meio do Ofício nº 1957/2013, memória dos cálculos com vistas a darem prosseguimento ao devido ressarcimento. Ante a solicitação, o DPRF elaborou planilha de cálculo considerando todos os valores devidos pelo GDF, desde o início da cessão do servidor Fernando Marcos de Melo Cotta até o fim da mesma, e já pagos pelo citado órgão, chegando ao valor faltante de R\$ 32562,13. Assim, foi encaminhado Ofício nº 016/2014-CGRH/DPRF, datado de 13/01/2014. Esclarecemos que cópia do Ofício também foi encaminhada a AGU, por meio do Ofício nº 017/2014. Foi reencaminhado Ofício nº 778, em 19/05/2015, reiterando a cobrança dos valores devidos. Entretanto, os valores ainda encontram em aberto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O GDF ainda não realizou a quitação devida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A inexistência de força coercitiva no meio de cobrança do débito em aberto.			

Unidade Jurisdicionada - NÃO ATENDIDO			
Denominação Completa			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201406679	-----	Ofício nº 20295/2014/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Recomendação			

CONSTATAÇÃO: 09*Desenvolver e implementar mecanismos de Avaliação de Risco na área de Gestão de frota de aeronaves.*

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Divisão de Operações Aéreas - DOA / Coordenação-Geral de Operações – CGO.	2459
Síntese da Providência Adotada	
Foi elaborado o Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional (MGSO) e encontra-se em fase final de aprovação pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendações em fase final de conclusão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada - NÃO ATENDIDO			
Denominação Completa			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201406679	-----	Ofício nº 20295/2014/DSSEG/DS/SFC/ CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Recomendação			
CONSTATAÇÃO: 09 Promover ações para concluir, publicar e por em prática o Manual Geral de Operações Aéreas (MGO/DOA), que se encontra em desenvolvimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Operações Aéreas - DOA / Coordenação-Geral de Operações – CGO.			2459
Síntese da Providência Adotada			
O Manual Geral de Operações Aéreas (MGO/DOA) deve estar alinhado com o Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional (MGSO). Após a aprovação do MGSO pela ANAC daremos prosseguimento ao MGO/DOA. O MGO/DOA encontra-se minutado, porém ainda faltam os ajustes necessários para alinhamento com o MGSO. Após aprovação do MGSO serão necessários aproximadamente 60 dias para conclusão do MGO/DOA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendações em fase final de conclusão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

8.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

A Divisão de Patrimônio e Material, assim como os Núcleos de patrimônio das unidades regionais da PRF não possuem competência para instauração de Tomada de Contas Especiais. Dessa forma, as medidas administrativas para apuração de responsabilidade que cabem a elas são apenas referentes a Termos Circunstanciados Administrativos – TCA. Assim, segue planilha com a quantidade de TCA instaurados em cada regional no exercício de 2015, com as observações elencadas por cada regional abaixo da tabela:

Regional	TCA
SEDE	5
1ª SRPRF/GO	
2ª SRPRF/MT	4
3ª SRPRF/MS	0
4ª SRPRF/MG	3
5ª SRPRF/RJ	0
6ª SRPRF/SP	6
7ª SRPRF/PR	28
8ª SRPRF/SC	26
9ª SRPRF/RS	30
10ª SRPRF/BA	14
11ª SRPRF/PE	3
12ª SRPRF/ES	3
13ª SRPRF/AL	0
14ª SRPRF/PB	2
15ª SRPRF/RN	
16ª SRPRF/CE	19
17ª SRPRF/PI	3
18ª SRPRF/MA	0
19ª SRPRF/PA	4
20ª SRPRF/SE	5
21ª SRPRF/RO-AC	
1º DRPRF/DF	
2º DRPRF/TO	0
3º DRPRF/AM	0
4º DRPRF/AP	
5º DRPRF/RR	4

Observações:

SEDE: Processos de TCA: 08650.003.339/2015-18, 08650.000.613-2015-99, 08650.004.390-2014-58, 08650.002.356/2015-20, 08650.002.770/2015-39.4

2ª SRPRF/MT: Por meio dos processos administrativos 08661.001853/2013-10 e 08661.003147/2014-93 foram pagas GRUs com valores iguais e correspondentes cada uma a R\$ 498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais). Já nos processos administrativos 08.661.002597/2015-40 e 08.661.005207/2014-11 não houve comprovação de dano ao erário por servidor, sendo ambos arquivados.

3ª SRPRF/MS: Não foram tomadas medidas administrativas para apuração de responsabilidade no exercício de 2015.

10ª SRPRF/BA: Foram realizados 14 procedimentos de TCA, sendo 3 (três) arquivados e em 11 (onze) os servidores pagaram pelos danos ao Erário.

11ª SRPRF/PE: Por meio dos Termos Circunstanciados Administrativos (TCA) 08.654.001.984/2015-58, 08.654.002.124/2015-31 e 08.654.006.512/2015-91 foram apurados danos ao erário conforme Instrução Normativa da CGU nº 04/2009, por implicarem em prejuízo de pequeno valor. Restando apurado que os fatos geradores dos extravios/danos aos bens públicos nos referidos processos decorreram do uso regular destes ou de fatores que independeram da ação dos agentes públicos envolvidos. Sendo assim, arquivados.

13ª SRPRF/AL: Não houve abertura de processo com esse fim no exercício de 2015.

16ª SRPRF/CE: Nos casos existentes de danos ao Erário público, a 16ª SRPRF/CE segue principalmente as determinações da Instrução Normativa CGU Nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, segundo a qual, em caso de extravio ou dano a bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor, poderá a apuração do fato ser realizada por intermédio de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA). Assim, atualmente, a 16ª SRPRF/CE, segundo sistema SIPAC/PATRIMÔNIO, possui instaurados 19 (dezenove) processos em tramitação, os quais têm por objeto a devida reposição do dano ao erário. Nos demais casos, ou seja, quando o valor do dano supera os regulamentados pela citada IN, após apreciação da área correicional, são instaurados Processo Administrativo Disciplinar.

20ª SRPRF/SE: Foram instaurados 05 (cinco) Termos Circunstanciados Administrativos (TCA) no âmbito da Unidade, de acordo com a Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009, como se segue: 1) Das instaurações acima, uma foi concluída dentro do exercício (Processo nº 08.672.000.830/2015-21) e quatro ainda se encontram em fase de apuração (Processos nº 08.672.001.373/2015-91, 08.672.001.375/2015-81, 08.672.002.189/2015-69 e 08.672.002.860/2015-71). 2) Todos os casos elencados têm instaurações de tomadas de contas especiais dispensadas por terem valor do débito atualizado monetariamente inferior a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nos termos do art. 6º, I da Instrução Normativa nº 71/2012 do Tribunal de Contas da União.

2ª DRPRF/TO: Não houve medidas administrativas tomadas em apuração de responsabilidade em situações de dano ao erário no exercício de 2015.

8.4 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.

Este Órgão vem respeitando o pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecendo a estrita ordem

cronológica das datas de suas exigibilidades. O não cumprimento do Art. 5º só ocorre quando a empresa dá causa ao atraso (certidões vencidas, falta de apresentação de documentação obrigatória, etc.).

A Setorial Financeira deste Órgão em conjunto com as Regionais deste DPRF, vem desde 2013, fazendo o uso racional dos recursos financeiros disponibilizados pela Setorial Financeira de Órgão Superior. Efetuando os pagamentos, quando da liberação dos recursos financeiros, da forma mais rápida possível agilizando os pagamentos e minimizando os prejuízos aos fornecedores e evitando o pagamento de multas e encargos moratórios.

As afirmativas acima podem ser verificadas junto aos processos de pagamento arquivados na conformidade de Registro de Gestão deste Órgão.

8.5 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Neste item, informamos que foi proferido o Acórdão nº 2.859/2013-TCU-Plenário, determinando as medidas necessárias à revisão dos contratos administrativos que se enquadrem nos referidos dispositivos legais, conforme infere-se dos itens 9.2 e 9.3 do aludido Acórdão:

"9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei

12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;"

Ato contínuo, houve interposição de Recurso contra o mencionado Acórdão do TCU, onde houve entendimento pela admissibilidade do pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6).

O Pedido de Reexame, ao ser admitido, tem efeito suspensivo até a decisão final de mérito do Tribunal; sendo assim, em consulta à movimentação processual, foi constatado que o processo (Processo TC 013.515/2013-6) ainda não foi concluído, até a última atualização do histórico processual: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/AcompanharProcesso?p1=13515&p2=2013&p3=6>.

Portanto, os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2859/2013, e as suas determinações permanecem suspensas.

8.6 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda.**DPRF - TOTAL****Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	1.256.372,53	714.269,38
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
TOTAL	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	443.695,79	217.116,90
	Imprensa Nacional	2112/2000	812.676,74	497.116,90
Total			1.256.372,53	714.269,38

DPRF/SEDE - 200109**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	299.031,58	67.902,23
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200109	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	144.031,58	67.902,23
	Imprensa Nacional	2112/2000	155000,00	0,00
Total			299.031,58	67.902,23

1ª SRPRF/GO – 200121**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	80.030,95	55.889,93
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200121	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	21.232,29	2.029,22
	Imprensa Nacional	2112/2000	58.798,66	53.623,79
Total			80.030,95	55.653,01

2ª SRPRF/MT – 200120**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	40.354,08	13.353,53
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200120	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	14.507,15	1.448,49
	Imprensa Nacional	2112/2000	25.846,93	11.905,04
Total			40.354,08	13.353,53

3ª SRPRF/MS – 200128**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	44.671,49	38.296,57
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200128	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	44.671,49	38.296,57
	Imprensa Nacional	2112/2000	0,00	0,00
Total			44.671,49	38.296,57

4ª SRPRF/MG – 200115**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	63.820,00	51.255,73
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200115	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	32.850,44	24.287,17
	Imprensa Nacional	2112/2000	30.969,56	26.968,56
Total			63.820,00	51.255,73

5ª SRPRF/RJ – 200116**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	45.000,00	31.756,65
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200116	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	14.796,30	4.180,69
	Imprensa Nacional	2112/2000	30.203,70	27.575,96
Total			45.000,00	31.756,65

6ª SRPRF/SP – 200117**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	61.060,24	44.985,68
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200117	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	7.433,92	3.075,08
	Imprensa Nacional	2112/2000	53.626,32	41.910,60
Total			61.060,24	44.985,68

7ª SRPRF/PR – 200118**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	70.645,15	60.446,88
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200118	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	9.246,86	8.423,07
	Imprensa Nacional	2112/2000	61.398,29	52.023,81
Total			70.645,15	60.446,88

8ª SRPRF/SC – 200125**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	26.470,87	21.539,68
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200125	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	26.470,87	21.539,68
	Imprensa Nacional	2112/2000	0,00	0,00
Total			26.470,87	21.539,68

9ª SRPRF/RS – 200119**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	115.663,76	67.834,28
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
22119	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	60.765,94	30.509,55
	Imprensa Nacional	2112/2000	54.897,82	37.324,73
Total			115.663,76	67.834,28

10ª SRPRF/BA – 200114**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	36.668,05	33.673,88
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200114	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	4.940,60	3.243,14
	Imprensa Nacional	2112/2000	31.727,45	30.430,74
Total			36.668,05	33.673,88

11ª SRPRF/PE – 200113**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	26.487,80	10.377,17
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200113	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	14.236,80	2.025,42
	Imprensa Nacional	2112/2000	12.251,00	8.351,75
Total			26.487,80	10.377,17

12ª SRPRF/ES – 200126**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	26.668,52	20.295,52
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200126	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	14.308,32	9.696,39
	Imprensa Nacional	2112/2000	12.360,20	10.599,13
Total			26.668,52	20.295,52

13ª SRPRF/AL – 200129**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	6.177,81	1.089,87
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200129	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	1.217,05	1.089,87
	Imprensa Nacional	2112/2000	4.960,76	0,00
Total			6.177,81	1.089,87

14ª SRPRF/PB – 200122**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	73.352,36	61.844,01
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200122	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	24.580,00	14.011,26
	Imprensa Nacional	2112/2000	48.772,36	47.832,75
Total			73.352,36	61.844,01

15ª SRPRF/RN – 200123**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	49.017,33	26.172,61
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200123	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	18.905,32	8.770,60
	Imprensa Nacional	2112/2000	30.112,01	17.402,01
Total			49.017,33	26.172,61

16ª SRPRF/CE – 200112

Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	17.010,00	11.455,00
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200112	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	6.746,02	1.372,16
	Imprensa Nacional	2112/2000	10.263,98	10.082,84
Total			17.010,00	11.455,00

17ª SRPRF/PI – 200127**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	28.516,09	14.392,86
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200127	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	10.736,13	3.338,18
	Imprensa Nacional	2112/2000	17.779,96	11.054,68
Total			28.516,09	14.392,86

18ª SRPRF/MA – 200124**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	15.905,63	15.762,03
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200124	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	15.905,63	15.762,03
Total			15.905,63	15.762,03

19ª SRPRF/PA – 200111**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	24.624,68	23.979,71
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200111	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	9.743,38	9.098,41
	Imprensa Nacional	2112/2000	14.881,30	14.881,30
Total			24.624,68	23.979,71

20ª SRPRF/SE – 200130**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	22.855,66	5.981,58
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200130	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	4.546,82	1.334,97
	Imprensa Nacional	2112/2000	18.308,84	4.646,61
Total			22.855,66	5.981,58

21ª SRPRF/RO-AC – 200131**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	31.666,68	18.525,70
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200131	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	31.666,68	18.525,70
Total			31.666,68	18.525,70

1º DRPRF/DF – 200141**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	9.000,00	7.004,21
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200141	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	1.000,00	413,92
	Imprensa Nacional	2112/2000	8.000,00	6.590,29
Total			9.000,00	7.004,21

2º DRPRF/TO – 200139**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	11.500,00	4.464,39
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200139	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	11.500,00	4.464,39
	Imprensa Nacional	2112/2000	0,00	0,00
Total			11.500,00	4.464,39

3º DRPRF/AM – 200110**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	4.733,30	3.188,85
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200110	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	4.733,30	3.188,85
Total			4.733,30	3.188,85

4º DRPRF/AP – 200233**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	12.000,50	0,00
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200233	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	12.000,50	0,00
Total			12.000,50	0,00

5º DRPRF/RR – 200232**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	13.440,00	5.063,17
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200232	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	1.400,00	1.388,40
	Imprensa Nacional	2112/2000	12.040,00	3.674,77
Total			13.440,00	5.063,17

ANPRF – 200229**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	0,00	0,00
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200229	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	0,00	0,00
Total			0,00	0,00

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.

8.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU.

Preliminarmente, cumpre registrar que, embora este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, atualmente, não possua em sua estrutura organizacional uma Área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UG é subordinada, estes trabalhos não se encontram prejudicados, pois a PRF é constantemente auditada pela Controladoria Geral da União - CGU e pelo Tribunal de Contas da União - TCU, Órgãos de Fiscalização Governamental, o que permite a realização das análises e acompanhamentos devidos.

Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado todos os esforços possíveis no sentido de dotar a Instituição de uma área própria de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF.

Inobstante, no âmbito deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização - GAAPF, que tem acompanhado as demandas oriundas do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria - Geral da União - CGU.

Sem prejuízo às atribuições próprias do GAAPF, este Departamento promoveu a implementação do seu Escritório de Projetos Estratégicos - EPE, com uma metodologia fortemente voltada para a gestão de projetos, especialmente os prioritários, contendo planejamento das demandas, análise e monitoramento de riscos entre outros mecanismos de aperfeiçoamento de gestão.

Superados estes apontamentos iniciais, compulsando os Acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU no exercício 2015, constata-se que do total de julgados pertinentes à Polícia Rodoviária Federal apenas 17 (dezessete) contemplavam alguma Determinação ou Recomendação a ser observada. Vejamos:

Acórdão	Colegiado	Processo
213/2015	2ª Câmara	TC 026.522/2014-4
759/2015	2ª Câmara	TC 014.498/2008-5
766/2015	2ª Câmara	TC 023.960/2007-6
861/2015	2ª Câmara	TC 007.989/2006-7
1185/2015	2ª Câmara	TC 030.785/2014-6
1744/2015	2ª Câmara	TC 020.315/2007-4
1588/2015	2ª Câmara	TC 031.400/2014-0
854/2015	2ª Câmara	TC 000.689/2014-9
2856/2015	2ª Câmara	TC 011.216/2007-7
3125/2015	2ª Câmara	TC 011.876/2008-6
1677/2015	2ª Câmara	TC 034.816/2014-3

4691/2015	2ª Câmara	TC 022.079/2014-9
7215/2015	2ª Câmara	TC 011.184/2012-4
2252/2015	Plenário	TC 014.387/2014-0
2336/2015	Plenário	TC 031.490/2013-1
9797/2015	2ª Câmara	TC 020.919/2009-2
1176/2015	Plenário	TC 034.062/2011-4

Cumpra registrar, que as áreas competentes deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ, assim como de suas Unidades desconcentradas PRF, têm envidado esforços no sentido de sanar todos os apontamentos formulados pelos Órgãos de Controle.

Neste sentido, do universo de Determinações e Recomendações inseridas nos Acórdãos descritos do quadro acima, restam ser plenamente atendidas aquelas constantes dos Acórdãos descritos nos quadros abaixo. Todas as demais foram devidamente ajustadas.

Embora os apontamentos constantes dos quadros abaixo não tenham sido superados em sua plenitude, esta Administração PRF não permaneceu inerte, tendo diligenciado durante o exercício 2015 no sentido de proceder os melhores ajustes possíveis.

Quadro XXXII

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
01	014.498/2008-5	759/2015 – 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 9088/2015 - SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
– Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que: – providencie, no prazo de 30 dias a contar da ciência da deliberação, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa, o ressarcimento aos cofres do tesouro nacional dos valores recebidos por ROBERTO GONÇALVES ALVES a título de proventos de aposentadoria impugnados pelo Acórdão nº 7823/2010 – 1ª Câmara, no período em que tramitava no TCU o recurso interposto pelo interessado, ao qual foi negado provimento por meio do Acórdão nº 10.392/2011 – 1ª Câmara.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Autuamos o processo de nº 08.650.000.974/2015-35 (reposição ao erário), no entanto, o servidor impetrou recurso administrativo. Ainda não julgado por este DPRF.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
02	007.989/2006-7	Acórdão nº 861/2015 - 2ª Câmara	8.3	DE	-----
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
– 1.7. Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que promova a regularização da proporcionalização dos proventos de José Alexandre da Silva, orientando o interessado em consonância com o item 9.4.3 do acórdão 2027/2008 – 2ª câmara, que pode aproveitar o tempo da inatividade, conforme os termos da Súmula 74 deste Tribunal, para aposentar-se com proventos proporcionais a 30/35 avos, a teor do art. 186, item II, alínea “c”, da Lei 8112/1990, devendo ser emitido novo ato para apreciação do TCU					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
O 1ª DRPRF/DF encaminhou o ofício nº 031/2015 – NAP. E logo após, encaminhamos o Ofício 007/2015, em 31/08/2015, solicitando informações.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida em parte.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
03	022.079/2014-9	Acórdão nº 4691/2015 - 2ª Câmara	9.2	DE	Ofício nº 8049/2015 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
– 9.3. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que: – 9.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, suspenda o pagamento da rubrica Siape "82832 - VPNI Emenda Constitucional 70" nos proventos de aposentadoria de Luiz José da Conceição; – 9.3.2 promova a retificação do valor relativo à VPNI da EC 70/2012 nos proventos de aposentadoria de Hugo Simon de Sa, para que corresponda a R\$ 126,04, bem como para que passe a ser paga por intermédio da rubrica Siape "82832 - VPNI Emenda Constitucional 70", e não por meio da rubrica "82484 - Subsidio AP"; – 9.3.3 encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de alteração da aposentadoria de Luiz José da					

Conceição para apreciação desta Corte de Contas, por meio do sistema Sisac, sem a inclusão de parcela relativa à VPNI da EC 70/2012;

– 9.3.4. *comunique aos interessados acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;*

– 9.4. *enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada;*

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197

Síntese da providência adotada:

Foi encaminhado ao TCU o Ofício 009/2015, informando o cumprimento no que se refere ao servidor LUIZ JOSÉ DA CONCEIÇÃO. No que se refere ao servidor HUGO SIMON DE SA, foi excluída a VPNI EC 70/2012 e incluído a valor de R\$ 126,04 como determinado. Quanto a inclusão da rubrica “82832 – VPNI EC 70”, não foi possível pois esta encontra-se inativa no sistema. Foi solicitado junto ao MPOG a liberação da supracitada Rubrica, que até o momento não ocorreu. Para que o servidor não fosse penalizado por um problema técnico de adequação do SIAPE, foi providenciado o lançamento, a título precário, na rubrica “82484 – Subsídio – AP”. Informamos que até o momento não obtivemos resposta do MPOG.

Síntese dos resultados obtidos

Deliberação atendida em parte.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	704

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
04	034.062/2011-4	1176/2015 – Plenário	9.4	DE	-----

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	704

Descrição da Deliberação:

– 9.4. *determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras:*

– 9.4.1. *aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos;*

– 9.4.2. *no caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão;*

– 9.4.3. *no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno;*

– 9.4.4. *no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão;*

– 9.4.5. *no caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente*

a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197

Justificativa para o seu não cumprimento:

De acordo com os dados levantados, os proventos das aposentadorias estão sendo pagos de acordo com as regras indicadas. Não tendo sido detectado pendência/lançamento referente a matéria tratada neste.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	704

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
05	031.490/2013-1	2336/2015 – Plenário	9.2	DE	-----

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	704

Descrição da Deliberação:

- 9.2. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com fundamento no art.250, inciso II, do RI/TCU, que:
- 9.2.1. adote, no prazo de 360 dias, as medidas necessárias para dar fiel cumprimento ao disposto no art.5º da Lei 6.575/1978, no art.262 da Lei 9.503/1997 e nos demais dispositivos legais e normativos aplicáveis à matéria, regularizando os procedimentos de recolhimento, guarda e desfazimento de bens, animais e veículos apreendidos em rodovias federais, bem como implementando a cobrança de despesas derivadas da remoção e estada desses bens, devendo, sempre que possível, adotar medidas uniformes para todo o território nacional;
- 9.2.2. adote, no prazo de 180 dias, as medidas necessárias para viabilizar a regulamentação do art.262, §2º, da Lei 9.503/1997, a fim de possibilitar a cobrança de taxa pela prestação do serviço de remoção e estada de bens, animais e veículos apreendidos nas rodovias federais;
- 9.2.3. informe a cada 90 (noventa) dias, a contar da data da notificação da presente deliberação, o andamento das medidas mencionadas nos itens anteriores.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES	2459

Justificativa para o seu não cumprimento:

De acordo com os dados levantados, os proventos das aposentadorias estão sendo pagos de acordo com as regras indicadas. Não tendo sido detectado pendência/lançamento referente a matéria tratada neste. Em atenção as determinações do Acórdão 2336/2015 do Tribunal de Contas da União, que trata do descumprimento de atribuições legais relacionadas à remoção e ao armazenamento de veículos, objetos e animais encontrados em situação irregular nas rodovias federais, estipulando o prazo de 360 dias (até a data de 10/09/2016) para regularização, foram tomadas as seguintes informações:

I- Normatização e padronização de procedimentos internos com a publicação do Manual de Procedimentos Administrativos 018 - MPA-018, em outubro de 2015, que trata da gestão de pátios e leilões de veículos de terceiros, e a completa revisão do Manual de Procedimentos Operacionais 003 - MPO-003, em julho de 2015, que trata dos procedimentos para aplicação das medidas administrativas decorrentes da aplicação de infrações de trânsito.

II - Esforço legal para publicação da Portaria nº 1.070 do Ministério da Justiça publicada no Diário Oficial da União no dia 03/08/2015 que dispõe sobre os preços públicos a serem pagos a fim de retribuir os serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal, regularizando a cobrança de despesas de estadia dos veículos recolhidos aos depósitos.

III - Esforço legal para publicação da Lei 13.160/2015, em vigor desde 22/01/16, para o aprimoramento dos procedimentos de desfazimento de bens de terceiros por hasta pública, possibilitando agilidade no esvaziamento dos pátios.

IV- Esforço legal para publicação da Medida Provisória 699, de 10 de novembro de 2015, que viabilizou a contratação de serviços de recolhimento e guarda de veículos.

V - Por fim, as Unidades Desconcentradas estão tomando as providências para a efetiva contratação dos serviços, melhorias na gestão e infraestrutura para a completa regularização das determinações.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

8.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.

Com relação às recomendações elaboradas pela Controladoria Geral da União – CGU, cumpre esclarecer que a sistemática de acompanhamento destes pontos, por meio de Plano de Providências Permanentes, vem evoluindo ao longo dos anos, passando das tratativas diretas com o aludido Órgão de Controle para a inserção de informações junto ao Sistema Monitor da CGU.

Com a implementação desta nova sistemática, a Controladoria Geral da União passa a ter acesso direto aos esclarecimentos e informações prestados pelas Unidades Gestoras PRF auditadas.

Anteriormente à entrada em funcionamento do sistema sob apreço, este Departamento encaminhava as informações pertinentes à Assessoria Especial de Controle Interno junto ao Ministério da Justiça - AECI/MJ, que, depois de tratadas, eram submetidas à avaliação da CGU.

O fato é que, neste processo de transição de fluxos, alguns dos apontamentos feitos pela CGU, e tratados pela PRF, encontram-se em fase de avaliação pelo aludido Órgão de Controle.

Sem prejuízo a isso, do total de não conformidades apontadas em relatórios de auditorias pertinentes a este Departamento, entendemos que restam ser plenamente atendidas aquelas constantes dos quadros abaixo.

Quadro XXXIII

Unidade Jurisdicionada - NÃO ATENDIDO			
Denominação Completa			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109002	2.1.3.2	Memorando nº 038/2014-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Recomendação			
CONSTATAÇÃO 30. <i>Recomendação 03: Caso a notificação não seja atendida, providenciar a suspensão do pagamento da remuneração, a partir do mês subsequente, em cumprimento ao estabelecido no Parágrafo único do art. 10 do referido Decreto.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH			23197
Síntese da Providência Adotada			
Quanto à quitação, pelo GDF, dos valores referentes aos meses Nov/2010 e Dez/2010, esclarecemos que, após cobrança dos valores pelo DPRF, Ofício nº 547/2013, o GDF solicitou, por meio do Ofício nº 1957/2013, memória dos cálculos com vistas a darem prosseguimento ao devido ressarcimento. Ante a solicitação, o DPRF elaborou planilha de cálculo considerando todos os valores devidos pelo GDF, desde o início da cessão do servidor Fernando Marcos de Melo Cotta até o fim da mesma, e já pagos pelo citado órgão, chegando ao valor faltante de R\$ 32562,13. Assim, foi encaminhado Ofício nº 016/2014-CGRH/DPRF, datado de 13/01/2014. Esclarecemos que cópia do Ofício também foi encaminhada a AGU, por meio do Ofício nº 017/2014. Foi reencaminhado Ofício nº 778, em 19/05/2015, reiterando a cobrança dos valores devidos. Entretanto, os valores ainda encontram em aberto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O GDF ainda não realizou a quitação devida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A inexistência de força coercitiva no meio de cobrança do débito em aberto.			

Unidade Jurisdicionada - NÃO ATENDIDO			
Denominação Completa			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201406679	-----	Ofício nº 20295/2014/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Recomendação			

CONSTATAÇÃO: 09*Desenvolver e implementar mecanismos de Avaliação de Risco na área de Gestão de frota de aeronaves.*

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Divisão de Operações Aéreas - DOA / Coordenação-Geral de Operações – CGO.	2459
Síntese da Providência Adotada	
Foi elaborado o Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional (MGSO) e encontra-se em fase final de aprovação pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendações em fase final de conclusão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada - NÃO ATENDIDO			
Denominação Completa			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201406679	-----	Ofício nº 20295/2014/DSSEG/DS/SFC/ CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Recomendação			
CONSTATAÇÃO: 09 Promover ações para concluir, publicar e por em prática o Manual Geral de Operações Aéreas (MGO/DOA), que se encontra em desenvolvimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Operações Aéreas - DOA / Coordenação-Geral de Operações – CGO.			2459
Síntese da Providência Adotada			
O Manual Geral de Operações Aéreas (MGO/DOA) deve estar alinhado com o Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional (MGSO). Após a aprovação do MGSO pela ANAC daremos prosseguimento ao MGO/DOA. O MGO/DOA encontra-se minutado, porém ainda faltam os ajustes necessários para alinhamento com o MGSO. Após aprovação do MGSO serão necessários aproximadamente 60 dias para conclusão do MGO/DOA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendações em fase final de conclusão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

8.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

A Divisão de Patrimônio e Material, assim como os Núcleos de patrimônio das unidades regionais da PRF não possuem competência para instauração de Tomada de Contas Especiais. Dessa forma, as medidas administrativas para apuração de responsabilidade que cabem a elas são apenas referentes a Termos Circunstanciados Administrativos – TCA. Assim, segue planilha com a quantidade de TCA instaurados em cada regional no exercício de 2015, com as observações elencadas por cada regional abaixo da tabela:

Regional	TCA
SEDE	5
1ª SRPRF/GO	
2ª SRPRF/MT	4
3ª SRPRF/MS	0
4ª SRPRF/MG	3
5ª SRPRF/RJ	0
6ª SRPRF/SP	6
7ª SRPRF/PR	28
8ª SRPRF/SC	26
9ª SRPRF/RS	30
10ª SRPRF/BA	14
11ª SRPRF/PE	3
12ª SRPRF/ES	3
13ª SRPRF/AL	0
14ª SRPRF/PB	2
15ª SRPRF/RN	
16ª SRPRF/CE	19
17ª SRPRF/PI	3
18ª SRPRF/MA	0
19ª SRPRF/PA	4
20ª SRPRF/SE	5
21ª SRPRF/RO-AC	
1º DRPRF/DF	
2º DRPRF/TO	0
3º DRPRF/AM	0
4º DRPRF/AP	
5º DRPRF/RR	4

Observações:

SEDE: Processos de TCA: 08650.003.339/2015-18, 08650.000.613-2015-99, 08650.004.390-2014-58, 08650.002.356/2015-20, 08650.002.770/2015-39.4

2ª SRPRF/MT: Por meio dos processos administrativos 08661.001853/2013-10 e 08661.003147/2014-93 foram pagas GRUs com valores iguais e correspondentes cada uma a R\$ 498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais). Já nos processos administrativos 08.661.002597/2015-40 e 08.661.005207/2014-11 não houve comprovação de dano ao erário por servidor, sendo ambos arquivados.

3ª SRPRF/MS: Não foram tomadas medidas administrativas para apuração de responsabilidade no exercício de 2015.

10ª SRPRF/BA: Foram realizados 14 procedimentos de TCA, sendo 3 (três) arquivados e em 11 (onze) os servidores pagaram pelos danos ao Erário.

11ª SRPRF/PE: Por meio dos Termos Circunstanciados Administrativos (TCA) 08.654.001.984/2015-58, 08.654.002.124/2015-31 e 08.654.006.512/2015-91 foram apurados danos ao erário conforme Instrução Normativa da CGU nº 04/2009, por implicarem em prejuízo de pequeno valor. Restando apurado que os fatos geradores dos extravios/danos aos bens públicos nos referidos processos decorreram do uso regular destes ou de fatores que independeram da ação dos agentes públicos envolvidos. Sendo assim, arquivados.

13ª SRPRF/AL: Não houve abertura de processo com esse fim no exercício de 2015.

16ª SRPRF/CE: Nos casos existentes de danos ao Erário público, a 16ª SRPRF/CE segue principalmente as determinações da Instrução Normativa CGU Nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, segundo a qual, em caso de extravio ou dano a bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor, poderá a apuração do fato ser realizada por intermédio de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA). Assim, atualmente, a 16ª SRPRF/CE, segundo sistema SIPAC/PATRIMÔNIO, possui instaurados 19 (dezenove) processos em tramitação, os quais têm por objeto a devida reposição do dano ao erário. Nos demais casos, ou seja, quando o valor do dano supera os regulamentados pela citada IN, após apreciação da área correicional, são instaurados Processo Administrativo Disciplinar.

20ª SRPRF/SE: Foram instaurados 05 (cinco) Termos Circunstanciados Administrativos (TCA) no âmbito da Unidade, de acordo com a Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009, como se segue: 1) Das instaurações acima, uma foi concluída dentro do exercício (Processo nº 08.672.000.830/2015-21) e quatro ainda se encontram em fase de apuração (Processos nº 08.672.001.373/2015-91, 08.672.001.375/2015-81, 08.672.002.189/2015-69 e 08.672.002.860/2015-71). 2) Todos os casos elencados têm instaurações de tomadas de contas especiais dispensadas por terem valor do débito atualizado monetariamente inferior a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nos termos do art. 6º, I da Instrução Normativa nº 71/2012 do Tribunal de Contas da União.

2ª DRPRF/TO: Não houve medidas administrativas tomadas em apuração de responsabilidade em situações de dano ao erário no exercício de 2015.

8.4 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.

Este Órgão vem respeitando o pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecendo a estrita ordem

cronológica das datas de suas exigibilidades. O não cumprimento do Art. 5º só ocorre quando a empresa dá causa ao atraso (certidões vencidas, falta de apresentação de documentação obrigatória, etc.).

A Setorial Financeira deste Órgão em conjunto com as Regionais deste DPRF, vem desde 2013, fazendo o uso racional dos recursos financeiros disponibilizados pela Setorial Financeira de Órgão Superior. Efetuando os pagamentos, quando da liberação dos recursos financeiros, da forma mais rápida possível agilizando os pagamentos e minimizando os prejuízos aos fornecedores e evitando o pagamento de multas e encargos moratórios.

As afirmativas acima podem ser verificadas junto aos processos de pagamento arquivados na conformidade de Registro de Gestão deste Órgão.

8.5 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Neste item, informamos que foi proferido o Acórdão nº 2.859/2013-TCU-Plenário, determinando as medidas necessárias à revisão dos contratos administrativos que se enquadrem nos referidos dispositivos legais, conforme infere-se dos itens 9.2 e 9.3 do aludido Acórdão:

"9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei

12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;"

Ato contínuo, houve interposição de Recurso contra o mencionado Acórdão do TCU, onde houve entendimento pela admissibilidade do pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6).

O Pedido de Reexame, ao ser admitido, tem efeito suspensivo até a decisão final de mérito do Tribunal; sendo assim, em consulta à movimentação processual, foi constatado que o processo (Processo TC 013.515/2013-6) ainda não foi concluído, até a última atualização do histórico processual: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/AcompanharProcesso?p1=13515&p2=2013&p3=6>.

Portanto, os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2859/2013, e as suas determinações permanecem suspensas.

8.6 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda.

DPRF - TOTAL

Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	1.256.372,53	714.269,38
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
TOTAL	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	443.695,79	217.116,90
	Imprensa Nacional	2112/2000	812.676,74	497.116,90
Total			1.256.372,53	714.269,38

DPRF/SEDE - 200109**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	299.031,58	67.902,23
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200109	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	144.031,58	67.902,23
	Imprensa Nacional	2112/2000	155000,00	0,00
Total			299.031,58	67.902,23

1ª SRPRF/GO – 200121**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	80.030,95	55.889,93
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200121	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	21.232,29	2.029,22
	Imprensa Nacional	2112/2000	58.798,66	53.623,79
Total			80.030,95	55.653,01

2ª SRPRF/MT – 200120**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	40.354,08	13.353,53
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200120	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	14.507,15	1.448,49
	Imprensa Nacional	2112/2000	25.846,93	11.905,04
Total			40.354,08	13.353,53

3ª SRPRF/MS – 200128**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	44.671,49	38.296,57
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200128	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	44.671,49	38.296,57
	Imprensa Nacional	2112/2000	0,00	0,00
Total			44.671,49	38.296,57

4ª SRPRF/MG – 200115**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	63.820,00	51.255,73
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200115	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	32.850,44	24.287,17
	Imprensa Nacional	2112/2000	30.969,56	26.968,56
Total			63.820,00	51.255,73

5ª SRPRF/RJ – 200116**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	45.000,00	31.756,65
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200116	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	14.796,30	4.180,69
	Imprensa Nacional	2112/2000	30.203,70	27.575,96
Total			45.000,00	31.756,65

6ª SRPRF/SP – 200117**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	61.060,24	44.985,68
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200117	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	7.433,92	3.075,08
	Imprensa Nacional	2112/2000	53.626,32	41.910,60
Total			61.060,24	44.985,68

7ª SRPRF/PR – 200118**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	70.645,15	60.446,88
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200118	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	9.246,86	8.423,07
	Imprensa Nacional	2112/2000	61.398,29	52.023,81
Total			70.645,15	60.446,88

8ª SRPRF/SC – 200125**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	26.470,87	21.539,68
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200125	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	26.470,87	21.539,68
	Imprensa Nacional	2112/2000	0,00	0,00
Total			26.470,87	21.539,68

9ª SRPRF/RS – 200119**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	115.663,76	67.834,28
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
22119	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	60.765,94	30.509,55
	Imprensa Nacional	2112/2000	54.897,82	37.324,73
Total			115.663,76	67.834,28

10ª SRPRF/BA – 200114**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	36.668,05	33.673,88
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200114	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	4.940,60	3.243,14
	Imprensa Nacional	2112/2000	31.727,45	30.430,74
Total			36.668,05	33.673,88

11ª SRPRF/PE – 200113**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	26.487,80	10.377,17
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200113	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	14.236,80	2.025,42
	Imprensa Nacional	2112/2000	12.251,00	8.351,75
Total			26.487,80	10.377,17

12ª SRPRF/ES – 200126**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	26.668,52	20.295,52
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200126	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	14.308,32	9.696,39
	Imprensa Nacional	2112/2000	12.360,20	10.599,13
Total			26.668,52	20.295,52

13ª SRPRF/AL – 200129**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	6.177,81	1.089,87
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200129	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	1.217,05	1.089,87
	Imprensa Nacional	2112/2000	4.960,76	0,00
Total			6.177,81	1.089,87

14ª SRPRF/PB – 200122**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	73.352,36	61.844,01
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200122	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	24.580,00	14.011,26
	Imprensa Nacional	2112/2000	48.772,36	47.832,75
Total			73.352,36	61.844,01

15ª SRPRF/RN – 200123**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	49.017,33	26.172,61
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200123	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	18.905,32	8.770,60
	Imprensa Nacional	2112/2000	30.112,01	17.402,01
Total			49.017,33	26.172,61

16ª SRPRF/CE – 200112

Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	17.010,00	11.455,00
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200112	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	6.746,02	1.372,16
	Imprensa Nacional	2112/2000	10.263,98	10.082,84
Total			17.010,00	11.455,00

17ª SRPRF/PI – 200127**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	28.516,09	14.392,86
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200127	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	10.736,13	3.338,18
	Imprensa Nacional	2112/2000	17.779,96	11.054,68
Total			28.516,09	14.392,86

18ª SRPRF/MA – 200124**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	15.905,63	15.762,03
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200124	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	15.905,63	15.762,03
Total			15.905,63	15.762,03

19ª SRPRF/PA – 200111**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional		0,00	0,00
Legal	2112/2000	24.624,68	23.979,71
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200111	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	9.743,38	9.098,41
	Imprensa Nacional	2112/2000	14.881,30	14.881,30
Total			24.624,68	23.979,71

20ª SRPRF/SE – 200130**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	22.855,66	5.981,58
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200130	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	4.546,82	1.334,97
	Imprensa Nacional	2112/2000	18.308,84	4.646,61
Total			22.855,66	5.981,58

21ª SRPRF/RO-AC – 200131**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	31.666,68	18.525,70
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200131	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	31.666,68	18.525,70
Total			31.666,68	18.525,70

1º DRPRF/DF – 200141**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	9.000,00	7.004,21
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200141	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	1.000,00	413,92
	Imprensa Nacional	2112/2000	8.000,00	6.590,29
Total			9.000,00	7.004,21

2º DRPRF/TO – 200139**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	11.500,00	4.464,39
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200139	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	11.500,00	4.464,39
	Imprensa Nacional	2112/2000	0,00	0,00
Total			11.500,00	4.464,39

3º DRPRF/AM – 200110**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	4.733,30	3.188,85
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200110	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	4.733,30	3.188,85
Total			4.733,30	3.188,85

4º DRPRF/AP – 200233**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	12.000,50	0,00
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200233	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	12.000,50	0,00
Total			12.000,50	0,00

5º DRPRF/RR – 200232**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	2112/2000	13.440,00	5.063,17
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200232	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	1.400,00	1.388,40
	Imprensa Nacional	2112/2000	12.040,00	3.674,77
Total			13.440,00	5.063,17

ANPRF – 200229**Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0,00	0,00
Legal	-2112/2000	0,00	0,00
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	-	0,00	0,00

Segue abaixo o detalhamento das despesas por contrato.

Ug executora	Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
200229	Empresa Brasil de Comunicação S.A	2112/2000	0,00	0,00
	Imprensa Nacional	2112/2000	0,00	0,00
Total			0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	515.823.925,92	-	Despesas Orçamentárias	3.469.366.813,52	-
Ordinárias	1.856.168,21	-	Ordinárias	874.493.207,72	-
Vinculadas	563.649.856,54	-	Vinculadas	2.594.873.605,80	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	621.635.915,35	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	1.598.681.674,10	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	563.649.856,54	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	374.325.557,25	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	30.459,10	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-49.682.098,83	-	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.836.596.516,29	-	Transferências Financeiras Concedidas	3.883.540.081,71	-
Resultantes da Execução Orçamentária	6.531.156.246,70	-	Resultantes da Execução Orçamentária	3.216.231.386,81	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	3.319.780.219,94	-	Repasso Concedido	4.855.360,05	-
Sub-repasso Recebido	3.211.375.916,22	-	Sub-repasso Concedido	3.211.375.916,22	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	110,54	-	Sub-repasso Devolvido	110,54	-
Independentes da Execução Orçamentária	305.440.269,59	-	Independentes da Execução Orçamentária	667.308.694,90	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	245.233.436,48	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	116.750.387,64	-
Demais Transferências Recebidas	482.412,18	-	Demais Transferências Concedidas	302.412,18	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	59.724.420,93	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	550.255.895,08	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	179.313.133,85	-	Despesas Extraorçamentárias	166.598.724,67	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.350.281,47	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	11.072.176,53	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	160.485.454,85	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	151.717.187,47	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-5.270.640,43	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.796.912,05	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	19.748.037,96	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	12.448,52	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	7.734,86	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	44,87	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	4.587,04	-
Arrecadação de Outra Unidade	11.060.234,63	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	126,62	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	8.687.756,46	-	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	39.348.712,94	-	Saldo para o Exercício Seguinte	51.576.669,20	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	39.348.712,94	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.576.669,20	-
TOTAL	7.571.082.289,00	-	TOTAL	7.571.082.289,00	-

RECETA				
RECETAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	SALDO
RECETAS CORRENTES	393.488.267,00	393.488.267,00	509.996.062,45	116.507.795,45
Recetas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recetas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Recetas Patrimonial	-	-	-	-
Recetas Imobiliárias	-	-	-	-
Recetas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receta de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receta da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Recetas Patrimoniais	-	-	-	-
Recetas Agropecuárias	-	-	-	-
Receta da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receta da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Recetas Agropecuárias	-	-	-	-
Recetas Industriais	-	-	-	-
Receta da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receta da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receta da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Recetas Industriais	-	-	-	-
Recetas de Serviços	2.528.073,00	2.528.073,00	12.677.353,24	10.149.280,24
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Recetas Correntes	390.960.194,00	390.960.194,00	497.316.709,21	106.356.515,21
Multas e Juros de Mora	390.951.413,00	390.92.413,00	495.912.979,87	104.991.169,87
Indenizações e Restituições	38.781,00	38.781,00	1.720.228,65	1.681.447,65
Receta da Dívida Ativa	-	-	-	-
Recetas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Recetas Correntes Diversas	-	-	85.900,69	85.900,69
RECETAS DE CAPITAL	4.766.472,00	4.766.472,00	5.827.863,47	1.061.391,47
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	4.766.472,00	4.766.472,00	5.827.863,47	1.061.391,47
Alienação de Bens Móveis	4.766.472,00	4.766.472,00	5.827.863,47	1.061.391,47
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Recetas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. de Amortização Empréstimos e Financiame.	-	-	-	-
Receta Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receta de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Recetas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECETAS	398.254.739,00	398.254.739,00	515.823.925,92	117.569.186,92
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	398.254.739,00	398.254.739,00	515.823.925,92	117.569.186,92
DÉFICIT	-	-	2.953.542.887,60	2.953.542.887,60
TOTAL	398.254.739,00	398.254.739,00	3.469.366.813,52	3.071.12.874,52
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	27.308.000,00	27.308.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Supravit Financeiro	-	27.308.000,00	27.308.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.177.460.255,00	3.425.248.805,00	3.385.841.592,72	3.294.835.733,30	3.291.564.362,41	39.402.212,28
Pessoal e Encargos Sociais	2.648.661.448,00	2.907.794.434,00	2.900.727.814,61	2.900.727.814,61	2.900.690.023,95	7.066.619,39
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	528.798.807,00	517.454.371,00	485.113.778,11	394.107.918,69	390.874.339,46	32.336.592,89
DESPESAS DE CAPITAL	107.421.598,00	116.194.634,00	83.523.220,80	14.945.625,37	12.966.714,79	32.673.813,26
Investimentos	107.421.598,00	116.194.634,00	83.523.220,80	14.945.625,37	12.966.714,79	32.673.813,26
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.284.881.853,00	3.541.442.839,00	3.469.365.813,52	3.309.881.358,67	3.304.531.077,20	72.676.025,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.284.881.853,00	3.541.442.839,00	3.469.365.813,52	3.309.881.358,67	3.304.531.077,20	72.676.025,48
TOTAL	3.284.881.853,00	3.541.442.839,00	3.469.365.813,52	3.309.881.358,67	3.304.531.077,20	72.676.025,48

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	34.222.471,52	97.304.872,47	62.772.506,18	62.581.725,31	2.678.173,82	66.267.444,96
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	34.222.471,52	97.304.872,47	62.772.506,18	62.581.725,31	2.678.173,82	66.267.444,96
DESPESAS DE CAPITAL	51.467.574,32	134.879.900,63	94.435.262,54	89.135.462,16	569.839,38	96.442.173,71
Investimentos	51.467.574,32	134.879.900,63	94.435.262,54	89.135.462,16	569.839,38	96.442.173,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	85.690.046,24	232.184.773,10	157.207.771,72	151.717.187,47	3.248.013,20	162.809.618,67

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	110.557,54	6.933.856,80	6.360.776,77	750,87	382.886,70
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.370,05	4.370,05	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	110.557,54	6.929.486,75	6.356.406,72	750,87	382.886,70
DESPESAS DE CAPITAL	17.919,48	4.308.203,14	4.311.390,76	-	14.722,86
Investimentos	17.919,48	4.308.203,14	4.311.390,76	-	14.722,86
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	128.477,02	11.242.059,94	11.072.176,53	750,87	397.609,56



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 08/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	315.075.644,54	158.026.243,71	PASSIVO CIRCULANTE	213.396.305,77	61.891.267,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.576.669,20	39.348.712,94	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	189.976.101,71	19.075.730,20
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.572.991,81	11.201.063,61
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.211,03	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Reparação a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	13.845.001,22	31.614.473,70
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	247.049.362,18	102.812.261,35			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	16.449.613,16	15.865.269,42			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.017.151.778,16	1.007.109.961,29	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	89.898,72	132.931,36
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.881,40	1.881,40	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.881,40	1.881,40	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	89.898,72	132.931,36
Dívida Ativa Não Tributária	1.881,40	1.881,40	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	213.486.204,49	62.024.198,87
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos	-	-			
Participações Permanentes	-	-			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Reservas	2.866.964,89	121.425,74
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultados Acumulados	1.115.874.253,32	1.102.990.580,39
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	-3.489.083,36	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1.102.990.580,39	1.102.990.580,39
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	16.372.756,29	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.118.741.218,21	1.103.112.006,13
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	1.003.252.926,99	994.910.145,27			
Bens Móveis	640.106.305,20	670.604.285,56			
Bens Móveis	740.850.942,26	670.604.285,56			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-100.744.637,06	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	363.146.621,79	324.305.859,71			
Bens Imóveis	363.481.267,01	324.561.188,98			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-334.645,22	-255.329,27			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	13.896.969,77	12.197.934,62			
Softwares	13.872.940,90	12.173.905,75			
Softwares	13.072.940,90	12.173.905,75			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	24.028,87	24.028,87			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	24.028,87	24.028,87			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.332.227.422,70	1.165.136.205,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.332.227.422,70	1.165.136.205,00

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	51.708.514,89	644.520.695,84	PASSIVO FINANCEIRO	341.183.759,55	901.081.322,75
ATIVO PERMANENTE	1.280.518.907,81	520.615.509,16	PASSIVO PERMANENTE	190.119.480,27	-521.594.042,12
SALDO PATRIMONIAL			- SALDO PATRIMONIAL	800.924.182,88	785.648.924,37

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	97.381.933,87	115.699.332,39	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	325.504.460,13	299.916.278,24
Execução dos Atos Potenciais Ativos	97.381.933,87	115.699.332,39	Execução dos Atos Potenciais Passivos	325.504.460,13	299.916.278,24
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	23.428.991,47	19.966.976,10	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	28.183,54	28.183,54
Direitos Convenidos e Outros Instrumentos Congêneres a Executar	73.713.905,46	95.473.319,35	Obrigações Convenidas e Outros Instrum Congêneres a Executar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	239.036,94	239.036,94	Obrigações Contratuais a Executar	325.476.276,59	299.888.094,70
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	97.381.933,87	115.699.332,39	TOTAL	325.504.460,13	299.916.278,24

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-66.433.296,11
Recursos Vinculados			-223.041.948,65
Seguridade Social (Exceto RGPS)			-4.396.689,45
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			-218.641.177,95
Demais Recursos			-4.081,15
TOTAL			-289.475.244,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/UMJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORÇÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	112.813.669,50	-
INGRESSOS	7.361.069.976,27	-
Receitas Derivadas e Originárias	509.996.062,45	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	12.677.353,24	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	497.318.709,21	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	6.851.073.913,82	-
Ingressos Extraorçamentários	-5.270.640,43	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	44,87	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.836.596.516,29	-
Arrecadação de Outra Unidade	11.060.234,03	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	8.687.758,46	-
DESEMBOLSOS	-7.346.256.306,77	-
Pessoal e Demais Despesas	-3.049.163.642,00	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-462.224,70	-
Administração	-10.686,39	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-1.933.962.699,11	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.110.144.243,66	-
Saúde	-9.996,79	-
Trabalho	-	-
Educação	-30.459,10	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-21.906,06	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-4.513.691,33	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-7.734,86	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-311.750.957,35	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-311.750.957,35	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-3.887.341.707,42	-
Dispêndios Extraorçamentários	-3.796.912,05	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-3.883.540.081,71	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-4.587,04	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-126,62	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-100.585.713,24	-
INGRESSOS	5.827.863,47	-
Alienação de Bens	5.827.863,47	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-106.413.576,71	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-102.508.768,04	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.904.808,67	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.227.956,26	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	39.348.712,94	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	51.576.669,20	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 08/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	121.425,74	1.102.990.580,39	-	-	1.103.112.006,13
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	19.141.783,81	-	-	19.141.783,81
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	2.745.539,15	-2.769.027,52	-	-	-23.488,37
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-3.489.083,36	-	-	-3.489.083,36
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	2.866.964,89	1.115.874.253,32	-	-	1.118.741.218,21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/IMJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 07/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.541.657.240,46	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12.861.080,53	0%
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.861.080,53	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	33.006,00	0%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	33.006,00	0%
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	6.919.724.667,09	92%
Transferências Intragovernamentais	6.836.596.516,29	91%
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	63.128.150,80	1%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	52.273.396,00	1%
Reavaliação de Ativos	21.480.027,73	0%
Ganhos com Alienação	355.215,28	0%
Ganhos com Incorporação de Ativos	446.815,66	0%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	29.991.337,33	0%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	556.765.090,84	7%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	69.200,00	0%
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	556.695.890,84	7%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.545.146.323,82	-
Pessoal e Encargos	1.864.891.859,84	25%
Remuneração a Pessoal	1.467.188.437,88	19%
Encargos Patronais	305.297.146,18	4%
Benefícios a Pessoal	90.789.643,92	1%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.616.631,86	0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.109.625.687,17	15%
Aposentadorias e Reformas	846.727.583,53	11%
Pensões	262.186.498,14	3%
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	711.605,50	0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	466.294.739,53	6%
Uso de Material de Consumo	48.880.962,17	1%
Serviços	306.466.092,76	4%
Depreciação, Amortização e Exaustão	110.947.684,60	1%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	29.759.300,42	0%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	39.102,57	0%
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	29.720.197,85	0%
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.948.865.836,36	52%
Transferências Intragovernamentais	3.883.540.081,71	51%
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	65.325.754,65	1%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	98.645.981,37	1%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.813.328,79	0%
Perdas com Alienação	19.167.315,85	0%
Perdas Involuntárias	290.949,91	0%
Incorporação de Passivos	5.600.596,42	0%
Desincorporação de Ativos	71.759.790,40	1%
Tributárias	496.798,95	0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	292.374,83	0%
Contribuições	204.424,12	0%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26.566.120,18	0%
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	26.566.120,18	0%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-3.489.083,36	0%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014